

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS

**OS FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA E SUA
CORRUPÇÃO NOS *DISCURSOS* DE MAQUIAVEL**

SÃO PAULO
OUTUBRO – 2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS

**OS FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA E SUA
CORRUPÇÃO NOS *DISCURSOS* DE MAQUIAVEL**

Tese de doutorado em Filosofia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento.

São Paulo

Outubro - 2007

Para a Nany, *tessoro mio*;

Para meus pais, Ovídio e Maria de
Lourdes, com gratidão.

Agradecimentos

Ao Prof. Milton Meira do Nascimento, que generosamente me aceitou orientar, que me auxiliou e apoiou ao longo desses anos de pesquisa.

Um agradecimento todo especial ao Prof. Gian Mario Cazzaniga, meu co-orientador em Pisa. A atenção, a solícitude, a generosidade, o cavalheirismo com que me tratou do primeiro ao último dia na Itália ficarão eternamente gravados na alma. Esse *bravo comunista* também me ensinou muito sobre filosofia, sobre política, sobre o que é ser um homem refinado, sem pedantismo. *Grazie mille carissimo Amico.*

À Prof^a. Maria das Graças de Souza, que sempre se dispôs a me auxiliar, lendo meus textos, apresentando observações cruciais, incentivando a buscar outros horizontes. Ao Prof. Alberto Barros, meu primeiro professor de filosofia, que também sempre me auxiliou, sugerindo novas abordagens interpretativas. Ao Prof. Sérgio Cardoso, pela iniciação à filosofia política.

Ao Prof. Tadeu Verza pelo debate, incentivo, pela leitura e sugestões ao texto. Sua atenção às qualidades formais, ao rigor da análise são riquezas para os que desfrutam de sua companhia. Ao Prof. Márcio Damin, pelo rico debate filosófico, que se iniciou nas terras vermelhas e continua a cada encontro.

Ao Prof. José Carlos Estevão, cuja iniciação intelectual se faz reverberar a cada momento da pesquisa filosófica. À Prof^a. Maria Isabel Limongi, pelo apoio e por generosamente ter me posto em contato com os professores italianos. Seu gesto foi decisivo para que esta pesquisa pudesse ser concluída a contento.

Aos colegas e amigos do Departamento de Ciências Sociais da UEM. À Simone Pereira, Marivânia Araújo, Patrícia Sita, João Hengtes. À cientista política Carla Cecília de Almeida, motor de idéias e discussões democráticas. Ao meu cumpadre José Henrique, união de história e análise a serviço do conhecimento.

Às funcionárias do departamento de filosofia da USP, Mariê Pedroso, Maria Helena e Verônica, exemplos de espírito público.

Aos meus alunos, que com suas geniais indagações nos mostram sendas teóricas e põe novas luzes ao texto filosófico. Em especial ao Marco Antônio, sem

esquecer jamais de Simone Rodrigues Gomes (*in memoriam*), cuja falta sempre será sentida.

Aos amigos italianos: Roberto Moggelo, Guido Richiuti, Elena Catran. À Laura di Giammatteo, que me fez lembrar que ainda há paixão no trabalho filosófico.

Ao meu cunpadre Tadeu, que além de ser tem sido um grande irmão, nunca cessa em demonstrar sua generosidade. Ao Márcio, sempre solícito e disposto a um bom papo. Aos amigos da filosofia: Oliver Tolle, Luiz Fernando Barrére, Cristiane Abbud, Carlos Eduardo, Maria Cristina Teobaldo.

Aos amigos de sempre: David, Gleice, Mario, Priscila, Denis, José Evando, Marilisa. Sem esquecer jamais do Tonhão e do Dum, que partiram deixando lacunas eternas.

Aos meus tios e primos que me proporcionaram acolhimento na metrópole.

Aos meus irmãos, Éder e Lígia, que compartilharam essa história desde o começo. Aos meus cunhados, Lorgio e Érica, meus dois novos irmãos. Aos meus pais, que me ensinaram os valores mais essenciais e sonharam juntos com este momento.

À Nany, que suportou pacientemente os incômodos de nossa errância e para quem espero retribuir um pouco o muito amor que recebo.

Agradeço ainda à Capes, pela bolsa-sanduíche que me permitiu um estágio de pesquisa nas bibliotecas italianas. À Università di Pisa, à Scuola Normale Superiore e ao Istituto Nazionale degli Studi del Rinascimento, pelo acesso as suas respectivas bibliotecas, fato este determinante para a conclusão dessa pesquisa. A Universidade Estadual de Maringá que com seu programa de capacitação docente contribuiu para que esta pesquisa fosse feita. À Universidade de São Paulo, uma instituição republicana.

ÍNDICE

<u>INTRODUÇÃO</u>	9
<u>1. O “PEQUENO TRATADO SOBRE AS REPÚBLICAS”</u>	12
<u>2. A CIRCULARIDADE DOS REGIMES POLÍTICOS</u>	53
<u>3. OS ORDENAMENTOS REPUBLICANOS</u>	75
<u>4. A CORRUPÇÃO NOS <i>DISCURSOS</i></u>	133
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CORRUPÇÃO NECESSÁRIA E A SOLUÇÃO POSSÍVEL</u>	175
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	190

Resumo

O objetivo dessa tese é analisar a corrupção republicana em Maquiavel, particularmente nos primeiros dezoito capítulos do livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (também conhecido como o “Pequeno tratado sobre as repúblicas”), procurando conhecer sua natureza, características, o processo pela qual é engendrada e qual o desfecho possível para a república “corrompidíssima”. A corrupção republicana, exposta nos capítulos de XVI a XVIII, é precedida por uma exposição sobre os fundamentos políticos republicanos, alvos dessa corrupção política. A conclusão a que se chega é que, nesses capítulos, a corrupção pode atingir um grau máximo obrigando a uma mudança de regime, cuja melhor solução é o governo “quase régio”, representado pelo principado civil descrito no *Príncipe*, por manter e conservar a dinâmica dos conflitos políticos, motor para as mudanças e responsável pela conservação dos ordenamentos políticos que garantem as liberdades políticas.

Palavras-chaves: Maquiavel, Discursos, Corrupção, República, Cidade.

Abstract

This work intends to investigate the corruption of the republic in Machiavelli, focusing the first eighteenth chapters of the first book of *Discourse concerning the First Decade of Titus Livius*, looking for its nature, most relevant characteristics, the process it comes to be, and the end of corrupted republic. Along the chapters XVI to XVIII, the notion of corruption is preceded by an exposition on the political principles of the republic. Also, inside this small group of chapter, Machiavelli states that the corruption can achieve the highest level, demanding an alteration of the regime. In such a case, the best solution is a virtually regal government, represented by the civil principate, as described in the *Prince*. That occur because such civil principate is the best way to keep the dynamics of the political conflicts, the cause of change or conservation of political order and political freedom.

Key-words: Machiavel, Discours, Corruption, Republic, City.

E presupporrò una città corrottissima, donde verrò ad accrescere più tale difficoltà; perché non si truovano né leggi né ordini che bastino a frenare una universale corruzione.

[Maquiavel, *Discursos*, I, 18, 3.]

Introdução

Na dinâmica da vida política republicana, entre os vários eventos presentes, chama a atenção o processo de corrupção política que acomete a todas, indistintamente. Compreender esse fenômeno nos seus diversos aspectos e propor respostas e soluções para seu combate foi um desafio teórico para vários pensadores que se debruçaram sobre o mundo político. É no bojo de seus comentários ao texto de Tito Lívio que encontramos, nos escritos políticos maquiavelianos, um pequeno conjunto de capítulos destinados exclusivamente ao tema da corrupção republicana. Embora num primeiro olhar o texto pareça ser uma análise da corrupção que ocorreu na república romana, um estudo mais detido mostra que esses capítulos revelam a posição de Maquiavel acerca da corrupção política que pode sobrevir em qualquer república. Esse é, pois, o objetivo dessa tese: pensar a corrupção republicana em Maquiavel, procurando conhecer a sua natureza, suas características, o processo pela qual ela é engendrada e, ao final, qual é o desfecho possível para a república “corrompidíssima”.

A compreensão da corrupção republicana, presente nos capítulos XVI, XVII e XVIII do primeiro livro dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*¹, não é uma exposição desconexa do restante da obra, ao contrário, esses capítulos são tributários das idéias e conceitos apresentados anteriormente. Em função disso, não é possível dedicar-se diretamente à análise desses três capítulos centrais sem antes entender os quinze anteriores, nos quais Maquiavel define os fundamentos políticos republicanos. Essa relação de dependência nos leva a pensar no estatuto desses dezoito capítulos iniciais do livro I dos *Discursos*, sua organicidade e articulação com a economia geral da obra. Logo, concomitantemente à reflexão sobre o tema da corrupção republicana em Maquiavel, se coloca uma outra ordem de questões

¹ Doravante citado apenas como *Discursos*. As edições de referência que estaremos utilizando: [para o texto italiano] Machiavelli, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*. Introduzione di Gennaro Sasso, premessa al testo e note di Giorgio Inglese. Milano: Rizzoli, 1984; [para o texto em português, com algumas alterações quando julgarmos necessário] Maquiavel, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Tendo em vista a numeração das linhas estabelecido e padronizado a partir da edição Inglese, citaremos tão somente, por exemplo: *Discursos*, I, XV, 09, onde o primeiro número romano se refere ao livro, o segundo ao capítulo, e o terceiro número arábico ao período.

voltadas para a estruturação desses dezoito primeiros capítulos, ou seja, como os fundamentos republicanos são apresentados e desembocam, no capítulo XVIII, na cidade totalmente corrompida. Tendo em vista a compreensão dessa relação textual e do adequado entendimento da corrupção republicana para Maquiavel é que, primeiramente, analisaremos os fundamentos políticos das repúblicas expostos nos quinze primeiros capítulos do livro I dos *Discursos* para, em seguida, procedermos à análise propriamente dita da corrupção republicana.

Acerca desse primeiro momento da reflexão, importa destacar que a hipótese, que é ainda alvo de um extenso debate, a lhe: como pensar esses dezoito capítulos iniciais do livro I, que constituem aquilo que alguns comentadores nomeiam como o “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*” de Maquiavel? Seriam esses capítulos o texto sobre as repúblicas que Maquiavel faz menção no começo do *Príncipe*? O objetivo do capítulo I dessa tese é verificar em que medida pode ser possível afirmar que, de fato, há um conjunto unitário de texto no começo do livro I dos *Discursos* que tem como tema a exposição dos fundamentos das repúblicas.

Na seqüência, nos capítulos II e III, buscaremos compreender: as noções ou conceitos que preparam a reflexão sobre a corrupção republicana, mostrando como Maquiavel justifica a) os fundamentos da república; b) como nascem as cidades; c) como surgem e ocorrem as mudanças nas formas de governo; c) a importância dos conflitos políticos como causa para a fundação dos ordenamentos políticos; d) os ordenamentos políticos e a obrigação de defesa da liberdade; e) como é possível pensar no reordenamento das repúblicas e, finalmente, f) a religião como ordenamento político e instrumento de governo republicano. Temas esses que, embora não esgotem a totalidade dos ordenamentos ou instituições políticas presentes em uma república, fornecem, aos olhos de Maquiavel, os elementos essenciais da vida política republicana. Ao mesmo tempo em que se faz essa análise *pari e passu* do texto maquiaveliano, buscaremos explicitar as articulações entre os temas apresentados e a corrupção republicana, afim de que se possa comprovar a unidade do conjunto da reflexão maquiaveliana.

No capítulo IV, analisaremos como ocorre o nascimento da corrupção, como ela pode atingir primeiramente o povo e depois os ordenamentos políticos que compõem a cidade, tornando-a “corrompidíssima”. Maquiavel mostra que corrupção

política atinge a cidade assim como uma doença atinge os corpos naturais, primeiro em alguma parte, para depois, caso não seja remediada, o corpo todo.

No capítulo V, analisaremos essa condição de extrema corrupção, quando o povo e os ordenamentos políticos tornam-se corrompidos, para, finalmente, propor os possíveis remédios ou respostas a esse quadro extremo de degradação. Embora nos concentremos exclusivamente nos dezoito primeiros capítulos do livro I dos *Discursos*, a solução maquiaveliana sugerida nos leva a refletir sobre as relações existentes entre esse texto e o *Príncipe*, uma vez esta nos apresenta o principado civil como a melhor resposta para a república “corrompidíssima”.

Em todos os momentos do seu texto, apesar de Maquiavel não tratar detalhadamente do conjunto dos ordenamentos políticos, verifica-se com clareza suas concepções sobre os mecanismos de nascimento e funcionamento para qualquer um deles, bem como o espírito republicano que os presidem. Nesse sentido, o quadro final é uma descrição do itinerário natural da vida política nos regimes republicanos: seu nascimento, desenvolvimento, ápice, declínio e transformação em outro regime que conserve, em certa medida, algumas das características elementares da dinâmica republicana.

1. O “Pequeno tratado sobre as repúblicas”

No início do capítulo XVIII do livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel se põe a analisar a possibilidade de uma cidade “corrompidíssima” conservar a sua forma republicana, caracterizada como um Estado livre. A suposição da qual ele parte não é a de uma cidade com alguma corrupção, mas daquela que alcança o seu grau máximo, situação essa que nada mais impede o desregramento político. Como ele diz:

E pressuporei uma cidade corrompidíssima [corrottissima], afim de aumentar ainda mais tal dificuldade; porque não se encontram nem leis nem ordenamentos o bastante para frear uma corrupção generalizada².

Maquiavel apresenta, pois, o extremo da corrupção política que parece ser, a primeira vista, algo que atinge toda a república, seus ordenamentos, suas leis, seus costumes. Uma condição em que não há mais barreiras ou freios que obriguem os cidadãos a agirem dentro das regras políticas republicanas. Ao se chegar a este ponto, muito já se perdeu, ou melhor, o essencial já não existe mais: a dinâmica propriamente republicana. Então, caso se deseje compreender esse quadro de degradação política, cumpre, primeiramente, desvendar o mundo político republicano para Maquiavel, o que nos remete a uma outra tarefa: compreender e analisar os fundamentos maquiavelianos das repúblicas.

Esse trabalho seria, *a priori*, extenso, pois demandaria uma análise dos seus diversos textos políticos, buscando reconstruir os elementos básicos da sua noção de república. Mesmo que se optasse em concentrar os esforços numa única obra, como os *Discursos*, por exemplo, isso seria ainda um trabalho amplo.

Contudo, um recente debate, suscitado a partir das dúvidas sobre a datação dos *Discursos*, levou a uma nova interpretação dos capítulos iniciais do livro I e fornecendo, também, uma senda para a compreensão das noções fundamentais de Maquiavel sobre as repúblicas. Em conformidade com uma das posições presentes nesse debate, pode-se afirmar com relativa segurança que nos dezoito primeiros capítulos do livro I, Maquiavel apresenta o cerne da sua reflexão sobre as bases das repúblicas, o que motivou alguns comentadores, como *Larivaille*, a nomear esse

² *Discursos*, I, XVIII, 4.

bloco textual como o “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”. Essa interpretação nos fornecerá o escopo para a compreensão dos fundamentos políticos republicanos para Maquiavel, que serão, exatamente, os objetos da corrupção política. No entanto, admitir essa interpretação nos obriga a apresentar as linhas gerais do debate no qual ela está inserida.

I.

Os *Discursos*, compostos por três livros, parecem, à primeira vista, tratar única e exclusivamente de comentários por parte de Maquiavel à obra do historiador romano Tito Lívio. A *História de Roma* foi a principal obra de Tito Lívio (59 a.C – 17 d.C). Composta originalmente por 142 livros, dos quais restaram apenas 35, ela narra, em seu conjunto, os feitos romanos desde a sua origem até o governo de Otávio Augusto (9 a.C.). Ao longo do tempo os copistas fizeram uma divisão da obra em grupos de dez livros, bem como uma sinopse de cada um, reunidos no início dela. A essa reunião dos livros em conjunto de dez, ainda que nem sempre rígida, deram o nome de *décadas*. Os dez primeiros livros ou a *primeira década*, foi um dos poucos que se conservaram integralmente e narram os feitos desde as origens de Roma até o ano de 295 a.C., ou seja, a época que compreende o governo monárquico e republicano.

Maquiavel elabora, pois, os seus *Discursos* sobre esses dez primeiros livros da *História de Roma*, uma vez que nestes há a presença de vários temas que lhe são caros, entre eles, a conservação, as mudanças, e a corrupção das instituições políticas. Como explica Peixoto na sua introdução à *História de Roma*:

*É sua [de Tito Lívio] convicção que semelhantes virtudes (tradicional dos romanos) não tinham mais lugar em meio à corrupção geral de sua época, propensa ao luxo, à moleza, à sensualidade. Expressa essa contraposição, com amargor, já no Prefácio, ele utiliza-a metodicamente ao longo de toda a obra, porquanto sua intenção declarada, ao escrevê-la, é a de extrair uma sólida e duradoura lição moral dos acontecimentos narrados*³.

Nesse sentido, uma das intenções principais de Maquiavel na sua análise do texto de Tito Lívio é destacar as críticas aos ordenamentos políticos romanos nele contidas. Tais críticas se põem a serviço da sua própria análise sobre os das repúblicas em geral.

³ Peixoto, Paulo Matos. “Introdução” in Tito Lívio, *História de Roma*, 1989 [p. 13-14].

O uso que Maquiavel faz desse texto antigo para expressar suas próprias teorias poderia suscitar a identificação desses *Discursos* com o estilo de texto desenvolvido pelos pensadores medievais. Por tal aproximação, o modo de análise do texto de Tito Lívio seria similar ao dos comentários ou sentenças largamente produzidas a partir do século XII. No entanto, ao comparar os *Discursos* com os *Comentários*, principalmente com a tradição de *Comentários* ao *corpus* aristotélico inaugurado por Averróis e continuado pelos pensadores latinos após o século XII, veremos que as distinções são significativas⁴. Diferentemente, por exemplo, da *Sentença à Política* de Tomás de Aquino, os escritos de Maquiavel não procuram expor ou analisar os itinerários do pensamento de Tito Lívio, tal qual Tomás faz em relação à obra de Aristóteles. Diversamente do escrito medieval, o texto romano não é uma demonstração de argumentos, uma obra de caráter teórico, mas a narrativa dos fatos ocorridos em Roma durante aproximadamente cinco séculos. Portanto, a relação que Maquiavel pôde estabelecer com o texto de Tito Lívio somente poderia ser de outro tipo e não a mesma que os filósofos medievais estabeleceram em relação aos filósofos gregos. Enfim, o texto de Maquiavel não pode ser tomado como um *Comentário*, do mesmo modo como os textos medievais o foram, porque a relação com o texto histórico é de outra natureza. Todavia, como entender essa exposição em forma de *discurso*?

Os textos na forma de discursos são oriundos da tradição retórica antiga, mais especificamente, os discursos sobre textos históricos são um desenvolvimento do gênero epidíctico. A retórica clássica, em sua forma sistematizada por Aristóteles, dividia-se em três gêneros de discursos: o judiciário, o deliberativo e o epidíctico. Cada um desses três gêneros possuem peculiaridades distintivas quanto ao auditório, ao tempo, ao ato e ao tipo de argumento, a saber⁵:

	Auditório	Tempo	Ato	Tipo de Argumento
Judiciário	Tribunal	passado	acusar/defender	entimema (dedutivo)
Deliberativo	Assembléia	futuro	aconselhar/ desaconselhar	exemplo (indutivo)
Epidíctico	Espectador	presente	louvar/ censurar	amplificação

⁴ Sobre a tradição de comentários medievais cf. Chenu, M.-D. *Introduction a l'etude de saint Thomas d'Aquin*, 1974; De Libera, A. *Pensar na Idade Média*, 1999; De Libera, A. *A filosofia na Idade Média*, 1998; Gilson, E., *A Filosofia na Idade Média*, 1998.

⁵ Cf. Reboul, Olivier. *Introdução à retórica*, 2000. [p. 47]; Ambrósio, Renato. *De rationibus exordienti: os princípios da História em Roma*, 2005; [Cícero]. *Retórica ad Herenio*, 2005.

Como nos mostra Skinner⁶, os humanistas desenvolveram e ampliaram esses gêneros retóricos, reformulando os estilos herdados da antiguidade. Os textos históricos se constituíram num gênero discursivo derivado diretamente do gênero epidíctico, uma vez que são narrativas cujo assunto corresponde ao passado, mas que se faz no presente e para os presentes. Narrativas que amplificam e destacam fatos e personagens com vistas a louvar a memória, corrigir os desvios ou censurar os costumes.

Contudo, quando Maquiavel faz o seu *discurso* sobre a *História de Roma*, seu projeto é um pouco diferente, pois o *discurso* é o momento em que o orador extrai da narrativa histórica o seu sentido e significado. Uma vez narrada a história, passa-se, no discurso, a expor o significado desses fatos, o sentido daqueles acontecimentos. O discurso é, pois, a etapa em que se pensa a história, ou, utilizando uma terminologia contemporânea, o momento da teorização. Logo, Maquiavel, ao se lançar na confecção dos *Discursos*, tinha em mente apresentar uma reflexão sobre esses fatos narrados por Tito Lívio, extraindo deles o seu sentido, o seu *significado político*. Porém, tal reflexão não se prende a uma explicação da história. Suas pretensões são maiores, pois visam expor os fundamentos, as articulações últimas do poder político numa república. Como se tornou um lugar comum na tradição dos comentadores de sua obra, Maquiavel busca explicar a fundação do poder político tal qual ele se apresenta de fato no mundo, a *verità effettuale della cose*.

Portanto, isso permitiria concluir sobre a natureza geral dos *Discursos* não fosse a presença de um outro problema evidente: como entender o início do livro I? Tentar responder a isso é o objetivo de uma discussão antiga, que convém recuperar.

Há um amplo debate sobre a correta datação da composição dos *Discursos* nascido da publicação de *The composition and structure of Machiavelli's Discorsi* de Felix Gilbert⁷, em 1953, que também suscitou uma nova análise da estrutura do texto. O ponto nevrálgico da polêmica, que ainda persiste, embora alguns consensos tenham se afirmados, diz respeito aos primeiros dezoito capítulos do livro I. Pelo estudo de

⁶ Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, 2000 [cap. 2].

⁷ Gilbert, Felix. *The composition and structure of Machiavelli's Discorsi*, in "Journal of the History of Ideas", XIV (1953), p. 136-156. Para as citações de Gilbert, utilizaremos a edição italiana que reúne esses artigos com os demais estudos do autor numa única obra: Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977.

Gilbert, esses capítulos iniciais formariam um bloco à parte, separado da sua análise do texto da *História de Roma* de Tito Lívio, já que neles quase não há referências ao texto liviano. Ao mesmo tempo, esses capítulos abordariam a natureza das instituições republicanas de um modo geral, sendo, por isso, considerado um “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”.

A polêmica em torno desses dezoito primeiros capítulos dos *Discursos* não se resume a uma disputa cronológica. Subjaz a essa discussão a definição do sentido próprio da obra maquiaveliana cuja interpretação determina a compreensão que Maquiavel tinha das repúblicas, bem como do lugar de seu mais famoso escrito, *O Príncipe*, no interior de seu pensamento político. O estudo de Gilbert fez com que, sob diferentes óticas e metodologias, as atenções para a interpretação do pensamento político maquiaveliano se voltassem para os *Discursos*. Uma vez que não está ao nosso alcance reconstruir nos detalhes os pontos desse debate e os meandros dessa contenda, apresentaremos somente as linhas gerais que o marcam, bem como a sua importância para a análise do tema da corrupção republicana. Assim, o que se pretende aqui é tão somente apresentar o quadro geral da discussão que envolve e envolve o “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”⁸.

Faz-se necessário, antes de passar aos principais aspectos desse debate, indicar o nascedouro da polêmica: quando foram escritos os *Discursos*. O problema todo nasce, contudo, no *Príncipe*, particularmente, quando se tentou determinar o momento em que ele foi escrito. Pouco se questionou sobre a data de composição d’*O Príncipe*, pois, pela carta endereçada a Francisco Vettori em 10 de dezembro de 1513, Maquiavel fala da elaboração de um opúsculo que trata dos principados, informando

⁸ A título de referência apresento os principais textos que tratam do tema em ordem cronológica: Whiltfield, J. H., *Machiavel*. Oxford: 1947; Walker, Leslie J., *The Discourses of Niccolò Machiavelli*. London: Routledge & Kegan Paul, 1950, [p. 273-279]; Gilbert, Felix. *The composition and structure of Machiavelli’s Discorsi*, in “Journal of the History of Ideas”, XIV (1953); Baron, Hans. *The ‘Principe’ and the Puzzle of the Dates of the Discorsi* in “Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance”, XVIII (1956), [p. 405-428]; Sasso, Gennaro. *Intorno alla composizione dei Discorsi di Niccolò Machiavelli*, “Giornale Storico della Letteratura Italiana”, CXXXIV (1957), [p. 482-534] e CXXXV (1958), [p. 215-259]; Whitfield, J. H., *Discourses on Machiavelli*, Cambridge, 1969 [p. 181-206]; Larivalle, Paul, *La pensée politique de machiavel, les Discours sur la Première Décade de Tite-Live*. Press Universitaires de Nancy, 1982; Bausi, F. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli. Genesi e structure*. Firenze: Sansoni, 1985; Inglese, G. *Ancora sulla data di composizione dei Discorsi* in ‘La Cultura’, v. XXIV, 1986, [p. 98-117]. Bausi, F. *Il problema dei ‘Discorsi’*, ‘Interpress’, XIX, 2000, [p. 249-261].

que já o havia concluído⁹. As diversas informações disponíveis sobre o texto permitem concluir que pelo menos a primeira parte do *Príncipe*, que tem como tema os principados (donde ele atribuir o título da obra *De Principatibus*), estivesse concluída ao final de 1513¹⁰.

Ora, um outro problema se coloca quando, no início do capítulo II d’*O Príncipe*, Maquiavel diz:

*Deixarei de lado a discussão sobre as repúblicas, porque alhures dissertei longamente sobre elas. Ocupar-me-ei somente do principado e tecerei os ordenamentos acima descritos, e demonstrarei como estes principados podem ser governados e mantidos*¹¹.

Quando ele escreve que não tratará das repúblicas porque já o havia feito em outro lugar, deduz-se que estivesse se referindo aos *Discursos*, visto que não deixou um tratado específico sobre esse assunto e que aqueles trazem uma reflexão sobre a república romana. Todavia, existem vários indícios que mostram que os *Discursos* foram escritos depois de 1514, quando Maquiavel freqüentava os *Orti Oricellari*¹², entre 1515 e 1517. Tais indícios colocam, pois, o problema de tentar descobrir a qual texto Maquiavel estava fazendo referência no início do *Príncipe*, visto que ele não havia escrito, ainda, os *Discursos*. Uma outra questão, paralela a esta, estaria em saber ao certo qual foi o momento de composição dos *Discursos*: se antes ou depois da composição do *Príncipe*.

⁹ [...] *Ho composto uno opusculo de principatibus, dove io mi profondo quanto io posso nelle cogitationi di questo subbietto disputando che cosa è principato, di quale spetie sono, como e’ si perdono.* [Machiavelli, *Lettere di famiglia*. Lettere a Francesco Vettori, 10 dicembre 1513.]

¹⁰ Sobre a composição do *Príncipe* cf. Machiavelli, Niccolò. *De principatibus*. Testo critico a cura di G. Inglese. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1994 [Introduzione, p. 1-169]; Machiavelli, Niccolò. *Il Principi*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/1, a cura de Mario Martelli. Roma: Salerno Editrice, 2006 [Introduzione]; Chabod, Federico. *Scritti su Machiavelli*, 1993 [p. 139-193]; Procacci, Giuliano. *Machiavelli nella cultura europea dell’eta Moderna*, 1995 [cap. 1]; Procacci, Giuliano. *Studi sulla fortuna del Machiavelli*, 1965.

¹¹ *Príncipe*, cap. II, 1-2.

¹² Os *Orti Oricellari* era o nome que se davam aos jardins da família Rucellai, que desde o final do governo dos Medicis, no século XV, abrigava reuniões de aristocratas florentinos. Após a queda do governo de Pier Solderini, em 1512, o neto de Bernardo Rucellai, Cosimo, passou a organizar reuniões com jovens aristocratas de ideologia republicana. Maquiavel passa a freqüentar esses encontros a partir de 1515, momento em que se acredita que ele tenha escrito a maior parte dos *Discursos*. Todos os comentadores destacam a importância desses encontros para a reflexão política maquiaveliana no que diz respeito à teoria republicana e ao estudo dos clássicos. Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 15-66]; Viroli, Maurizio. *O sorriso de Maquiavel*, 2002. [cap. XVII]; Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi*, vol. I, 1986. [p. 353-357]. Adiante isso será melhor explicado.

Apesar do texto de Gilbert inaugurar o debate, seus antecedentes podem ser identificados num texto de Chabod acerca da gênese do *Príncipe*. Nesse, o autor sugere que os *Discursos* constituem a “origem espiritual” do *Príncipe* uma vez que, segundo ele, pode-se perceber a existência de uma relação direta entre os problemas que subjazem a ambos¹³. Chabod propõe, não a partir dos dados históricos sobre os textos, mas a partir da articulação dos conceitos, que os *Discursos*, ou parte dele, seriam os pressupostos teóricos para o *Príncipe*. Porém, tal sugestão se constituiu de fato como problema quando da publicação da obra de Leslie Walker¹⁴, em 1950. Nesta edição, pela primeira vez e de modo detalhado, é apresentada uma hipótese para a elaboração dos *Discursos*. Essa tradução inglesa, seguida de notas e comentário, é a primeira edição ampla e analítica dos *Discursos*, em que se revela o interesse em explicar o texto maquiaveliano¹⁵. No volume dois de sua tradução, no qual estão as notas e os comentários, Walker apresenta uma tábua¹⁶ de fatos citados nos *Discursos* e a partir dela sugere que a provável redação do texto tenha sido entre 1513 e 1519, portanto, imediatamente posterior à primeira redação do *Príncipe*.

Quando Felix Gilbert lança seu estudo, o *leitmotif* são as análises de Walker, mais particularmente, uma refutação delas propondo uma nova cronologia para os *Discursos*. Como não se têm os manuscritos maquiavelianos para uma determinação exata da composição do texto, Gilbert propõe uma metodologia que se revela bem sucedida em seus resultados. Visto que o texto de Maquiavel se apresenta como um *discurso* ou comentário à *História de Roma* de Tito Lívio, Gilbert tenta estabelecer uma correlação entre os capítulos do texto maquiaveliano e os capítulos do texto liviano. O resultado desse cotejamento¹⁷ revela algumas peculiaridades, a saber: que o texto de Maquiavel, com exceção de dois blocos bem definidos, segue linearmente o

¹³ Essa hipótese é sugerida primeiramente por Chabod, porém ele não a desenvolve. Gennaro Sasso, anos depois, é o primeiro que procura desenvolvê-la, tirando novas conclusões, como se verá nos capítulos finais desse trabalho. Cf. Chabod, Federico. *Scritti su Machiavelli*, 1993 [p. 31-39].

¹⁴ Walker, Leslie. *The Discourses of Niccolò Machiavelli*. London: Routledge & Kegan Paul, 1950.

¹⁵ Como destaca Gilbert, a edição de Walker, a despeito de algumas interpretações controversas ou de possíveis erros que tenha cometido, foi a primeira “edição científica” que procurou analisar a fundo o texto de Maquiavel. De fato, Gilbert acerta em sua análise, pois todas as edições acadêmicas dos *Discursos* que se seguiram se basearam no texto elaborado por Walker. Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. 1977. [p. 223ss]

¹⁶ Cf. Walker, Leslie. *The Discourses of Niccolò Machiavelli*. 1950 [vol. II, p. 165-198].

¹⁷ Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. 1977 [p. 229-230].

texto de Tito Lívio. Com efeito, em não se considerando os dezoito primeiros capítulos do livro I e os vinte e nove primeiros capítulos do livro III, o texto de Maquiavel é um comentário *pari et passu* da primeira década da *História de Roma*. Esse bloco de vinte e nove capítulos do livro III também não perfaz uma quebra na análise, já que trata da obra liviana, mas foge da estrutura linear de comentário. Apesar de não estarem na seqüência com que se concluiu o livro II, esses capítulos do livro III apresentam organicidade e coerência argumentativa, já que ao final de cada capítulo segue-se a indicação do tema que será tratado no seguinte¹⁸, bem como sua referência ao texto do historiador romano. A diferença desses capítulos em relação aos demais está no fato de quebrarem a seqüência de análise e não pela ausência de referências à *História de Roma*¹⁹. São capítulos que comentam a obra liviana, mas não de forma regular e seqüencial.

Em relação aos dezoito capítulos do livro I tem-se, todavia, uma mudança quanto ao método de análise maquiaveliano. Eles não somente diferem dos demais no que diz respeito ao comentário do texto liviano, como fazem pouca referência a este. Entretanto, se de um lado há um distanciamento do texto histórico, fazendo com que esses capítulos percam o caráter de comentário, por outro lado é notória a apresentação detalhada das tipologias dos regimes numa república, dos ordenamentos políticos que a compõem, dos conflitos e da vida política que a anima e, por fim, da corrupção que pode se abater sobre ela. Isso confere a esses dezoito capítulos uma autonomia teórica, tornando-o passíveis de serem vistos não como um comentário à *História*, mas como um bloco destacado, configurando-se em uma introdução teórica ao comentário propriamente dito²⁰. Contudo, Gilbert não explora esse dado e tira suas conclusões atento mais ao plano geral dos *Discursos* do que à análise detalhada dessa pequena parte inserida no início da obra maquiaveliana:

*A conclusão mais importante da nossa análise, conclusão relevante também para a compreensão da doutrina de Maquiavel, é que a base dos Discursos foi um comentário a uma série sucessiva de capítulos e de livros da primeira década de Lívio*²¹.

¹⁸ Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. 1977, [p. 232-233].

¹⁹ Assim como a obra de Tito Lívio, os capítulos dos *Discursos* são 142. Todavia, como demonstra Gilbert, não há uma relação direta de um capítulo dos *Discursos* para cada livro da *História de Roma* de Tito Lívio. Cf. Gilbert, Felix, op. cit., p. 229-230.

²⁰ Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. 1977, [p. 235-241].

²¹ Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. 1977, [p. 234-235].

Portanto, o artigo de Gilbert mostra, pela análise do texto maquiaveliano, uma nova estruturação dos *Discursos*, ainda que não faça uma análise mais aprofundada das razões dessa divisão e nem como essa primeira parte se insere na economia do texto²². É inegável a importância do seu estudo, pois foi o primeiro a priorizar, como procedimento para a compreensão dos escritos maquiavelianos, os aspectos textuais em detrimento dos dados históricos ou externos ao texto. Seu texto inaugurou uma extensa discussão não mais afeita somente à data de composição dos *Discursos*, mas também à sua unidade teórica e à sua relação com *O Príncipe*.

A esse estudo de Gilbert se seguiram análises contrárias, que tinham como objetivo maior mostrar que não é possível afirmar a existência de um bloco de texto destacado no início do livro I. Um primeiro grupo de objeções diz respeito ao uso da teoria dos regimes políticos de Políbio – bem como ao próprio conhecimento que Maquiavel possuía das teorias polibianas²³ – e o segundo, à pertinência da análise da religião na economia do texto.

Começemos pelo segundo ponto. Para alguns, principalmente Bausi e Cutinelli-Rèndina²⁴, é questionável a inclusão dos capítulos dedicados à análise da religião no bloco teórico que forma o “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”, que tem por objetivo maior expor os fundamentos políticos de uma cidade. Para esses comentadores, a análise da religião desenvolvida nos capítulos de XI a XV, rompe com a argumentação anterior e posterior. Contudo, sem querer esgotar essa reflexão neste momento, pois adiante trataremos melhor disso, é possível sustentar que a reflexão maquiaveliana sobre a religião, desenvolvida nos capítulos de XI a XV, define-se, principalmente, como *instrumentum regni* ou como cimento nacional, ou seja, a religião atua de modo decisivo para a unidade política republicana. Conforme expõe Larivaille:

²² Esse trabalho mais analítico do texto maquiaveliano, ausente no estudo de Gilbert, será realizado por outros comentadores, como Sasso, Cutinelli-Rendina, Mario Reale etc. Entretanto, em todos os estudos mais analíticos da estrutura do argumento maquiaveliano, as hipóteses gerais de Gilbert se confirmaram.

²³ Conforme apresenta Bausi, Francesco. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli. Genesi e structure*, 1985 [p. 5-7], e no que tange ao uso de Políbio, cf. Sasso, Gennaro. *Intorno allá composizione dei Discorsi di Niccolò Machiavelli*, “Giornale Storico della Letteratura Italiana”, CXXXV (1958) e _____, *Studi su Machiavelli*, 1967. [cap. 4: *Machiavelli e Polibio: sulla teoria della anacyclosis*.].

²⁴ Cf. Bausi, Francesco. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli. Genesi e structure*, 1985; Cutinelli-Rèndina, Emanuele. *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [cap. 5].

[...] *A religião é apresentada não somente como um fator etimologicamente primordial da criação do Estado – isto que, em retrospectiva, explica o lugar de primazia reservado aos fundadores de religião dentro da classificação proposta no capítulo precedente (cap. X) –, mas como uma garantia essencial para a conservação dos Estados, para o seu funcionamento e para a sua duração*²⁵.

Logo, tendo em vista os propósitos de Maquiavel de analisar os sustentáculos políticos das repúblicas e aceitando a interpretação de que a religião desempenha uma função política essencial, ela é um *instrumentum regni*, sua inserção neste bloco textual é totalmente adequada e pertinente, não sendo possível enxergar um quebra do texto nos capítulos de XI a XV.

Ainda no que tange a essa parte dedicada à religião, uma outra ordem de problemas surge no final do capítulo XV:

*E embora esta parte devesse ser posta, por certo, entre as coisas extrínsecas; todavia, por depender de um dos ordenamentos mais importante da República de Roma, pareceu-me mais adequado coloca-la neste lugar, para não dividir esta matéria e ter que retornar outras vezes*²⁶.

A dificuldade reside no fato de o livro I ser declaradamente voltado para as coisas internas ao Estado, como é dito nos proêmios dos livros I e II, e Maquiavel mencionar ali ter tratado de algo *extrínseco ao Estado*, objeto e preocupação do livro II. Convêm dizer que a análise das coisas internas diz respeito à estrutura dos Estados, suas instituições, seus ordenamentos, suas leis, seus conflitos, enfim, tudo aquilo que ocorre no seu interior. As coisas extrínsecas dizem respeito ao movimento de conquistas ou de lutas externas de Roma, às ações que se voltam para fora dos “muros da cidade”.

O problema está em saber por que esse tema, que versa sobre a religião e está relacionado às coisas extrínsecas à vida política republicana, não foi inserido no livro II, mas no livro I. Por outro lado, se o próprio Maquiavel afirma que esse tema é “de ordem das mais importantes da República de Roma”, então, por que chamá-lo de algo extrínseco à própria república?

Bausi sugere que o plano inicial de Maquiavel era construir um pequeno tratado dividido em duas partes: uma primeira parte voltada para as coisas internas da

²⁵ Larivalle, Paul, *La pensée politique de machiavel, les Discours sur la Première Décade de Tite-Live*, 1982. [p. 125-126]

²⁶ *Discursos*, I, XV, 12.

cidade e uma outra voltada para as coisas externas²⁷. Ocorre que buscar solucionar o problema apelando para um possível projeto de texto não realizado está longe de se constituir como uma resposta adequada.

Uma resposta alternativa a esse problema é atentar-se para toda a passagem, e não apenas à expressão “coisas extrínsecas”. Como diz Maquiavel, a religião é “dos ordenamentos dos mais importantes da República de Roma”, devendo ser apresentada no seu todo e não de modo fragmentário. Segundo suas próprias palavras, nenhum outro motivo deve se sobrepôr à coerência interna do argumento, donde a imposição de se manter a análise unida. Independentemente daquilo que seria a verdadeira intenção de Maquiavel ao dizer “entre as coisas extrínsecas”, o que resta e o que se impõe como conclusão é que a unidade do argumento é declaradamente prioritária sobre os demais aspectos²⁸, ou seja, por ser a religião também um ordenamento político, se faz necessário a sua análise nesta parte do texto.

Ainda no que tange à composição dos *Discursos*, uma outra questão levantada contra a hipótese de que haveria um bloco de texto destacado no livro I ou que teria havido uma primeira redação antes de 1515, sendo depois retomado por Maquiavel, diz respeito à utilização das teorias das mudanças das formas de governo apresentadas no livro VI das *Histórias* de Políbio. Tanto Hexter²⁹ quanto Baron³⁰, este principalmente, defendem que os *Discursos* tiveram uma única redação posterior a 1515. A objeção, porém, mais contundente acerca da datação e da unidade do texto maquiaveliano parte de Whitfield, que rejeita tanto a hipótese de que os *Discursos* tenham sido escritos em dois momentos, quanto a presença de um bloco teórico destacado no livro I³¹. Em seu breve artigo, ele tenta mostrar a inconsistência do método utilizado por Gilbert, pelo qual este teria associado a cada capítulo dos *Discursos* uma parte da *História de Roma* e, com isso, obtido um critério para

²⁷ Cf. Bausi, Francesco. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli. Genesi e structure. Parte prima*, p. 45 a 50.

²⁸ Como se verá no cap. 7 deste trabalho, acerca do tema da religião e de sua articulação com os demais capítulos desse “Pequeno tratado sobre as repúblicas” existe uma certa divergência entre os comentadores.

²⁹ Hexter, J. H. *Seysse, Machiavelli and Polybius VI: The Mystery of the Missing Translation*, “Studies in the Renaissance”, 3, 1956 [p. 75-96].

³⁰ Baron, Hans. *The ‘Principe’ and the Puzzle of the Dates of the Discorsi* in “Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance”, XVIII (1956) [p. 405-428].

³¹ Cf. Whitfield, J. H. *Discourses on Machiavelli* in “Italian Studies”, vol. XIII, 1958, Cambridge. [p. 21-46].

estabelecer o alcance do comentário maquiaveliano. Para Whitfield, aplicar tal procedimento aos *Discursos* faz com que se perca a totalidade do argumento e a importância geral da reflexão maquiaveliana³². Para corroborar suas posições ele ataca um outro ponto do estudo de Gilbert, mostrando como há uma ligação e uma seqüência entre os capítulos XVIII e XIX do livro I, comprovando a inexistência de um bloco teórico destacado neste primeiro livro. Mais ainda, diz Whitfield, em se aceitando a hipótese de Gilbert, estar-se-ia transformando o texto maquiaveliano numa obra de “idealismo político”, tão contrário ao projeto de Maquiavel, que se caracteriza por seu “realismo político”³³, pois essa primeira parte não encontraria fundamentação histórica, configurando-se numa espécie de tratado platônico. Apesar do tom contundente e incisivo, o texto de Whitfield não oferece maiores fundamentos textuais para comprovar suas hipóteses, apenas apresenta afirmações de ordem geral, sem se dedicar com atenção à explicação de que não há esse bloco teórico inicial, conforme sugerido por Gilbert.

Uma informação decisiva para essa discussão está nos dados disponíveis que mostram que a primeira edição da tradução latina do texto grego de Políbio data de 1529, ou seja, dois anos após a morte de Maquiavel³⁴. Seria, portanto, impossível que Maquiavel pudesse construir toda uma argumentação, como a que é feita no capítulo II desse livro I, sem consultar algum texto ou de Políbio ou que fizesse remissão ao mesmo. Novamente, voltando para as referências extra-texto, a documentação histórica apresentada não permite chegar a alguma conclusão sobre a correta datação de quando foram escritos os *Discursos*, remetendo novamente ao debate para a articulação do texto. O que reforça novamente a hipótese de que os *Discursos* tiveram uma única redação entre os anos de 1515 e 1517, no período em que Maquiavel freqüentava os *Orti Oricellari*.

Gennaro Sasso, em um artigo de 1958, fornece uma hipótese de solução para o problema levando em conta que o capítulo II do livro I é onde Maquiavel faz uma

³² Cf. Whitfield, J. H. *Discourses on Machiavelli*, p. 24-28.

³³ Cf. Whitfield, J. H. *Discourses on Machiavelli*, p. 27.

³⁴ A edição citada foi feita por Giano Lascaris com o título: *Liber ex Polybii historiis excerptis et castorum metatione inventis rarissimis a Jano Lascare in latinam linguam translatus. Ipso etiam graeco Libro ut omnia conferri possint adiuncto etc.*, Johannes Antonius de Sabio excudebat, Venetiis, XDXCVIII apud Sasso, Gennaro *Intorno allá composizione dei Discorsi di Niccolò Machiavelli*, “Giornale Storico della Letteratura Italiana”, CXXXV (1958), p. 215.

resenha da teoria polibiana das mudanças de governo³⁵. Mobilizando uma série de dados, principalmente da epistolografia maquiaveliana, apesar da inexistência de dados comprobatórios, Sasso sustenta que é muito provável que Maquiavel tenha conhecido algum texto latino das *Histórias* de Políbio. Essa probabilidade se deve ao fato de haver numa biblioteca vizinha ao seu posto de trabalho uma parte do livro VI das *Histórias* de Políbio, traduzida para o latim. Sasso se apóia na informação de que Giano Lascaris, o encarregado de organizar uma biblioteca em Florença, encontrou vários textos dispersos da antiga biblioteca de Piero de Médici, desfeita em 1494, quando da deposição do governo dos Medicis e da instalação do governo de Jerônimo Savonarola. Ora, muitos desses textos foram conservados pelos frades do convento de São Marcos, que ficava próxima à Chancelaria florentina onde trabalhava Maquiavel³⁶. Apesar de ser impossível de se comprovar se ele leu ou não esse fragmento latino das *Histórias*, é muito provável que soubesse da existência dessa biblioteca vizinha ao seu lugar de trabalho e que tivesse procurado conhecer melhor seu acervo. Levando tais fatos em conta, é praticamente impossível acreditar que Maquiavel jamais teve acesso a essa edição de Políbio, sendo ela tão próxima a ele. Enfim, para além de pretender responder se Maquiavel leu ou não as *Histórias* de Políbio, o que Sasso defende em seu artigo e em estudos posteriores³⁷ é que na reflexão maquiaveliana há elementos da teoria polibiana acerca da mudança das formas de governo, ainda que aquilo que é exposto nos *Discursos* não seja igual ao que é apresentado por Políbio, ou seja, para a compreensão da reflexão maquiaveliana essa discussão não é determinante. Como diz:

*Se de fato nas páginas do historiador grego se encontram afirmações que, aquilo que em Esparta foi ordenado pela sabedoria luminosa de Licurgo, em Roma resultou mediante as graves lutas e desordens, as afirmações do historiador grego estão bem longe de implicar naquela sutil e profunda doutrina das lutas políticas, das relações entre as leis, as ordens e a realidade político-social, que caracteriza toda a primeira parte dos Discursos, e que é, com efeito, o ponto cardeal do pensamento político de Maquiavel*³⁸.

³⁵ Sasso, Gennaro. *Intorno allá composizione dei Discorsi di Niccolò Machiavelli*, “Giornale Storico della Letteratura Italiana”, CXXXV (1958), p. 215-259.

³⁶ Sasso indica que apesar dessa informação dada por Oresme Tommasini, não ser de todo comprovada ela é bem provável. Cf. Sasso, Gennaro *Intorno allá composizione dei Discorsi di Niccolò Machiavelli*, “Giornale Storico della Letteratura Italiana”, CXXXV (1958), p. 246.

³⁷ Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*. Napoli: Morano, 1967. [cap. 4: *Machiavelli e Polibio: sulla teoria della anacyclosis.*]

³⁸ Cf. Sasso, Gennaro *Intorno allá composizione dei Discorsi di Niccolò Machiavelli*, “Giornale

Novamente, abandonando os aspectos filológicos e históricos e atendo-se apenas ao argumento do texto, responde-se mais adequadamente aos problemas que pareciam insolúveis. A dificuldade não está tanto em saber se Maquiavel leu ou não a obra de Políbio, uma questão sem resposta. O que se tem no capítulo II do livro I é uma teoria que, apesar de remeter às *Histórias VI*, a reelabora e confere uma outra possibilidade de compreensão das mudanças das formas de governo. Aquilo que parecia ser a hipótese central perde sua força quando confrontada com a análise do texto, pois a informação ofertada sobre a mudança nos regimes não é o cerne do argumento, mas apenas um subsídio para se pensar num novo modo de compreender tal transição política, não se pautando mais pelo determinismo da natureza – algo tipicamente polibiano –, mas fundando-se nas lutas políticas entre os grupos no interior das cidades. Assim, segundo Sasso³⁹, a análise dos textos maquiavelianos torna secundária a questão de se saber se Maquiavel se utilizou ou não de uma edição latina das *Histórias VI* de Políbio.

Esses são os pontos principais do debate em torno da datação dos *Discursos* e da existência ou não de um bloco textual destacado no início do livro I. Apesar dessas divergências, de modo geral é aceito que a parte principal do livro tenha sido escrita entre 1515 e 1517, o que não exclui a possibilidade de que uma primeira parte já tivesse sido escrita antes desta data, sendo apenas corrigida na época em que Maquiavel freqüentava os *Orti Oricellai*. Por outro lado, as hipóteses mais ousadas, como a de que os *Discursos* teriam começado a ser escritos muito antes de 1515, por volta de 1506, quando Maquiavel ainda era diplomata, apresentadas por Bausi, não encontram sustentação quer histórica quer textual, ou mesmo filológica⁴⁰.

Storico della Letteratura Italiana”, CXXXV (1958), p. 250.

³⁹ Cf. Sasso, Gennaro *Intorno allá composizione dei Discorsi di Niccolò Machiavelli*, “Giornale Storico della Letteratura Italiana”, CXXXV (1958), p. 251.

⁴⁰ Para a hipótese de Bausi, cf. Bausi, Francesco. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli. Genesi e structure*, 1985. Giorgio Inglese mostra como o texto de Francesco Bausi apresenta teses insustentáveis sobre a datação e a divisão dos *Discursos*. Inglese é contundente em seu escrito e revela toda a fragilidade de um livro cujas teses são carregadas de petição de princípio e critérios no mínimo duvidosos para a datação e estruturação dos *Discursos*. A análise do opúsculo de Bausi comprova que ele não teve muito rigor em suas afirmações e que suas ousadas hipóteses não se sustentam num rápido estudo do texto maquiaveliano. Lamentável que, após tantas discussões e tanto material sobre o assunto, na edição do volume dos *Discursos* da Edizione Nazionale Delle Opere editado pela editora Salerno de Roma, Bausi reproduza na introdução os mesmos equívocos de seu opúsculo, mas que não chega a comprometer o aparato crítico mobilizado para o estabelecimento desta edição crítica. Cf. Giorgio

Uma ordem igual de problemas pode ser relacionada à unidade geral do livro, embora quanto a esse ponto haja mais consensos. Após a publicação do texto de Gilbert, questionou-se se os *Discursos* possuíam ou não uma unidade teórica. A hipótese – como chamam a atenção Sasso e Inglese, o texto de Gilbert apenas evocou uma hipótese e não uma afirmação categórica – de que havia um bloco de capítulos independentes no livro I, bem como a ausência de uma certa linearidade dos livros comentados em alguns capítulos do livro III, obrigou a uma análise mais detalhada da obra como um todo. Uma certa concordância se formou acerca de dois pontos: a) que os capítulos que tratam dos comentários da *História* têm uma unidade analítica a despeito da não adequação de algum capítulo à essa regra geral, corroborando a tese de Gilbert de que, nesses casos, as exceções confirmam a regra; b) que os dezoito primeiros capítulos do livro I, mesmo sendo o momento mais teórico da obra, se configuram como um anteparo conceitual explicativo dos eventos que serão comentados. Apesar de não serem comentários diretos aos livros de Tito Lívio, esses capítulos mostram-se importantes na economia do texto na medida em que explicam as origens e os fundamentos das repúblicas e os ordenamentos, leis e conflitos que marcam sua vida civil. Enfim, afirmar a existência de um bloco teórico inicial não depõe contra a harmonia e unidade interna dos *Discursos*, impossibilitando qualquer afirmação de que a obra é resultado de uma colagem ou de uma justaposição de textos diversos.

A despeito dessas contendas, podemos afirmar que os *Discursos* possuem uma unidade e, ao mesmo tempo, aceitar que os dezoito primeiros capítulos perfazem um bloco textual de análise dos fundamentos das repúblicas.

Num primeiro olhar, os temas abordados nos capítulos de I a XVIII do livro I dos *Discursos* tratam, respectivamente: da fundação das cidades (capítulo I), da natureza e a mudança dos regimes políticos (capítulo II), dos conflitos sociais (capítulos III e IV), da defesa da liberdade política nas republicas (capítulos V e VI), dos instrumentos de defesa e acusação pública (capítulos VII e VIII), da reforma ou refundação dos Estados (capítulos IX e X) e, finalmente, da importância da religião (capítulos de XI a – XV) e da corrupção nas repúblicas (capítulos de XVI a XVIII).

Inglese, *Ancora sulla data di composizione dei Discorsi* in 'La Cultura', v. XXIV, 1986, [p. 98-117].

Por esse roteiro nota-se a presença de um itinerário argumentativo cujo movimento vai do nascimento da cidade, passando pela fundação dos ordenamentos políticos e o modo de defesa do *libere vivere* político, culminando na corrupção do povo, das instituições (*ordini*) e das leis. A religião, mobilizada no interior dessa reflexão, também se apresenta como uma instituição capaz de conservar, por meio de seus ritos, os valores e os ideais republicanos, ou seja, ela cumpre o papel de *instrumentum regni*. Além dessa descrição da vida política das repúblicas, na qual se revelam as etapas de sua existência, pode-se também afirmar que esses capítulos perfazem uma introdução teórica aos *Discursos* uma vez que definem os elementos essenciais na constituição de uma cidade.

Quando falamos em aspectos teóricos, não devemos ter em vista um certo modelo de tratado em que os conceitos aparecem de modo destacado por expressões próprias, como *defino que, demonstra-se, entendo por* etc. Maquiavel utiliza-se de um outro estilo que não é em nada menos indicativo de seu objetivo de definir conceitos. A própria escolha e disposição dos temas é, por si, uma indicação de seus propósitos teóricos. Assim, no capítulo I, ao tratar da fundação das cidades, ele faz, na verdade, uma descrição dos tipos de cidades que podem existir e de como seu momento fundador pode ser determinante para o desenvolvimento ou para a ruína futura, tipificando as cidades pelo seu modo de fundação. No capítulo II faz, num primeiro momento, uma exposição das formas de governo possíveis e de como nelas podem se processar a mudança, indicando que o motor ou a causa dessa não é uma certa lógica determinista da natureza, mas dos conflitos sociais, tema dos capítulos III e IV. Os capítulos I e II configuram-se, portanto, como descrições tipológicas, seja do modo como pode se operar a fundação de uma cidade, seja do modo como os regimes podem se instalar e se transformar, descrições estas que fazem desses capítulos um preâmbulo conceitual para a análise que se seguirá.

Na seqüência, os capítulos de III a X, ao apresentarem temas como os conflitos sociais, a defesa da liberdade política nas repúblicas, os instrumentos de defesa e de acusação pública e a reforma ou refundação dos Estados, revelam como Maquiavel entendem os elementos essenciais das repúblicas. Como se verá, esses pontos configuram-se como as *ordini* ou os ordenamentos políticos básicos de uma república, aspectos estes estruturais da vida de uma cidade ordenada como república.

Mesmo nos exemplos mobilizados, ele não se restringe ao caso romano, mas fala de Veneza, Esparta, Florença, entre outras cidades, numa clara indicação de que está apresentando as partes da vida política de uma república.

A exposição sobre a religião dos capítulos de XI a XV cumpre também essa função na medida em que ela é considerada *instrumentum regni*, uma instituição cujo papel não se limita a ser de ordem religiosa porque é decisiva na própria organização e no funcionamento da vida política da cidade. Ao tratar da religião, o silêncio de Maquiavel em relação às disputas medievais entre o papado e o império, fundamental seja para o futuro das cidades do norte da Itália, seja para o próprio período medieval⁴¹, é indicativo de que a sua preocupação não é especificadamente a religião romana, mas sim analisar a religião no que diz respeito à sua relação com a vida política da cidade, ou seja, ao seu papel político.

Quanto aos capítulos de XVI a XVIII, eles não são comentários à corrupção romana, mas buscam entender como a corrupção pode atingir uma república, seu povo ou suas instituições. Não se trata de uma explicação do caso específico romano, mas da corrupção que pode acometer as repúblicas de um modo geral.

Portanto, os temas mobilizados nesses capítulos iniciais e o modo como eles são analisados, revelam o quanto Maquiavel fez, ao seu modo, uma apresentação dos principais elementos políticos de uma república e de seus fundamentos, já que não há uma análise exclusiva nem do caso romano, nem dos livros da *História* de Tito Lívio. Ora, é patente que nesse primeiro momento dos *Discursos* não se está fazendo uma análise *pari et passu* do texto liviano, nem um comentário histórico dos fatos de um modo geral. A coesão presente no objetivo e no modo de exposição, a escolha dos temas e o itinerário que eles descrevem – do nascimento à corrupção da cidade –, confere um caráter unitário a esses capítulos. Contudo, sua unidade não compromete a unidade geral dos *Discursos* nem faz da obra um arranjo ou justaposição de partes de textos. Os capítulos que se segue ao XVIII, nos quais há o comentário da obra liviana, não denotam uma inflexão teórica ou conceitual. A compreensão da *História de Roma* e o sentido ou o modo como essa análise deve ser feita seguirão os critérios e as idéias apresentadas no início, mostrando uma imbricação entre a análise dos fatos romanos à luz dos critérios apresentados. Os comentários à obra liviana serão,

⁴¹ Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, 2000 [caps. I a III].

portanto, pautados pelos conceitos e pelo modo de compreendê-los, indicando uma profunda dependência entre as partes do livro. Apesar de os dezoito capítulos se constituírem numa unidade passível de ser analisada autonomamente, o *Discursos* permanece um todo em sua estrutura, na medida em que seus capítulos dependem dos critérios estabelecidos no “*Pequeno tratado*” e este, por sua vez formula seus fundamentos teóricos tendo em vista a compreensão da vida em qualquer república, inclusive a de seu tempo⁴², e não somente Roma, modelo de república. Separar o “*Pequeno tratado*” dos *Discursos* violaria, na perspectiva maquiaveliana, a *verità effettuale*, a comprovação no mundo real, das “repúblicas ou cidade imaginadas”.

Do que foi dito acerca da composição dos *Discursos*, as conclusões concordam no geral com as hipóteses apresentadas por Felix Gilbert em seu artigo de 1953, a saber:

- a) Que os *Discursos* têm em sua estrutura um grupo de dezoito capítulos que tratam da exposição dos fundamentos das repúblicas, aquilo que Larivaille chamará de o “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”;
- b) Que esses capítulos formam um núcleo conceitualmente coeso;
- c) Que foram escritos antes da composição do restante da obra, comprovando o fato de que os *Discursos* tiveram dois momentos de elaboração, embora não se saiba ao certo se exatamente em 1513 para o primeiro momento (certamente anterior à composição do *Príncipe*). O restante da obra foi provavelmente escrito entre 1515 e 1517;
- d) E, enfim, que a despeito desses dois momentos de redação, os *Discursos* não perdem sua unidade⁴³.

A recuperação do debate sobre as origens dos *Discursos* não teve por finalidade propor uma nova hipótese sobre a data de elaboração do texto, mas apenas determinar o lugar preciso no qual se desenvolve a reflexão sobre a corrupção nas

⁴² As reuniões nos *Orti Oricellai*, patrocinadas por jovens aristocratas de ideais republicanos, visavam também encontrar meios para restaurar o governo republicano em Florença. Cf. Gilbert, Felix. Op. cit., p. 15-66.

⁴³ Há ainda uma outra tese sugerida por Sasso, mas que não desenvolveremos agora, que o *Príncipe* nasce como resposta à corrupção generalizada apresentada no capítulo. XVIII dos *Discursos*. Em outras palavras, Sasso sugere que o principado civil seja o remédio para a república tomada pela corrupção. Cf. Sasso, Gennaro. *Note machiavelliane. Sogliono questi principati pericilitare*, in *La Cultura*, XII, 1974, p. 481 - 484. Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. 1987, tomo II.

repúblicas, o que é importante para desenvolver nossa investigação sobre esse tema. A partir dessa discussão sobre as origens do livro emergiu também um bloco textual que, por conter a reflexão sobre os fundamentos das repúblicas como centro, possui também uma análise sobre o fenômeno da corrupção política. Acreditamos que, com os dados apresentados, temos nesse “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*” o lugar próprio para a compreensão do nosso objeto de reflexão.

Poder-se-ia afirmar, ainda, que para a análise da corrupção republicana no pensamento político maquiaveliano, deveriam ser adicionados outros textos, como o *Príncipe*, a *História de Florença* e os textos políticos menores, visto que em alguns momentos eles também tratam da corrupção. Quanto aos textos políticos menores e à *História de Florença*, eles não apresentam, nos trechos em que abordam a corrupção⁴⁴, elementos conceituais ou teóricos novos que possam sugerir uma mudança de posição daquela apresentada nos *Discursos*. Do ponto de vista conceitual, os trechos das outras obras políticas de Maquiavel não contribuem de forma decisiva seja para identificar novos aspectos sobre a corrupção, seja para a percepção de mudanças no modo como o nosso pensador via o tema, – já que nenhuma tem esse tema por objeto de análise.

Quanto ao *Príncipe*, convém fazer algumas outras observações. A primeira diz respeito à presença de uma reflexão sobre a corrupção nos principados. Ao longo de todo o texto, o termo corrupção ocorre somente cinco vezes⁴⁵ em quatro frases, mas em nenhuma delas há qualquer explicação do que seja essa corrupção ou alguma exposição mais elaborada. O que está presente ao longo do texto é a análise da ruína (*rovina*), que ocorre 38 vezes da obra. Esses poucos dados nos levam a constatar que a corrupção é um fenômeno exclusivamente das repúblicas, e que esse processo de corrupção política pode culminar na ruína do Estado. Segundo Maquiavel, a ruína é

⁴⁴ Cf. na *História de Florença*, os proêmios dos livros I e III e o cap. 1 do livro V; quanto aos textos políticos menores, a título de exemplo, *Discursus rerum florentinarum*.

⁴⁵ Cf: “*Porque, sendo todos seus escravos e obrigados a ele, com mais dificuldade podem ser corrompidos e, quando se corrompem, pode-se esperar pouca ajuda deles, pois, pelas razões assinaladas, eles não podem trazer consigo o povo.*” Cap. 4, 10; “*como foram aqueles imperadores que de homens privados, pela corrupção dos soldados, tomaram o império.*” Cap. 7, 2; “*Coisa a qual lhe foi repreendida por Fábio Maximo no Senado, sendo chamado por ele de corruptor da milícia romana.*” Cap. 17, 20; “*Porque, quando aquela coletividade, ou o povo, ou os soldados, ou que sejam os grandes, da qual tu julgas ter mais necessidade para conservar-se, é corrompida, convém a ti seguir o seu humor para satisfazê-la; e agora as boas obras te são inimigas.*” Cap. 19, 38.

algo que atinge um Estado e implica no seu desaparecimento como Estado. A ruína ultrapassa, pois, o momento de corrupção republicana, sendo possível que também ocorra nas repúblicas, mas depois de um processo de corrupção.

Sasso⁴⁶ vê um outro motivo para a ausência de reflexão sobre a corrupção no *Príncipe*⁴⁷. Para ele, o “Pequeno tratado” é o texto mencionado no início do capítulo II do *Príncipe*, em que se lê: “*Deixarei de lado a discussão sobre as repúblicas, porque alhures dissertei longamente sobre elas*”. Além de assumir as hipóteses apresentadas por Gilbert, Sasso propõe uma outra interpretação sobre essa relação de anterioridade entre os *Discursos* e o *Príncipe*, só que fundada não em termos cronológicos ou filológicos, mas na interdependência conceitual⁴⁸. Segundo ele, tendo Maquiavel escrito os dezoito primeiros capítulos dos *Discursos* e chegando ao ponto em que as repúblicas estão completamente dominadas pela corrupção, em que a ruína é um fato quase inevitável, a instauração de um principado civil passa a ser o remédio adequado. Dito de outro modo, quando se verifica, como se verá, no capítulo XVIII dos *Discursos*, que é quase impossível que uma república “*corrompidíssima*” consiga retomar o *vivere civile*, as liberdades civis características dos regimes republicanos sadios, a solução passa a ser a instauração de um regime fundado em um único governante para que esse, com sua *virtù*, consiga recuperar a normalidade política da cidade e impedir a ruína certa. Ademais, retomando a teoria polibiana das mudanças dos regimes políticos, exposta no capítulo II do livro I dos *Discursos*, “*o principado representa o remédio que, auxiliado por extraordinária virtù, os legisladores que vêem longe procuram opor à corrupção das repúblicas*”⁴⁹. Calcado naquilo que é exposto pelos textos maquiavelianos, há a “*problemática passagem*”, como diz Sasso, das repúblicas corrompidas para o regime régio caracterizado pelo principado civil, na medida em que esse regime pode oferecer uma resposta eficaz ao problema que se instaura nas cidades corrompidas. O remédio é apresentado, ainda, no próprio capítulo, quando Maquiavel afirma que o freio para essa corrupção total é

⁴⁶ Cf. Sasso, Gennaro. *Niccolò Machiavelli*, 1980 [cap. V, p. 314-328].

⁴⁷ Esta idéia será melhor desenvolvida nos dois capítulos finais desse trabalho.

⁴⁸ “*Rimane tuttavia, e nessun argomento ‘cronologico’ o soltanto ‘filologico’ potrà proiettare su ciò l’ombra del dubbio, - rimane che, quale che sia la lora data, i primi diciotto-venti capituli del primo libro dei Discorsi contengono in sé una linea teorica che scandisce, per dir così, il passaggio dalle repubbliche ai principati.* (Sasso, Gennaro. *Niccolò Machiavelli*, 1980, cap. V, p. 318)

⁴⁹ Sasso, Gennaro, *Niccolò Machiavelli*, 1980. [cap. V, p. 319].

a instauração de um governo régio, um regime que, com a sua mão “régia”, intervenha para reordenar a cidade⁵⁰. Ao final do capítulo XVIII, Maquiavel apresenta a idéia que será dominante no *Príncipe*, de tal modo que, de quem olha dos *Discursos*, a boa solução ou o remédio adequado não está nos seus capítulos seguintes (XIX, XX etc.), mas no principado civil, tal qual é apresentado na primeira obra mencionada.

Assim, afirma: “*Os principados pressupõem a crise da república, e não nascem senão quando esta está tomada pelas formas extremas da corrupção, da degeneração*”⁵¹. Com isso, a origem do *Príncipe* não se fundaria numa visão “idealizada”⁵² de Estado, mas para encontra sua motivação teórica no limite extremo que se configura com a corrupção das repúblicas. Em uma cidade onde as *ordini* e as leis estão dominadas pela corrupção, a intervenção do príncipe novo, tema dominante de todo livro, se faz necessária, reformulando, ou melhor, refundando as ordens e as instituições, reconciliando os humores, enfim, tudo aquilo que é preconizado ao longo dos *Discursos*. Desse ângulo, o *Príncipe* seria tributário do raciocínio desenvolvido no “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”, pois teria nesse sua maior motivação teórica. Por outro lado, este manteria uma relação de dependência teórica com o *Príncipe*, visto que a melhor solução para o problema no qual culmina o raciocínio seria o principado civil. Essa interdependência teórica revela uma estreita linha de continuidade no interior da reflexão política maquiaveliana.

Aparentemente controversa, a interpretação dada por Sasso é razoável quando vista da ótica do desenvolvimento conceitual e não se contrapõe às hipóteses de datação dos *Discursos*. Ela, ademais, apresenta um novo elemento para o problema da interpretação dos *Discursos*, do *Príncipe* e da unidade teórica do pensamento político maquiaveliano.

*Precedendo cronologicamente ou seguindo a composição do Príncipe, o décimo oitavo capítulo do primeiro livro dos Discursos é, portanto, o “lugar ideal” no qual o conceito daquele livro se realiza nos seus modos próprios*⁵³.

⁵⁰ *Discursos*, I, XVIII, 29.

⁵¹ Sasso, Gennaro, *Niccolò Machiavelli*, 1980. [cap. V, p. 319].

⁵² A crítica à origem mítica ou idealizada do *Príncipe* é um dos objetivos de Sasso nessa reflexão, pois, para ele, carece de fundamento pensar a motivação de um livro apenas em pressupostos ideais. Cf. Sasso, Gennaro, *Niccolò Machiavelli*, 1980 [cap. V, p. 316, nota 41].

⁵³ Sasso, Gennaro, *Niccolò Machiavelli*, 1980 [cap. V, p. 327].

A partir dessa interpretação, tem-se uma chave para compreender por que, no *Príncipe*, texto capital do pensamento político maquiaveliano, não há uma reflexão sobre a corrupção, mesmo que de modo fragmentário, como em outros textos políticos. No que tange ao tema em análise, o *Príncipe* não nos oferecerá qualquer explicação maior sobre o fenômeno da corrupção política ou qualquer dado sobre sua origem, seu desenvolvimento, enfim, suas características básicas, porque esse tema ganha relevância para o autor quando ele busca a solução para a corrupção das repúblicas.

Portanto, para os objetivos de nossa reflexão, constatar a existência desse “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*” e compreender como ele se articula com a exposição sobre a corrupção nas repúblicas é de fundamental importância. Com efeito, os capítulos XVI, XVII e XVIII, consagrados à corrupção republicana, só têm sua plena compreensão a partir daquilo que está formulado antes, ou seja, só podem ser decifrados pelas chaves dadas nos quinze capítulos anteriores. Por isso, torna-se imperativo retomar esses capítulos e buscar descobrir como eles lançam luz ao problema da corrupção, o que se configura em uma exposição desse “*Pequeno tratado*”.

II.

Antes de passar à análise propriamente dita dos *Discursos*, convém pensar nas motivações que levaram Maquiavel a escrevê-la. Em parte, a resposta para essa questão pode ser encontrada no próprio texto maquiaveliano, particularmente na *Carta Dedicatória* e no próêmio do livro I. Entretanto, para se ter uma compreensão mais adequada desse problema, é preciso levar em conta ao menos outros dois aspectos. O primeiro diz respeito a certas posições teóricas de Maquiavel ao modelo republicano de Veneza e ao ambiente intelectual florentino do início do século XVI. O outro, refere-se à declaração feita pelo próprio autor de que suas idéias são controversas e contrariam “a posição de muitos”. Conhecendo-se esses argumentos contrários, passa a ser possível entender o universo conceitual que a reflexão maquiaveliana combaterá nos *Discursos*.

Maquiavel escreve os *Discursos* num contexto cultural rico de debates e discussões políticas. Como já explicaram diversos comentadores⁵⁴, tanto em Florença como em outros territórios do norte da Itália, no contexto das lutas em defesa das liberdades cívicas, nasce uma literatura que discute e reflete sobre os principais temas políticos, constituindo uma tradição de pensamento político. Essa preocupação com as questões políticas, que remonta aos primórdios do século XI e XII⁵⁵, não se enquadrava mais na chave do debate sobre as querelas entre o papado e o império, mas estava pautada pela defesa de novos valores ligados à cidade, à *civitas*. No esforço de defender um modelo de governo autônomo, livre dos domínios tanto papal quanto imperial, surge uma tradição de reflexão que propõe, entre outras coisas, um governo republicano para essas cidades, resultando naquilo que Baron nomeia de *humanismo cívico*⁵⁶. Essa tradição de reflexão política que perpassou os séculos seguintes e que teve em Florença um de seus centros de produção intelectual, ganha um novo fôlego ao final do século XV e início do século XVI, após a queda do governo dos Medicis, passando pelo estabelecimento e a destituição do governo republicano até, pela restauração do poder da família Médici. Neste contexto de mudanças políticas, o debate acerca dos fundamentos da república florentina adquire força nos círculos intelectuais da cidade. Desde a morte de Lorenzo de Médici, o Magnífico, em 1492, passando pela retomada do governo pela família Médici em 1512, até, pelo menos 1530, à margem das lutas políticas do período, existiu em Florença um profícuo debate acerca de qual seria o melhor regime de governo e como ele poderia ser implementado na cidade. Nesta discussão, dentre as várias posições assumidas, a defesa da instalação de um regime republicano inspirado no modelo veneziano foi predominante na maior parte da aristocracia florentina, grupo político esse que identificava nos governos republicanos de Savonarola e Solderini o

⁵⁴ Skinner, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*, 2000, [caps. 1-6]; Garin, Eugênio. *Ciência e vida civil no renascimento Italiano*, 1996; [cap. 1]; Baron, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, 1989; Bignotto, Newton. *As origines do republicanismo moderno*, 2001; Bignotto, Newton. *Maquiavel republicano*, 1991. [p. 9-56]

⁵⁵ Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, 2000 [cap. 1, p. 25ss].

⁵⁶ Baron, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, 1989; Bignotto, Newton. *As origines do republicanismo moderno*, 2001; Bignotto, Newton. *Maquiavel republicano*, 1991. [p. 9-56]; Garin, Eugênio. *Ciência e vida civil no renascimento Italiano*, 1996; Garin, Eugenio. *L'Umanesimo italiano*, 1994; Garin, Eugenio. *Umanisti, artisti, scienziati*. Studi sul Rinascimento italiano, 1989.

predomínio dos segmentos populares, considerados governos “demasiadamente” democráticos⁵⁷.

Para compreender o universo no qual nasce essa discussão, uma importante fonte são os arquivos remanescentes das *Pratiche* ou *Consulta* do governo republicano de Florença. Como nos mostram Gilbert e Bignotto⁵⁸, após a instalação do governo republicano de Savonarola, em 1494, as principais mudanças constitucionais se concentraram na criação de duas instâncias deliberativas: o Conselho Maior e o Conselho dos Oitos, sendo que no primeiro estavam mais amplamente representados os vários segmentos sociais da cidade do que no segundo, composto exclusivamente de magistrados escolhidos entre os membros da aristocracia. O Conselho Maior era, contudo, uma instância deliberativa, um local onde ocorria, principalmente, a votação das grandes matérias, não havendo espaço para debates e discussões. As *Consulte* e *Pratiche* eram instâncias inferiores ao Conselho Maior, convocadas para discutirem diversos temas, antes de sua votação nos conselhos. As *Pratiche*, seja na sua forma mais restrita, *Pratica stretta*, com poucos membros, seja na sua forma mais ampla, *Pratica larga*, com a presença de muitos membros, era a instância em que ocorriam as discussões, a defesa e o ataque aos projetos políticos que seriam submetidos à votação nos Conselhos superiores. Era, pois, neste momento que, apoiadas em posições teóricas, determinadas decisões eram formuladas para serem posteriormente encaminhadas aos conselhos. As atas desses debates revelam quais eram os principais temas em discussão, seus defensores e opositores, e o fundamento teórico que respaldava as decisões políticas. Como nos diz Gilbert, dentre os vários temas submetidos a debate, estavam questões constitucionais, finanças e tributação, negociações diplomáticas etc⁵⁹.

Por ser o grupo hegemônico ou mesmo exclusivo nesta esfera, principalmente quando se reunia a *Pratica stretta*, as idéias políticas da aristocracia florentina podem

⁵⁷ Certamente, caracterizar os governos republicanos de Florença que vão de 1494 a 1512 como democráticos é problemática devido ao poder que a aristocracia deteve nesse período. Qualquer afirmação mais contundente no sentido de definição do tipo de governo existente em Florença durante esses 18 anos é passível de discussão. Sobre a história do período cf. Tenenti, Alberto. *Florença na época dos Médici: da cidade ao Estado*, 1973; Tafuro, Antonio. *La formazione de Nicollò*, 2004, parte I.

⁵⁸ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977, p. 67-115; Gibert, Felix. *Machiavel et Guichardin*, 1996, p. 24-45; Bignotto, Newton. *Maquiavel republicano*, 1991, p. 66-74.

⁵⁹ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 80]

ser bem reconhecidas pelas atas das *Pratiche*. Esses debates, principalmente depois das reformas constitucionais propostas por Savonarola, que envolviam diretamente o Conselho Maior – “chamado alma e vida da nossa cidade⁶⁰” –, fizeram com que alguns aristocratas buscassem modelos de constituições que servissem de inspiração para as mudanças em curso. Entre os exemplos favoritos estavam a Roma republicana, a Esparta concebida por Licurgo e a república veneziana contemporânea⁶¹. No entanto, como diz Gilbert, o exemplo veneziano era o que mais se destacava: “*Os aristocratas em particular, ansiosos em limitar o poder do Conselho Maior, colocavam em evidência que em Veneza os cidadãos discretos e sábios tinham as possibilidades apropriadas*”⁶² para o exercício do poder. A opção pelo modelo veneziano se deve, principalmente, ao predomínio e controle que a aristocracia exercia sobre o governo. O governo de Savonarola, bem como em certa medida o de Solderini, eram, aos olhos da aristocracia, muito democráticos, pois neles os poderes decisórios dessa camada estavam limitados. É, portanto, no interior dessa luta política pela retomada do poder liderada pela aristocracia, que nasce aquilo que Pocock nomeia como o “mito de Veneza”⁶³.

Veneza colocava-se como modelo porque conseguia reunir diversas qualidades almejadas pela aristocracia florentina, transformando-se num ideal de convivência cívica. A estabilidade política e a liberdade, bem como a existência de um governo misto, eram entendidas como as causas principais para a grande riqueza da república do Norte. A imagem que o governo comandado pelo *Doge* e pelos seus Conselhos, compostos quase que exclusivamente pela aristocracia, produzia, era a da realização do regime misto idealizado pelos filósofos. Nos escritos de Francesco Bárbaro, Giorgio da Trebisonda e Bernardo Bembo, Veneza correspondia, até nos detalhes, à república proposta por Platão, principalmente por conter em si as três formas de governos particulares ou simples. Todavia, essa defesa do regime misto, que não está somente nos textos platônicos, mas também em Aristóteles, Políbio e

⁶⁰ Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 102]

⁶¹ Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 102-3]

⁶² Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 103]

⁶³ Pocock, J. G. A. *Il momento machiavelliano*, 1980 [cap. 8 e 9]

Cícero, levou esses escritores a afirmar que Veneza era a realização do modelo clássico de república ideal⁶⁴.

O principal resultado alcançado por esse governo misto na visão da aristocracia florentina era a ausência de conflitos políticos num ambiente de grande liberdade cívica, liberdade esta entendida num duplo sentido: como a existência de um governo não tirânico e não submetido a outro Estado⁶⁵. As narrativas que chegavam a Florença sobre a república veneziana relatavam que ela foi instalada há muito tempo, e não se tinha notícia da ocorrência de conjurações ou tumultos políticos que ameaçassem sua normalidade republicana. A fama de Veneza como república pacífica lhe rendeu a alcunha de república *sereníssima*.

Essa imagem modelar de Veneza torna-se um mito à medida que os próprios humanistas começam a conhecer melhor a real estruturação do regime. Com conhecimentos mais aprofundados sobre o funcionamento da república veneziana, descobre-se que se tratava de um governo tipicamente oligárquico, pois era dominado por um Conselho estritamente limitado e controlado por um número restrito de famílias. Como diz Gilbert, poucas pessoas em Florença conheciam como realmente se ordenava o regime veneziano⁶⁶. A admiração estava fundada mais nas narrativas e imagens projetadas da cidade do que na realidade política.

Seja como for, a imagem da república veneziana passa a exercer relevante influência em Florença antes mesmo da instalação do governo de Savonarola, em 1494. Quando do nascimento do governo republicano, em dezembro de 1494, uma das principais inovações do novo regime foi a instauração do Conselho Maior, à semelhança do Grande Conselho de Veneza, com ampla participação dos vários grupos sociais⁶⁷. Apesar dessa modificação constitucional importante, novas demandas se faziam sentir, donde a continuação do debate sobre a melhor forma de governo. Em todos esses momentos de confronto político por reformas nas

⁶⁴ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 121-122]

⁶⁵ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 119]

⁶⁶ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 129-130]

⁶⁷ Compreender o intrincado funcionamento do regime republicano de Florença é uma tarefa difícil. Gilbert nos informa que havia neste período aproximadamente 3.300 cargos eletivos, para uma população de não mais de 60.000 pessoas. Em termos proporcionais significava dizer que, dentre a população masculina com direito a voto, entre 1/4 ou 1/5 participavam de algum cargo eletivo, o que é significativo em termos de participação popular. Cf. Gilbert, Felix. *Machiavel et Guichardin*, 1996. [p. 25, nota 2].

instituições republicanas da cidade, o exemplo veneziano sempre voltava à baila, tanto que, na reforma de 1502, tem-se a instituição de um *gonfaloniere a vita*, ou seja, a versão florentina para o *Doge* veneziano.

Além das reuniões nas *Pratiche*, muito usadas no governo de Savonarola, a reunião da aristocracia em círculos privados era um hábito freqüente. Muito antes do governo de Lorenzo de Médici, também conhecido como grande ativista dos estudos humanistas, havia entre a aristocracia o hábito de se reunir para a discussão de temas literários e filosóficos⁶⁸. Entre os aristocratas que cultivam esse *mito de Veneza*, destacam-se as figuras de Bernardo Rucellai, Francesco Guicciardini⁶⁹, Donato Giannotti⁷⁰. Porém, Bernardo Rucellai merece uma atenção especial não apenas por ser um dos defensores mais árdios de Veneza, mas, principalmente, por ser um dos oradores mais importante das *Pratiche*, no período que antecede as mudanças constitucionais⁷¹.

Segundo Gilbert, Bernardo Rucellai é um desses personagens históricos que ficou conhecido mais por um detalhe trivial da vida florentina (ser proprietário do *Orti Oricellai*) do que por seu relevante papel no ambiente intelectual do final do século XV e XVI. A seu nome associam-se normalmente os *Orti Oricellai*, que eram os jardins de sua casa, onde ocorriam reuniões de parte da aristocracia para o debate dos temas políticos mais prementes do período. Porém, essa imagem de ativista cultural deve ceder lugar a uma outra, na qual transparece um intelectual importante para o pensamento político florentino, mais particularmente, para a compreensão dos textos maquiavelianos⁷². Rucellai foi amigo de infância dos Médicis e era casado com

⁶⁸ Essa tradição pode ser remontada no século anterior, quando ocorriam reuniões no mosteiro agostiniano do Espírito Santo, sob o patrocínio de Luigi Marsigli e Coluccio Salutati, embora sejam esses encontros de caráter mais filosófico e literário do que político. No período de Lorenzo de Médici, sua fama de patrocinador cultural é destacada por vários escritores da época. Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p.45-46]

⁶⁹ Sobre as posições de Guicciardini e a defesa dos interesses aristocráticos, cf. Gibert, Felix. *Machiavel et Guichardin*, 1996 [caps. 5-7]; Tafuro, Antonio. *Il reggimento di Firenze secondo Francesco Guicciardini*, 2005.

⁷⁰ Pocock, J. G. A. *Il momento machiavelliano*, 1980 [cap. 8 e 9].

⁷¹ Pocock nos mostra, que mesmo depois de dissolvido o círculo conhecido como *Orti Oricellai*, os influxos teóricos desse se fazem sentir em obras escritas posteriormente a 1526, como é o caso de *Libro della Repubblica de'Veneziani*, de Donato Giannotti (1492-1573). Cf. Pocock, J. G. A. *Il momento machiavelliano*, 1980 [cap. 9, p. 491-563]; Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 70 e p. 137-8]

⁷² Não somos tão ousados para afirmar como Gilbert que estamos diante das origens do pensamento

a irmã de Lorenzo de Médici, sendo muito próximo a este⁷³. Com a queda do governo dos Médicis em 1494, Bernardo se retira da vida pública, mas não deixa de ser um dos grandes opositores ao novo governo republicano. Mesmo depois da deposição de Savonarola e a instalação do governo de Solderini, Rucellai foi um dos que organizou a aristocracia pela mudança de governo e a instalação de um regime republicano de tipo veneziano. Muitas dessas idéias foram elaboradas e desenvolvidas nos encontros ocorridos em sua propriedade, norteando a argumentação aristocrática sobre a reforma do regime republicano de Florença.

A novidade da pesquisa de Gilbert, como ele mesmo procura destacar, é que houve dois grandes momentos nessas reuniões nos jardins da família Rucellai⁷⁴. Num primeiro momento, entre os anos de 1502 e 1506, mas é possível ainda que tais encontros tenham começado antes, de forma esporádica, sob o patrocínio de Bernardo Rucellai e seus filhos, e num segundo momento, entre 1512 e 1519, sob o patrocínio de Cosimo Rucellai, neto de Bernardo. A documentação disponível mostra-nos que Maquiavel participou desse segundo momento, sendo praticamente impossível a sua presença nos primeiros encontros, principalmente, por ser ele um funcionário do governo de Solderini, ao qual Bernardo Rucellai se opunha ferozmente.

Apesar de seu combate ao governo popular de Savonarola e Solderini, nas palavras do próprio Bernardo⁷⁵, a disposição que animava os encontros era marcada pelo culto do espírito republicano e das tradições romanas, ou seja, combatiam-se esses governos em particular, mas não a idéia de um regime republicano. A Roma republicana era cultuada como o grande modelo republicanos a ser imitado. Pelas descrições de Pietro Crinito, freqüentador desses encontros, apesar da existência de temas literários e filosóficos, os temas políticos eram predominantes, particularmente a análise das instituições políticas antigas, a melhor forma de governo e os

político moderno, como ele dá a entender pelo título de seu texto. Todavia, o impacto desses escritos sobre o pensamento de Maquiavel é notório, e se pensarmos que temos nos textos políticos maquiavelianos o início de um novo momento do pensamento político ocidental, então sim pode-se compreender o papel intelectual de Bernardo Rucellai como uma das origens do pensamento político moderno.

⁷³ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977 [p. 18-22].

⁷⁴ Todo o primeiro capítulo da obra de Gilbert é dedicada a análise deste tema e é nossa principal referência sobre os *Orti Oricellari*. Cf. Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977 [p. 15-66].

⁷⁵ Rucellai considerava esses governos “demasiadamente populares”. Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 40]

fundamentos da força de Veneza⁷⁶. As idéias debatidas refletiam diretamente sobre a obra desses freqüentadores, que no caso de Bernardo podem ser percebidas, principalmente, em dois textos: no *De Bello Italico* e no *Castigationes Decadum Livii*. A primeira obra é uma análise das instituições antigas com vistas ao estabelecimento da melhor constituição possível para a cidade de Florença⁷⁷, proposta semelhante a da segunda obra, que é uma análise de parte da *História de Roma* de Tito Lívio. O que nos mostra Gilbert é que nesses comentários ao texto liviano, Bernardo Rucellai destaca na Roma republicana os valores aristocráticos como um dos fatores de glória e sucesso do regime⁷⁸. Em sua interpretação, uma das causas da decadência da república estava nas extrapolações da plebe e, como desdobramento, nos conflitos políticos ocorridos entre essa e a aristocracia romana. Nas formulações de Rucellai, a partir dessas reflexões sobre a república romana, o regime ideal seria uma mistura de monarquia e aristocracia, cuja melhor experiência foi o governo de Lorenzo de Médici⁷⁹. Essa inspiração teórica passa a ser um critério para as interpretações históricas, nas quais se procurava mostrar o quanto o governo de Lorenzo de Médici (1474-1492) foi um dos momentos de maior estabilidade e progresso de Florença⁸⁰. Seja como for, uma das questões que se apresentava como

⁷⁶ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977 [p. 36].

⁷⁷ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977 [p. 41].

⁷⁸ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977 [p.44-45, principalmente a nota 57].

⁷⁹ Esse tipo de inspiração de um governo principesco, mas não necessariamente monárquico, tem a sua origem em algumas interpretações de Cícero. Como nos mostra Lepore: “Para alguns o princeps ciceroniano permanece como o ideal de uma classe dirigente conservadora, com exclusão de toda tendência monárquica e de toda simpatia por um poder predominantemente singular, de qualquer tipo e, portanto, com a fisionomia inconfundível das realizações augustas [do governo de Otávio Augusto]”. [Lepore, Ettore. *Il Princeps ciceroniano e gli ideali politici della tarda repubblica*, 1954, p. 15]. Essa relação da noção de príncipe com o ideal ciceroniano de princeps será melhor explicada no capítulo 4 desta tese.

⁸⁰ Aceitando a sugestão de Gilbert, de que esses intelectuais aristocratas tentavam difundir uma visão idealizada de certos momentos da história de Florença, lança-se nova luz não somente para a compreensão dos *Discursos*, como veremos, mas também para a *História de Florença* de Maquiavel, principalmente para o proêmio. Neste, em que ele inicia destacando os governos de Cosímo e Giovanni, mas não de Lorenzo, e segue criticando Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini por não destacarem os conflitos políticos internos à cidade, para louvar os feitos externos, são, pois, indícios para a compreensão de quais eram os seus adversários e qual era o registro em que pretende interpretar a história da cidade. Essa posição teórico-interpretativa para a história da cidade, proposto no círculo de Bernardo Rucellai, auxilia na compreensão das posições adversárias que Maquiavel tem em vista na sua *História de Florença*. Tudo isso sem contar que o governo de Lorenzo de Médici não foi tão tranqüilo, pois começa justamente no contexto da *conjunção dos Pazzi*, (conforme relatado na *História de Florença*, livro VII, 33-34 e VIII, 1-9). Pela descrição de Maquiavel na *História de Florença*, o governo de Giovanni e, em certa medida, de Cósimo de

central aos participantes desses primeiros encontros dos *Orti* dizia respeito ao modo de escrever a história, qual perspectiva valorizar em suas narrativas, o que redundará numa visão aristocrática acerca da *História de Florença*, como se comprova pelos textos de Guicciardini e Vettori ⁸¹.

Quando Maquiavel passa a frequentar os *Orti*, toda essa tradição e esse ambiente intelectual florentino lhe estão presentes e repercutem com grande intensidade em sua reflexão. Como nos mostra Martelli, depois de sua saída do governo de Solderini, Maquiavel compreende o problema que envolve a cidade e a ele em particular: na disputa dos aristocratas pelo poder, ele se tornou um de seus adversários. Seus reais opositores não são os Medices, mas os *optimati*, a aristocracia florentina⁸². Em vários capítulos dos *Discursos*, Maquiavel apresentará afirmações contrárias a essas posições teórico-políticas, que no caso da análise da *História de Roma* de Tito Lívio tem uma característica especial: ao analisar a mesma obra sobre a qual Bernardo teceu seus comentários, as conclusões que Maquiavel retira da história romana são exatamente opostas à de Rucellai. Como diz Gilbert:

O vínculo que os reúne é o método histórico político, e se poderia dizer também que Maquiavel demonstra a força desta tradição, enquanto não esperava ver aceitas suas idéias democráticas se não conseguisse provar, como tentou nos Discursos, com aquele mesmo método, aplicado corretamente, leva a conclusões exatamente opostas àquelas que a geração mais antiga havia acreditado poder retirar [da história romana]⁸³.

Maquiavel parte para a análise do mesmo autor caro aos aristocratas, fazendo uma interpretação com os mesmos métodos e chegando a conclusões não somente desfavoráveis à aristocracia, mas aos ideais e modelos por ela propostos, como

Médici, foram melhores que o governo de Lorenzo. Jamais deve ser desprezado nessa interpretação o cunho ideológico de Maquiavel nessa exposição histórica. Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977 [p. 40ss]. Para o caso particular de Guicciardini, cf. Gibert, Felix. *Machiavel et Guichardin*, 1996 [caps. 5-7]; Tafuro, Antonio. *Il reggimento di Firenze secondo Francesco Guicciardini*, 2005; Pocock, J. G. A. *Il momento machiavelliano*, 1980 [cap. 8 e 9].

⁸¹ Um aspecto pouco valorizado por Gilbert, mas destacado por Procacci, diz respeito ao uso do italiano nos textos em substituição ao latim, o que não é uma característica meramente estilística, mas uma ruptura com um modo de narrar da geração anterior, que pode ser pensada também em termos de ruptura com um modo aristocrático de narrativa histórica Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 45]; Procacci, Giuliano. *Machiavelli nella cultura europea dell'eta Moderna*, 1995. [cap. II, p. 23-41]

⁸² Martelli, Mario. *Introduzione in Il Principi*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/1, a cura de Mario Martelli. Roma: Salerno Editrice, 2006 [p.13-14].

⁸³ Cf. Gibert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977 [p. 44-45].

exemplo: a crítica à república veneziana e o elogio dos conflitos políticos. Com efeito, se a aristocracia florentina admirava o regime veneziano, sua estabilidade política e sua natureza aristocrática, Maquiavel verá nesses mesmos aspectos fraqueza e enxergará a virtude nos conflitos políticos, na instabilidade dos regimes republicanos. Assim, Maquiavel entende que o motor das instituições que garantiam e defendiam a liberdade na Roma antiga eram os conflitos nela ocorridos. Ao contrário de pensar no bom regime como uma república de tipo aristocrático, Maquiavel destacará as qualidades democráticas das repúblicas. Será justamente na parcela democrática do governo republicano de Roma, e não nos seus quadros aristocráticos, que esta encontrará sua força, seu vigor e sua grandeza.

Portanto, é nesse ambiente intelectual florentino e em suas idéias, como o *mito de Veneza*, que pode ser encontrado o ambiente intelectual do qual parte Maquiavel na sua reflexão sobre os fundamentos da república. Retomando a questão posta de início, se pensarmos nos *Discursos* como uma resposta, ela nasce desse contexto intelectual e das questões teóricas que seus participantes propunham. Porém, se os *Discursos* se apresentam, primeiramente, como uma contra-argumentação às idéias aristocráticas de então, no seu desenrolar, ele ultrapassa essa esfera imediata da sua conjuntura e passa a debater não somente com os pensadores da Florença humanista, mas com toda a tradição do pensamento político ocidental.

Além desses dados fornecidos pelo contexto florentino, o próprio texto maquiaveliano nos fornece outros aspectos de suas motivações para escrever o texto. Neste sentido, o Proêmio do livro I busca expor as razões que levaram Maquiavel a escrever os seus *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Pode-se afirmar que os objetivos gerais dos *Discursos*, e não somente do livro I, estão expostos neste Proêmio. Maquiavel o inicia mostrando como a inveja, presente na natureza dos homens, pode produzir dois efeitos para a vida política nas cidades: de um lado, a crítica àqueles que buscam novas instituições ou ordenamentos políticos; por outro, o elogio àqueles que procuram mares e terras desconhecidas.

Ainda que, devido à inveja natural dos homens, sempre tenha sido tão perigoso encontrar modos e ordenamentos novos quanto procurar água e terras desconhecidas – por estarem os homens sempre mais prontos a censurar do que a louvar as ações alheias –, assim mesmo, levado pelo natural desejo que em mim sempre houve de trabalhar sem nenhuma hesitação, pelas coisas que me pareçam trazer benefícios comuns a todos, deliberei entrar por um caminho que, não tendo sido trilhado por ninguém, se me trouxer enfados e dificuldades, também me

*poderá trazer alguma recompensa, por meio daqueles que humanamente considerassem o fim deste meu labor*⁸⁴.

O período mostra que os homens possuem uma atitude pessimista e até de repulsa por aquelas ações que se voltam para dentro do Estado. Aqui, buscar (*trovare*) é a ação de estabelecer novos ordenamentos políticos ou costumes, ou seja, tão importante quanto procurar novas terras ou “*procurar águas e terras desconhecidas*” e “*mares nunca dantes navegados*”, o trabalho de fundar novos ordenamentos e costumes possuem o mesmo estatuto, igual importância⁸⁵. Ao firmar tal equilíbrio de dificuldades entre essas duas áreas distintas do agir humano, a intenção de Maquiavel é claramente conferir maior importância ao seu trabalho. Ora, os ordenamentos e os modos, que também podem ser traduzidos por instituições e costumes, dizem respeito às instituições políticas⁸⁶. Dito em outras palavras, poder-se-ia afirmar que os homens reprovam aqueles que buscam fundar novos ordenamentos políticos. Então, fundar novas ordens é também instaurar novas instituições políticas ou novos ordenamentos políticos. Logo, a repulsa movida contra aqueles que pretendem “*estabelecer novas ordens*” é equivalente à aversão àqueles que procuram fundar ou reformar as instituições políticas de um Estado, ou seja, rejeitam-se aqueles que se voltam para o trabalho político no interior da cidade. Nota-se que não há uma crítica aos conquistadores ou descobridores de novas terras, ao contrário, há repulsa aos que pretendem reformar os ordenamentos políticos vigentes. No âmbito interno do

⁸⁴ *Discursos*, I, proêmio, 1.

⁸⁵ Sobre essa relação Maquiavel e a época das grandes navegações cf. Bignoto, Newton. *Maquiavel e o novo continente da política* in: Novaes, Adauto. *A Descoberta do Homem e do Mundo*, 1998.

⁸⁶ As novas traduções, tanto dos *Discursos*, quanto do *Príncipe*, traduzem o termo *ordine* por ordenamentos ou ordenações. Maquiavel usa com frequência nos seus textos políticos o termo *ordine* e a seus correlatos *disordine*, *ordinario*, *extraordinario*, *ordinanza*, bem como as conjugações do verbo *ordinare*, termos esses que remetem diretamente à *ordem* e os seus respectivos correlatos em português: desordem, ordinário, extraordinário, ordenança e o verbo ordenar. As *ordini* estão relacionadas ao mundo da política e significam os ordenamentos políticos instituídos por um governante, mais conhecidos como instituições. Contudo, ao traduzir *ordini* por instituições, apesar de não ser incorreto, perde-se a riqueza polissêmica do termo italiano, pois não é possível traduzir *extraordinario* por “extra-institucional” ou *disordine* por “desinstitucional”. Nesse sentido, preferiremos, sempre que possível, utilizar o termo ordenamentos, ou mesmo, ordenamentos políticos para nos referir as *ordini* maquiavelianas. Já para *modi* ou *modo*, cabem os termos modo ou costumes, desde que ambos digam respeito aos comportamentos políticos de um povo ou indivíduo. Cf. Machiavel. *Le Prince* [edition bilíngüe]. Introduction traduction, commentaires et notes de Jean-Louis Fournel et Jean-Claude Zancarini. Paris: Puf, 2000 [p. 573-578]; Maquiavel, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. M. F, 2007 [p. 466-467]; Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe* [edição bilíngüe]. Tradução e Introdução de José Antônio Martins, 2007.

Estado, os homens não são muito receptivos às mudanças institucionais, já que preferem a estabilidade dos ordenamentos constituídos à adaptação aos novos. Todavia, não são somente as *ordini* que devem ser conservadas, os modos (*modi*) ou costumes também devem perpetuar sua prática. Convém notar que não se pensa aqui nos costumes que caracterizam um determinado povo, uma determinada cidade, como os hábitos cotidianos de convivência, aquilo que hoje chamaríamos de cultura no seu sentido mais amplo. Costumes aqui se referem aos comportamentos cívicos, aos hábitos políticos, à esfera cívica do agir, na qual Tenenti identificará a noção de *civilidade* para Maquiavel⁸⁷. São esses *costumes* cívicos que se pretendem restaurar entre os homens. Tal preocupação com a esfera cívica é uma evidência da ligação que Maquiavel mantém com os ideais do humanismo cívico, que há tempos eram defendidos pelos escritores florentinos⁸⁸. Em linhas gerais, esse ideal humanista preconizava o resgate dos valores cívicos da antigüidade, uma retomada daquele modelo de vida e de virtude cívica que caracterizava os grandes homens do passado. Ora, as críticas denunciadas neste primeiro momento confluem para aqueles que pretendem modificar as instituições e os hábitos da cidade, contra aqueles que desejam romper com a ordem política estabelecida.

O texto revela, em seguida, que há, por parte das pessoas em geral, uma exaltação daqueles que procuram (*cercare*) terras incógnitas, os descobridores, os desbravadores de novos territórios, colônias ou possessões, tomadas como exemplos por seus concidadãos. Maquiavel quer demarcar que, diferentemente do que ocorre com uma ação voltada para dentro do Estado, quando há uma ação de fundação política voltada para fora, os autores de tais iniciativas ganham uma aura de heróis. A mudança de hábito de um povo conquistado é louvável e desejada, pois o ideal de aculturação era esperado dos conquistadores para com seus conquistados. A mudança dos ordenamentos políticos, dos hábitos e costumes para além do limite da cidade não

⁸⁷ Cf. Tenenti, Alberto. “‘Civilità’ e civiltà in Machiavelli” in *Credenze, ideologie, libertinismi tra Medioevo ed Età moderna*, 1978 [p. 155-173]

⁸⁸ Cf. Bignotto, Newton. *Origens do republicanismo moderno*, 2001; Bignotto, Newton, *Maquiavel Republicano*, 1991 [cap. 1]; Garin, Eugênio. *Ciência e vida civil no renascimento Italiano*, 1996 [cap. 1]; Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, 2000, [cap. 1].

implicava nenhum problema, ao contrário, era uma conseqüência natural do povo mais forte, sendo a própria ação inovadora uma atitude exaltada⁸⁹.

No confronto das afirmativas, a conclusão se impõe: há nos *modi* do Estado uma postura negativa frente à ação política inovadora, que se volta para o seu interior, e uma positiva, para aquelas ações que se destinam para o seu exterior. O trabalho político endereçado para suas próprias instituições é repudiado, enquanto o que se dirige para fora não o é, e tal situação é fruto da inveja natural, desejo que move as ações humanas. Contudo, atentando para os efeitos dessa inveja, temos, um aspecto positivo e um negativo: louvor para fora e crítica para dentro. Como entender isso?

Fica evidente já neste primeiro parágrafo do proêmio que Maquiavel opõe-se ao que seria tradicional na política: tentar conservar a estabilidade nas coisas internas e inovar na esfera externa. Para grande parte dos pensadores políticos, manter uma regularidade na condução das coisas próprias do Estado era um critério que explica sua longevidade ou, usando uma terminologia contemporânea, a postura conservadora se impunha na tarefa de manutenção das instituições⁹⁰. As experiências inovadoras deveriam ocorrer extra muros, no espaço que já era por natureza novo: os territórios conquistados. Nesses lugares, a instauração de outros ordenamentos políticos poderia se aplicar, já que este era o campo próprio das novidades.

Contrariando esses preceitos, na seqüência, Maquiavel diz que sua intenção é justamente escrever sobre esses fatos internos: “*Todavia, [...] deliberarei entrar por um caminho, o qual, não sendo ainda trilhado por ninguém...*”⁹¹. Sabendo que não segue o que era considerado comum nos escritos políticos, Maquiavel reivindica o ineditismo e a originalidade de seu texto⁹²: privilegiar um aspecto da vida dos Estados renegado pelos demais pensadores, ou seja, tratar da busca por novas instituições

⁸⁹ Nesse sentido convém destacar como que ao longo do texto Maquiavel sempre vê de forma positiva a ação conquistadora de Roma e, ao contrário, como sinal de fraqueza de Esparta e Veneza a ausência desse ímpeto expansionista.

⁹⁰ Esse era o fundamento da concepção medieval, presente tanto em Agostinho e, principalmente, nos autores da escolástica, como Tomás. No limite, conservar as estruturas políticas era conservar o lugar natural das coisas no corpo político que é a cidade, que como todo corpo é um corpo natural, submetido às regras da lei natural. Cf. Kantorowicz, Ernest. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política Medieval*, 1998; Pocock, J. G. A. *Il momento machiavelliano*, 1980 [parte 1, cap. 1-3].

⁹¹ *Discursos*, I, proêmio, 1.

⁹² Idéia essa também presente na *História de Florença* e no *Príncipe*, cf. *História de Florença*, Proêmio; *O Príncipe*, Carta Dedicatória.

políticas no interior das cidades. Assim como a inveja natural dos homens é o motor para o primeiro binômio das oposições de sentimentos em relação aos inovadores, esse seu projeto também é motivado por um desejo natural, só que não mais a inveja, mas o do trabalho realizado com vista somente ao fim a que se deseja chegar: compreender os fundamentos das repúblicas. Em outras palavras, pelas razões inversas dos homens dotados de inveja natural, nasce para Maquiavel a motivação para a realização de seu propósito nos *Discursos*: empreender uma análise voltada para dentro da cidade motivada pela virtude do labor.

Novamente, um outro paralelo se forma: inicialmente, a inveja natural dos homens os leva a duas atitudes contraditórias, louvor e crítica. Maquiavel também, motivado por uma qualidade natural – o trabalho sem considerar o que os outros dizem, mas apenas o fim da obra –, procura realizar uma reflexão original sobre o assunto. De fato, tem-se a inveja opondo-se ao trabalho, ou seja, uma desqualificação dos primeiros e uma exaltação da segunda. A estratégia de exposição de Maquiavel, que de início se revelava obscura, se esclarece: faz-se inicialmente uma exposição da originalidade de sua posição analítica para em seguida mostrar sua superioridade em relação às primeiras.

Este primeiro momento do texto se encerra, pois, com a afirmação de que ainda que esses escritos possuam uma série de defeitos, não poderão causar nenhum mal àqueles que o lerem.

Mas, se o engenho pobre, a pouca experiência das coisas presentes e a débil informação das antigas tornarem insuficiente e de não grande utilidade este meu esforço⁹³, pelo menos abrirão caminho a alguém que, com mais virtù, mais eloquência e discernimento, possa vir a realizar este meu intento: o que, se não me granjear louvores, não me deveria gerar censuras⁹⁴.

Em um segundo momento, o autor recrimina a exaltação dos grandes homens e de seus feitos, sem que isso implique na devida imitação de seus atos. Lembra que facilmente se celebra a memória dos capitães, dos legisladores, enfim, dos homens notáveis “*que pela sua pátria trabalharam exaustivamente*”⁹⁵, mas que a imitação dos seus atos não acompanha tal atitude. Ora, é evidente a crítica de Maquiavel à falta de

⁹³ Esforço aqui traduz o termo italiano *conato*, que é derivação direta do termo latino *conatus*.

⁹⁴ *Discursos*, I, proêmio, 2.

⁹⁵ *Discursos*, I, proêmio, 3.

empenho dos seus contemporâneos em tentar reproduzir os grandes atos cívicos, e substituírem esses atos pela restrita adulação, como se isso bastasse para a boa vida civil. Para Maquiavel, esse desvio na relação com o passado, a mera exaltação sem a busca da imitação, está na raiz de uma série de enfermidades cívicas que assolavam Florença, bem como toda a Itália. Os homens não procuravam mais a excelência no exercício da *virtù* política, na ação cívica, tanto que, segundo Maquiavel, “*daquela antiga virtù não nos restou nenhum sinal*”⁹⁶.

A imitação dos valores, sugerida *en passant* neste proêmio ao livro I, é retomada também no início do proêmio ao Livro II. Contudo, a imitação é mobilizada no argumento não apenas como possibilidade de um agir fundado no saudosismo, mas para refletir sobre a vida nas repúblicas. A temática da perda dos valores, da decadência nos costumes, presente desde os historiadores antigos, retorna, agora, aplicada à sua época, a uma Florença e a uma Itália que necessitam recuperar seus momentos gloriosos. Esta atitude retórica é um novo modo dos discursos epidícticos, uma alternância entre louvor e censura num mesmo lugar⁹⁷.

Maquiavel, por um novo paralelo⁹⁸, mostra-nos que, do mesmo modo que na medicina, na vida civil a imitação dos antigos é um remédio eficaz: quando os homens sofrem alguma enfermidade o remédio é, via de regra, aquele indicado pelos antigos ou pela tradição, que é o conhecimento legado pela experiência acumulada; logo, a prática médica não é “*outra coisa senão experiências feitas pelos antigos médicos, sobre os quais se apóiam os médicos presentes e seus juízos*”⁹⁹. Com efeito, a arte médica consiste em tentar imitar os antigos em sua sabedoria, apoiar-se em seus conhecimentos para poder curar as doenças, quando possível. Nunca é demais lembrar que a imitação deve ser acompanhada de juízos, ou seja, não basta reproduzir esses conhecimentos, é necessário também refletir, adequar esses conhecimentos e não somente transpô-los. Assim como na medicina, na vida civil, quando há alguma disputa ou discórdia entre os cidadãos, o remédio são as leis civis. Estas, por seu

⁹⁶ *Discursos*, I, proêmio, 3.

⁹⁷ Acerca do gênero epidíctico, cf. p. 9.

⁹⁸ Chama a atenção o quanto Maquiavel trabalha nos textos com paralelos conceituais, seja em contraposições, seja em alternativas. Ames chama a atenção para esse modo de raciocinar por dilemas, extremos presentes não somente nos *Discursos*, bem como nas demais obras. Cf. Ames, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*, 2002 [p. 37-40].

⁹⁹ *Discursos*, I, proêmio, 5.

turno, “*não são outra coisa senão sentenças dadas pelos antigos jurisconsultos, as quais convertidas em ordenamentos, instruem nossos jurisconsultos*”¹⁰⁰. Ademais, nas coisas civis, continua Maquiavel, não se encontram príncipes ou repúblicas que não recorram aos exemplos antigos.

Primeiramente, verifica-se que a exaltação dos valores antigos nasce a partir das constatações do presente decadente e corrompido, da percepção de que o mundo atual está dominado pela falta de *virtù* cívica. Ora, é em função desta carência de *virtù* no presente que nasce a exaltação do passado. Pelos vários relatos contidos nos escritos políticos maquiavelianos, que são um parâmetro para se perceber sua visão do quadro político de seu tempo, as duas primeiras décadas do século XVI foram marcadas por retrocessos políticos para os italianos e, em particular, para os florentinos¹⁰¹. Algumas passagens, tanto do *Príncipe* quanto dos *Discursos* ou da *História de Florença*, são bastante eloqüentes no retrato da decadência política italiana¹⁰², que talvez tenha adquirido cores mais fortes em função dos desencantos de Maquiavel após sua saída da Chancelaria em 1512¹⁰³. Lançar mão da noção de imitação se coaduna às intenções dos *Discursos*, tendo em vista que um dos objetivos gerais do texto é entender as razões mais profundas para a decadência dos seus dias e recompor esse problema dentro de uma nova perspectiva teórica. A noção de imitação se põe, pois, como uma referência na tentativa de responder à questão latente. Diante do quadro de corrupção, Maquiavel vê na imitação a possibilidade de retomada da *virtù* política, que não se caracteriza por sua idealidade, mas, como uma possibilidade

¹⁰⁰ *Discursos*, I, proêmio, 4.

¹⁰¹ Sobre isso cf. Felix, Gilbert. *Machiavel et Guichardin. Politique et histoire à Florence au XVIe siècle*, 1996; Tafuro, Antonio. *La formazione di Niccolò Machiavelli. Ambiente fiorentino, esperienza política, vicenda umana*, 2004.

¹⁰² Exemplos disso são o cap. XXVI do *Príncipe*, e várias passagens da *História de Florença* nas quais a crise política não é um fenômeno particular da cidade em questão mas dos territórios italianos em geral.

¹⁰³ Gennaro Sasso sugere que uma das motivações desses proêmios, ou mais especificamente, desse recurso à imitação destacado nesses textos, estejam ligadas, de algum modo, ao Estado psicológico de Maquiavel quando estava escrevendo os *Discursos*. Tendo em vista as invasões do território italiano, o quadro de desagregação política predominante, mesmo depois da eleição do papa Leão X e da chegada dos Médicis ao governo de Florença, acrescido da desilusão pelo fato de o *Príncipe* não ter surtido o efeito desejado, tudo isso teria levado Maquiavel a acreditar que pela retomada dos valores cívicos clássicos ter-se-ia uma solução para a decadência presente. Numa época conturbada politicamente, onde não se encontra de imediato alguém que pudesse restaurar as instituições, o convite à imitação da virtude cívica dos antigos nasce como possibilidade de resposta, como um remédio ao presente corrompido e decadente. Cf. Sasso, Gennaro. *Nicolló Machiavelli*, 1980 [p. 535 ss].

prática, como um agir que se poderia efetivar de imediato visto ter sido efetivo no passado. Os antigos modelos recuperariam o gosto pela ação política e pela transformação das instituições, fazendo com que essas também recobrassem seu vigor inicial. Enfim, os exemplos do passado deveriam servir de estímulo para se afrontar a corrupção política do presente.

Todavia, a imagem de um passado perfeito não se constata por uma análise das suas qualidades intrínsecas, mas por uma comparação com o presente. A perfectibilidade do passado é resultado da visão decadente e corrompida do presente, que exalta justamente aquilo que lhe falta, donde não se louvarem as qualidades antigas por si mesmas – por serem naturalmente excelentes –, mas por estarem em oposição ao presente. É o presente corrupto, decadente em suas qualidades cívicas, que confere mais força aos valores políticos dos antigos. As qualidades das coisas antigas nascem, pois, de seu contraste com o mundo contemporâneo e não por suas virtudes próprias.

Entretanto, para que haja imitação é necessário que exista algum tipo de identidade ou solo comum entre o passado e o presente, algo que garanta a mediação histórica e permita aos homens reviver as *virtus civitas* dos romanos. A teoria da imitação, posta nestes termos, exige “*a identidade do passado e do presente, a uniformidade das épocas, a coincidência substancial das situações*”¹⁰⁴. Sem esses pontos em comum, as virtudes cívicas antigas não teriam como ser revividas. Tais exigências conduzem o raciocínio a uma contradição: como seria possível reviver o passado num presente corrupto e decadente, já que a necessidade da retomada das virtudes cívicas antigas nascem justamente da diferenciação entre as épocas? A esse respeito, convém lembrar o contraste entre Roma e Florença apresentado no capítulo I do livro III da *História de Florença*, na qual são retratadas as virtudes políticas da primeira e a decadência cívica da segunda¹⁰⁵.

A imitação exige, pois, uma uniformidade das épocas, uma identidade entre as práticas políticas do passado e do presente. Ora, isso gera o desaparecimento da

¹⁰⁴ Sasso, Gennaro. *Nicolló Machiavelli.*, 1980, [p. 540].

¹⁰⁵ No início do livro III da *História*, Maquiavel lista uma série de atitudes semelhantes ocorridas em Roma e Florença e os resultados diversos que produziram. Ao final desse paralelo ele declara que a raiz de tanta diversidade são os fins, a finalidade de cada povo: “*Esta diversidade de resultados é natural que provenha dos diversos fins a que se propuseram estes povos.*” [*História de Florença*, III, cap. 1.]

própria necessidade de uniformidade das épocas, visto que as virtudes cívicas se conservaram, fazendo do raciocínio uma tautologia. A solução para tal raciocínio circular não está na história ou na contigüidade dos modos e dos hábitos, mas na natureza do mundo e na natureza do homem¹⁰⁶. Maquiavel desloca a questão do plano político e o repõe naquilo que poderíamos dizer a “esfera cosmológica”. Se a imitação pressupõe uma identidade, ela é dada, fundamentalmente, pela natureza das coisas, logo, pela imutável natureza humana.

[...] *Considerando a imitação não só difícil como também impossível; como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado nos modos, nas ordens e poder, distinguindo-se do que eram antigamente*¹⁰⁷.

O raciocínio maquiaveliano se vale de uma igualdade na natureza das coisas ao longo do tempo: os seres são substancialmente os mesmos, não mudando suas características básicas. A identidade entre os homens atuais e os do passado, extraída da natureza das coisas, era o elo que faltava para sustentar a possibilidade da imitação da virtude cívica dos antigos. Maquiavel baseia-se, pois, num silogismo que afirma, como sua primeira premissa, a necessidade de um solo comum entre passado e presente para a possibilidade da imitação; como uma segunda premissa, a identidade natural das coisas ao longo do tempo; o que permite concluir que é possível ao homem moderno – que possui a mesma natureza dos homens do passado – imitar as antigas virtudes cívicas desses. Ele desloca, assim, da esfera da história, das paixões humanas, do campo da ética e da vontade, o fundamento da imitação. A impossibilidade de efetivação da imitação dos antigos é antes um juízo, um julgamento dos homens, e não uma verdade de fato, um impedimento da própria imitação, algo contrário a si mesma. Somente quando pensada nesse registro “cosmológico” e não no registro histórico é que a imitação encontra sua condição de possibilidade.

Essa imitação não ocorre, então, apenas pela leitura dos antigos, pois a falta de um verdadeiro conhecimento da história tem levado a um “ambicioso ócio”, resultado direto da impossibilidade de se extrair um verdadeiro sentido da história, de apreciar os conteúdos presentes nesses relatos. Ao mobilizar o par “variedade de acidentes” e o sentido “em si” presente na história, comprova-se a intenção maquiaveliana de

¹⁰⁶ Cf. Cassirer, Ernest. *Indivíduo e Cosmos na filosofia do renascimento*, 2004.

¹⁰⁷ *Discursos*, I, proêmio, 8.

ressaltar a função da ação política presente nos fatos históricos. O que Maquiavel reivindica é a busca do sentido fundamental da história e não a consideração apenas dos acidentes. Para a compreensão da natureza “em si” dos fatos históricos, ou seja, para a apreensão da sua essência, se faz necessário um esforço reflexivo que ultrapasse a esfera imediata dos acidentes. Sob tal perspectiva, o estudo da história deve ir além da apreciação dos fatos, dos homens, como se apenas estivessem recuperando uma memória esquecida. O conhecimento histórico demanda um esforço que leve à constatação do que está para além do imediatamente apreensível, ou seja, a compreensão da natureza das coisas pertencentes ao mundo político é tarefa da reflexão, necessita o emprego do intelecto e não é somente fruto da experiência ou descrição dos fatos. Mais do que um sentido positivo do que se deve fazer, Maquiavel recrimina a atitude de passividade intelectual daqueles que se contentam com o imediato, com o mais evidente, com a mera descrição.

O Proêmio encerra-se mostrando como o texto se insere na tentativa de completar essa lacuna que induz ao erro. De fato, a ausência de uma compreensão correta da história tem levado os homens a julgar equivocadamente, desprezando um manancial fecundo de sabedoria que oriente as ações políticas.

Desejando, pois, afastar os homens desse erro, julguei necessário escrever, sobre todos aqueles livros de Tito Lívio que não nos foram tolhidos pelos malefícios do tempo [...]; para que aqueles que lerem estas minhas declarações possam retirar deles mais facilmente a utilidade pela qual se deve procurar o conhecimento das histórias¹⁰⁸.

Uma vez reconhecidos os movimentos principais do proêmio dos *Discursos*, cabe agora pensar no sentido que possui o livro I. Maquiavel diz que decidiu “*entrar por um caminho que não foi trilhado por ninguém*”¹⁰⁹, reivindicando, com isso, o ineditismo da obra, que se manifesta naquilo que será destacado e no modo como fará sua análise. Porém, se a reivindicação de originalidade pode parecer instrumento retórico, ao longo do livro I, ele, partindo das considerações de Tito Lívio sobre Roma, analisa as condições internas dos Estados, chamando a atenção para o fato de que a sua grandeza não está em sua relação com a exterioridade, que a solidez de uma república não se mede pela quantidade de conquistas e anexações realizadas. Os

¹⁰⁸ *Discursos*, I, proêmio, 9.

¹⁰⁹ *Discursos*, I, proêmio, 1.

verdadeiros sustentáculos das forças de um Estado são os seus fundamentos internos, residem nos modos como os ordenamentos políticos estão dispostos e funcionam, nas leis que a regem e na maneira como elas estão estabelecidas. No início do proêmio, como visto, os fundamentos de um Estado são os seus ordenamentos e os costumes políticos de seu povo. Ora, leis, armas, religião, tribunais, cônsules, magistrados etc. são todos instrumentos que garantem a liberdade da ação cívica. A segurança de que o agir político não será usurpado ou cerceado se funda na existência e no bom funcionamento dessas instituições. Conforme se verá, são principalmente nos dezoito primeiros capítulos do livro I que se desenvolve essa reflexão sobre a fundação e o funcionamento das instituições nas repúblicas, que se analisa as condições que levaram ao seu surgimento, o modo como executaram as suas funções, os percalços ou desvios que cometeram e a corrupção que pode se abater sobre ela, colocando em risco as outras instituições e até o corpo político.

Assim, a atenção deve ser dada inicialmente para o interior do Estado, numa tentativa de conhecer os elementos constitutivos do poder com a finalidade de entender o sentido das conquistas e da grandeza desses governos. O inédito de sua obra, de fato, não está na análise do texto de Tito Lívio, algo já feito por Bernardo Rucellai, mas naquilo que será destacado por ela.

2. A circularidade dos regimes políticos

Como pensar os dois capítulos iniciais do livro I? Seriam eles uma introdução formal para os demais, em que o centro da argumentação maquiaveliana sobre as repúblicas se desenvolverá? Seriam, ainda, particularmente o capítulo II, uma resenha sem a devida referência ao livro VI da *História* de Políbio ou um dos pontos mais altos e elaborados da reflexão política maquiaveliana?

Hans Baron, ao apresentar suas posições sobre a datação dos *Discursos*, em que defende que esse foi escrito de uma só vez a partir de 1515, talvez tenha sido o primeiro a levantar questões sobre a origem desses dois primeiros capítulos¹¹⁰. Um outro tipo de questionamento, agora não mais baseado na datação ou em dados externos, é feito por Bausi¹¹¹. Em seu estudo sobre a gênese e a estrutura dos *Discursos*, Bausi procura demonstrar que os capítulos I e II do livro I podem ser separados daquilo que entende ser a “obra sobre as repúblicas”, ou seja, sem negar a importância desses capítulos, ele tenta demonstrar que eles não teriam uma ligação estreita com a temática apresentada nos demais capítulos, ao menos até o capítulo dezoito desse primeiro livro. Essa interpretação o leva a concluir que esses dois capítulos iniciais foram inseridos a *posteriori*, como forma de uma introdução a uma obra já realizada¹¹². Outra afirmação, no caso mais restrito ao capítulo II, é de ser apenas uma resenha da noção de circularidade dos regimes políticos presentes na *História* de Políbio, do qual Maquiavel se apropriaria sem citar a fonte.

Todavia, uma análise mais atenta revela que esses dois capítulos perfazem uma introdução teórica dos *Discursos*, ao mesmo tempo, articulando-se ao restante da

¹¹⁰ Conforme apresentamos, em função da discussão se Maquiavel teria ou não conhecido o texto de Políbio nos anos de elaboração dos *Discursos*, em que alguns acreditaram ser muito improvável, isso sugeriria que tais textos foram acrescentados a *posteriori* ou indicaria uma elaboração dos *Discursos* posterior a 1515. Essa seria a hipótese central de Hans Baron e Hexter. Cf. Hexter, J. H. Seyssel, Machiavelli and Polybius VI: the Mystery of the Missing Translation, “Studies in the Renaissance”, 3, 1956, p. 75-96; Baron, Hans. *The ‘Principe’ and the Puzzle of the Dates of the Discorsi* in “Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance”, XVIII (1956), p. 405-428.

¹¹¹ Cf. Bausi, F. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli. Genesi e struttura*, 1985. [parte prima, p. 7-71].

¹¹² Como já foi dito (cf. nota 23), esse argumento de Bausi não se sustenta, bem como outras interpretações apresentadas em seu estudo. A réplica ao texto de Bausi está em: Giorgio Inglese, *Ancora sulla data di composizione dei Discorsi* in ‘La Cultura’, v. XXIV, 1986, [p. 98-117].

obra. Mais do que isso, eles não apenas se articulam com o texto, mas de sua leitura depende toda a argumentação, pelo menos até o capítulo dezoito. Como diz Sasso:

*Nas suas páginas [capítulo II], densas de citações douradas, coloca-se nada mais que o problema central dos Discursos, o problema da coordenação das forças profundas da sociedade entre ordens e leis adequadas, e exprime-lhe a mobilidade e a 'dialética' interna*¹¹³.

Isso nos leva, pois, a verificar como se estrutura o argumento nesses capítulos, o que demanda, por seu turno, uma análise mais acurada de ambos.

Uma vez apresentados os propósitos gerais do texto no prólogo, Maquiavel, no capítulo I do livro I dos *Discursos*, inicia sua exposição analisando os fatores que determinam a fundação das cidades. Já no título fica claro seu intento em discorrer sobre a origem das cidades, o que é um procedimento padrão em quase todos os autores que tratam da esfera política¹¹⁴. Para se compreender a essência ou a natureza primeira do corpo político deve-se buscar seus elementos primeiros. Porém, nesse estabelecimento das causas que levam à fundação de uma cidade, há uma grande diferença entre o tratamento dado por Maquiavel e os escritos políticos clássicos, principalmente no que diz respeito a Aristóteles. Ao contrário deste¹¹⁵, Maquiavel não apela, no início do livro, para a tendência natural do homem à associação, mas para certos fatores externos que impelem o homem a buscar um outro lugar para edificar uma nova cidade: “*E para discorrer antes sobre o seu nascimento, direi que todas as cidades são edificadas, ou pelos homens nascidos no lugar onde são edificadas, ou por forasteiros*”¹¹⁶.

Ora, a motivação não nasce de algo interno ao homem, como o desejo natural para a satisfação (*eudaimonia*), mas por uma condição externa, que o obriga a buscar um novo lugar para fundar a sua cidade.

Além disso, o objetivo de Maquiavel neste início é entender qual a *virtù* que se estabeleceu em Roma em seu primeiro momento que a possibilitou permanecer forte durante tanto tempo. Tal questão revela uma idéia presente em vários autores: a de que a força e o vigor, no caso a *virtù* de uma cidade, se instala no ato de fundação

¹¹³ Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Tomo I, 1987 [cap. I, p. 57].

¹¹⁴ Cf., por exemplo, Platão, *República* I; Aristóteles, *Política* I; Cícero, *República* I; Tomás de Aquino, *De Regno* I.

¹¹⁵ Aristóteles, *Política* I, 1.

¹¹⁶ *Discursos*, I, I, 2.

ou nos primeiros momentos de sua existência. Em uma cidade, as qualidades, as virtudes e também os vícios e os defeitos estão inseridos na sua concepção, como um ser vivo, donde se possa saber, em função de seus atributos, o que poderá vir a ser. Quando os homens se impressionam com as qualidades de uma cidade, isso decorre da *virtù* que ali se instalou desde o seu nascedouro. De tal modo que é na análise do princípio das coisas que se deve extrair as qualidades principais que moldam uma cidade, que pode, assim, ser designada em função do seu momento fundante:

*Quem ler a história do princípio da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado e por quais legisladores, não se admirará que tanta virtù se tenha mantida por muitos séculos naquela cidade; e que depois tenha nascido o império, ao qual se acrescentou àquela república*¹¹⁷.

Determinada a importância de tratar o fundamento das cidades, Maquiavel não passa a falar de Roma diretamente, mas apresenta uma série de distinções que implicam na fundação de toda e qualquer cidade, distinções essas que se apresentam em paralelo, em que se seguindo um ou outro modo chega-se a tal ou qual consequência¹¹⁸. Os motivos que levam a um ou outro caso de fundação cidadina são os mais variados. Entre os destacados pelo autor, verifica-se uma distinção importante para a *virtù* do seu fundador que se reproduz na cidade: quanto maior a *virtù* do fundador, maior a *virtù* da cidade. Ora, tal *virtù* do fundador se conhece pela escolha do lugar e pelo ordenamento político que ele confere à cidade, e essas decisões são um dos fatores determinantes para o seu destino¹¹⁹.

Ainda, segundo Maquiavel, mais do que as condições naturais do lugar escolhido para a instalação da cidade, os seus ordenamentos políticos são de grande relevância. Apesar de no início do texto parecer que são os atributos físicos do lugar que determinam as qualidades da cidade, ao longo do capítulo fica claro que esse papel cabe à lei e aos ordenamentos políticos. Entre os exemplos citados, a força do Sultão Selim estava na lei e na disciplina imposta aos seus comandados, no ordenamento estabelecido que assegurou a força de seu exército em condições inóspitas¹²⁰.

¹¹⁷ *Discursos*, I, I, 1.

¹¹⁸ *Discursos*, I, I, 8-10.

¹¹⁹ *Discursos*, I, I, 11-14.

¹²⁰ *Discursos*, I, I, 18.

Ao considerar os princípios das cidades no capítulo I, vemos um movimento no argumento, do qual primeiramente sobressaem as condições de fertilidade ou esterilidade do local onde se instalará a cidade, para, em seguida, se ressaltar a importância da lei. O raciocínio opera, pois, entre esses dois pólos, o das condições naturais e o do ordenamento político: diminui-se o valor das condições naturais exigidas como fator de durabilidade em favor do papel dos ordenamentos políticos que devem ser criados em função das necessidades locais. É pela combinação dessas duas condições, com seus pesos desiguais, que a *virtù* se instalará ou não em uma cidade, resultando na busca dos homens em dominar a natureza, entendida seja como os fenômenos naturais, seja como os impulsos dos homens sem os mecanismos de controle cívicos. Preocupação essa não somente restrita a Maquiavel, mas presente nos pensadores humanistas do *Dezesseis*¹²¹.

Após apresentar esses dois critérios gerais para a fundação das cidades, Maquiavel passa a tratar da origem de Roma a luz de tais pressupostos.

*Quem examinar, portanto, a edificação de Roma, se considerar que Enéas foi seu primeiro fundador, dirá que ela está entre as cidades edificadas por forasteiros; se considerar que foi Rômulo, dirá que é das edificadas pelos homens nascidos no lugar; seja qual for o modo considerado, verá que Roma teve um princípio livre, sem depender de ninguém: verá também, como diremos adiante, a quantas necessidades as leis estabelecidas por Rômulo, Numa e outros a obrigaram, de tal modo que a fertilidade do lugar, a comodidade do mar, as numerosas vitórias e a grandeza do império não a puderam corromper por muitos séculos, conservando-a cheia de tanta virtù, com que nenhuma outra cidade ou república jamais se ornou*¹²².

A *virtù* de Roma esteve, portanto, em saber combinar condições naturais e ordenamento político. Ao dar atenção à adequada combinação entre ambos, Roma obteve grande poder, que lhe possibilitou as inúmeras conquistas e, por conservar suas instituições e sua liberdade, manteve-se poderosa por muito tempo. A partir, pois, dos fatores que presidiram sua fundação, Roma é um exemplo. O que o leva a concluir apresentando o objetivo geral do livro I:

E, visto que as coisas realizadas por ela e celebradas por Tito Lívio ocorreram por deliberação pública ou privada, dentro ou fora da cidade, começarei discorrendo sobre as coisas que, ocorridas dentro da cidade e por deliberação pública, me

¹²¹ Cf. Cassirer, Ernest. *Indivíduo e Cosmos na filosofia do renascimento*, 2004; Garin, Eugênio. *Ciência e vida civil no renascimento Italiano*, 1996 [cap. 4].

¹²² *Discursos*, I, I, 22.

*pareçam dignas de maior atenção acrescentando tudo o que delas decorria; e com tais discursos terminará este primeiro livro, ou melhor, esta primeira parte*¹²³.

O raciocínio maquiaveliano torna-se evidente: tendo uma vez identificado o princípio da cidade de Roma, deve-se olhar para o interior da cidade, no intuito de compreender melhor as causas de sua glória. Uma vez sabendo quais foram os fatores internos que geraram tanta força e tanta honra, se procurará, então, conhecer as coisas externas, ou seja, as conquistas empreendidas por Roma, objeto do livro II dos *Discursos*. Esses aspectos internos não são as condições naturais já apresentadas, mas sim os ordenamentos políticos que foram implementados na cidade de Roma. Segundo Maquiavel, serão essas obras humanas que explicitarão as causas do poder político romano. Assim, longe de ser um capítulo cujo objetivo é expor e defender o determinismo naturalista da fundação das cidades, a introdução das leis como fonte do poder político revela-se de capital importância para a compreensão do projeto maquiaveliano nos *Discursos*¹²⁴. Gradualmente diminui-se o poder da concepção determinista do mundo político para dar lugar à influência da ação humana, principalmente por meio de sua obra maior neste domínio: os ordenamentos políticos¹²⁵. No caso específico do capítulo II, cumpre saber como surgem, se desenvolvem e mudam, não apenas as instituições, mas também as constituições políticas ou as formas de governo.

O capítulo I, portanto, prepara o quadro sobre o qual se desenvolverá a análise das formas de governo no capítulo II e suas transformações, na medida em que é pela determinação de como as cidades são fundadas livremente, e não movidas por alguma necessidade oriunda da Natureza, que se estabelecem os ordenamentos políticos. Para além da descrição das possibilidades de nascimento das cidades está a indicação de como, ao se fundar uma nova *civitas*, deve-se instituir seus ordenamentos e sua legislação. Sem essa apresentação de como se entende o surgimento das cidades, o capítulo II dos *Discursos* se constituiria num início abrupto, uma vez que lhe faltaria esse suporte sobre o qual deve-se instalar os regimes políticos.

¹²³ *Discursos*, I, I, 23.

¹²⁴ Cf. Sasso, G. *Scritti sur Machiavelli*, cap. 3 e 6; Colonia d'Istria, Gerard & Frapet, Roland. *L'Art politique chez Maquiavel*, 1980, cap. III. [p. 137-205].

¹²⁵ Cf. Sasso, G. *Scritti sur Machiavelli*, cap. 3 e 6; Colonia d'Istria, Gerard & Frapet, Roland. *L'Art politique chez Maquiavel*, 1980, cap. III. [p. 137-205].

Convém atentar para o fato de que não é sobre qualquer cidade fundada que se refere o capítulo II, mas àquelas cujas peculiaridades foram as indicadas, ou seja, aquelas construídas por homens do lugar ou por estrangeiros, desde que “*longe da servidão externa*”¹²⁶. Enfim, levando-se em conta o que é exposto no capítulo I, temos a delimitação das circunstâncias sob as quais se poderão pensar a questão que envolve os regimes políticos no capítulo II.

Adentrando ao capítulo II, seu objetivo principal é mostrar como as cidades adquirem a liberdade política, que será um dos sinônimos para a república, ou seja, Maquiavel objetiva entender como as cidades instalam o regime republicano de governo. A título introdutório, dois aspectos centrais são apresentados: a importância das leis e dos ordenamentos políticos (*ordini*) para se conhecer o futuro da cidade, uma vez que é sobre esse binômio que se assenta a liberdade em um Estado. Leis e ordenamentos são as garantias da autonomia da ação, e é na origem de uma cidade que se reconhece os elementos que determinam as possibilidades de conformação política, principalmente se levarmos em conta as leis e os ordenamentos concebidos nesse momento crucial. O exemplo clássico de Esparta, ordenada por Licurgo, corrobora o raciocínio: foi graças a seu legislador que os espartanos puderam, por oitocentos anos, conservar o regime. Foi a sábia ação conformadora do legislador que garantiu, já no nascedouro, a longevidade e a estabilidade do governo espartano¹²⁷.

Todavia, se a primeira condição quase se coloca como uma necessidade, uma segunda possibilidade de ordenamento se põe como alternativa: uma ordenação feita segundo os acidentes, cujo exemplo maior é Roma. Roma não teve a sorte de ter um Licurgo lhe desse boas leis e boas ordens em sua fundação, mas ainda assim conseguiu, mediante muitas lutas e transformações, instalar um regime que assegurasse sua felicidade. Desde suas origens, a cidade, que um dia será chamada “eterna”, sofreu por não ter de início leis e instituições que lhe dessem tranquilidade e conservassem os regimes por longo tempo. Dessas duas possibilidades de fundação política, Maquiavel mostra, neste primeiro momento do texto, as vantagens do modelo espartano:

¹²⁶ *Discursos*, I, II, 2.

¹²⁷ *Discursos*, I, II, 3.

Assim, pode considerar-se feliz a república à qual caiba por sorte um homem tão prudente, que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja possível viver com segurança sob tais leis, sem precisar reformá-las. E vê-se que Esparta as observou por mais de oitocentos anos sem corromper ou sem nenhum tumulto perigoso¹²⁸.

A felicidade está em Esparta. Nela não há tumultos, conflitos, golpes ou revoluções; nela os homens vivem tranqüilamente, as tradições se mantêm, os costumes se perpetuam, o regime dura “*quase uma eternidade*”¹²⁹. Durabilidade, tranqüilidade, conservação, estabilidade, tudo isso determina a felicidade de uma cidade que teve um bom legislador, que forjou suas leis e ordenamentos. O mesmo não pode ser dito sobre Roma. Sua história é marcada pelos tumultos, perigos, pelas variações de governo, pela instabilidade de um Estado que busca a melhor conformação.

E, pelo contrário, é em certo grau infeliz a cidade que, não tendo encontrado um ordenador prudente, precisou reordenar-se por si mesma¹³⁰.

Porém, pior do que não ter um bom legislador é ter uma fundação que impeça a reforma das leis e das instituições. Para as cidades nessa condição, nem os acidentes, nem o acaso possibilitam a reforma, ficando totalmente impedidas de alcançar o “regime perfeito”. O exemplo desse caso parece ser Florença, que mesmo depois de muitas revoltas e mudanças no governo não conseguiu adquirir um regime que lhe desse a estabilidade política.

Com se vê, Maquiavel faz aqui uma tipificação das fundações, ao mesmo tempo em que as hierarquiza. Às três formas de fundação – mediante um legislador, sem um legislador, mas com possibilidades de mudança conforme o acidente, e sem nenhuma possibilidade de mudança –, associam-se graus de felicidade. A primeira é feliz, a segunda com possibilidade de alcançar a felicidade e a terceira infeliz. Ainda é possível identificar nesses três graus a presença da *virtù* e da fortuna, de tal modo que, em Esparta há mais felicidade porque a *virtù* do legislador agiu de forma decisiva na ordenação política. Já em Roma, não houve apenas a *virtù* de um legislador, mas a necessidade da interferência da fortuna, propiciando a ocasião para

¹²⁸ *Discursos*, I, II, 4-5.

¹²⁹ É impossível não ver nesse exemplo da longevidade do regime espartano a pretensão que caracterizou muitos teóricos do período medieval e até da modernidade pela sempiternidade dos regimes. A crença de que o bom regime perdura por séculos foi uma idéia presente em vários pensadores políticos Cf. Kantorowics, E. *Os dois corpos do reis*, 1998 [caps. 4-7].

¹³⁰ *Discursos*, I, II, 5.

que houvesse uma reforma nas instituições. Neste caso, saber aproveitar a ocasião foi um ato de *virtù* dos romanos, que garantiram com isso a instauração de novas leis e novos ordenamentos, ou seja, em Roma houve uma associação de fortuna e *virtù* para que se conseguisse o regime perfeito. O terceiro caso mostra que, apesar das ocasiões propícias, não houve sabedoria para instaurar uma nova ordenação política, numa demonstração de completa ausência de *virtù*.

A classificação apresentada pauta a análise posterior, fazendo com que as mudanças nas formas de governo ocupem o plano central. Há nesses primeiros momentos do texto uma valorização do modelo espartano, uma vez que a presença do legislador na fundação é um fator impositivo para a garantia de felicidade, algo que também se depreende em outros momentos do capítulo. Contudo, o exemplo romano ganha importância gradativamente, tornando-se, se não o caso mais feliz, pelo menos o mais adequado às cidades que não tiveram um legislador que as ordenasse no momento de sua fundação.

Antes de continuar a análise da constituição de Roma, expondo quais foram os seus ordenamentos e os acidentes que possibilitaram instaurar a forma republicana¹³¹, Maquiavel apresenta uma reflexão sobre as formas de governo e como elas se transformam. Em sua exposição, seja na descrição das tipologias das formas de governo, seja no modo como elas se transformam, verifica-se a teoria cíclica dos regimes de Políbio. Esse recurso prévio à teoria das formas de governo é necessário, pois é a partir dela que será possível compreender qual a lógica das mudanças políticas ocorridas em Roma e ausente em Esparta e Veneza. Enfim, Maquiavel precisa desse recurso conceitual para balizar suas análises sobre as mudanças políticas romanas.

O texto maquiaveliano mostra como não basta a uma cidade ter um legislador. É necessário que esse também ordene de modo mais adequado a cidade, não se apoiando num regime ou noutro, como fez Sólon em Atenas¹³². A mera existência de um legislador não é condição suficiente para que uma cidade alcance o modelo ideal. O uso da teoria polibiana para explicar as mudanças dos regimes que não tiveram um bom fundador é mais que uma tipificação entre diferentes fundações de Estados: por

¹³¹ *Discursos*, I, II, 10-13.

¹³² *Discursos*, I, II, 27.

ela se vê a fragilidade tanto dos regimes simples virtuosos quanto dos regimes viciosos. Além do que, patenteia-se como em nenhuma parte política, seja o rei, sejam os aristocratas (*optimates*), seja o povo, consegue por si só instaurar a melhor forma de governo. A teoria polibiana vem, pois, mostrar a necessidade de uma ordenação política sob uma forma que congregue em si parte das três formas simples, a saber: o regime misto. Isto, associado à referência a Sólon, revela que mais do que um legislador prudente, o que importa de fato é a ordenação na forma de um regime misto. A felicidade de Esparta não foi somente ter um legislador, mas um legislador que lhe conferisse essa forma mista¹³³.

No desenvolvimento da argumentação, o exemplo romano vem destacar a maior importância do regime misto no argumento em relação à necessidade de se ter ou não um legislador¹³⁴. Pode-se dizer que, para Maquiavel, é mais importante adquirir o governo misto por meio dos acidentes do que por um legislador, já que nas repúblicas há mais vitalidade. A felicidade e infelicidade apresentadas de início revelam-se agora associadas à aquisição do regime misto, que, por seu turno, pode ser identificado ao regime perfeito. Olhando em retrospectiva, a constatação de que o governo misto é o regime perfeito ocupa um lugar central neste capítulo, já que ele passa a ser o objetivo maior no momento de fundação de uma cidade, garantindo estabilidade.

Entretanto, a afirmação de que a cidade ordenada por um legislador é mais feliz do que a ordenada pelo acaso, apresentada de início, é contrariada pelo que é exposto ao final do capítulo, uma vez que os conflitos romanos recebem novamente as atenções, constituindo-se nos fatores decisivos para a fundação dos bons ordenamentos. É possível se perguntar, pois, se Esparta foi realmente mais feliz e mais duradoura do que Roma. Por que tanto espaço dedicado a Roma e seus acidentes? Ora, o caso espartano, apesar de ser o mais bem sucedido, não é o melhor para Maquiavel. A instauração de um regime misto pela república romana com a criação dos tribunos da plebe, fruto das lutas políticas entre os patrícios e os plebeus, apresenta-se, pouco a pouco, como a melhor maneira de forjar um governo.

¹³³ *Discursos*, I, II, 28-29.

¹³⁴ *Discursos*, I, II, 30-35.

Por fim, percebe-se como nesse capítulo, no que tange à durabilidade de um governo, também houve um deslocamento do foco das atenções: partindo da necessidade de boas leis e bons ordenamentos concebidos por um legislador, passando pela análise das formas de governos e suas transformações inerentes, chega-se ao destaque dos conflitos sociais, que conferiram a Roma o seu melhor governo. Os elementos que permitem a uma dada forma de governo manter-se por longo tempo não estão mais ligados restritamente às características fundacionais, mas a algo presente na dinâmica da própria vida política da cidade¹³⁵. A ênfase dada nos capítulos I e até certo ponto no capítulo II à boa fundação, chegando a sugerir um caráter determinista ou até fatalista para as cidades, conforme fosse o seu princípio, desloca-se para a esfera do conflito político. Agora, a sorte de uma cidade não se prende ao momento da criação, mas têm no desenrolar dos embates sociais os fatores preponderantes para sua decadência ou para a sua longevidade. Ao se pensar a durabilidade de um governo, não basta apenas considerar a fundação; faz-se necessário olhar para a dinâmica dos conflitos sociais, objeto dos próximos capítulos:

[...] *Mas, permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado, como nos dois próximos capítulos largamente se demonstrará*¹³⁶.

Uma vez apresentado a estrutura geral da argumentação maquiaveliana nesse capítulo II, faz-se necessário, ainda, analisar outros aspectos conceituais. Um primeiro aspecto a ser destacado é o uso das noções polibianas. Como mostrou Walker, o historiador grego Políbio não deve ser considerado como a única fonte de Maquiavel nos *Discursos*, nem mesmo nas partes em que ele analisa os regimes políticos¹³⁷. Segundo Sasso, pode-se verificar que noções de outras matrizes intelectuais perpassam a exposição maquiaveliana sobre os regimes políticos, no qual se percebem aspectos de formulações platônicas, aristotélicas, plutárquicas e lucrezianas¹³⁸.

¹³⁵ Quem ressalta esse aspecto dinâmico da política no pensamento maquiaveliano é Claude Lefort, *Le travail de ouvre, Machiavel*. Parte IV, cap. 3 e 4; Parte V, cap. 2, p. 469ss.

¹³⁶ *Discursos*, I, II, 36.

¹³⁷ Acerca das fontes antigas de Maquiavel Cf. *The Discourses of Niccolò Machiavelli*, 1950, v. II, p. 271-305; Martelli, Mario. *Machiavelli e Gli Storici Antichi*. Osservazioni su alcuni luogui dei *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*, 1998. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Tomo I-IV, 1987.

¹³⁸ Sasso, Gennaro. “Machiavelli e la teoria dell’*anacyclosis*”, in *Machiavelli e gli antichi e altri*

Como se sabe, Políbio não inovou ao formular a teoria dos seis regimes políticos de governo, pois Platão e Aristóteles já a haviam proposto, e nem no modo como podem ocorrer as mudanças nessas formas de governo. Porém, mais do que identificar precisamente as fontes não citadas por Maquiavel, e sabendo-se que ele mobilizou essas outras, cabe questionar o modo como determinados conceitos são inseridos, ou, em outras palavras, como e por que trazer as noções sobre os regimes de governos dos pensadores antigos para o interior da sua reflexão.

Não entraremos nas discussões acerca do conhecimento que Maquiavel possuía desses autores, o que é sempre uma matéria controversa. Não pretendemos aqui indicar precisamente se ele de fato leu os autores antigos, ou se os conheceu por meio de outros textos, o que tem se revelado em mais um tema infundável de debate entre os especialistas. Ora, tendo em vista o fato de que certos conceitos são expostos no capítulo II e que tais conceitos podem ser identificados com certos pensadores da antiguidade, pretendemos compreender essa inserção na economia do texto maquiaveliano.

Ao se considerar o capítulo II em seu conjunto, verifica-se que Maquiavel apresenta uma teoria das mudanças de governo para, justamente, explicitar seu distanciamento dessa teoria, ou, mais ainda, como a noção de circularidade dos regimes e o governo misto originados de uma lógica “naturalista” não explicam o caso romano, que será apresentado na seqüência e será, também, o seu objeto maior de atenção. Levando-se em conta a teoria dos ciclos políticos e o que é apresentado nos capítulos de III a VIII do livro I, evidencia-se o distanciamento entre ambos, já que o caso romano não pode ser pensado como um exemplo de circularidade política em sua acepção clássica¹³⁹. Porém, se não era para explicar, por que então mobilizar essa noção de circularidade das constituições políticas?

saggi. Tomo I, 1987 [cap. I, p. 3-65]. Para o uso de Platão e Aristóteles, cf. idem, ibidem, cap. IV, II, p. 192-243. Para o uso de Lucrezio, cf. idem, ibidem, cap. V, 8, p. 463-467.

¹³⁹ Distanciamento que explica um pouco a conclusão precipitada de Bausi, quando diz que o capítulo II não possui relação direta com o exposto nos capítulos seguintes. Constatar que o caso romano não é um exemplo típico da circularidade dos regimes políticos, além do próprio fato da inserção dessa teoria no capítulo, o que demonstraria uma certa preferência de Maquiavel para esse tipo de explicação, enfim, todos esses argumentos mostram que não há razões suficientes para declarar que há uma ruptura no texto. Para manter a sua tese, Bausi se deteve a aspectos externos e a petições de princípios e ignorou a estrutura própria do texto, que equivocadamente ele evoca no título de seu trabalho. Cf. Bausi, F. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli. Genesi e structure*, 1985. [parte prima, p. 7-71].

A resposta deve ser pensada em, pelo menos, dois aspectos: primeiro, na relação entre Maquiavel e Políbio, verificando o quanto se pode determinar acerca da apropriação intelectual daquele em relação a este. Segundo, no confronto entre natureza ou determinismo natural e ação humana no âmbito político, como possível resposta dessa mobilização das teorias polibianas.

Para além de saber se Maquiavel absorve os conceitos polibianos em sua totalidade, caberia perguntar antes, por que ele se valeu da teoria da circularidade polibiana e não de outros autores? Esse tipo de questão sobre as intenções recônditas de um autor é um típico exercício de imaginação, sobre o qual, em geral, não se pode chegar a nenhuma conclusão razoável. O que no caso também se verifica, mas pode ajudar a entender um outro aspecto, talvez menos notório. Políbio, quando escreve o livro VI¹⁴⁰, estaria percebendo sinais claros da decadência do regime republicano em Roma, o que permite a Walbank sustentar como uma possível razão para a falta de unidade do livro, que em um primeiro momento se apóia sobre a circularidade dos regimes políticos para explicar as mudanças de governos e no final caminha para a “solução” do governo misto como melhor forma constitucional¹⁴¹. Nesse sentido, as explicações polibianas, por ser um historiador e por vivenciar o final da época republicana, mas sem saber qual será o seu fim, seriam totalmente adequadas para pensar um quadro em que o fim ou a dissolução do governo parece ser algo iminente.

Tendo em vista aquilo que será exposto nos capítulos de III a XVIII do livro I dos *Discursos*, em que as fundações das instituições, os conflitos políticos e, por fim, a corrupção e dissolução podem se abater sobre o Estado, nada mais adequado do que a “sabedoria dos historiadores antigos”, que, nesse caso concreto, é a de alguém que teve diante de si uma experiência valiosa, que se adequa em muito às propostas do texto. Certamente, aquilo que vivenciava Políbio se reflete nas expectativas e prognósticos que pôs em seus escritos, e é o que pode ter chamado a atenção de Maquiavel. Seja como for, a mobilização dos argumentos da *História* nos leva a perguntar sobre a filiação de Maquiavel às teorias polibianas, particularmente sobre as teorias das mudanças de governo.

¹⁴⁰ Provavelmente em 146 a.C., sob os efeitos da Revolução dos Irmãos Gracos. Cf. Walbank F. W. *A Historical Commentary on Polybius*, 1957, [p. 646-649].

¹⁴¹ Cf. Walbank, op. cit., p. 635-746.

Quer Maquiavel tenha lido diretamente Políbio ou tenha tido contato com o conteúdo de suas obras por algum intermediário até agora desconhecido, ainda assim, faz-se necessária uma análise do que está escrito sobre a mudança dos regimes no livro VI das *Histórias*, dada a aproximação das teorias políticas.

Políbio de Megalopolis¹⁴² foi um historiador grego do século II a.C. que esteve a serviço dos romanos. Composta por mais de 40 livros, as *Histórias* apresentam os feitos romanos que deram origem ao grande território formado a partir das guerras e conquistas. Nessa narrativa histórica, o livro VI se destaca dos demais por ser uma análise do modo de organização política de Roma. Neste livro, o historiador analisa a constituição romana e a compara com a de Esparta, concebida por Licurgo, numa clara tentativa de entender se estaria no regime político as motivações para o sucesso ou o fracasso dos governos.

A argumentação polibiana pode ser resumida em duas partes: primeiramente, numa análise de qual a melhor forma de governo, se a monarquia, a aristocracia ou a democracia, bem como na crise pelo qual passa cada uma; em seguida, uma reflexão sobre o regime misto e suas qualidades benéficas como estabilizador dos governos e alternativa para as crises que fatalmente ocorrem a cada uma das formas particulares. Há, pois, pelo menos dois grandes momentos no livro VI: uma análise da mudança dos regimes ou ciclos políticos, teoria essa também conhecida como *anacyclosis*, e uma exposição sobre o regime misto, entendido como a melhor forma de governo. Os capítulos de V a IX mostram o que caracteriza cada uma das formas de governo e como se dá sua transformação nas demais. Iniciando pelo regime monárquico, modelo político adotado por diversos povos nos primórdios ou na origem das comunidades humanas, Políbio mostra como este regime se caracterizava pela solidariedade entre as pessoas, bem como pela noção do que era justo e bom¹⁴³. Ora, esse governo de um só marcado pelo senso de justiça se converte ao longo do tempo em inveja entre os que recebem honras e aqueles que são desprezados. Desse modo, o governante passa a defender mais o exercício do poder, que lhe confere honra, do que a prática da justiça para com todos, tornando-se um déspota ou tirano¹⁴⁴. Como

¹⁴² Sobre Políbio cf.: F. W. Walbank, *A historical commentary on Polybius*. (Sobre o conhecimento que Maquiavel teve de Políbio, conferir nesta tese, cap. 1).

¹⁴³ Cf. Políbio, *História*, VI, cap. 6.

¹⁴⁴ Cf. Políbio, *História*, VI, cap. 6-7

solução que desse fim ao governo despótico exercido pelo tirano, Políbio mostra que os homens procuraram dentre os seus melhores representantes aqueles para quem pudessem conferir a responsabilidade do governo, nascendo, assim, a aristocracia. Novamente, o desregramento das práticas e costumes fez com que esses homens já não mais pensassem na justiça e no bem da coletividade, mas no interesse dos poucos que governavam, dando origem, desse modo, à oligarquia¹⁴⁵. Este regime se transforma numa democracia, que seria o governo de todos substituindo o governo de poucos, que, por seu turno, se corrompe, redundando numa oclocracia ou anarquia. Mas essa forma corrompida do regime calcado no poder do povo, no qual cada um busca seu interesse individual, não é o fim do Estado, seu momento derradeiro. Ainda há a possibilidade de correção dessa forma anárquica, por meio do estabelecimento do regime centrado na figura de um só, que restaure a ordem política primeva, ou seja, a monarquia: *“Esse é o ciclo pelo qual passam as constituições, o curso natural de suas transformações, de seu desaparecimento e de seu retorno ao ponto de partida”*¹⁴⁶.

Em todas essas mutações há alguns aspectos que se fazem recorrentemente presentes. Inicialmente, todos os regimes bons nascem conjuntamente com a noção de justiça e de bem, que redundam na noção de dever. Esse dever é indicado por Políbio como a origem (*arquê*) e fim (*télos*) da justiça, já que os homens vêem-se obrigados a retribuir ao outro ou aos demais aquilo que recebeu deles, de tal modo a restabelecer o equilíbrio das relações. A cada nova forma de governo, sua atribuição como virtuosa ou correta se fará conforme essa adequação aquilo que é justo, ao respeito às leis praticadas por aqueles que postulam governar. É, pois, pela prática da justiça e pelo respeito às leis que se tem um critério para distinguir as constituições políticas em todas as suas variações “virtuosas”: a monarquia, a aristocracia e a democracia. Por outro lado, a cada mudança de regime para sua forma corrompida ou viciosa nota-se o predomínio do fausto, do luxo e, principalmente, a falta de respeito às leis e aos costumes. A decadência de um regime se dá, então, pela quebra das regras costumeiras de conduta pública pelos homens públicos. É principalmente por essa ruptura com aquilo que é justo que se inicia a degeneração do regime político.

¹⁴⁵ Cf. Políbio, *História*, VI, cap. 8

¹⁴⁶ Cf. Políbio, *História*, VI, cap. 9, 10.

Segundo Políbio, pela *anacyclisis* pode-se prever o que ocorrerá a cada governo, desde que se esteja ciente do estágio em que ele se encontra:

*Quem distinguir nitidamente esse ciclo poderá, falando do futuro de qualquer forma de governo, enganar-se em sua estimativa de duração do processo, mas se seu juízo não for afetado pela animosidade ou pelo despeito, dificilmente se equivocará quanto ao seu estágio de crescimento ou declínio e quanto à forma que resultará desse processo*¹⁴⁷.

Essa teoria dos ciclos polibiana é inspirada nos modelos biológicos ou naturalistas. Assim como os corpos naturais possuem um ciclo que vai da geração, passando pelo crescimento, chegando à sua corrupção, o mesmo vale para os regimes políticos¹⁴⁸. Essa circularidade política, similar à circularidade temporal, não é uma invenção de Políbio, mas uma noção presente em vários pensadores gregos, que ganha, todavia, contornos novos em seus escritos. Nunca é demais lembrar que essa descrição polibiana se assemelha em muitos aspectos à *Política* de Aristóteles, seja na descrição dos regimes como entes naturais¹⁴⁹, seja na descrição das mudanças dos regimes políticos¹⁵⁰. Com efeito, Aristóteles também entendia que os regimes políticos estavam, como os demais seres naturais, sujeitos a uma mudança tanto no que diz respeito à quantidade – governo de poucos ou de muitos –, quanto na qualidade – se virtuosos ou viciosos¹⁵¹. Enfim, é possível identificar nessa mutação dos regimes descrita por Políbio o mesmo processo natural ao qual estão sujeitos os demais seres naturais, perfazendo também na política o mesmo movimento biológico que se encontra na natureza.

Nesse sentido, a *tyche*¹⁵², esse poder imponderável da natureza que não se conhece de antemão e não se pode controlar, é para Políbio uma causa fundamental nos destinos dos regimes. Atribuir à *tyche* um papel decisivo na sorte dos homens e no futuro dos governos não foi, novamente, uma invenção dele, pois já Platão e Aristóteles identificavam nela uma das causas da mudança dos seres. Para Aristóteles

¹⁴⁷ Cf. Políbio, *História*, VI, cap.9, 11.

¹⁴⁸ F. W. Walbank, *A Historical Commentary on Polybius*, 1957, [introduction p. 6-16].

¹⁴⁹ Cf. Aristóteles, *Política* I, 1-2.

¹⁵⁰ Cf. Aristóteles, *Política* V, 1.

¹⁵¹ Sobre a revolução política em Aristóteles cf.: Keyt, David. *Aristotle Politics*. Books V and VI, 1999. [p. 55-190]; Newman, W. L. *The Politics of Aristotle*. Vol. 3, 1973; Abreu, Wilame Gomes. *A corrupção das formas de governo nas Políticas de Aristóteles.*, 1997.

¹⁵² Cf. Walbank, *A Historical Commentary on Polybius*, 1957, [introduction, p. 16-26].

a *tyche* estava associada à causa acidental, aquilo que produz um efeito não pretendido¹⁵³, chegando mesmo a ser uma necessidade física em que a capacidade deliberativa não tem como controlar. Ora, em Políbio, a *tyche* torna-se um fator acidental que está na origem (*arché*) de certas ações e que determina o destino (*télos*) das coisas, sendo, então, um elemento da natureza que o homem não pode impedir nem conhecer.

No entanto, a *tyche* não se restringe ao domínio do natural. Ela também tem uma fonte religiosa que remonta aos mitos de origem. Como demonstrou Vernant¹⁵⁴, há uma transição da concepção mítica de que os deuses intervêm na vida humana, ligando-se tanto às explicações sobre as suas origens, quanto ao devir, sendo um fator imponderável para uma explicação racional das causas externas ou acidentais que agem sobre os destinos. Logo, a *tyche*, que era uma formulação religiosa primeiramente, passa a adquirir contornos racionais, como uma ação imponderável da natureza sobre os entes naturais. Então, tanto no seu aspecto mítico, quanto em sua formulação racional, a *tyche* está sempre ligada ao imponderável, a algo que pode ocorrer e do qual o homem possui pouco ou nenhum mecanismo de controle.

Ora, visto que a *tyche* tem força própria e sempre pode intervir no destino das coisas, a previsão revela-se uma tarefa irracional. Desse modo, a única opção de Políbio é, ao constatar a circularidade que as mudanças políticas produzem, o movimento determinado de fora do campo da política e a influência da natureza nos caminhos que deverão ser seguidos pelos governos, declarar¹⁵⁵ que apenas cabe aos homens tentar reconhecer o estágio do movimento do governo para saber qual deverá ser o passo seguinte.

Há, porém, um exemplo histórico que, ao retirar o que há melhor de cada um dos regimes e formar uma nova constituição, se mostra como uma alternativa para a crise anunciada das formas políticas: os regimes mistos. A constituição que dele deriva é exemplificada por aquela formulada por Licurgo em Esparta, quando do ordenamento do governo. Ora, visto que a teoria dos ciclos se assenta sobre as formas simples de governo, mais suscetíveis à mudança, à transformação, ao perecimento,

¹⁵³ Cf. Aristóteles, Física II, 6.

¹⁵⁴ Cf. Vernant, Jean-Pierre, *Mito e Pensamento entre os gregos*, 1990 [cap. 1-3].

¹⁵⁵ Cf. Políbio, *História*, VI, cap. 9.

ela mostra-se frágil e de pouca durabilidade. Entendendo-se por formas simples os regimes baseados no governo de um só, de alguns e de muitos, por oposição à forma política que reúne em si as qualidades boas de cada um deles, o regime misto reuniria, assim, as qualidades de cada uma dessas formas de governo. Então, tais regimes simples possuem uma tendência predominante à afirmação da negatividade de seu contrário, são como que atraídas pela sua negatividade, pelo seu contrário corrompido, já que no esquema cíclico apresentam a tendência à corrupção, que é uma necessidade inerente ao regime simples¹⁵⁶. Afirmar a simplicidade das formas implicaria, então, na afirmação de sua potencialidade negativa, que é a razão de sua instabilidade, de sua fraqueza, de sua eterna transformação.

A constituição espartana elaborada por Licurgo concebeu um regime que, por reunir em si as características boas de cada uma das formas simples, tornava-o mais complexo e resistente do que os demais à mudança e às instabilidades. Além disso, constituía-se, também, em um obstáculo para que nenhum dos elementos individuais – os aristocratas, o rei ou o povo – pudesse crescer indevidamente e predominar, impondo seu desejo de poder. Ademais, cada um dos “agentes” políticos simples desempenharia um contrapeso em relação aos outros¹⁵⁷.

Desse modo, a constituição do regime misto retira a circularidade temporal das constituições e instaura uma linearidade temporal em que não há mais ciclos ou mutações. Decorre, pois, que o governo misto se configura numa forma política que pode fazer frente à inexorabilidade das mudanças de regimes. O exemplo da constituição de Esparta, que durou mais de 800 anos, explica tudo.

A teoria polibiana apresenta, então, de um lado, o fato da mutação inevitável dos regimes, e de outro, a possibilidade de uma forma estável e duradoura. Mas, ao apresentar essas duas possibilidades, Políbio expõe uma contradição, uma vez que, num mesmo texto coabitam duas teses antagônicas e contraditórias, a saber: de uma parte a afirmação de que esses ciclos das formas de governo são irresistíveis, pois são naturais, uma necessidade da Natureza, e de outro lado, a possibilidade de resistência a essas mutações com a atuação do legislador. Em outras palavras, há um conflito entre as forças da natureza e aquilo que pode o legislador fazer, de tal modo que ou a

¹⁵⁶ Sasso, Genaro. *Studi su Machiavelli*, 1967 [p. 185ss].

¹⁵⁷ Cf. Políbio, *História*, VI, cap. 10.

natureza exerce seu poder irresistível sobre os governos, impondo sua determinação, ou essa força pode ser domada pela atuação do legislador, que, nesse caso, controla ou atenua os poderes das forças naturais. Mais do que uma resposta, o regime misto se coloca como um desafio, na medida em que desloca o foco da argumentação, sem dar conta dos problemas evidenciados nos regimes simples. Não há no texto de Políbio uma clareza sobre qual desses dois aspectos é determinante: os ciclos naturais de mudança ou a atuação do legislador, haja vista que há uma coabitação dessas forças, sem que uma seja resposta definitiva para a outra. Para explicar tal contradição, embora não haja consenso entre os comentadores, coloca-se a hipótese de que o texto foi escrito em duas épocas distintas, de tal modo que em cada uma dessas etapas o historiador estava mais propenso a uma das teses¹⁵⁸. De qualquer modo, a contradição entre o poder da natureza, quase um determinismo sobre os governos, não consegue se compatibilizar com a possibilidade de estabilidade que o legislador implementa por meio do regime misto.

Apresentado em linhas gerais os problemas que envolvem a teoria polibiana, chama a atenção a utilização desses conceitos no capítulo II do livro I dos *Discursos*¹⁵⁹. A questão nodal é o estatuto desse recurso: trata-se de uma resenha ou de uma interpretação das teorias polibianas? E, além disso, Maquiavel resenhou ou interpretou Políbio tendo em vista o quê?

Depois de quase reproduzir literalmente o texto de Políbio¹⁶⁰, Maquiavel apresenta uma resposta que revela uma divergência sutil, mas fundamental:

*E esse é o ciclo no qual girando todas as repúblicas, são governadas e governam, mas raramente retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vitalidade que consiga passar muitas vezes tempo por tais mutações e manter-se em pé*¹⁶¹.

Ao afirmar que esse movimento descrito pelo historiador grego é o ciclo natural das formas de governo, ele parece indicar sua filiação a essas teses. Todavia, essa filiação se esvai ao afirmar que as repúblicas “*raramente retornam ao mesmo governo*”, ou seja, uma vez percorrida a circularidade política, não se tem a retomada

¹⁵⁸ Cf. Walbank, *A Historical Commentary on Polybius*, 1957, [introduction, p. 1-37].

¹⁵⁹ Sobre a utilização de Políbio por Maquiavel, cf. Bignotto, Newton. *Maquiavel Republicano*, 1991 [p. 174-182].

¹⁶⁰ Cf. *Discursos*, I, II, 14-23.

¹⁶¹ *Discursos*, I, II, 24.

do ponto inicial naquela forma de governo. Aquilo que pareceria ser sempiterno e regular em Políbio, pois sempre se poderia recuperar a condição inicial, em Maquiavel não se configura como possibilidade. Certamente o termo “*raramente*” não significa nenhum, mas também não pode e não deve significar sempre. “*Raramente*” aqui se opõe ao “*sempre*” presente na formulação polibiana, o que poderia indicar que o círculo pode se repetir ainda que em algum momento encontre seu fim, sua dissolução. Uma república “*não pode ter tanta vitalidade*”, não pode sofrer tamanhas tribulações e sobreviver. A morte, ausente do texto polibiano, está presente inequivocamente no texto de Maquiavel como uma necessidade inerente às cidades, que mudam muitas vezes sua forma de governo.

Portanto, uma das facetas do determinismo naturalista da teoria polibiana é negada por Maquiavel quando esse rejeita a constante mutação das formas de governo como um dado característico da vida política de uma cidade. O aspecto natural que pode emergir da afirmação maquiaveliana é a certeza de que as constantes mutações podem causar o fim de uma cidade, como sucede a qualquer corpo natural. Em geral os corpos naturais não resistem a muitas transições de saúde e doença por longos tempos. Do mesmo modo, os corpos políticos para Maquiavel não resistem a tantas mudanças nos seus regimes sem que ocorra o seu perecimento.

Na esteira do mesmo raciocínio, Maquiavel também rejeita as formas simples de governos por sua brevidade: “*Digo, pois, que todos os ditos modos são perniciosos pela brevidade da vida que há nos três bons e pela malignidade que há nos três ruins*”¹⁶². Se as formas individuais não são boas, seja por sua brevidade, seja por sua malignidade, resta apenas o regime misto como forma de governo desejável¹⁶³.

Ora, verifica-se como Maquiavel aceita parte da teoria polibiana e refuta a outra parte. Como diz Sasso¹⁶⁴, parece que o Secretário Florentino constatou a contradição que existia no interior do raciocínio polibiano e tratou de assumir apenas aquilo que era, de fato, a solução para o problema inerente à mutabilidade dos regimes políticos. Aquilo que implicava problema para o próprio Políbio, ele também recusa assumir, ficando somente com um lado da argumentação. Rejeitar a

¹⁶² *Discursos*, I, II, 26.

¹⁶³ *Discursos*, I, II, 28.

¹⁶⁴ Cf. Sasso, Gennaro. “Machiavelli e la teoria dell’*anacyclosis*” in *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Tomo I, 1987 [cap. I, p. 13-21].

circularidade dos regimes simples e se posicionar a favor do regime misto implica, ainda, em se afastar de uma posição naturalista ou determinista. Uma das características do regime misto no texto polibiano é depositar no legislador, ou no homem, a maior responsabilidade pelos destinos políticos de uma cidade. Ao aderir também ao regime misto como solução, Maquiavel reforça sua contrariedade ao que seria uma posição naturalista no campo político, que já se evidenciava desde o capítulo I. Essa negação do determinismo naturalista nos destinos políticos cede lugar à afirmação da possibilidade da ação humana. Mais do que escolher entre possibilidades de explicação dos fenômenos políticos, o que se verifica nesses capítulos iniciais dos *Discursos* é a negação da preponderância da natureza como ator político. Falamos em negação da preponderância e não em negação das forças da natureza inteiramente, pois a fortuna terá sua parcela de influência nos destinos políticos, como é notório pela leitura d'*O Príncipe*.

Uma outra consequência da posição maquiaveliana ao reprovar a teoria dos ciclos políticos é sua relação com o tempo, dado fundamental para se pensar o mundo político¹⁶⁵. Uma das conclusões da teoria polibiana é a constatação da eternidade e impossibilidade de finitude da *civitas*, mas que passam a ser rejeitada por Maquiavel ao assumir a dissolução ou a morte da cidade. Ao contrário do modelo polibiano, que concebe um início dos regimes políticos, mas não um fim, sendo sempiternos, no capítulo II do livro I dos *Discursos*, os regimes políticos estão totalmente imersos na temporalidade. O sempiterno, como mostrou Kantorowics¹⁶⁶, não é o contrário de temporal e sinônimo de eterno, mas que no caso da circularidade dos regimes polibiano ou mesmo na sua formulação do regime misto implica em exclusão da finitude temporal. Ao pensar a vida política como fadada a um fim, Maquiavel inscreve a política no campo da temporalidade, uma temporalidade que a aproxima da esfera humana e a distância do mundo da natureza eterna. Assim como os homens, os corpos políticos também nascem, crescem e morrem, descrevendo um ciclo natural, mas temporalmente limitado. Não são sempiternos. Nesse sentido, se podemos falar de naturalismo na esfera política em Maquiavel, é em termos de uma *civitas* como

¹⁶⁵ Cf. Sasso, Gennaro. “Machiavelli e la teoria dell'*anacyclosis*” in *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Tomo I, 1987 [cap. I, p. 18-20].

¹⁶⁶ Cf. Kantorowics, E. *Os dois corpos do reis*, 1998 [cap. 6].

corpo natural que está sujeita às mesmas regras dos demais corpos e não terá uma sempiternidade, como se poderia depreender da leitura de Políbio. Por fim, o naturalismo político maquiaveliano exclui de um lado o determinismo, que implica na aceitação de uma lógica natural irresistível sobre as mudanças políticas, e de outro a sempiternidade da *civitas*.

Pode-se constatar que não há no capítulo II uma paráfrase do livro VI da *História*, pois não há uma assunção da teoria polibiana inteiramente, mas em parte. O que nos leva a concluir que Maquiavel interpretou as idéias do historiador grego, recusando o determinismo político dessas¹⁶⁷. Ele usa as concepções polibianas na medida da utilidade para seu sistema; não rejeita a circularidade e até elogia¹⁶⁸ a noção de constituição mista. Porém, esse elogio é posteriormente relativizado, não porque a constituição mista não seja a melhor forma de governo, mas porque o problema está no modo como se chega a essa forma de governo. O regime misto é desejável quando é resultado das lutas políticas no interior das cidades e não como produto do trabalho solitário do legislador¹⁶⁹. Por isso, o regime misto polibiano não é inteiramente aceito, pois ele não prevê essa forma constitucional como resultado das lutas, mas como consequência da sabedoria do legislador. Há, pois, muito mais distanciamento de Maquiavel em relação a Políbio do que aproximação.

Maquiavel apresenta um movimento de aparente aproximação com Políbio para, provavelmente, realçar o contraste teórico. Tal consequência pode ser inferida tendo em conta tanto o Proêmio, no qual Maquiavel reconhece o quanto é inédito o que fará nesses seus *Discursos*¹⁷⁰, quanto o começo do capítulo IV, no qual reconhece a contradição entre sua posição e daqueles que escreveram sobre o *vivere civile*, quando defende os tumultos como causa da liberdade política de Roma¹⁷¹. Ora, é evidente que, se por um lado ele busca destacar e delimitar o horizonte conceitual no qual desenvolverá suas idéias, de outro pretende lançar os pressupostos sobre os quais

¹⁶⁷ Essa posição é compartilhada por vários comentadores, entre eles: Sasso, Gennaro. “Machiavelli e la teoria dell’*anacyclosis*” in *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Tomo I, 1987; Bignotto, Newton. *Maquiavel Republicano*, 1991. [p. 174-182]; Colonna D’Istria, Gerárd. *L’art politique chez Machiavel: principes et methode*, 1980, [155-206].

¹⁶⁸ *Discursos*, I, II, 28.

¹⁶⁹ Cf. *Discursos*, I, II, 30-36.

¹⁷⁰ *Discursos*, proêmio, 1.

¹⁷¹ *Discursos*, I, IV, 2.

desenvolverá suas posições acerca do ordenamento das repúblicas. Tem-se, então, nesse capítulo II, a delimitação do quadro conceitual sobre o qual Maquiavel inscreverá a reflexão acerca dos ordenamentos republicanos dos demais dezesseis capítulos. Constata-se que não há determinismo natural, seja na fundação das cidades, seja na fundação de seus ordenamentos políticos, mas liberdade de ação política dos homens; que não há circularidade inexorável de constituições, mas a constituição de governos por meio também da ação política; que os Estados, assim como os demais corpos naturais, nascem, crescem, corrompem-se e morrem, logo, estão sujeitos ao tempo; que não é o trabalho solitário do legislador que garante os bons ordenamentos, mas são os conflitos políticos entre os partidos no interior da cidade que geram as boas *ordini* e as boas leis. Enfim, todos esses aspectos determinarão a reflexão sobre as instituições fundamentais da cidade, incluindo-se a religião, e como que, depois de visto o nascimento e o desenvolvimento político de uma república, ela pode engendrar um processo de corrupção que enverede para o seu fim político. Ora, verifica-se que os capítulos de III a XVIII do livro I dos *Discursos* abordam justamente a temática do nascimento dos ordenamentos políticos, da manutenção do livre *vivere civile*, da religião como instituição fundamental na conservação dos costumes políticos e do itinerário de corrupção, que começa com a análise da corrupção do povo, passa-se à análise da corrupção das instituições e chega-se ao seu desfecho, com a impossibilidade da cidade retomar sua liberdade. Nesse sentido, os capítulos iniciais são o arcabouço teórico que prepara essa reflexão.

3. Os ordenamentos republicanos

I.

Uma vez apresentado o escopo teórico geral que norteará a reflexão nos capítulos seguintes, Maquiavel passa à análise dos ordenamentos republicanos, considerando, primeiramente, os conflitos políticos que ocorrem no interior das cidades. No capítulo II, após discorrer sobre os modos como nascem os regimes e os ordenamentos políticos, ele indica o que entende ser a origem das boas e duradouras instituições romanas: os conflitos políticos. Os capítulos III e IV, que possuem uma unidade temática muito estreita, enfocam, pois, as lutas políticas e sua importância como causa e origem das *ordini*.

Como já se mostrou anteriormente, enquanto dissertava sobre o nascimento, o crescimento e a morte dos regimes e seus ordenamentos políticos, Maquiavel mostrava que, apesar da circularidade das formas de governo, não é por meio de um determinismo naturalista de matriz polibiana e nem por meio de um legislador sábio que surgiram os bons ordenamentos políticos romanos, pois esses, como lembra Sasso, nasceram dos “legisladores coletivos”¹⁷². Donde sua afirmação, ao final do capítulo II, de que os conflitos são a causa ou o fundamento que estão na origem dos ordenamentos políticos. Isso nos leva a perguntar: por que discorrer sobre a teoria polibiana da circularidade dos regimes, sabendo que elas não serão assumidas como explicação suficiente para as mudanças institucionais na cidade? Ou, no limite, qual a relação do argumento central do capítulo II, que trata das teorias das mudanças institucionais, com o argumento dos capítulos III e IV, sobre os conflitos políticos, tendo em vista a economia do texto?

Os conflitos políticos aparecem primeiramente no final do capítulo II como uma solução alternativa para se compreender a origem, a eficácia e a durabilidade das instituições romanas. Neste momento, sua posição é mais de uma possibilidade de interpretação que se contrapõe a uma outra interpretação, no caso a polibiana, fundada principalmente na estabilidade política e na rejeição dos conflitos. Ao

¹⁷² Ao se pensar no nascimento das instituições romanas, que se originam pelo concurso de muitas pessoas ou grupos, há um legislador coletivo. Cf. Sasso, Gennaro. *Niccoló Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 466-7].

apresentar uma outra resposta na seqüência da exposição da posição polibiana, o que se destaca é justamente a contraposição, o caráter alternativo de uma solução explicativa para as causas dos ordenamentos numa república calcadas nos conflitos, posição essa que será ressaltada num primeiro momento no início do capítulo III e, de modo mais amplo e enfático, ao longo do capítulo IV. Ora, tendo em vista a relação temática entre os capítulos, a questão dos conflitos políticos nasce num primeiro momento como contraposição teórica, para, em seguida, no capítulo IV, explicar as fundações e mudanças institucionais. Nesse sentido, os conflitos políticos substituem a explicação polibiana, constituindo-se como a compreensão maquiaveliana para o nascimento dos bons ordenamentos políticos. Então, se os conflitos políticos se constituem como o nascedouro institucional, convém perguntar primeiramente como eles surgem. Estariam eles presentes nos momentos iniciais de uma cidade, no instante de sua concepção? Ou eles ocorreriam, como parece ser o mais provável, em determinados momentos específicos e particulares da vida política, desaparecendo quando se encontra uma solução para retornar em outros momentos?

Na abertura do capítulo III, Maquiavel questiona o papel do legislador, que ao ordenar a cidade não previu a maldade presente na natureza humana, o que teria levado a enfatizar a concórdia social como condição ideal da vida na cidade.

*Como demonstram todos aqueles que discorreram sobre o viver civil e todos os exemplos de que estão cheias toda a história, e quem dispõe uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus e usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem ocasião*¹⁷³.

Acerca da maldade humana no pensamento maquiaveliano, pouco se pode falar, tendo em vista que ele trata isso como um dado evidente. Seja em suas ocorrências nos *Discursos*, seja no *Príncipe*, Maquiavel apresenta a maldade humana como um aspecto existente, sem teorizar ou buscar suas causas e origens, ou qualquer outra razão de explique o porquê dos homens serem naturalmente maus ou propensos à maldade. O mesmo se verifica nesse início de capítulo, no qual ele afirma, sem maiores considerações, que os homens são naturalmente maus e essa malignidade aflorará em algum momento. Embora não haja uma reflexão mais acabada sobre essa malignidade, sua utilização no argumento serve para estabelecer uma contraposição à noção de concórdia social. O que expressa o raciocínio maquiaveliano é que os

¹⁷³ *Discursos*, I, III, 2.

defensores da posição de que a ordenação da cidade deve ser fundada na concórdia social erram ao não levar em consideração a maldade própria dos homens, comprometendo, com tal esquecimento, as bases do edifício político.

Por outro lado, em se atentando à malignidade humana, conseqüentemente a teoria do convívio social não será tão eficaz e nem causará surpresa a ocorrência de conflitos políticos. Assim, verifica-se que o raciocínio maquiaveliano não pretende teorizar sobre a maldade dos homens, mas buscar a origem dos conflitos políticos.

Para Sasso, a interpretação maquiaveliana dos conflitos políticos da Roma republicana não é apenas uma contraposição à solução de Políbio, mas também aos pensadores do “humanismo cívico”¹⁷⁴, configurando, assim, um novo modo de pensar os problemas de Florença. Se para Bruni, no âmbito do “humanismo cívico” a exaltação de Roma, acompanhada da afirmação de que Florença era sua filha, implicava na defesa da liberdade política, num louvor às suas origens, em Maquiavel cessa o tempo da apologia e começa o tempo da crítica. Ao pensar em Roma como o modelo que inspiraria Florença, ele ressaltará os contrastes ao invés dos paralelos, as diferenças ao invés das semelhanças. Para ele, os pensadores que trataram do *vivere civile* não atentaram para o aspecto nevrálgico do mundo da *pólis*, o impacto e o alcance dos conflitos políticos, aspecto que poderia ter escapado, também, da atenção do legislador. Mas quem seriam esses pensadores? A lista é ampla, mas se deve destacar “*de Dino Compagni a Leonardo Bruni, de Marchionne di Coppo Stefani a Marsílio de Pádua, de Giovanni Villani a Dante*”¹⁷⁵, ou seja, os historiadores, os escritores políticos, os cronistas, nos quais está presente a exaltação do convívio¹⁷⁶ harmônico em detrimento daquilo que significaria a decadência, a corrupção, que se expressava nos conflitos sociais. Logo, a ruptura teórica operada por Maquiavel não

¹⁷⁴ Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 450-465]. Sobre o humanismo cívico, ver Baron, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, 1966. [caps. 6-9]; Bignotto, Newton. *Maquiavel Republicano*, 1991 [I, p. 9-56]; Bignotto, Newton. *Origens do republicanismo moderno*, 2001; Garin, Eugenio. *L’umanesimo italiano. Filosofia e vita civile nel Rinascimento*, 1994 [p. 7-93].

¹⁷⁵ Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli* [cap. VI, p. 455]. As referências para cada autor Sasso fornece nas páginas seguintes, notadamente, p. 456-459.

¹⁷⁶ Ao longo desse capítulo recorreremos a esse termo tendo em vista a doutrina do *convivium* fraterno de antiga tradição, que tem como dois exemplos destacados a doutrina da amizade (*philia*) em Aristóteles e de *amicitia* e do *concordia ordines* de Cícero, e sua expressão maior no *Convivium* de Dante, escrito em 1306. Uma análise recente desse texto está em Inglese, Giorgio. *L’intelletto e l’amore. Studi sulla letteratura italiana del Due e Trecento*, 2000 [cap. II, p. 57-78.]; Sobre Cícero, cf. Lepore, Ettore. *Il Princeps ciceroniano e gli ideali politici della tarda repubblica*, 1954 [cap. II].

se restringe à Políbio, mas também à tradição do “humanismo cívico”, notadamente naquilo que foi um dos seus pontos principais: o elogio do modo político romano e a tentativa de sua imitação pelos florentinos.

Ainda nesse primeiro esforço de delimitação, Maquiavel circunscreve o *locus* da reflexão: o *vivere civile*, a vida civil na república. Esse *vivere civile*, apesar de seu caráter delimitador, indica uma ampla esfera da vida humana. Baseando-se nas referências à história, e sabendo que Roma é o foco das atenções, Maquiavel pensará num espaço em que as forças políticas podem agir. O agir civil ou político em um ambiente de dominação política não admitiria qualquer possibilidade de mudança nos ordenamentos, a não ser por via de uma mudança radical, que busca, no limite, transformar completamente a conformação política, ou seja, derrubar a própria força dominadora. Por não visar aqui as mudanças abruptas de regime e a deposição de reis ou imperadores tirânicos, a mobilização do termo república circunscreve o alcance das mudanças políticas aos ordenamentos civis. Então, o palco onde se poderá processar qualquer mudança nas leis e nos ordenamentos políticos são as repúblicas, num primeiro momento, mas também toda e qualquer conformação política que pressuponha a dinâmica da luta entre os partidos, como o será, por exemplo, o principado civil descrito no *Príncipe*.

A maldade, portanto, não é o principal problema para Maquiavel, mas apenas um aspecto a ser levado em conta quando se pretende conhecer a origem dos conflitos políticos. Para ele, a dificuldade está quando ela é desconsiderada, acarretando, com o tempo, a opressão de um grupo social mais forte sobre um mais fraco. Essa imprevidência dos legisladores ou ordenadores de cidades, sinal de uma primeira fragilidade de sua ordenação política, se amplia na medida em que, por consequência, eles não prevêm leis que impeçam aqueles abusos. O que redundará em conflitos políticos que, quando necessariamente surgem no interior da cidade, são sinais de corrupção política para tais ordenadores. Necessidade e determinação estas que obrigam a instauração de mecanismos que impeçam o seu aparecimento.

Então, conjuntamente à tópica da malignidade, tem-se o tempo e a conjunção desses fatores que podem levar à decadência da vida civil (*vivere civile*) pela impossibilidade da liberdade política, uma vez que a maldade humana e sua manifestação certa concorrem contra a normalidade republicana. Logo, as leis e os

ordenamentos, apesar de se apresentarem de modo negativo, já que são freios aos impulsos humanos, desempenham um papel positivo e igualmente necessário para a vida política da cidade. Segundo a argumentação maquiaveliana, sem elas a existência da liberdade de ação política estaria comprometida. Ao mostrar a necessidade de se levar em conta a maldade humana, o que Maquiavel tem em mente é declarar, também, a necessidade das leis e dos ordenamentos, num movimento de equiparação por meio da contrariedade: quando se busca ordenar uma república, leis e instituições são tão necessárias quanto a maldade humana¹⁷⁷.

Apresentados os pressupostos que devem nortear a fundação política da cidade e seus respectivos valores para a vida civil, ele volta-se novamente para o exemplo de Roma¹⁷⁸, mostrando como os desejos dos patrícios, representados pelo senado, ganham contornos de exacerbação política, visto que não haviam nem leis nem instituições que impedissem os abusos. Enquanto existiu completa liberdade de ação para os senadores, a plebe foi maltratada e humilhada. Conseqüentemente, nasceram conflitos e discórdias que só terminaram com a instalação dos tribunos da plebe, que possuíam o poder de vetar os abusos dos patrícios:

Porém, depois de muitas confusões, tumultos e perigos dos escândalos, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos, para a segurança da plebe; e os romanos ordenaram com tanta autoridade e tanta reputação que a partir de então puderam ser sempre intermediários entre a plebe e o senado, opondo-se à insolência dos nobres¹⁷⁹.

Logo, a instituição dos tribunos da plebe corrobora a exigência de ordenamentos políticos e leis para impedirem a perpetuação das insolências do senado contra o povo. O dado novo é o modo como nasceu esta instituição: por meio dos conflitos políticos, das sedições. Ora, ao realçar as lutas, depois de ter lembrado que um legislador deveria sempre prever a maldade própria da natureza humana, Maquiavel prossegue num itinerário de valorização destas, relegando a um segundo plano a importância do legislador para o ordenamento da cidade. Desde o capítulo II, o legislador não ocupa mais o centro da reflexão, fazendo com que as atenções se

¹⁷⁷ É o próprio Maquiavel quem diz que “as leis fazem os homens bons” [“Porém se diz que a fome e a pobreza faz os homens industriosos e as leis os faz bons”. *Discursos*, I, III, 6].

¹⁷⁸ *Discursos*, I, III, 3-4.

¹⁷⁹ *Discursos*, I, III, 9.

voltem para os conflitos políticos como causa para o nascimento das instituições republicanas.

No caso romano, a cidade, por não ter sido concebida pela ordenação de um legislador previdente, teve na presença dos Tarquínios o único freio para as ambições dos nobres e a garantia na defesa dos interesses da plebe, impedindo, por determinado tempo, as contendas políticas entre eles. Com o desaparecimento dos Tarquínios, os nobres e o senado tiveram caminho livre para sua maldade, o que motivou conflagrações políticas, que cessaram apenas com a criação dos tribunos da plebe, instituição que garantia e defendia os interesses da população:

*Porém, faltando os Tarquínios, que com o medo refreavam a nobreza, foi preciso pensar numa nova ordenação que produzisse o mesmo efeito produzido pelos Tarquínios em vida*¹⁸⁰.

Vê-se por esse exemplo que a origem das disputas políticas está na ausência de algo que controle esse aspecto maligno da natureza humana, representado pela ambição política. Essa maldade, quando encontra campo livre para se realizar, configura-se, no plano político da cidade, em opressão de um grupo sobre o outro, em exploração e opressão dos mais ricos sobre os mais pobres. Resultando, pois, em disputas que colocam a necessidade de criar ordenamentos que sirvam como freios para esses excessos. Assim, se um dos problemas relevantes e cruciais para pensar a fundação política estava em identificar a origem dos conflitos políticos, que geraram novos ordenamentos políticos, a causa se assenta sobre dois aspectos: a maldade humana, com a sua manifestação certa, e a ausência de impedimentos para ela agir. Porém, se o problema para uns é justamente a imprevidência do legislador, ou mesmo a irrupção da disputa política, Maquiavel encara isso como uma solução natural. O conflito, se nasce, é para dar uma resposta a um problema político existente e não regulado.

Do que decorre a conclusão, já previsível, do capítulo III, de que as boas instituições políticas podem se originar de outra fonte que não a sábia deliberação dos legisladores. Tendo em vista isso, o capítulo IV tratará de explicar melhor como é possível surgir, de algo considerado ruim, como o são as lutas entre os próprios membros do corpo político, ordenamentos benéficos para a cidade. Ora, é em razão

¹⁸⁰ *Discursos*, I, III, 8.

de explicitar o fato concreto de que os conflitos nascem e produzem efeitos que, na seqüência, Maquiavel procura refletir sobre sua importância e o papel que podem desempenhar para o bom ordenamento da cidade. O capítulo inicia, pois, com a identificação do valor desses tumultos para a cidade:

[...] *E além disso, levantar-me-ei contra as a opinião de muitos, segundo a qual Roma foi uma república tumultuária [...]. Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam*¹⁸¹;

Antes de continuar a análise dos tumultos, Maquiavel censura os que criticaram os conflitos e sua importância para a organização política romana. Sasso, ao tentar identificar quem seriam esses autores, tanto antigos quanto modernos, apresenta uma vasta lista de pensadores¹⁸². Primeiramente, deve-se notar que Maquiavel delimita sua análise entre a queda dos Tarquínios e a revolução dos Gracos, época caracterizada por revoltas e dissensões políticas na Roma republicana¹⁸³. Entre os antigos, o primeiro é o próprio Tito Lívio¹⁸⁴, que critica esses conflitos e os percebe como um sinal da decadência romana, mas também poder-se-ia identificar Plutarco¹⁸⁵, Lucrécio¹⁸⁶, Tácito¹⁸⁷, Salústio¹⁸⁸ e Agostinho¹⁸⁹. Ora, o tema da decadência de Roma, particularmente da república romana, mas que no caso de Agostinho se aplica também ao Império romano, está presente em vários pensadores, que enfatizam os tumultos políticos e a falta de concórdia e harmonia social como uma das causas para a corrupção institucional.

¹⁸¹ *Discursos*, I, IV, 2 e 5.

¹⁸² Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, tomo I, 1987 [cap. V: *Machiavelli e i detrattori antichi e nuovi, di Roma. Per l'interpretazione di Discorsi*, I, 4, p. 401-536].

¹⁸³ Como diz Sasso, era essa a periodização da história romana adotada por outros humanistas, como Bruni, Salutati, Palmiere, para exaltar a “libertà” romana, as virtudes cívicas de Roma. Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 471-472].

¹⁸⁴ Cf. Tito Lívio, *História de Roma*, livro IX, caps. 17-19.

¹⁸⁵ Cf. Plutarco, *De fortuna Romanorum*. No caso de Plutarco, o pai de Maquiavel, Bernardo afirma em seus *Ricordi*, que dispunha na estante de um exemplar desse livro e que o filho havia feito um breve comentário. Cf. Sasso, op. cit., p. 427-441; Martelli, Mario. *L'altro Niccolò di Bernardo Machiavelli*, 1975.

¹⁸⁶ Cf. Lucrécio. *De Rerum Natura*, livro V.

¹⁸⁷ Cf. Tácito. *História*, I, II, cap. 38.

¹⁸⁸ Cf. Salústio. *Catilina e História*

¹⁸⁹ Cf. Agostinho. *Cidade de Deus*.

Contudo, não somente entre os pensadores e historiadores antigos há essa crítica às dissensões políticas. Entre os contemporâneos de Maquiavel, a presença de uma aristocracia anti-romana e pró-veneziana dominava a cena política e cultural. Como vimos, entre os aristocratas florentinos, principalmente os que se reuniam em torno de Bernardo Rucellai, a exaltação do modelo republicano de Veneza era um ponto em comum entre eles. Ao mesmo tempo em que os aristocratas florentinos desejavam um modelo institucional que acabasse ou diminuísse as contendas políticas, desejam também a instituição de um regime em que essa classe deteria o controle político. Não era somente o fim dos conflitos que se mirava, mas a instauração de um governo fundado na aristocracia ou um regime no qual ela exerceria um papel central. Ao desejar a instauração de um modelo republicano de tipo veneziano, os aristocratas florentinos têm em vista muito mais a fundação de um poder centrado em suas mãos do que qualquer outra coisa, o que seria muito difícil de realizar, dadas às condições particulares de Florença e de Veneza, como o próprio Maquiavel explicará nos capítulos V e VI.

Ao lado da exaltação do modelo veneziano, um outro aspecto recorrente é o anti-romanismo ou a crítica aos tumultos da Roma republicana, também presente nesses aristocratas. Mas, no caso particular de Bernardo Rucellai, não se pode falar de um anti-romanismo estrito, pois o que ele criticava eram os conflitos da era republicana, apesar de enxergar com simpatia sua virtude militar e seus períodos de harmonia e paz. Enfim, seja nos pensadores antigos, seja nos pensadores modernos, o que havia era uma avaliação negativa de Roma, cidade poderosa, mas corrupta, inimiga da liberdade e da verdadeira virtude, que encontrou a sua sina no evento inicial e final da história: na origem, como serva de um rei, e que se desfez depois de tantas crueldades nas conquistas e pelas perseguições à religião cristã; e o povo que restou, tornou-se novamente servo de bárbaros conquistadores¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Mario Martelli, na sua introdução ao *Príncipe*, ao indagar sobre a prisão de Maquiavel no início de 1513, conjectura sobre quais seriam de fato os seus adversários políticos, visto ser um tanto atípica esse encarceramento de um secretário da Chancelaria. A interpretação de Martelli leva a crer que eram os aristocratas florentinos que nutriam as maiores aversões ao regime republicano comandado por Solderini, mais do que a família Médici. Diz Martelli: “*Maquiavel perfeitamente enquadrava a situação: o verdadeiro desencontro não era entre os Médicis e o regime guiado por Pier Solderini, mas entre os aristocratas e os Médicis contra o regime republicano*”[p. 13]. Pode-se depreender, portanto, que para Maquiavel os grandes adversários do regime republicano, seja no caso específico de Florença, seja de forma mais ampla, era um grupo social que almejava o controle do Estado: os oligarcas ou o *popolo grasso*. Cf. Martelli, Mario. *Introduzione in Il Principe*, Edizione Nazionale

Assim, verifica-se que Maquiavel tem plena consciência de que, ao exaltar as lutas internas da Roma republicana, opõe-se a esse conjunto de pensadores e historiadores antigos e de seu tempo. Aos homens de seu tempo, não seria equivocado acrescentar os historiadores florentinos, que se recusaram a falar dos problemas internos de Florença, especialmente Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini, conforme ele mesmo explicita no início do próêmio da *História de Florença*¹⁹¹.

A questão que envolve a interpretação desses pensadores dos conflitos políticos da república romana passa, principalmente, pelos sinais de corrupção política, que é, por seu turno, um sinal de perda da virtude cívica. Com efeito, é somente numa certa *virtus civita*, na qual se assentava a força e o poder romano, ou seja, numa adequação aos ideais humanistas, que se poderia pensar na virtude como fundamento político¹⁹². A corrupção política romana começa quando se manifestam esses tumultos, quando a unidade política da cidade se vê fraturada pelas contendas entre os grupos. Não é sem fundamento que esse grupo de pensadores, tanto antigo quanto modernos, entenderam a crise e a decadência das repúblicas associadas à perda da *virtus civitas*.

Pode-se inferir, portanto, que, ao demarcar o quadro teórico no qual pretende instalar o debate sobre os conflitos políticos, Maquiavel pretende deslocar a concepção de *virtù* política para fora dos limites da *virtus* do humanismo. O que implica em dizer que estamos diante de uma inflexão da noção de virtude política, não entendida mais nos moldes do humanismo nem numa concepção moralista, mas numa nova chave. Para ele, Roma manteve sua excelência pelo exercício de uma outra *virtù*, não mais a *virtus* militar, mas a que se manifesta na luta política, na disposição de agir politicamente para a instauração de ordenamentos que defendessem a liberdade política, o *libero vivere civile*¹⁹³. Ao apoiar as mudanças

delle opere, vol. 1, 2006, p. 9-49.

¹⁹¹ *História de Florença*, próêmio.

¹⁹² Esse é um dos pontos centrais da tese de Skinner. Cf. Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Caps. 1-3; Skinner, Quentin. *Virtù rinascimentale*, 2006 [I, IV e V].

¹⁹³ A rigor, é um tanto difícil pensar em um *vivere civile* que não seja livre, pois isso contraria a própria ação política na cidade. Contudo, não se deve perder de vista a noção oposta de *vivere servo*. O termo *libero* considerado de forma isolada, seria, pois, uma redundância ou ênfase de algo que já está subentendido, mas que no caso não se constitui num erro de construção, tendo em vista a função de se realçar essa condição de liberdade. Esse aspecto do *vivere civile* e suas relações com a liberdade política será melhor visto na análise dos capítulos seguintes dos *Discursos*.

benéficas para a vida civil nos conflitos, ele não somente troca as qualidades políticas que sustentavam as reflexões sobre os ordenamentos, como também muda o registro da noção de virtude política. A *virtù* maquiaveliana não poderá ser pensada nos mesmos moldes da *virtus civitas* dos humanistas, pois a justificação da excelência romana está em algo que não pode ser considerado, pela ótica humanista, como uma virtude. A defesa dos conflitos políticos como causa dos ordenamentos implica num desvio da compreensão de virtude política, que será um aspecto decisivo para o restante dos capítulos, bem como para o pensamento político maquiaveliano no seu todo. Segundo Sasso, Maquiavel rompe com as interpretações do humanismo cívico e apresenta como virtude aquilo que se apresentava como um sinal claro de decadência e corrupção política¹⁹⁴. Podemos dizer, ainda, que Maquiavel retira da esfera da moral, em que estava inserida a interpretação da decadência e da corrupção da república, a explicação para as disputas políticas e passa a pensá-las como o fundamento da vida na cidade. Ou seja, retira a análise do tema do âmbito moral e o insere nos limites do universo estritamente político, impedindo sua subordinação à esfera moral ou ética. Ainda segundo Sasso, “*Maquiavel é o primeiro que inteiramente superou o “moralismo” das interpretações históricas, ao valorizar as estruturas políticas mais que os homens*”¹⁹⁵.

Além dessa inflexão na noção de *virtù* romana, outra mudança que se verifica diz respeito à finalidade das cidades. A concórdia ou a paz social não são mais o seu *telos*. Aparentemente, não há mais a busca da harmonia política como o ponto final das ações políticas, aquilo que poderíamos caracterizar como uma certa noção de “bem comum” que se expressava pela teoria do *convivium* harmônico: esse não é mais o fim da vida política. Ao retirar tal perspectiva do horizonte da vida política, automaticamente nasce a questão do que estaria em seu lugar para Maquiavel. É impossível afirmar, baseado no exposto até o momento nos *Discursos*, que para ele a cidade não pode almejar a concórdia social como fim, visto que isso não é uma impossibilidade. A questão está em outro pólo. Convém frisar que os conflitos políticos são uma constatação, algo real e presente e não mais um problema, o que não significa que eles sejam desejados ou mesmo que se devam provocá-los. Não se

¹⁹⁴ Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [Cap. VI, p. 450-465].

¹⁹⁵ Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [Cap. VI, p. 455].

encontra no texto que a tranqüilidade, ou a concórdia política, seja um dos problemas, e que os tumultos e as revoltas sejam um projeto político a ser desenvolvido. Pode-se dizer que há uma propensão para a defesa da liberdade como o grande valor político a ser buscado, e não a harmonia social, ou seja, há uma inversão de finalidade¹⁹⁶. Se a defesa das contendas políticas coloca em suspensão a noção de convívio político harmonioso como *telos*, paralelamente nasce a defesa da liberdade como valor político fundamental a ser resguardado. Em outras palavras, o que era uma finalidade em certos pensadores passa a ser em Maquiavel uma possibilidade. Essa tal finalidade política, caso se possa falar em uma finalidade política no pensamento maquiaveliano¹⁹⁷, não seria possível de se realizar sem a liberdade política¹⁹⁸.

Portanto, ao identificar o seu raciocínio como uma contraposição a certas interpretações, visto que Maquiavel aponta como causa da força política da república romana aquilo que outros identificavam justamente como a razão de sua corrupção, ele tem consciência da inflexão que está operando e o quanto ela é controversa. Ora, o equívoco daqueles que criticaram os conflitos estava em dar mais atenção às impressões do momento, em geral, chocantes à primeira vista. Por se prenderem a

¹⁹⁶ É nesse sentido que vai o raciocínio de Lefort. Cf. Lefort, Claude. *Le travail de l'ouvrier Machiavel*, 1972 [p. 472-477].

¹⁹⁷ Colocamos a proposição de modo hipotético, pois é um tema controverso usar um vocabulário essencialista ou finalista, que, em geral, é associado aos sistemas filosóficos – particularmente ao platonismo e ao aristotelismo –, num autor que não se vincula de modo claro e explícito a nenhuma dessas correntes. Apesar de Maquiavel mencionar que se deve “*analizar bem os fins*” [Discurso, I, IV, 7] quando fala dos tumultos, noções como a de finalidade, essência e demais categorias próprias dos sistemas filosóficos antigos constituem um tema que na interpretação do pensamento maquiaveliano gera muita discussão e quase nenhum resultado definitivo. Cf. Guillermain, Bernard. *Machiavel lecteur d'Aristotle* in “Platone et Aristotle à la renaissance”, XVI Colloque international di Tours, Paris, Vrin, 1976, pp 163-73; Inglese, Giorgio. *Per una discussione sulla cultura di Machiavelli*, in *La Cultura*, XXV, 1987, p. 381-385; Martelli, *Schede sulla cultura di Machiavelli*, in *Interpres*, VI, 1985-86, p. 316-17; Procacci, Guiliano. *Studi sulla fortuna del Machiavelli*. Roma: Istituto Storico Italiano. 1965, parte I, cap. 3, p. 45ss. Sasso não é tão restritivo em suas interpretações, pois pensa ser possível ver uma visão “finalista” ou “providencialista” na instauração da reflexão sobre os conflitos políticos tendo em vista a defesa da liberdade. O equívoco para ele estaria em associar uma certa noção de finalidade maquiaveliana à noção de “bem comum”, seja em chave aristotélica medieval, seja em chave moderna, o que certamente é impossível. Entretanto, se tomarmos a finalidade ou o bem comum como o concurso das forças fundamentais da cidade tendo em vista a conservação do governo, conceito dominante tanto nos *Discursos*, quanto no *Príncipe*, talvez aqui possamos falar de “bem comum” ou finalidade. Com efeito, o que permite distanciar Maquiavel de defensor de uma concepção de governo tirânico é o fato desse regime impedir a ação política, os conflitos políticos, sendo esses expressões da liberdade. Enfim, conclui Sasso, isolando os textos maquiavelianos das hipotéticas influências do mundo medieval e tomando o texto em si, pode-se afirmar que a finalidade da cidade está na defesa da liberdade política que se expressa pelos conflitos. Cf. Sasso, Gennaro. *Niccoló Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 466-468].

¹⁹⁸ Cf. Skinner, Quentin, op. cit., cap. 1 e 2; Bignotto, Newton. *Maquiavel republicano*, 1991.

esse aspecto sensível, não reconhecem as conseqüências, ou a elas conferem pouco valor, que na república romana foram excelentes. Uma outra vez revela-se um dos aspectos principais do pensamento político maquiaveliano, presente no *Príncipe* e largamente comentado: a atenção aos resultados de uma ação política, mais do que à aparência dela. Nesse capítulo IV dos *Discursos*, Maquiavel novamente mostra que, nas análises políticas, prender-se às conjecturas ou às impressões dos fatos não resulta em conclusões seguras. Faz-se necessário ultrapassar a esfera imediata dos acontecimentos e buscar nas conseqüências desses o real sentido da ação política.

Decorrencia direta dessa transposição da esfera do real político imediato para o plano da análise é a consideração de que em todas as repúblicas há dois humores contraditórios: o dos grandes e o do povo.

[...] *E não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma [...]* ¹⁹⁹;

Estes dois humores²⁰⁰ presentes na cidade consistem em outro ponto chave do argumento não só do capítulo, mas do pensamento maquiaveliano. O uso dos termos povo, plebe, nobre, grandes, senado, não era estranho ao seu tempo e ao ambiente político florentino. Como mostra Gilbert²⁰¹, nas atas do Conselho Maior e dos demais conselhos de Florença, bem como nas correspondências diplomáticas da Chancelaria, tais termos eram freqüentes e possuíam uma compreensão precisa de quais grupos sociais pretendia-se referir com eles²⁰². Entretanto, se o uso de povo, plebe, senado, *optimates* não era estranho ao vocabulário dos pensadores políticos, o mesmo não se aplica à terminologia dos humores²⁰³. O uso desse vocabulário revela uma faceta

¹⁹⁹ *Discursos*, I, IV, 5.

²⁰⁰ A relação entre povo oprimido e rico opressor ocorre três vezes nos *Discursos*, uma no *Príncipe* e uma na *História de Florença*, o que revela sua importância para Maquiavel, cf: *Discursos*, I, 5, 8 e I, 16, 16; *Príncipe*, IX, 6; *História de Florença*, III, I.

²⁰¹ Cf. Gilbert, Felix. *Machiavel et Guichardin, Politique et histoire à Florence au XVI siècle*, 1996 [cap. 1].

²⁰² Em seus dois estudos, Chiappelli mostra como que o vocabulário político maquiaveliano é marcado pela terminologia da Chancelaria, principalmente na designação dos seus objetos principais de reflexão. Cf. Chiappelli, Fredi. *Studi sul Linguaggio del Machiavelli*, 1952 Chiappelli, Fredi. *Nuovi studi sul Linguaggio del Machiavelli*, 1969.

²⁰³ Zancarini mostra que falar de cidades como corpo político dotado de humores não era uma novidade no tempo de Maquiavel. Giannotti, Iacopo Nardi, Benedetto Varchi, ao se referirem aos tumultos de final do século XIV, usavam termos como “nobilità”, “popolo grasso” e “popolo minuto”. Cf. Zancarini, Jean-Claude. *Gli umori del corpo politico: “popolo” e “plebe” nelle opere*

elucidativa do modo como se compreendia a cidade, pois o termo remete ao vocabulário médico da antiguidade, que identificava os quatro elementos que compunham o corpo humano: a bile negra, a bile amarela, a fleuma e o sangue. Dessa combinação de humores derivava o temperamento do indivíduo, donde um temperamento fleumático ou um temperamento sanguíneo etc. Ora, esse uso do vocabulário médico, bem como a associação da república a um “corpo político”²⁰⁴, revela que Maquiavel pensava os Estados, ou ao menos as repúblicas, como um corpo dotado de matéria (povo), órgãos (ordenamentos ou instituições políticas) e de humores (o povo e os grandes). Essa associação auxilia a compreensão das estruturas do corpo político chamado república, dos eventos que podem se desencadear em seu interior e da sua semelhança com os outros corpos naturais.

A analogia dos desejos dos grupos com os humores dos corpos físicos revela, ainda, o modo como Maquiavel pensa a luta entre os grupos na cidade²⁰⁵. Em suas obras políticas verifica-se uma coerência e constância no modo de compreensão dos desejos dos grupos sociais como humores antagônicos do corpo político. Num primeiro momento, os humores expressam os desejos, pois assim como os temperamentos são expressão da combinação dos humores, do mesmo modo o temperamento da cidade será resultado do modo e da proporção desses humores: quanto maior o humor dos ricos, maior o temperamento político aristocrático; quanto maior o humor do povo²⁰⁶, maior o temperamento político democrático. Assim, é a proporção da quantidade ou predomínio dos humores que dará o caráter da forma política da cidade²⁰⁷. Além da constatação de que existem esses humores, nota-se que

di Machiavelli in ‘La lingua e le lingue di Machiavelli’, Atti del Convegno internazionale del studi, Torino, 2-4 dicembre de 1999, 2001 [p. 61-70].

²⁰⁴ Como ocorrerá várias vezes no livro II dos *Discursos*. Cf. *Discursos*, II, II, 49.

²⁰⁵ Cf: Zancarini, Jean-Claude, op. cit, p. 62-63.

²⁰⁶ Zancarini mostra que quando o “*popolo minuto*” alcança o poder, se instala uma divisão nesse grupo social, o que vem a ser um problema para Maquiavel, pois ele é obrigado a distinguir povo e plebe para explicar essa luta interna. Na verdade Zancarini vê que a divisão não seria apenas em dois humores, mas em novas divisões entre os vencedores, tendo por vezes três humores ou grupos. Sem desconsiderar essa hipótese, entendemos que o ponto central da argumentação maquiaveliana está na identificação dos humores antagônicos que se revelam nas lutas políticas, independentemente de serem dois ou de mais subdivisões nos grupos. Cf. Zancarini, Jean-Claude, op. cit., p. 65-67.

²⁰⁷ Pensando nessa combinação ou proporção dos humores políticos na cidade, que gera um determinado tipo político, é impossível não ver uma aproximação com a explicação de Aristóteles acerca das mudanças dos regimes políticos. Na exposição de *Política V*, vários conceitos e noções

eles são antagônicos, pois os grandes desejam dominar e os pequenos não desejam ser dominados. Ou, visto por outro ângulo, os ricos possuem um desejo e os pobres um não desejo, eles não querem que ocorra a opressão, a dominação dos ricos, mas, também, não desejam dominar. A realização da vontade dos pobres não seria a realização de uma dominação, mas o impedimento da vontade dos ricos, a impossibilidade de efetivar o excesso de ambição dos poderosos.

Ademais, não há somente a constatação de antagonismo e contraposição de humores, mas essa contraposição é a causa dos conflitos e, por consequência, o motor da vida na cidade. As mudanças nos ordenamentos têm o seu nascedouro, primeiramente, no desejo dos grandes em dominar, algo latente neles, mas cuja manifestação depende a ausência de freios. Quando não há mecanismos institucionais que impeçam esse livre agir opressivo, vem à baila o desejo dos pobres, que não querem ser oprimidos, resultando no conflito político. Donde esses humores serem a causa, o *parti pris* gerador do conflito que está na raiz das mudanças políticas.

Essa oposição, que para “alguns” é a causa das divisões e início da corrupção política²⁰⁸, é o fator decisivo para a constituição de leis e ordenamentos que garantam a liberdade política. Numa república que careceu de sábios legisladores, a possibilidade de reforma política por meio da aceitação dos conflitos internos – e das consequências políticas desses – torna-se o elemento preponderante para a longevidade de um Estado:

apresentadas permitem o estabelecimento de paralelos, a saber: além da noção de proporcionalidade das partes, sem o predomínio de nenhuma classe no governo (algo que é exposto primeiramente em *Política*, IV, 11, 1295 a-b); a atenção e o atendimento aos ânimos dos grupos (*Política*, V, 1308b25-30); a noção de que é um atributo, uma característica dominante no povo a obediência e dos aristocratas o desejo de dominação (*Política*, IV, 11, 1295b15-25); identificação da cidade como um corpo dotado de partes (*Política*, V, 1302b33-40); os regimes são feito da mistura dos grupos e não de um só grupo, tema dominante do cap. VII do livro V. Esses aspectos, entre outros, permitem não somente estabelecer paralelos entre o pensamento político aristotélico e o pensamento maquiaveliano, mas talvez, e o que é principal, permite esclarecer, em certa medida, aspectos do pensamento maquiaveliano, sem que caiamos em um “Maquiavel aristotélico”. Cf: Guillermain, Bernard. *Machiavel lecteur d'Aristotle* in “Platone et Aristotle à la renaissance”, XVI Colloque international di Tours, 1976 [pp 163-73]; Procacci, Guiliano. *Studi sulla fortuna del Machiavelli.*, 1965 [cap. 5]; Sasso. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987 [cap. 4, p. 167-376]; Zanzi, Luigi. *Il metodo del Machiavelli*, 1981.

²⁰⁸ Nunca é demais lembrar que os conflitos dos *Ciampi*, entre os Guelfos e os Ghibelinos, legaram uma herança de divisão e disputas que para alguns foi a causa da decadência de várias cidades italianas. Identificar o conflito político no interior da cidade com a decadência da própria cidade era uma interpretação derivada daquilo que foi vivenciado em várias localidades e foi entendido como a razão de certas crises. Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [p. 455-456].

E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de virtù; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar²⁰⁹.

Com tal relação causal surge uma outra origem para a fundação dos ordenamentos políticos numa república. Invertendo a ordem da exposição maquiaveliana, vê-se que os tumultos, que naturalmente ocorrem no interior das cidades em função dos interesses contraditórios entre os grandes e o povo, terminam quando leis ou ordenamentos são criados para frear quaisquer dos desejos que estejam exacerbados. Uma vez instituídos tais ordenamentos ou leis, cessam os tumultos e retorna-se à normalidade civil, porém agora acrescida de garantias e defesas, ou seja, aquela normalidade agora se estabelece num ambiente político melhor sob o ponto de vista das liberdades civis. Esse ambiente político-institucional, por seu turno, propicia o ensino e a manutenção dessas garantias civis, uma vez que elas não estão fundadas na vontade ou arbítrio de um grupo, mas nasceram da própria população – no caso, o desejo dos pobres em não serem oprimidos e o temor dos grandes em relação aos pobres. A formação em tal contexto, associado ao exercício político, gera a *virtù* necessária para que todo Estado perpetue seu regime e não recaia na dissolução, ou seja, não se deve desconsiderar o efeito pedagógico dessa experiência. Como a origem de tal condição virtuosa do corpo político foi resultado desses conflitos, têm-se uma outra forma de fundação de instituições: os tumultos. Ocorre que, no caso das repúblicas, esse modo de instaurar as leis é mais adequado do que o recurso a um legislador, ou seja, na comparação entre as duas formas de fundação política, a originada pelos conflitos numa república resulta nos mesmos efeitos daquela realizada pelo legislador. Portanto, para aquelas cidades que não tiveram a sorte de serem fundadas por um legislador prudente e se ordenaram como república, os conflitos sociais são seu melhor fundamento político. Caso se tenha em consideração os regimes mistos, a forma de governo apontada como a mais perfeita no capítulo II, a presença dos conflitos, dos desequilíbrios, não são uma anomalia da realidade, mas seu modo próprio de existir²¹⁰. Segundo Sasso:

²⁰⁹ *Discursos*, I, IV, 7.

²¹⁰ Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [p. 463-465].

As lutas, os contrastes, os desequilíbrios não são uma anomalia do real, mas o seu modo originário de ser constituído; e, a respeito da ‘perfeição’ da constituição mista não podem ser, por isso, consideradas como um passado que não retorna, e ao qual não se retorna. A tal ponto ao contrário, as lutas, os contrastes e os desequilíbrios são uma realidade constante e insuprível, que os Estados os encontrem tantas vezes quanto o legislador não haja previsto (e continuamente não torna a prevê-los) e discipliná-los a sua energia vital e elementar²¹¹.

Donde, dado que as coisas do mundo estão em contínua mudança, não se pode dar por completo e encerrado o trabalho de ordenamento político da cidade. A tarefa é perene, fugindo ao controle do legislador. Levando o raciocínio ao limite, por ser impossível prever tudo o que desejam os humores recônditos no coração dos homens, o legislador não teria como fazer um ordenamento que garantisse *a priori* instituições que conservassem a harmonia e o convívio político. A vantagem do regime misto ordenado pela dinâmica do conflito mostra-se melhor para o bom ordenamento da cidade por conter um mecanismo que incorpora e resolve o nó fundamental da vida política: a existência dos humores antagônicos. A novidade institucional, gerada pelas contendas, só pode ser incorporada dentro de uma lógica de ação política aberta a essa possibilidade, o que o regime ordenado pelo legislador nem sempre prevê. Essa permanente abertura para o que é novo na política constitui-se no diferencial desse tipo de ordenação romana em relação às rígidas estruturas de Esparta ou Veneza, que, como se verá adiante, sucumbiriam diante das mudanças, da inserção de novos ordenamentos²¹².

Identificados os tumultos como o fundamento das instituições republicanas, Maquiavel mostra que se eles garantiram a liberdade foi porque tiveram no povo o defensor desses direitos. Ora, se há um conflito causado pelos interesses contraditórios entre os nobres e o povo, dificilmente o interesse do povo se opõe à liberdade. A razão está em que o povo não tem nenhum desejo positivo, apenas o de não ser oprimido; seu desejo é negativo, é um não ser, é, simplesmente, não sofrer.

E os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo²¹³.

²¹¹ Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [p. 463-464].

²¹² Como pergunta Lefort: “*como a imagem da concórdia instituída por Licurgo resistiria à descoberta da causa da liberdade romana?*”. Cf. Lefort, Claude. *Le travail de l’ouvre Machiavel*, 1972 [p. 475].

²¹³ *Discursos*, I, IV, 9. Esta noção também está presente neste livro I, V, 8; XVI, 16 e no *Príncipe*, cap. IX, 6.

Tem-se, pois, uma equiparação entre a vontade negativa do povo e a liberdade numa relação causal, ou, invertendo os termos, a liberdade resultante do conflito só é possível em função da resistência ou oposição característica da ação popular. Há, então, uma nova contradição. Se a liberdade é um poder fazer, é uma possibilidade de agir, aqui ela nasce fundamentalmente de um fator negativo: o desejo popular de não ser oprimido. Retomando a imagem da dinâmica política, verifica-se que, na contraposição dos interesses, como o vetor mais forte está com o povo, o corpo político tende para essa direção, que, pelas palavras de Maquiavel, raramente contraria a liberdade. O dado intrigante é que um não-desejo ocasiona a possibilidade de ação e não o seu impedimento. Em outros termos, da contraposição, a parte negativa predominante gera uma positividade benéfica a todos e não a ausência ou a impossibilidade de ação política.

Admitir o conflito entre os partidos é um mecanismo eficaz para se evitar a dissolução dos Estados, apesar de tais tumultos parecerem, num primeiro momento, um fator de corrupção política, como muitos consideravam. Longe de ser a causa de corrupção, os conflitos são um remédio poderoso para a conservação da vitalidade dos corpos políticos.

II.

O capítulo IV possui, pois, uma relação estreita com o capítulo III, na medida em que explica os fundamentos dos problemas apenas indicados antes. Entretanto, em sua estrutura e articulação, o capítulo IV não tem apenas a função de ligação teórica com o capítulo anterior, mas fornece os pressupostos para os capítulos V e VI. Para Maquiavel, as dissensões políticas não são fatos que expressam uma desordem sem sentido dos grupos sociais. Esses tumultos têm uma origem clara, o controle dos humores, principalmente o desejo de dominação dos ricos, e visam algo bem determinado: a defesa da liberdade ou a preservação dos direitos:

E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de virtú; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o fim deles, não descobrirá que eles deram origem a exílio ou violência em desfavor do bem comum, mas sim leis e ordenamentos benéficos à liberdade pública²¹⁴.

²¹⁴ *Discursos*, I, IV, 7.

Com efeito, ele é taxativo ao apontar que os tumultos da república romana tinham como fim a *liberdade pública* e não eram desfavoráveis ao *bem comum*. Essas duas expressões aqui mobilizadas oferecem a medida e a importância desses conflitos, os quais não colocam em risco aquilo que era do interesse de todos, nem as instituições no limiar da sua existência, o que se contrapõe à interpretação das dissensões como causa da corrupção de Roma ou de qualquer outra república, defendida por muitos pensadores. Para Maquiavel, ao contrário, os conflitos políticos e a busca do bem comum não são realidades excludentes que ameaçam o corpo político. Constatamos, assim, como o raciocínio maquiaveliano opera num primeiro momento garantindo a possibilidade de coexistência dos tumultos com os interesses maiores da cidade, para num segundo momento enfatizar a finalidade desses conflitos, a saber: o estabelecimento de leis e ordenamentos em benefício da liberdade.

Os conflitos políticos, quando direcionados pelo “bem comum”, visam a liberdade pública, ou seja, instauram direitos e garantias a uma parte que não os tinha, equilibrando as forças políticas. A aristocracia ou o *popolo grasso*²¹⁵ já tinha poder, força e direito, por isso poderia oprimir a plebe. Se a instalação dos tribunos é uma garantia da plebe, não se deve perder de vista que os patrícios, a aristocracia romana, possuíam muitas garantias e direitos já resguardados. A instituição dos tribunos da plebe vem conferir equilíbrio de direitos e limitação a uma exacerbação que se manifestava por parte dos grandes. Nesse sentido ainda, a liberdade está associada à prerrogativa em não ter seus direitos tolhidos ou não ser explorado, ou seja, a liberdade apresenta-se com uma conotação negativa. Este entendimento da liberdade pode nos soar estranho, já que defender a liberdade implica em defender os direitos que impedem as extrapolações. Logo, os defensores da liberdade devem ser aqueles que se opõem às usurpações que poderiam causar conflitos. Tendo em vista, ainda, que os conflitos são um elemento fundamental para a vida política nas repúblicas e uma expressão de sua vivacidade, tal vitalidade só existe se houver a possibilidade de

²¹⁵ Não é de todo irrelevante verificar que uma tradução literal de *popolo grasso* seria “povo gordo”, o que na época de Maquiavel, bem como durante muitos outros períodos da história tanto de Florença como de outros lugares, a condição física de gordo, por oposição a de ser magro, era uma identificação dos ricos. Haja vista as várias representações pictóricas do renascimento de mulheres gordas e extremamente brancas, como padrão de beleza. Enfim falar de “povo gordo” para

sua manifestação e a garantia de direitos que assegurem os interesses das partes. Sem a existência dessa possibilidade, não se teria repúblicas, mas regimes de exceção, pois a liberdade de ação política é a condição definidora da república. Caso se pense na possibilidade de um regime de força em uma república, este seria uma monarquia, ou melhor, uma tirania e não a normalidade política republicana²¹⁶. Por isso aventamos a hipótese de que nesses primeiros capítulos, quando Maquiavel menciona a exacerbação de poder de um grupo, há uma complementação lembrando que isso sempre ocasiona a ruína do Estado²¹⁷. A impossibilidade de ação política é a situação que mais se contrapõe ao regime republicano.

Retomando a associação entre “bem comum” e “liberdade pública”, um segundo aspecto destacado por Maquiavel é o fato desses conflitos e a instalação de novos ordenamentos políticos não contrariarem o bem comum. Quando se pensa na limitação dos poderes da aristocracia, não se pode ver nisso uma afronta ao bem comum ou à universalidade, visto que uma parte foi atingida frontalmente em seus desejos. O problema que se colocava antes da instauração dos conflitos é o de que não se pensava na universalidade dos cidadãos, mas sim na particularidade de um grupo político. A instituição desse novo ordenamento, os tribunos da plebe, por meio do conflito, vem repor no quadro da universalidade dos interesses públicos os interesses das partes, mesmo que isso implique em limitações para alguns. Os conflitos, apesar de beneficiarem apenas um grupo, visam à universalidade e ao bem comum, pois reequilibram os direitos tendo em vista a totalidade do Estado.

Este interesse comum se manifesta pela liberdade pública, na liberdade do público, do *publicus*, de todos. A liberdade que antes era apenas de um grupo, agora limita esse grupo para que se possa manifestar uma liberdade para todos, *publicae*. Os conflitos políticos se configuram, assim, como a causa da liberdade pública de todos.

identificar os ricos e poderosos sugere um dado antropológico revelador de seu tempo.

²¹⁶ O fato de um regime de força ser um entrave à liberdade política é o que permite pensar que Maquiavel jamais idealizou uma monarquia centralizadora ou qualquer outro regime cujo poder estivesse centralizado numa única pessoa. É por esse aspecto, entre outros, que não se deve pensar no *Príncipe* como um libelo em defesa de uma monarquia centralizadora ou mesmo como uma antecipação do ideal de monarquia absolutista. Como se verá ao final, mesmo pensando no regime de força como a solução para a república corrompida, esse regime prevê uma certa regra de ação política, tal qual definido como principado civil apresentado no *Príncipe*.

²¹⁷ *Discursos*, I, V, 11.

Ao contrário daqueles que enxergavam na concórdia política a situação adequada e propícia para a manifestação da liberdade e os tumultos como uma ameaça à liberdade dos direitos, Maquiavel entende que nas dissensões políticas está a evidência de uma vitalidade política e a certeza de que a liberdade será o resultado final, vitalidade esta que sugere um outro aspecto, dos tumultos políticos como expressão da força de um Estado, condição fundamental para conquistas e expansões²¹⁸. Ao desenvolver as contendas políticas e por meio delas fundar ou reordenar instituições, a questão está em canalizar essa força depreendida das lutas para a conquista de novos territórios.

Relacionar as lutas pela liberdade com a força de um Estado não era uma novidade para os pensadores humanistas. Quando se olham os escritos do *humanismo cívico*, em especial os textos de Bruni elogiando a defesa dos florentinos contra a investida dos Visconti no início do *Quattrocento*, de fato não há novidade na associação da defesa da liberdade política com a potência ou a força de um Estado²¹⁹. Mas em Maquiavel há uma mudança. Ele não apenas defende essa relação entre liberdade e força, pois argumenta também que o governo livre, a luta política autêntica, a livre competição são nada mais que os modos de ser e de existir da potência política²²⁰. Os conflitos não são somente a expressão da liberdade, mas tal condição livre é aquilo que define e distingue uma república. A mudança operada por Maquiavel não é somente em termos de definição da noção de liberdade política, mas sua inserção numa esfera mais profunda: ela não é apenas uma qualidade entre as demais presentes numa república, mas aquilo que a define enquanto tal, e isso porque as dissensões políticas também são um dos modos de ser da república, são um de seus aspectos peculiares e intrínsecos. Há, pois, uma estreita relação entre essas lutas políticas e a busca da liberdade, que as coloca no cerne da república.

²¹⁸ Acerca da relação entre os conflitos políticos e a potência do Estado, cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Vol. 1, 1987 [cap. V: *Machiavelli e i detrattori antichi e nuovi, di Roma. Per l'interpretazione di Discorsi, I, 4*, p. 519-521]; Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 471-485]; Cardoni, Giorgio. *Machiavelli teorico dei conflitti sociali* in Georges Barthouil, *Machiavelli attuale – Machiavel actuel*, 1982. p. 17-22; Cadoni, Giorgio. *Machiavelli. Regno di Francia e 'principato civile'*, 1974, [Apêndice, p. 169-217].

²¹⁹ Acerca do humanismo cívico cf. Baron, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princenton: Princenton University Press, 1955; para uma análise dos escritos de Bruni cf. parte III, cap. 9-12, p. 163-245.

²²⁰ Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 474-476].

Uma vez compreendida essa associação entre liberdade e disputas políticas, pode-se constatar que a liberdade de uma república é a expressão de sua força. A concatenação é evidente, pois, se falamos de república, referimo-nos ao *locus* do tumulto, da liberdade e, também, da força. Diferentemente dos pensadores de seu tempo e dos historiadores e pensadores antigos, que apontavam a liberdade como fraqueza e sinal de corrupção e decadência do Estado, Maquiavel entende a contenda entre os grupos políticos como vitalidade política, como positividade, pois a força demonstrada pelo povo nos conflitos se espalha para toda a república, tornando-a também forte. A durabilidade de um regime, associada antes à capacidade de resistir unida ao longo do tempo, se perfaz, agora, não mediante a tranquilidade e paz interna, mas por meio da vitalidade política que se revela no conflito. A durabilidade, que também pode ser compreendida como um sinal de força de uma cidade, manifesta-se na vivacidade dos tumultos e das lutas. O que permite pensar na força política como um índice para a duração do regime. Segundo Sasso:

*Por isso, observa Maquiavel, as leis que se fazem por impulso destes dois humores, potentes e insupríveis são, sempre, leis de liberdade; e 'liberdade' significa isso que sempre se soube, 'força', potência, capacidade de conquistar*²²¹.

Por essa compreensão da relação entre força e liberdade se pautarão os capítulos V e VI, pois a questão não é somente a quem cabe a defesa da liberdade, mas o que implica em termos de ordenamento político e conquistas essa disposição interna das repúblicas. Enfim, fica claro agora como o capítulo IV, na medida em que apresenta os pressupostos teóricos para se compreender a questão da liberdade e da conquista, temas dominantes dos capítulos seguintes, mantém uma estreita relação com este presente no título do capítulo V: a quem cabe a defesa da liberdade? Essa pergunta pode ser desdobrada nos seguintes termos: em que grupo social deve-se assentar o poder ou quem deve zelar pelas instituições e defender os interesses de todos, a liberdade e a força de uma república? Embora já seja possível intuir a resposta que dará Maquiavel, determinando o povo como guardião da liberdade política, o que importa saber é o modo como essa resposta será dada, ou seja, em que medida se compreende o povo como incumbido de preservar o cerne do poder político de uma república. Por fim, evidencia-se esse duplo aspecto do capítulo IV

²²¹ Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 476-477].

para a economia do texto: de um lado é a explicação daquilo que foi sugerido antes no capítulo III, e por outro, a delimitação do quadro onde deverá se desenvolver a reflexão dos capítulos seguintes.

Apresentada a importância da liberdade na ordenação da república, Maquiavel expõe dois modos de defesa da liberdade: o dos nobres e o da plebe. O primeiro tem como exemplo os venezianos e os espartanos, e o segundo caso, os romanos. A dificuldade está em designar quais desses grupos defenderam melhor a liberdade política ou, dito de outro modo, quais desses grupos lutaram mais pelos direitos que garantiam o livre agir político da república. Esse ponto é fundamental, pois sua resposta determinará quais escolhas políticas deverão direcionar as decisões de apoio a uns em detrimento de outros, acrescidas das conseqüências decorrentes de tais escolhas.

Sob a ótica da longevidade dos governos, certamente dir-se-ia que o modelo mais adequado é o veneziano-espartano, que ao confiar aos nobres a tarefa de defesa da liberdade, assegurou por longo tempo a tranqüilidade do regime. Porém, a despeito dessa longevidade desses dois regimes, Maquiavel indica que, no caso dos romanos, não se deve olhar apenas para os resultados, mas também para as razões (*ragioni*) que motivaram a escolha deles, pois se trata de uma república que não teve um sábio legislador, mas que ao longo do tempo criou instituições que garantiram as liberdades civis. Sob o viés das razões, Roma merece mais atenção, uma vez que suas escolhas se fundaram nos apetites dos dois grupos, embora não se possa falar propriamente de escolha, pois essas mudanças motivadas pelas lutas não figuravam como uma alternativa, mas como uma necessidade para se conter as dissensões e evitar a ruína da cidade. Os tumultos obrigaram a uma solução que se realizou pela instituição dos tribunos da plebe, e não podem ser compreendidos jamais como uma opção entre as várias que se apresentavam diante de Roma.

Segundo Maquiavel, “*é necessário examinar quais destas repúblicas tiveram melhores escolhas*”²²². As escolhas a que se refere é a qual parte outorgar a defesa da liberdade, o que significa também, a qual dos grupos conceder o poder para que eles defendam a liberdade pública. Ora, a primeira constatação é que tanto os nobres quanto a plebe se diferenciam no desejo de usurpar os direitos ou de dominar o poder.

²²² *Discursos*, I, V, 5.

E, indo às razões, direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la²²³.

Primeiramente importa notar que o termo *usurpare* utilizado no texto deve ser compreendido no interior da esfera jurídica, constituindo uma violação da ordem institucional. Essa utilização do termo por Maquiavel indica em qual registro se deve compreender a ação política empreendida pelos ricos sob a ótica institucional. A terminologia insere a questão não apenas em um universo de preferências partidárias ou sociais, mas desloca o problema para o universo jurídico-político. A questão não é de afeição política para com a plebe, mas se apresenta entre ter que defender uma usurpação ou a legalidade. Tomar partido pelos nobres pode ser compreendido como aceitar e apoiar a violação do ordenamento político, ou seja, aceitar uma ilegalidade como regra política. Ao pensar o confronto dos desejos nesses termos, Maquiavel deixa poucas alternativas aos defensores da aristocracia e obriga, em nome da legalidade, a refutação dessa posição. Por fim, convém destacar ainda que não está ausente na plebe esse desejo de usurpar, porém ele é menor do que entre os nobres²²⁴. Ainda com essa condicionante, a defesa da plebe se mostra como uma imposição do argumento, uma vez que não se deve decidir por aquilo que já se sabe ser a pior alternativa para o ordenamento político.

Os nobres têm, pois, como um dos seus sinais característicos, o desejo por aquilo que não lhes pertence por direito, ao contrário da plebe que tem menos apetite de tomar para si algo que não lhe pertence. A consequência é inevitável: como confiar num grupo que tem como um dos sinais distintivos o desejo de usurpação?

E sem dúvida, se considerarmos o fim dos nobres e dos ignóbeis²²⁵, veremos naqueles grandes o desejo de dominar e nos segundos apenas o desejo de não serem dominados²²⁶.

²²³ *Discursos*, I, V, 7.

²²⁴ Conforme revela a análise da revolução dos Gracos do capítulo XXXVII desse livro I.

²²⁵ O uso do termo *ignobili* chama a atenção, seja pelo seu caráter inusual, seja pelas significações que comporta. Aqui o ignóbil é o oposto de nobre, o "não-nobre", que é um dos modos de se referir também ao povo. Além desse sentido de antítese ao nobre, o ignóbil indica, ainda, que os incultos, por desconhecerem, logo, por serem mais simples, têm desejos mais limitados. Portanto, longe de ver neles uma maior bondade, em oposição a malignidade dos desejos dos nobres, os *ignóbeis*, não desejam, porque são simples e desconhecem.

²²⁶ *Discursos*, I, V, 8.

Essa característica do povo de não ter um desejo positivo, também está presente no *Príncipe*²²⁷, num contexto, todavia, diverso. Ali, se investiga em quem o príncipe deve se apoiar. Nesta caracterização dos humores não deve passar despercebido que Maquiavel fala em *fim* dos nobres e dos ignóbeis. Ora, se tomarmos o termo fim como a finalidade dos grupos, pois no início do capítulo ele próprio disse que não deve olhar para trás (*indietro*), mas para a consequência, então, tal finalidade associa-se àquilo que buscam os nobres, o que eles têm como objetivo político. O que há, pois, é uma definição da natureza dos nobres e dos ignóbeis em função de um aspecto crucial: os seus desejos ou humores. Neste sentido, convém destacar que aqui o autor não está somente expondo um dado peculiar ou mais evidente dos dois grupos que compõem a cidade, mas revelando uma característica que poderíamos nomear como essencial, uma vez que mostra algo da natureza política deles.

A caracterização dos humores é o momento central do argumento maquiaveliano no capítulo, conduzindo a uma resposta favorável ao povo. Entretanto, essa predileção popular é posta em dúvida quando se consideram os ordenamentos veneziano e espartano, tidos como melhores não somente porque duraram mais, mas também por se conservarem sem conflitos e tumultos, porque impediam a manifestação do “*ânimo inquieto da plebe*”. Essa crítica ao povo é reforçada, ainda, por um exemplo da própria história de Roma.

*E dão como exemplo Roma mesmo, onde, estando já os tribunos de plebe investidos dessa autoridade, não foi bastante um cônsul plebeu, e eles quiserem tê-los ambos. A partir daí, quiseram a censura, o pretor e todos os outros cargos do governo da cidade: mas nem isso lhes bastou, pois, levados pelo mesmo furor, começaram depois, com o tempo, a adorar os homens que lhes pareciam aptos a combater a nobreza; donde nasceram o poder de Mário e a ruína de Roma*²²⁸.

Utilizando um estilo pendular, Maquiavel passa de uma aparente reprovação do modelo romano para a defesa deste. Com efeito, vê-se ao longo deste capítulo, bem como nos demais, uma alternativa antitética, em que ambas as posições são defendidas, num primeiro olhar, com a mesma intensidade. Porém, apesar de suas ressalvas e considerações, sempre transparece sua real posição: a reprovação do modelo espartano e a defesa do modelo romano de república. Apesar das qualidades

²²⁷ Cf. *Príncipe*, cap. IX.

²²⁸ *Discursos*, I, V, 10-12.

invocadas de início ao regime espartano e veneziano, suas limitações se revelam numa análise mais apurada, mostrando o quanto seu ordenamento é frágil e de poder restrito. Em Roma, contudo, da aparente fragilidade que nasce dos tumultos, vê-se, por conseqüência, o surgimento de um Estado forte, ao ponto de poder efetuar conquistas. As qualidades exaltadas levam à comprovação de qual governo se tem em vista: de um lado um governo limitado e restrito e de outro, um forte e expansionista.

*E no fim, quem examinar tudo sutilmente chegará a esta conclusão: ou se pensa numa república que queira fazer um império, como Roma, ou numa à qual baste manter-se. No primeiro caso, é necessário fazer como Roma; no segundo, pode-se imitar Veneza e Esparta [...]*²²⁹.

O texto revela nas entrelinhas a crítica maquiaveliana à opção medíocre de Esparta e Veneza, que não quiseram tornar-se um Império. A opção pela estabilidade e pela tranqüilidade trouxe a aceitação das limitações territoriais e políticas. Por outro lado, tendo em vista os interesses romanos, a opção por se assentar no povo foi a mais adequada. Um novo aspecto surge, já que não somente a busca da durabilidade ou da tranqüilidade interna é fator para a decisão por um dos grandes desejos, é necessário também ter em conta as ambições políticas da própria república. Em outras palavras, o problema desloca-se do confronto estabilidade política *versus* instabilidade política para uma ordenação política que impeça a inovação política ou a criação de novos ordenamentos, tendo em vista as novas condições que as conquistas proporcionam. Quando dissemos que a opção de Veneza e Esparta se revelou medíocre, isso não se deve tanto ao momento primeiro da fundação destas repúblicas, como se houvesse um medo prévio acerca da incorporação de novos territórios. O problema se revelou quando essas repúblicas se encontraram na condição de decidirem se deveriam ou não ampliar o seu território e, com isso, pôr em risco a paz política interna. Neste momento de decisão, ambas optaram por conservar os ordenamentos políticos tal qual se apresentavam, ainda que se revelassem limitadores. Roma, por outro lado, não restringia institucionalmente seu raio de ação, pois estava disposta às inovações políticas. Considerando a incorporação de novas cidades, com os novos atores que passam a fazer parte do jogo político e as demandas que isso acarreta, principalmente em termos de conflitos e tumultos, haveria um problema ao se seguir Esparta e Veneza, mas não Roma. A incorporação de novos atores políticos por meio da

²²⁹ *Discursos*, I, V, 13-14.

conquista desfaria a correlação de forças desenhada pelos legisladores no momento da fundação dessas cidades. A limitação do ordenamento institucional de Esparta e Veneza está mais relacionada à ameaça representada pelos novos grupos do que à impossibilidade de fazer conquistas territoriais.

Relacionando isso ao desejo dos grandes em possuir, as conseqüências podem ser, também, perigosas, pois esses ordenamentos não prevêm nenhum freio ao impulso de dominação, donde as novas aquisições oferecerem a possibilidade para esse humor se extravasar. Em tal situação, Veneza e Esparta estariam desarmadas de mecanismos para conter as ambições, ameaçando à tranqüilidade política da cidade. Contudo, Roma não teria tais problemas, pois desse desejo desmedido nasceriam os tumultos e dos tumultos novas leis e instituições para regular essa nova relação. A causa dos conflitos, conclui Maquiavel, não são nem as conquistas nem os “*ânimos inquietos da plebe*”, mas o desejo dos grandes em possuir cada vez mais.

*E há muitos que, possuindo muito, podem com mais poder e maior efeito provocar mudanças. E também há muitos cujo comportamento incorreto e ambicioso acende no peito de quem nada possui o desejo de possuir, seja, para vingar-se dos que possuem, espoliando-os, seja para poderem entrar na posse das riquezas e honrarias que percebem estar sendo mal empregadas pelos outros*²³⁰.

Portanto, em concordância com aquilo que foi apresentado ao longo do capítulo, Maquiavel mostra que uma república não deve se apoiar nos nobres porque eles possuem desejo desmedido em usurpar aquilo que é alheio, e esse desejo é a principal fonte dos conflitos e tumultos. Esta conclusão não deixa de ser paradoxal, pois contraria os alicerces que sustentavam a opção pelo modelo republicano esparto-veneziano, torna-se agora muito difícil, se não impossível, defender uma ordenação política que tenha nos aristocratas seus maiores defensores²³¹. O que no início se apresentava como possibilidade, tornou-se uma opção perigosa, por mais estável que pareça. Uma outra vez, a ordenação política oriunda de um legislador não se apresenta como a melhor solução, segundo Maquiavel. O modelo perigoso dos romanos revela-se uma solução mais satisfatória que, com o seu explícito apoio popular, confirma o quanto o pensamento maquiaveliano defende como fundamento

²³⁰ *Discursos*, I, V, 19-20.

²³¹ Está implícito no raciocínio maquiaveliano a crítica a imagem do legislador nobre, culto e sábio, que ordena uma cidade sob o controle da aristocracia, também nobre, sábia e culta. Por tal associação, ao se aceitar o argumento de que a ordenação por um legislador seria a melhor, deveria aceitar o restante, ou seja, que o poder político estivesse nas mãos da pequena aristocracia culta.

político a ação política de todos os que estão na cidade. O conflito sempre existirá, pois os grandes nunca deixarão de desejar e sempre o povo lhe será um freio, desde que seja este o guardião da liberdade política.

Ainda quanto ao melhor modo de ordenar uma república, Maquiavel, no capítulo VI, procura analisar se seria possível ordenar a cidade de uma forma em que os conflitos fossem minimizados ou até eliminados. Neste capítulo, retomam-se os dois temas imediatamente anteriores: a importância dos conflitos políticos e a defesa da liberdade de ação política.

Agora, a dificuldade versa sobre a possibilidade de se ordenar um Estado sem conflitos, ou melhor, se seria possível a Roma, depois da experiência da Revolta dos Gracos, adquirir um regime político que retirasse ou impedisse as lutas internas que podem levar uma cidade à corrupção²³². O que se põe como problema é o fato de Roma, após a Revolta dos Gracos, ter subestimado o poder político dos nobres, fazendo da plebe a força política predominante, cumprindo, de certo modo, o requisito proposto no capítulo anterior, o de conferir ao povo a guarda da liberdade. Ora, por que, depois de todos esses acontecimentos, Roma não encontrou a estabilidade política? Por que a partir de tais condições não foi possível prosperar um regime estável e duradouro?

Num primeiro momento, devido ao estilo retórico maquiaveliano, poder-se-ia supor que a busca da tranqüilidade política é sua meta e que os conflitos políticos são danosos. Em tal busca de um regime tranqüilo e duradouro voltam à cena dois

²³² No capítulo XXXVII desse livro I Maquiavel mostra como às vezes o povo pode também extrapolar nos seus desejos e provocar a ruína de um Estado. Analisando os conflitos agrários, que se sucederam depois da criação dos Tribunos da Plebe, ele enxerga nisso uma demonstração de ambição e não de necessidade do povo romano. Se a criação dos Tribunos foi por um ato de necessidade, a lei agrária, para Maquiavel, foi a expressão da ambição do povo em possuir algo que não era seu. A consequência de tal ato desmedido foi a destruição da República romana, sinal de ruína do Estado. Pelas posições apresentadas até aqui, nota-se que Maquiavel destaca sua preferência pelo povo como melhor defensor da liberdade, mas que isso não signifique transformá-lo em grupo político perfeito e inatingível pela ambição de poder. As afirmações do capítulo XXXVII revelam que a ambição do povo também pode ser uma das causas de corrupção da república. Portanto, na reflexão maquiaveliana há uma predisposição em exaltar as qualidades políticas populares como benéficas para uma república, mas isso não redundará em uma impossibilidade de nascimento da corrupção republicana nos desejos do povo. Caso se pense em uma tendência “populista” em Maquiavel, pelo destaque dado a esse grupo no plano da ação política, tal valorização tem seus limites. Cf. Zancarini, Jean-Claude. *Gli umori del corpo politico: “popolo” e “plebe” nelle opere di Machiavelli*. In ‘La lingua e le lingue di Machiavelli’, Atti del Convegno internazionale del studi, Torino, 2001, p. 61-70;

exemplos recorrentes de repúblicas bem sucedidas: Esparta e Veneza. Contudo, agora elas não são apenas citadas, mas têm analisadas suas constituições.

Maquiavel diz²³³ que a estabilidade espartana se manteve graças a um rígido controle da população, à proibição das imigrações e à ausência de uma política de ampliação territorial com a anexação de novos Estados. Já Veneza sustentou sua tranquilidade às custas de não onerar o povo, principalmente não o inscrevendo no exército, mas também não lhes atribuindo poder de decisão política, algo restrito aos “gentis-homens” ou às famílias mais antigas e nobres da cidade.

A Roma caberia, caso desejasse ordenar uma república estável, fazer uma das duas coisas que fizeram Esparta e Veneza. Todavia, ela não fez nenhuma das duas coisas, mas, o contrário: alistou a plebe no exército e admitiu estrangeiros no Estado. Porém, tal decisão de Roma foi motivada pela necessidade, já que seus interesses expansionistas eram pressentidos no início da república. O problema se desloca da oposição entre a presença ou ausência do conflito político para a dificuldade em se acomodar o Estado a uma fronteira determinada ou adotar a prática expansionista deliberadamente: “*querendo Roma retirar as ocasiões dos tumultos, retirou, também, as ocasiões para ampliar [o território]*”²³⁴. A situação romana reflete o problema que se coloca para as repúblicas: não expandir, não ter conflitos e durar muitos anos, ou permitir o nascimento das causas dos conflitos e deixar aberta, também, a possibilidade de crescimento. Esse novo par de oposições sugere um novo aspecto ao conflito político: o de ser um fator ou causa do crescimento dos Estados. Para as repúblicas que desejam alargar os seus limites não se devem impor as restrições de Esparta e Veneza. A anexação territorial atingia essas duas repúblicas no cerne de sua constituição, pois ameaçava o equilíbrio de forças moldado quando da fundação da cidade. No caso de Roma, deve-se lembrar que não durou mil anos, mas que foi um dos maiores impérios de todos os tempos.

Além de impedir o crescimento do Estado, as medidas espartanas e venezianas podem gerar um efeito contrário, tornando frágeis tais repúblicas. Por não impedir o aumento do número de cidadãos, seja pelo impedimento à vinda dos estrangeiros, seja

²³³ Cf. *Discursos*, I, VI, 4-11.

²³⁴ *Discursos*, I, VI, 19.

pelo controle da população, associado à supressão do acesso às armas pelo povo²³⁵, tais repúblicas se fragilizam perante os demais Estados, uma vez que não têm poder suficiente para resistir às investidas: “*Porque sem um grande número de homens armados, nunca uma república poderá crescer, ou, se crescer, não poderá se manter*”²³⁶. A seqüência do raciocínio de Maquiavel é uma sentença de morte:

*No segundo caso, [a república] pode ser ordenada como Esparta e Veneza: mas, como o crescimento é o veneno de semelhantes repúblicas, quem as ordena deve proibir, de todas as maneiras possíveis, que haja conquistas; porque tais conquistas, se apoiadas sobre uma república débil, são o motivo de sua ruína*²³⁷.

O modelo esparto-veneziano, solução para as lutas internas, torna-se agora fator de franqueza e de corrupção. Numa inversão argumentativa, Maquiavel faz daquela república o anti-modelo, que deve ser evitado a todo custo quando se deseja ampliar os domínios. Caso se opte em se conformar com os primeiros limites e não fazer novas fundações políticas, então esses modelos republicanos são adequados. Embora já fosse possível prever a crítica maquiaveliana às repúblicas de Esparta e Veneza, não deixa de surpreender as afirmações apresentadas, uma vez que elas contradizem o renome que sempre se propagou sobre essas cidades, revelando o quanto de verdadeiro era o “mito de Veneza”. Notório ainda é ver que um dos motivos de tal fragilidade, conforme demonstrado neste capítulo VI, é a negação do conflito, que, no limite, pode ser compreendido como a negação da ação política. Ao impedir a expansão da dinâmica política, que se expressa por meio do conflito, os ordenadores ou os legisladores espartanos e venezianos incutiram no corpo político um elemento nocivo à vida das repúblicas. Na verdade, esses legisladores não levaram em consideração algo que está inscrito nas coisas, na *verità effettuale delle cose*. O erro de Esparta e Veneza não foi somente negar os tumultos políticos, mas relegar um dado da natureza política do qual eles são expressão. As oposições

²³⁵ O impedimento do acesso às armas pelo povo era uma política defendida pela aristocracia florentina e que será radicalmente combatida por Maquiavel. Tanto no *Príncipe* (capítulos de XII a XIV), quanto na *Arte da Guerra*, ou nos escritos políticos menores, (como *La Cagione dell'ordinanza, provisione della ordinanza, Discorso sulla milizia a cavallo, L'ordinanza de cavalli, Ghiribizzo d'ordinanza*). Maquiavel entende que armar o povo tráz inúmeros benefícios para a cidade. Todavia, o temor da aristocracia era que tendo o povo a posse de armas, seria ele muito mais forte politicamente. Cf. Sasso, Gennaro. *Niccolò Machiavelli*, 1993. [p. 189-213 e p. 623ss]; Gilbert, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*, 1977 [p. 253-289].

²³⁶ *Discursos*, I, VI, 25.

²³⁷ *Discursos*, I, VI, 26.

políticas são um aspecto visível de algo que é intrínseco ao mundo natural e que engloba as coisas humanas, e, conseqüentemente, as coisas políticas.

*Mas como todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo; e a muitas coisas que a razão não nos induz somos induzidos pela necessidade: de tal modo que, depois de ordenarmos uma república capaz de manter-se sem ampliar-se, se a necessidade a levasse a ampliar-se, seríamos levados a destruir os seus fundamentos e a levá-los mais cedo a ruína*²³⁸.

O movimento é, pois, intrínseco ao mundo da política. Logo, a estabilidade de um regime calcada na negação da dinâmica política não é duradoura nem sólida. Note-se que o que induz os Estados ao crescimento não é a vontade, a razão ou qualquer outro aspecto ligado ao desejo, mas uma necessidade natural. Onde, a sabedoria na formação de uma república estar em conformá-la de tal modo que possa se adaptar às necessidades que surgem. Os legisladores de Esparta e Veneza não perceberam o critério para as escolhas, que não nasce da vontade, mas de uma necessidade natural, de uma imposição das coisas sobre os destinos²³⁹. Roma não teve escolha além de resolver os problemas conforme se apresentavam, numa dinâmica de ordenação e reordenação política incessantes. Então, pensar num critério firme, numa condição estável para formular ordenamentos políticos não é somente uma escolha ruim, mas uma decisão fadada ao fracasso, visto que parte de um critério ‘irreal’, já que a esfera política não opera conforme a razão, mas conforme a natureza efetiva das coisas.

Maquiavel finaliza sua exposição mostrando como o modelo romano deve ser o mais adequado a uma república, pois é mais fácil dirimir os conflitos políticos do que impedir a ampliação e conquistas de um Estado. Por fim, a aposta na estabilidade política pela supressão dos elementos que engendram o conflito, como garantia de durabilidade e perpetuação da república, produziu um efeito contrário e maléfico. O que era um impedimento à decadência, tornou-se condição de possibilidade para a corrupção do corpo político.

Segundo Sasso, este também é um dos pontos centrais do pensamento político maquiaveliano: tentar conciliar expansionismo territorial ou mesmo Império com o

²³⁸ *Discursos*, I, VI, 34.

²³⁹ Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 483-4].

regime republicano²⁴⁰. Em outras palavras, seria possível que com o modelo republicano se pudesse conquistar e manter um império? O problema não deve ser pensado em termos abstratos, como quem tenta ver se em Roma isso era ou não possível. A questão era um desafio para o seu tempo, particularmente para a sua Florença, que havia passado tanto pelo governo republicano quanto pelo governo senhorial dos Médicis e se deparava com os problemas de manter as suas conquistas territoriais²⁴¹. Teria, pois, a forma republicana, com sua liberdade, sua potência, capacidade o bastante para realizar essas conquistas e conservá-las, sem perder suas qualidades fundamentais internas? Enfim, não teríamos o caso de que a “*liberdade torna possível a conquista, mas a conquista não seria a destruição da liberdade?*”²⁴².

Talvez a questão seja menos de conquista e mais de ordenação política e liberdade. O problema da conquista é que ela insere um ator político novo, o qual as repúblicas, como a espartana e a veneziana, não estavam aptas a incluir em sua lógica de ação política. O que leva Roma à destruição, desenvolvendo um raciocínio nos moldes traçados por Maquiavel, é mais a perda da liberdade pela instauração de um regime de força, que suprime pouco a pouco a dinâmica política republicana - e menos as conquistas imperialistas. O problema romano, que o leva para a sua ruína completa, não tem ligação com as conquistas e sim com a própria lógica interna da dinâmica política imperial, que suprimiu a vitalidade republicana²⁴³. Motivo pelo qual Maquiavel não elogia César: ele é o responsável pela instauração de um modelo político que levará Roma à ruína.

²⁴⁰ Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 485-494].

²⁴¹ Os problemas enfrentados por Florença para conservar a posição estratégica que era Pisa, com sua saída para o mar, ao longo do período do governo de Solderini, talvez seja o exemplo mais palpável da questão para Maquiavel.

²⁴² Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 486].

²⁴³ Discordamos da posição de Larivaille que entende que para Maquiavel se devem “tolerar os conflitos entre povo e nobreza” visto serem um “inconveniente necessário para a grandeza romana”. Como visto, os conflitos não são um inconveniente e nem devem ser tolerados, mas se inserem na vivacidade da lógica política da Roma republicana livre, ou como diz Sasso, “os tumultos são positivos e, por isso, não se pode condená-los porque são indispensáveis para a grandeza romana”. Cf. Larivaille, Paul. *La pensée politique de Machiavel*, 1982. [p. 51]; Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [cap. VI, p. 503].

III.

Exposto o motivo pelo qual Roma se destaca como exemplo de república, nos capítulos VII e VIII Maquiavel mostra como é salutar para o seu ordenamento político que os cidadãos possam livremente fazer denúncias e reclamações amparados por um sistema de proteção civil que impeça calúnias e difamações. Tal possibilidade é útil na medida em que a denúncia das injustiças, a declaração das opressões, ao mesmo tempo em que gera o temor da punição, caso as acusações não se provem, não sejam elas transformadas em calúnias. Esse misto de segurança e liberdade civis, associado ao temor das punições, são ordenamentos necessários para uma boa fundação política, visto que concorrem também como estímulo para o agir político.

Todavia, ainda que estejamos na parte do texto que tem por escopo os ordenamentos políticos fundamentais a uma república, inserindo este capítulo no quadro da argumentação geral do “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”, notamos uma relação mais estreita entre os capítulos VII e VIII – que podem ser considerados como um único bloco – com os capítulos precedentes, particularmente com os quatro últimos capítulos (III a VI).

Quando analisamos, nos capítulos precedentes, como os ordenamentos podem nascer das dissensões políticas e como essa regra poderia ser pensada para toda e qualquer fundação, não consideramos como certas instituições poderiam degenerar e, em vez de garantirem a liberdade política, serem a razão para a corrupção das repúblicas. Maquiavel mostra neste capítulo como aquilo que foi o ordenamento político romano fundamental - ou seja, a instituição da acusação pública - pôde se transformar, em Florença, num mero instrumento de difamação. Mais do que criticar tal instituição, que em Roma teve “*efeitos utilíssimos à república*”²⁴⁴, Maquiavel procura destacar sua perversão durante o governo republicano florentino, quando da acusação a Francesco Valori²⁴⁵. O problema destacado neste capítulo é o mesmo ao

²⁴⁴ *Discursos*, I, VII, 3.

²⁴⁵ Francesco Valori, que primeiramente era do partido dos Médicis, depois de 1494 tornou-se um grande defensor do governo de Savonarola. Em janeiro de 1497, depois de se tornar chefe-militar do governo, passa a ser também chefe dos partidários savonarolianos. Em 1598 foi assassinado por dois parentes dos implicados na conjuração de 1494. Como mostra Bausi, nos *Discursos*, Maquiavel faz um retrato de Valori mais negativo do que o apresentado em seu opúsculo *Nature di uomini fiorentini*. Cf. Niccolò Machiavelli, *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/2, a cura de Francesco Bausi, tomo I, 2001, [p. 52, nota 24]; Laravaille, Paul. *La pensée politique de Machiavel, Les “Discours sur la Première Décade de Tite-Live*, 1982 [cap. 4, p.

qual Maquiavel se refere na *História de Florença*, capítulo I, livro III, quando diz que é inadequado comparar Roma com Florença, pois as discrepâncias são enormes²⁴⁶. Na *História* ele mostra que tudo aquilo que seria louvável em Roma, em Florença se tornou o contrário, símbolo de sua decadência. Mas qual seria o motivo para esse efeito diverso em Florença de um ordenamento que deu bons resultados em Roma? Não estaria Maquiavel reconhecendo os limites de ter conferido demasiado crédito aos conflitos e à plebe na sua análise acerca da defesa da liberdade?

A resposta revela como a aristocracia florentina era muito pior do que a romana quando se olha a defesa das instituições republicanas, pois os males florentinos foram causados por uma aristocracia que não pensava na cidade, no bem público, mas nos seus interesses privados. O exemplo não poderia ser mais eloquente:

[...] *Os acidentes ocorridos, também em Florença, com Piero Solderini, coisa que afinal se deu por não haver naquela república modo nenhum de acusações contra a ambição dos cidadãos poderosos. Porque não basta acusar um poderoso diante de oito juízes numa república: é necessário que os juízes sejam muitos, porque os poucos sempre agem em favor dos poucos*²⁴⁷.

Os oito juízes referidos eram os *Oito de Guarda e da Balìa*, responsáveis pela administração da justiça penal. Esses senhores, aristocratas florentinos, não levavam em consideração o interesse da república, mas os desejos do grupo ao qual pertenciam, com suas posições específicas. A solução que se apresenta reforça ainda mais a opção pela plebe como grupo responsável pela defesa dos interesses republicanos.

Para Maquiavel, se a república de Florença tivesse um ordenamento político assentado mais sobre o povo e menos sobre a aristocracia, os destinos da sua cidade poderiam ter sido outros. O que antes se colocava como uma ampla crítica à aristocracia, agora se restringe à aristocracia florentina, que nesse aspecto foi pior para os destinos da cidade do que a aristocracia romana. Essa acusação atinge o cerne da ideologia desses aristocratas: a de que Florença estava revivendo a *virtus civita* da Roma republicana. Mais uma vez, com tais posições, esclarece-se quais eram os adversários de Maquiavel: a aristocracia florentina, que além da defesa do mitológico modelo republicano de Veneza, entendia ser herdeira da *virtus* republicana romana,

51-55].

²⁴⁶ Cf. *História de Florença*. L. III, cap. 1.

defendendo também a tese de concórdia política. Tal grupo, para Maquiavel, constitui-se como o responsável pela decadência do governo republicano de Solderini e pelo advento do governo senhorial dos Médicis. Ao expor nos capítulos VII e VIII a importância do instituto da acusação pública dos romanos e o contraste com os procedimentos caluniosos dos florentinos, Maquiavel reafirma a importância de se apoiar o poder no povo, sendo estes muito mais confiáveis.

Ainda quanto às instituições, nos capítulos IX e X ele retorna ao tema dos fundadores²⁴⁸, não mais focando os exemplos de Esparta e Veneza, agora considerados anti-modelos de república, mas concentra-se no caso romano, que não teve de início uma ordenação completa, mas várias reformas ao longo dos tempos. Diz no início do IX:

Talvez haja quem ache que me adentrei demais na história romana, sem fazer menção aos ordenadores daquela república nem aos ordenamentos referentes à religião ou à milícia²⁴⁹.

Maquiavel retoma aqui o tema das origens constitucionais da cidade. A inserção da análise dos fundadores na seqüência da exposição sobre as instituições políticas aparentemente não apresenta nenhuma relação com os temas tratados anteriormente. Evoca, antes, os capítulos I e II, principalmente o II, onde teve lugar a exposição sobre a origem das cidades²⁵⁰. Como mostra Reale, o que seria uma aparente questão retórica, ganha os contornos de uma questão real se levarmos em conta o fato de Maquiavel ter tratado apenas dos fundadores de cidades e não dos ordenadores²⁵¹. O problema parece não estar restrito à temática da fundação das cidades, muito menos a uma retomada do papel do legislador nesse momento inaugural. A afirmação maquiaveliana evidencia uma sutileza terminológica que se configura como um problema de fundo. Maquiavel fala em termos de *ordenadores* e

²⁴⁷ *Discursos*, I, VII, 14-15

²⁴⁸ Cf. *Discursos*, I, cap. I e II.

²⁴⁹ *Discursos*, livro I, IX, 2.

²⁵⁰ Talvez seja esse o problema de interpretação de Bausi, que localiza uma fratura no argumento maquiaveliano, por atentar somente a essa afirmação, sem se deter numa análise mais acurada do texto. Certamente, justificar a quebra do argumento, como ele pretende, em singelas duas páginas não parece ser suficiente. Cf. Bausi, F. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli*. Genesi e structure, 1985. [p. 9-10].

²⁵¹ Cf. Reale, Mario. *Machiavelli, la politica e il problema del tempo. Un doppio cominciamento della storia romana? A proposito di Romolo in Discorsi I, 9*. in *La Cultura*, XXIII, n° 1, 1985, p. 45.

não de *fundadores* ou *legisladores*, que em um primeiro momento poderiam ser compreendidos como sinônimos ou como possuidores de função igual na origem das cidades. A introdução do capítulo vem aprimorar a compreensão do papel do ordenador, que passa a se diferenciar do legislador, como foi Licurgo²⁵². O exemplo seria Rômulo que, ao ser identificado como o ordenador de Roma, ao mesmo tempo se diferencia dos fundadores, expostos de início.

A figura do fundador foi apresentada como aquele que concebia a cidade e suas instituições por critérios racionais, dotando este universo político de mecanismos estáveis e seguros em função de sua própria racionalidade. Essa racionalidade, marca distintiva da ordenação designada pelo legislador, contrapõe-se à ordenação segundo o acaso. Levando-se em conta o legislador grego, vê-se que ele disporá a cidade segundo um “*critério geométrico, segundo uma regra racional, em um verdadeiro cosmo de leis*”²⁵³. Isso permite afirmar que haveria de um lado uma ordenação conforme o *logos* e de outro uma ordenação mediante a fortuna, o que não significa que o *logos* esteja excluído da fundação das cidades que não tiveram a sua origem pela mão do legislador, mas apenas de não ser esse seu critério prioritário. Ao final do capítulo II, Maquiavel se refere a Rômulo, mesmo não podendo equipará-lo a Licurgo, como aquele que fez “*muitas e boas leis, conforme ao vivere libero*”²⁵⁴, ou seja, o primeiro rei romano teve também a intenção de bem conformar a cidade. Do ponto de vista do projeto, Rômulo também figura entre os fundadores da cidade,

²⁵² Cf. Reale, Mario, *Machiavelli, la politica e il problema del tempo*, p. 46.

²⁵³ Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Milano: Riccardo Ricciardi editore, 1987, tomo. I, [p. 121]. Essa imagem do ordenador grego concebendo a cidades segundos critérios racionais e geométrico é um dos pontos centrais da argumentação de Vernant. Em sua explicação, a racionalização da vida e a racionalização do campo político estão extremamente imbricadas no mundo grego, cujo melhor exemplo seria Hipodamo de Mileto, contratado para reconstruir a sua cidade, o fazendo de modo geométrico, donde tudo ser ordenado a partir do centro que é a *ágora*. Como nos diz Vernant: “*Ele a reconstrói segundo um plano de conjunto que marca uma vontade de racionalizar o espaço urbano.*” Concluindo: “*Ora, deve-se constatar que o domínio político aparece tão solidário de uma representação do espaço que acentua, de maneira deliberada, o círculo e o centro, dando-lhe um significado muito definido. [...] A esse respeito, pode-se dizer que o advento da Cidade manifesta-se de início por uma transformação do espaço urbano, isto é, do plano das cidades. É no mundo grego, sem dúvida, primeiro nas colônias, que aparece um **plano novo** [grifo nosso] de cidade em que todas as construções urbanas são centradas ao redor de uma praça que se chama ágora. [...] Para que exista uma ágora é preciso um sistema social de vida implicando, para todos os negócios comuns, um debate político. A existência da ágora é a marca do advento das instituições políticas da cidade*” [p. 252]. Cf. Vernant, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre gregos*, 1995 [p. 245 ss].

²⁵⁴ *Discursos*, I, II, 32.

embora nesse momento do texto não fosse ainda possível perceber se Maquiavel falava de um legislador ou de um ordenador.

Entretanto, paralelamente a essa fundação conforme o *logos*, Maquiavel chama a atenção para um outro modo de ordenação política da cidade feita pelos acidentes. O termo acidente sugere várias acepções, entre elas, imprevistos ou acontecimentos não regulares que alteram o curso político, bem como, acidente como oposto à essência, retomando um vocabulário aristotélico. O desenvolvimento do texto tende a reforçar o primeiro aspecto, haja vista o papel dos tumultos políticos para a instauração do ordenamento constitucional. Todavia, levando-se em conta que a fundação pelo legislador é conforme o *logos*, sendo isto uma busca de modelação da natureza do corpo político conforme a razão, em tais condições, os tumultos, os acidentes também podem ser compreendidos como algo que se insere no corpo e o modifica, à semelhança de uma forma acidental ou causa acidental. Associação que não deveria ser absurda, pois a tradição aristotélica medieval desenvolveu tanto o conceito de forma acidental como o de forma substancial, que não está presente na *Metafísica* de Aristóteles, fazendo deles conceitos-chave para os sistemas metafísicos medievais, principalmente depois de Averróis e Tomás de Aquino²⁵⁵. Ora, mesmo sabendo não ser muito adequado utilizar um jargão tributário desses sistemas metafísicos nos textos políticos maquiavelianos, tendo em vista a ausência de uma reflexão metafísica por parte de Maquiavel, entretanto, essa acepção de acidente numa compreensão de causa acidental pode ser aceitável se considerarmos as implicações de uma fundação conforme o *logos*. Pensando na contraposição evidente entre *logos* e acidente, esses fatos que alteram a ordenação da cidade e inserem algo de novo em sua natureza – como é o caso dos tribunos da plebe – podem também ser compreendidos como formas acidentais. Independentemente da interpretação que se queira adotar para a compreensão do termo acidentes, o que essa retomada do papel do ordenador no capítulo IX vem problematizar é seu estatuto para a compreensão da formação das instituições. Conhecido desde o início do livro o papel do legislador e do *logos*, bem como os problemas decorrentes de uma tal fundação, as atenções se

²⁵⁵ Cf. Bazán, B., “Pluralisme de forms ou dualisme de substances? La pensée pré-thomiste touchant la nature de l’âme”, *Revue philosophique de Louvain*, 67 (1969), p. 30-73; “La corporalité selon saint Thomas”, Louvain, *Revue philosophique de Louvain*, 81(1983), p. 369-409. Sobre o aristotelismo na metafísica do renascimento cf. Schmitt, Charles. *Problemi dell’aristotelismo rinascimentale*, 1985; Schmitt, Charles. *Aristote et la Renaissance*, 1992.

voltam para a necessidade de se entender os acidentes na fundação de uma cidade. Ordenação por acidentes que, ao ser pensada no confronto com a fundação racional do legislador, adquire novos contornos.

O trabalho realizado pelo legislador de conformar as instituições políticas segundo um critério racional tem, como uma de suas conseqüências, a perenidade dessa instituição. Nesse sentido, a conformação segundo o *logos* pretende retirar da esfera temporal as constituições políticas²⁵⁶. De fato, a constituição perfeita, o governo misto, coloca-se fora da circularidade temporal, perfazendo uma linearidade. Por ser um ordenamento político acabado, pode-se chamá-lo de perfeito, entendendo-o não como o melhor dos regimes, mas como aquele que não carece de nada. Tal é a constituição política que nasce do trabalho do legislador.

Já quanto à fundação ordenada pelo acaso, diferentemente da perfeita, ela se define por não estar acabada e, conseqüentemente, por estar submetida às vicissitudes do tempo, à fortuna. Como mostrou Maquiavel no capítulo II, teríamos uma gradação de fundações em três níveis: a perfeita, a “menos perfeita”, mas com possibilidade de reforma, e uma terceira classe de fundações imperfeitas, sem nenhuma possibilidade de reforma. Roma encontrar-se-ia nesse segundo grupo, sendo uma constituição a princípio imperfeita, mas que ao longo do tempo foi se aperfeiçoando. Os acidentes, nesse contexto, são os atributos que aperfeiçoam o regime, que o conduzem à perfeição. São os agregados que se unem a um corpo político pré-existente e o modificam. Assim, a perfeição pode ser possível para esse segundo grupo, que não fica refém de um determinismo naturalista que impede que uma constituição imperfeita se transforme numa perfeita. A perfectibilidade não é um dado inserido apenas no momento de criação do regime, mas pode ser, para Maquiavel, uma possibilidade ao longo da existência, sujeita ao acaso.

A garantia dessa perfectibilidade joga essas constituições inacabadas para a esfera do tempo, submetidos que estão à fortuna. Embora seja possível alcançar a perfeição, ela se realiza num quadro de dependência relacionado à esfera temporal, às subidas e descidas, sem previsibilidade. Se a fundação segundo o *logos* retira o regime perfeito das variações temporais, a ordenação segundo os acidentes insere totalmente o corpo político na história, no tempo. É na história, no interior do tempo,

²⁵⁶ Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987, tomo. I, p. 120-132.

que essa constituição se perfaz, se aperfeiçoa, agrega a si aquilo de que carece, as instituições que a tornam perfeitas. Essa constituição imperfeita está sujeita, também, à dinâmica do tempo, à variação dos fatos, dos acidentes e, por isso, deve estar aberta às mudanças, disposta a incorporar aquilo que o tempo lhe traz como novidade.

Assim, não é meramente uma questão terminológica a distinção entre a fundação de uma cidade pelo legislador e uma ordenação segundo os acidentes. Ao expressar que Roma teve uma ordenação e não uma fundação, Maquiavel demarca o campo teórico no qual deve ser pensada a constituição romana, que de nenhum modo pode ser equiparada às repúblicas conformadas por um legislador. O que a aristocracia florentina tentará fazer, segundo Maquiavel, é estabelecer uma constituição de tipo romano dentro de um quadro teórico regrado por critérios estranhos a esse tipo de fundação, o que é impossível.

Identificada a chave de compreensão da ordenação romana, um outro aspecto deve ser ainda salientado, que no caso é, com o perdão da ironia, um silêncio maquiaveliano que pode dizer muito. Como nota Sasso e Reale, Maquiavel opera uma rápida passagem da forma monárquica à república em Roma²⁵⁷. Com efeito, no capítulo II, ele disse apenas que Roma não teve a fortuna de Esparta e que os acidentes a transformaram numa república perfeita. No cap. IX, também pouco se diz dessa transição constitucional, pois a modificação segundo os acidentes começa com o fratricídio de Rômulo e culmina com a criação dos tribunos da plebe. Porém, tanto no capítulo II quanto no IX, essa transição em si não é problematizada, não é analisada a fundo. Concomitantemente a esse pouco falar ou mesmo não falar da transição constitucional, o regime republicano se apresenta como um *telos*, uma finalidade à qual Roma parecia destinada. Apesar da imprevisibilidade sobre o que seria no futuro, Roma parece destinada a se transformar numa república, esse é o seu *telos*, ou até mesmo sua razão de ser, como se ela estivesse orientada para tanto desde seus momentos primordiais Segundo Sasso: “*Como se fosse, na realidade, o telos a constituir, além do fim e ao fim do processo, também o seu critério, a sua origem, a*

²⁵⁷ Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987, tomo I, p. 127-128, “[...] *la crisi della monarchia e il conseguente passaggio alla repubblica avvennero nel segno, non già della lacerazione drammatica, ma piuttosto della successione quasi pacifica di una forma ad un'altra, che avrebbe dovuto essere distrutta e invece, mutato nomine, anche nel nuovo quadro rimase, viva ed attiva.*” [Reale, Mario, op. cit., p. 61-73].

sua razão de ser, o seu impulso condutor”²⁵⁸. Assim, à débil análise da transformação política se contrapõe a profundidade de uma necessidade teleológica de Roma se tornar uma república. Esse viés teleológico instala-se no argumento maquiaveliano e passa a conduzir o seu raciocínio.

Os argumentos mobilizados então têm como objetivo a transformação de uma monarquia, que nasce tumultuada pelo assassinato de Tito Tazio e pautada por tumultos, numa republicana perfeita. A questão que nasce da análise do capítulo II e da complementação do IX era que Roma tinha como *telos* não a instauração de uma monarquia perfeita, mas de uma república. No quadro apresentado por Maquiavel, desde o seu nascedouro Roma estava destinada a se transformar numa república, pois os acidentes convergiam para esse fim. Como ele repete ao longo desses capítulos, quando se olha para o *fim* e não para o ato em si, a instauração de um *vivere libero* esteve sempre no horizonte. Entretanto, esta era uma motivação encontrada nos primeiros reis, ou seja, os ordenamentos políticos iniciais tinham como força indutora a instalação de um *vivere libero*, forma essa que se completará ou se realizará perfeitamente no modelo republicano.

Mas voltemos a Roma. Embora Roma não tivesse um Licurgo que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo, foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido à desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo acaso. Porque, se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda; pois se seus primeiros ordenamentos foram insuficientes, nem por isso o desviaram do bom caminho que a pudesse levar a perfeição. Porque Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda em conformidade com a vida livre: mas, como sua finalidade foi fundar um reino, e não uma república, quando aquela cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que cumpria ordenar em favor da liberdade, coisas que não haviam sido ordenadas por aqueles reis. E, se bem que aqueles reis perdessem o poder pelas razões e nos modos narrados, aqueles que os depuseram, ao constituírem imediatamente dois cônsules para ficarem no lugar dos reis, na verdade depuseram em Roma o nome, mas não o poder régio: de tal forma que, como só tivesse cônsules e senado, aquela república vinha a ser mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, principado e optimates”²⁵⁹.

Estabelece-se, assim, o quadro conceitual das afirmações feitas por Maquiavel nas primeiras linhas do capítulo IX, nas quais insere a análise dos fundadores na seqüência da exposição sobre as instituições políticas, aparentemente não apresentando nenhuma relação com os temas tratados anteriormente. O que se

²⁵⁸ Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987, tomo. I, p. 128.

²⁵⁹ *Discursos*, I, II, 30-33.

mostrava inicialmente no capítulo II era uma reflexão sobre a fundação por meio do legislador e suas possíveis implicações sobre a história romana. No capítulo IX, apesar de retomar a temática da origem constitucional, a chave de leitura não é a fundação, mas a ordenação, que, do ponto de vista da compreensão da estrutura política romana, fornece outra luz.

Tributária dessa compreensão é a figura de Rômulo, que, no capítulo II, tendo em vista a estrutura do argumento, se assemelhava à figura de Licurgo. Nessa tentativa de traçar um paralelo entre as duas personalidades, Maquiavel ressaltava as carências do rei romano em comparação com o legislador espartano. No capítulo IX, ao contrário, o que nasce é a figura de um outro Rômulo, não mais a versão romana e imperfeita de legislador, mas o responsável pela instalação de um processo de ordenamento constitucional que fará de Roma uma república. Como destaca Reale, foi o próprio Maquiavel quem disse que não se fala mais de ordenadores e sim de reformadores, pois já se havia, no capítulo II, analisado Rômulo²⁶⁰. Se o Rômulo do capítulo II inseria-se dificilmente no conjunto dos legisladores, o Rômulo do capítulo IX figura como um ordenador *stricto sensu*. É do ângulo de um ordenador que devem ser tratadas as ações de Rômulo e, principalmente, o tumulto inicial que propiciou o desenvolvimento de uma transição política que culminou na república²⁶¹.

Estabelecido que a perfeição é fruto da fortuna, Maquiavel diz que “*nunca ou raramente ocorre que uma república ou reino seja, de início, bem ordenada*”²⁶². Tal afirmação mostra que Esparta e Veneza são exceções. Ora, como a maioria das repúblicas não são perfeitamente ordenadas pelos sábios legisladores, resta a esperança das reformas:

*E deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que alguma república ou reino seja, em seu princípio, bem ordenado ou reformado inteiramente com ordenamentos diferentes dos antigos, se não é ordenado por um só legislador*²⁶³.

²⁶⁰ Cf. Reale, Mario, *Machiavelli, la politica e il problema del tempo*, p. 51.

²⁶¹ A figura de Rômulo, aqui exaltada por Maquiavel, é a mesma reprovada por Agostinho na *Cidade de Deus*. O Bispo de Hipona via no fratricídio fundador de Roma, à semelhança do fratricídio bíblico de Caim e Abel, o sinal de decadência e condenação da capital do Império. Ora, justamente onde se instala uma certa tradição de interpretação da história romana, certamente anterior a Agostinho, Maquiavel interpreta como uma qualidade onde se enxergava decadência. Sobre essa imagem que Agostinho faz de Rômulo, cf. *Cidade de Deus*, L. XV, 5, 26-35. Sobre o conhecimento de Maquiavel de Agostinho, cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987, tomo I, p. 149-164; Reale, Mario. *Machiavelli, la politica e il problema del tempo*, p. 46ss.

²⁶² *Discursos*, I, IX, 3.

²⁶³ *Discursos*, I, XI, 5.

O tema principal em questão não é mais a fundação, e sim a reforma de uma república, ou melhor, qual o meio mais adequado para que isso seja feito. Conhecida a condição de muitas repúblicas que tiveram uma fundação imperfeita, Maquiavel se põe a analisar como aquelas que necessitam de reformas devem proceder, destacando a quem cabe a responsabilidade de realizar tal tarefa: a muitos ou a um só.

Depois de recorrentemente mostrar que a fundação por apenas um homem não é usual e criticar as conseqüências nem sempre bem sucedidas de tais fundações para as reformas, o critério se mantém. As mudanças empreendidas por um homem sábio não são mais salutares do que aquelas realizadas por várias pessoas. Ao considerar as reformas de um Estado, Maquiavel não vê como algo bom a distribuição desse poder reformador entre muitos. Isso porque, para modificar as instituições vigentes, faz-se necessário um poder extraordinário, um poder que use de meios incomuns para que os resultados sejam bons. Porém, esse poder nas mãos de muitos redundaria em chacinas²⁶⁴, já que os homens, na visão maquiaveliana, propensos ao mal e não ao bem, usam de modo ambicioso aquilo que um só usou de modo virtuoso²⁶⁵. Com efeito, no caso das reformas institucionais, delegar poderes extraordinários para um só “homem sábio” é a atitude adequada.

Chamam a atenção dois aspectos nesse raciocínio maquiaveliano. O primeiro, o fato dele admitir o uso de poderes extraordinários, que poderiam ser compreendidos, com razão, como uma usurpação de direito, uma violação da isonomia política, fundamento do “*viver civil e livre*”²⁶⁶. O outro encontra-se na concentração de poder nas mãos de um só, o que poderia parecer uma medida tirânica. Esses dois aspectos sugerem uma proposta autocrática e tirânica para o reformador como garantia de aperfeiçoamento das instituições que assegurem as liberdades políticas, o que seria uma contradição em termos. Torna-se, assim, problemático pensar em aperfeiçoamento institucional, com vistas à liberdade civil, por intermédio de medidas formuladas por um só homem dotado de poderes políticos extraordinários²⁶⁷.

²⁶⁴ *Discursos*, I, IX, 2.

²⁶⁵ *Discursos*, I, IX, 6.

²⁶⁶ *Discursos*, I, IX, 13.

²⁶⁷ Como se verá no capítulo XVIII, mesmo a figura do ditador, que pode vir a ser um príncipe civil,

E viu-se depois, quando Roma se tornou livre com a expulsão dos Tarquínios, que os romanos não inovaram nenhuma ordenação antiga e só puseram no lugar de um rei perpétuo dois cônsules anuais; o que atesta que todos os primeiros ordenamentos daquela cidade foram mais conformes à vida civil e livre do que a absoluta e tirânica²⁶⁸.

Uma outra questão que também emerge após o reconhecimento dessa temática do capítulo IX é a retomada das origens da cidade depois da exposição dos conflitos políticos e da instauração dos tribunos da plebe. Por que tratar dos atos de Rômulo, depois de ter abordado os conflitos políticos e a instauração dos tribunos da plebe? Uma primeira impressão que se ressalta, percebida por Reale, é que para Maquiavel a república romana teve dois inícios, o fratricídio provocado por Rômulo e os conflitos entre os nobres e a plebe que resultou na criação dos tribunos da plebe²⁶⁹, momentos que possuem em comum a ação tumultuosa como critério ordenador, marca distintiva da historicidade romana. Ao contrário de pensar um duplo nascimento, uma dupla origem, Reale propõe que se poderia pensar que há em Maquiavel uma origem política de Roma com Rômulo e o seu ápice constitucional ou a sua perfeição política com a criação dos tribunos da plebe, perfazendo uma parte da circularidade histórica²⁷⁰.

Entretanto, mesmo que seja para destacar esse aspecto dos tumultos como algo presente desde a origem de Roma, a ordem de exposição nesses capítulos parece inadequada. A recuperação desse dado satisfaz uma certa exigência, mas ainda assim não resolve o problema da inadequação da exposição na economia do texto. Que se saiba que Roma desde seu início teve nos tumultos um motor para a instauração da ordem política é fundamental para se constatar a coerência de sua vivência histórica, informação que reforça o descompasso argumentativo.

tem seus poderes limitados pelos mecanismos políticos da república, não se transformando num governante despótico.

²⁶⁸ *Discursos*, I, IX, 13.

²⁶⁹ Esse é um dos pontos centrais do argumento de Reale, que, enquanto hipótese, o auxilia em muito na compreensão do argumento do capítulo IX e no papel de Rômulo. Cf. Reale, Mario. *Machiavelli, la politica e il problema del tempo*, p. 45-123.

²⁷⁰ Reale defende que esse duplo nascimento implicaria em pensar no início da reflexão sobre a decadência política da república, ou seja, com esta análise sobre Rômulo, Maquiavel começaria a analisar o movimento decadente do círculo político. Esta interpretação, apesar de respeitável, é rebatida por Sasso, que tenta demonstrar a inadequação dessa interpretação com a argumentação desses capítulos do “pequeno tratado sobre as repúblicas”. Cf. Reale, Mario. *Machiavelli, la politica e il problema del tempo*, 45-123; Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987, tomo I, p. 119-166.

A resposta pode ser encontrada quando se leva em conta que Maquiavel não trata somente de ordenação, mas de reordenação de uma cidade. Mesmo sabendo da importância dos conflitos e das instituições que deles nascem, ele não ignora o fato de uma república se desviar de seu rumo e enveredar pelo caminho da corrupção política. Apesar do efeito salutar e primordial dos conflitos, pode acontecer que uma república se desvie de sua rota, como fez questão de destacar no caso de Florença, e quando isso acontece é necessário retomar as origens, recobrar a condição inicial. Ora, a análise dos instrumentos de acusação pública, muito benéficos para a vida política romana, revelou que haviam se transformado, em Florença, em calúnias, gerando mortes, exílios entre outros efeitos. Em tal contexto, a corrupção política vai tomando forma e se faz necessário reordenar o corpo político, buscando reencontrar o mecanismo político de princípio que permitiu o ordenamento da república, do *vivere libero*. Note-se que o resgate não é só do mecanismo, no caso os tumultos, primeiro protagonizado por Rômulo, mas da finalidade que esses tumultos possuíam. Não basta ressaltar que os tumultos geram boas instituições: eles devem ter como *telos* a constituição de uma república:

E deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que alguma república ou reino seja, em seu princípio, bem ordenado ou reformado inteiramente com ordenamentos diferentes dos antigos, se não é ordenado por um só legislador; aliás, é necessário que um homem só dite o modo, e que de sua mente dependa qualquer desses ordenamentos. Por isso, um ordenador prudente, que tenha a intenção de querer favorecer não a si mesmo, mas o bem comum, não sua própria descendência, mas a pátria comum, deverá empenhar-se em exercer a autoridade sozinho; e nenhum sábio engenho repreenderá ninguém por alguma ação extraordinária que tenha cometido para ordenar um reino ou constituir uma república. Cumpre que, se o fato o acusa, o efeito o escuse; e quando o efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará: porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar. Deve o ordenador, porém, ser prudente e virtuoso, e não deve deixar por herança a outro a autoridade que tomou: porque, visto que os homens são mais propensos ao mal que ao bem, seu sucessor poderia usar ambiciosamente aquilo que ele virtuosamente tivesse usado²⁷¹.

Essa análise do papel de Rômulo e do ordenador, em contraposição ao legislador que funda a cidade e que faz a primeira mudança constitucional por meio de um conflito político, revela que Maquiavel julgava incompleta a análise das dissensões políticas. Segundo Reale, a questão estava menos na figura de Rômulo em contraposição com Licurgo, e mais no papel do conflito como instrumento de

²⁷¹ *Discursos*, I, IX, 5-8.

ordenação política²⁷². Essa causa do ordenamento romano, que começou a despontar ao final do capítulo II, carecia ainda de uma maior atenção na análise da origem da república. Ao fazer isso no capítulo IX, Maquiavel mostra que os tumultos não são causa que se verifica no desenrolar da vida política romana, mas se apresentam no princípio e como princípio gerador da mudança política. Neste sentido, pode-se dizer que neste capítulo, por um lado, o Secretário Florentino se conserva na análise das dissensões políticas, mas, por outro, visa um novo aspecto: a reordenação política da cidade. Portanto, a despeito de qualquer possibilidade de ruptura argumentativa, o que se vê é o refinamento teórico do papel do tumulto, inserido, agora, na origem do *vivere libero* romano.

Após o destaque e a valorização do papel dos ordenadores ou reformadores de uma república, Maquiavel prossegue, no capítulo X, com a comparação entre aqueles líderes que devem ser louvados ou vituperados. O capítulo se desenvolve neste par de opostos nos quais os governantes são enquadrados. Assim, ele lista vários imperadores que num mesmo Estado, no caso Roma, receberam o governo em boas condições de administrar, mas foram assassinados ou entraram para a história com má fama, e outros com os quais ocorreu o contrário²⁷³.

No início²⁷⁴ Maquiavel apresenta uma gradação entre os tipos de líderes que são louvados e reprovados. São louvados, pela ordem de importância, os capitães e os fundadores das religiões, depois os fundadores de repúblicas ou reinos, e, por fim, todos aqueles que trabalharam pela ampliação ou do seu reino ou da sua pátria, bem como os literatos ou os homens de cultura. São reprovados os opostos destes, os destruidores das religiões, os dissipadores de repúblicas e reinos, os inimigos das letras e da *virtù*. Como é evidente, junto com a gradação dos tipos que devem ser elogiados, há uma simétrica disposição dos tipos que são desprezados, donde os mais louváveis – os fundadores de religiões – têm no seu oposto o pior dos tipos, os destruidores de religião.

Relacionando a seguir alguns exemplos tanto dos que foram elogiados quanto dos que foram criticados, Maquiavel destaca que aqueles que se tornaram chefes dos

²⁷² Cf. Reale, Mario. *Machiavelli, la politica e il problema del tempo*, p. 120-123.

²⁷³ Tem-se um paralelo com alguns capítulos do *Príncipe*, especificamente os caps. VI e XV.

²⁷⁴ *Discursos*, I, cap. X, 2-8.

seus Estados são mais louvados do que aqueles que receberam o governo por herança²⁷⁵ porque os primeiros são comparados aos ordenadores ou reformadores do Estado²⁷⁶. Para esses que estabelecem novas instituições, que criam novas leis, levando em conta o senado, os exércitos e o povo em geral, suas administrações foram bem sucedidas e louváveis²⁷⁷. Já para os demais, nem todos os exércitos do império, nem a guarda pretoriana, nada poderia defendê-los do rancor que despertaram com suas decisões políticas equivocadas. Por isso, ao final desta listagem de exemplos, Maquiavel mostra que dois elementos devem ser considerados para uma correta valoração dos governantes:

E o príncipe²⁷⁸ que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida, não para destruí-la de todo, como César, mas para reordená-la como Rômulo. E realmente, os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior²⁷⁹.

O argumento que Maquiavel vinha desenvolvendo, a taxonomia de tipos de governantes, muda seu sentido e recupera um aspecto apresentado ao final do capítulo anterior. A corrupção, inserida mais como posição teórica do que de fato, reaparece no final do capítulo X de modo mais incisivo. Todavia, essa corrupção é apresentada tendo em vista o trabalho que um reformador pode desempenhar pela república, e não em si mesma, algo que apenas ocorrerá nos capítulos de XVI a XVIII. Ao mostrar a desordem civil da Roma imperial, não da republicana, Maquiavel destaca o papel de alguns imperadores que souberam incutir nas instituições um sentimento de respeito pela ordem política, por contraposição àqueles que foram tragados pelas desordens e, como foi o caso de alguns, acabaram sendo assassinados. Nessa análise dos chefes

²⁷⁵ *Discursos*, I, X, 20.

²⁷⁶ Igual comparação ocorre entre os príncipes hereditários e os príncipes que ascendem ao poder com o apoio dos seus concidadãos, o príncipe civil, conforme se vê no *Príncipe*, cap. II e IX.

²⁷⁷ *Discursos*, I, X, 16.

²⁷⁸ Como nota Ettore Lepore, o termo *princeps* utilizado nos textos ciceronianos comporta uma polissemia ampla, na qual podem-se destacar dois grandes aspectos, a saber: a utilização de *princeps* como o primeiro em sentido cronológico, e também aquele que antecede a outro porque lhe é superior. Tal acepção é originária de uma tradição anterior, recebendo um novo impulso nos escritos ciceronianos, que responde às novas exigências de seu tempo. Nessa nova aplicação do termo, concorre ainda uma mistura de conotações monárquicas e republicanas, acrescidas da defesa da *libertas* e da *res publica*. Esse segundo sentido ciceroniano está muito presente nos usos que Maquiavel faz do termo nos seus vários escritos políticos, mas principalmente nos *Discursos*. Esses aspectos serão melhor explicados mais adiante nesta tese. Cf. Lepore, Ettore. *Il Princeps ciceroniano e gli ideali politici della tarda repubblica*, 1954. p. 35-36.

²⁷⁹ *Discursos*, I, X, 30-31.

romanos, nota-se um paralelo entre aqueles que souberam resolver o problema reordenando o Estado e aqueles que sucumbiram aos fatos e aprofundaram a crise institucional. Neste quadro, no qual a corrupção política avança, é que Maquiavel lança o desafio para aqueles que desejam governar: ou alcançam a maior glória, como ocorreu a Rômulo, ou aprofundam a ruptura, a corrupção política e acabam com a liberdade, como fez César²⁸⁰. Levando-se em conta o conjunto desses primeiros dez capítulos, nos quais o tema da fundação e ordenação institucional permeou toda a argumentação, vê-se que a possibilidade da corrupção não somente esteve no horizonte do possível, como se coloca como a causa transformadora do governante numa espécie de herói redentor, já que, de certo modo, suas ações podem salvar a cidade da ruína.

Acerca dessa corrupção que se avizinhava e à qual se fazia necessário responder, não é possível ainda identificar o mesmo fenômeno que será apresentado mais adiante nos capítulos XVI, XVII e XVIII. O reordenamento se faz necessário quando a instituição apresenta seus primeiros sinais de declínio. Este sinal, porém, é de uma instituição apenas e não do corpo político como um todo. Mesmo que se possa falar em corrupção política, essa não se apoderou, ainda, de todo o Estado, o que permite o seu reordenamento. Como mostra Sasso, essa corrupção apontada no capítulo, que tem na figura de Rômulo aquele que resgata a cidade da decadência iminente, não é a mesma corrupção de que se tratará adiante: é uma corrupção “*machiatta*”²⁸¹. A referência à decadência da cidade se coloca mais no plano de uma contra-argumentação à teoria da decadência polibiana do que propriamente de numa análise da corrupção. Tendo em vista que se trata neste capítulo, entre os vários aspectos apontados, de uma apreciação da circularidade dos regimes, donde a

²⁸⁰ Maquiavel nutre aversão pela figura de César, comumente elogiado como um grande político. Em geral, os comentadores dão pouca atenção ao fato de um dos políticos mais habilidosos de todos os tempos ter um tratamento tão desprezível. Uma das hipóteses é o fato de que uma das fontes de Maquiavel para suas reflexões seja Cícero, que mantém uma posição ambígua em relação a César. Outra hipótese seria o fato de ser César o maior responsável pelo fim da república romana e o estabelecimento do Império. Seja como for, para um autor que admirava os grandes homens de habilidade política, esse desprezo por César é significativo: *Né sia alcuno che s'inganni, per la gloria di Cesare, sentendolo, massime, celebrare dagli scrittori: perché quegli che lo laudano, sono corrotti dalla fortuna sua, e spauriti dalla lunghezza dello imperio, il quale, reggendosi sotto quel nome, non permetteva che gli scrittori parlassono liberamente di lui.* [Discursos, I, X, 12]. Cf. Walker, Leslie. *Discourses*, vol. II, p. 26-7.

²⁸¹ Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987, tomo. I, p. 145.

necessidade de recobrar o seu momento primordial quando a decadência se avizinha, o contraponto a Políbio é evidente. Neste aspecto, a referência à corrupção se coloca mais no campo da reflexão do que como um dado de fato, ou segundo Sasso:

*Entretanto, indubitavelmente, é que aquela [condição] que o fundador de Roma encontrou, em nenhum sentido pode ser definida como corrupção: não podendo dar-se 'corrupção' senão depois que a matéria política, civil, constitucional esteja, pelo tempo, alterada, desfigurada, e, certamente, corrupta*²⁸².

Além de desejar governar uma cidade corrompida para poder reordená-la, deve-se dar atenção à ocasião para fazer isso. Segundo Maquiavel, é nesta ocasião que é possível verificar se os governantes têm ou não a *virtù* necessária para o comando do Estado. Esta ocasião não é resultado do trabalho do político, mas uma oportunidade concedida num tempo cíclico, exigindo daquele que governa a sabedoria de bem aproveitá-la. Por fim, cabe àqueles que aspiram ao poder tomar a difícil decisão de reordenar a cidade e com isso aproveitar o momento propício e tornar-se glorioso ou deixar escapar a ocasião e tornar-se mal-afamado.

*E, em suma, considerando aqueles a quem os céus deram tais ocasiões, como são para eles propostos dois caminhos: um que o faz viver seguro, e depois da morte se torna glorioso; o outro o faz viver em contínua angústia e, depois da morte, deixar de si uma sempiterna infâmia*²⁸³.

Entre os instrumentos à disposição de uma república para evitar essa corrupção está a religião. Ela será um dos mecanismos para se recobrar a condição fundadora e conservar os valores cívicos no reino. A reordenação do Estado proposta não acabou com o fantasma da crise. É, pois, nesse quadro de decadência das instituições que se insere a reflexão sobre a religião, que será pensada como um *instrumentum regni* ou *instrumentum civitatis*.

IV.

Ao analisarmos os capítulos dedicados à religião nos *Discursos*, a primeira questão que se apresenta é como pensar sua inserção no interior da argumentação maquiaveliana sobre os ordenamentos republicanos. Ora, antes mesmo de considerar as principais características atribuídas por Maquiavel à religião, convém primeiramente entender como se faz essa inserção, pois disso dependerá a

²⁸² Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987, tomo. I, p. 145.

²⁸³ *Discursos*, I, X, 33.

compreensão da reflexão acerca da corrupção republicana. Entendemos que a reflexão sobre a religião se coaduna com a exposição que até então é desenvolvida e que sua função é vital para a conclusão do livro I dos *Discursos*, dedicados à análise da vida política nas repúblicas.

Contudo, essa visão de continuidade dos capítulos não é um consenso entre os comentadores. Por exemplo, Cutinelli-Rendina²⁸⁴ mostra que a inserção da religião no “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*” não se apresenta como uma decorrência natural daquilo que estava sendo exposto nos capítulos precedentes. Mais ainda, ele entende que a religião se coloca como um tema destacado do restante da exposição, configurando-se, assim, como um momento autônomo do texto. Apoiando-se nas interpretações de Reale²⁸⁵ e Bausi²⁸⁶, que entendem que o capítulo IX marca uma ruptura na argumentação dos *Discursos*, assim também o faz Cutinelli-Rendina²⁸⁷. Segundo ele, entre os capítulos de I a VIII do Livro I o tema da religião estava totalmente ausente da exposição maquiaveliana, momento do texto este em que a “*gênese e dinâmica constitutiva da vida civil era delineada nos seus traços essenciais*”²⁸⁸.

*A análise da religião se fecha, enfim, com uma declaração que, na exibição da solução acrescenta, finalmente, na realidade denuncia ainda uma vez, a hesitação estrutural que o argumento havia colocado ao autor*²⁸⁹.

Vemos, pois, que um primeiro sinal daquilo que ele nomeia de “heterogeneidade” argumentativa está na atenção dada ao tema, que ocupa cinco capítulos, bem mais que qualquer um dos outros tratados antes, que ocupavam no máximo dois, como é o caso dos conflitos políticos (capítulos III e IV)²⁹⁰. Enfim, a interpretação de Cutinelli-Rendina destaca a ruptura argumentativa existente na passagem do capítulo VIII para o capítulo IX e, por consequência, a condição

²⁸⁴ Cutinelli-Rendina, Emanuele. *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [cap. V].

²⁸⁵ Reale, Mario. *Machiavelli, la politica e il problema del tempo*.

²⁸⁶ Bausi, F. Op. cit.

²⁸⁷ “[...] con il nono capitolo la linea argomentativa machiavelliana subisce una svolta imprevista, che è proprio quella, tuttavia, che apre la strada alla trattazione della religione”. [Cutinelli-Rendina, op. cit., p. 155].

²⁸⁸ Cutinelli-Rendina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p.155].

²⁸⁹ Cutinelli-Rendina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p. 156].

²⁹⁰ Cutinelli-Rendina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p. 154].

destacada dessa reflexão sobre a religião que se evidencia pela sua amplitude e pela própria declaração de Maquiavel ao final do capítulo XV de que resolveu tratar desse tema apesar de ser “extrínseco” ao livro. No limite, Cutinelli-Rèndina busca destacar no “*Pequeno tratado*” que “*não é possível negar o delineamento de uma parábola que vai da gênese à dissolução do viver político*”²⁹¹, argumentando ser este um momento privilegiado sobre a reflexão dos fundamentos teóricos das repúblicas e que, portanto, necessita de “*uma análise direta e aprofundada*”²⁹².

Todavia, assim como entendemos que os capítulos IX e X estavam em continuidade com os precedentes, o mesmo vale para os capítulos sobre a religião. Entendemos que o fio condutor que perpassa os dez primeiros capítulos tem sua continuidade nos capítulos dedicados à análise da religião e não há qualquer ruptura, mas, como dirá Sasso e Bignotto, uma apresentação de um aspecto importante para o *vivere libero* e uma preparação da exposição sobre a corrupção²⁹³.

Tais divergências interpretativas obrigam, pois, a uma análise das articulações dos capítulos. Como visto, os capítulos IX e X retomam o tema da ordenação civil pela redefinição do modo como em Roma a compreensão do lugar dos legisladores deve ser entendida. Ora, esses dez primeiros capítulos tiveram como tema central a fundação e a ordenação institucional nas repúblicas. Com esses dados é possível ver no início do capítulo XI a continuação dessa reflexão, pelo destaque da aplicação da religião à vida política. Diz Maquiavel:

*Embora Roma tivesse Rômulo como primeiro ordenador e lhe coubesse reconhecer nele, como se filha fosse, o nascimento e a educação que teve, os céus, julgando que os ordenamentos de Rômulo não bastavam a tanto império, inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordenadas por Numa*²⁹⁴.

Nesta passagem, Maquiavel indica, pela insistência no uso do termo ordenação, que o seu objetivo é prosseguir na análise do modo como se deu o estabelecimento das instituições que marcaram a vida política romana. Tanto Rômulo quanto Numa figuram como os primeiros ordenadores de Roma, dando-lhe o

²⁹¹ Cutinelli-Rèndina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p. 154].

²⁹² Cutinelli-Rèndina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p. 156].

²⁹³ Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [p. 549-558]; Bignotto, Newton. *Maquiavel Republicano*, 1991 [p. 197].

²⁹⁴ *Discursos*, I, XI, 2.

nascimento e educação²⁹⁵. Portanto, a tópica central desenvolvida até o capítulo anterior retorna sob a égide dos fundadores, no caso de Rômulo e Numa, só que agora aplicada à religião. Estes, em função da necessidade de pacificar o povo romano, usou a religião como instrumento para “*conduzi-lo à obediência civil*”. Esse uso da religião como um *instrumentum regni* delimita o âmbito de análise da religião: mais do que pensar a relação entre religião e política, ou mesmo a respeito da dimensão religiosa para os atores políticos, tema recorrente em vários pensadores, a questão de Maquiavel está em pensar a religião no mundo político como ferramenta na condução das coisas públicas. Os ordenadores não devem apenas respeitar o sentimento religioso de um povo, mas saber usar desse para bem governar. Então, não é somente a faceta política da religião que deve ser enfocada, mas o uso que se pode fazer quando se deseja ordenar, ou melhor, reordenar uma cidade, como era o caso da religião sob o governo de Numa.

Como instrumento de coesão política, o primeiro efeito do uso da religião é trazer o povo à obediência civil. Sem ela tudo indica que, para Maquiavel, haveria um Estado de ferocidade e violência, de conflitos movidos por interesses outros que não o bem da cidade. Pode-se comparar o quadro pré-religioso em Roma ao “estado de natureza” dos pensadores do século XVII, particularmente Hobbes. Em tal contexto, a religião funda a paz pela força que a obediência e o temor religioso despertam, por seu caráter de obrigação para com o sagrado. Dessa relação de obrigação religiosa redundaria à civilidade, ou, ao menos, o respeito às normas cívicas. Em sua dimensão política, a religião transforma os hábitos do povo, mais do que os conflitos sociais, as denúncias ou, até mesmo, as leis. O sentimento religioso, quando direcionado ao culto dos símbolos pátrios, ao respeito das instituições políticas, produz um efeito civilizador eficiente.

Maquiavel utiliza-se de dois termos para designar o resultado da coesão do povo sob a égide religiosa: obediência civil e civilidade (*civilità*). O temor despertado pela religião é um instrumento para fazer com que homens pouco acostumados ao convívio político regrado, como os primeiros romanos, pudessem se integrar à *civitas*.

²⁹⁵ Sasso entende essa educação como “*a substância profunda da vida civil, os seus costumes, a sua educação política e moral*”, ou seja, a religião, em sua dimensão educacional fornece os fundamentos políticos e morais da vida civil. Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [p. 549-558].

Num passo seguinte, a religião proporciona a civilidade, ou seja, ela também fornece o conjunto dos hábitos e costumes que compõem a vida na cidade. Mais do que um freio à anarquia e instrumento para a obediência das leis, a religião cumpre o papel de formadora do sentimento político de um povo.

A inserção do termo civilidade ganha destaque quando relacionado ao uso político da religião. Porém, convém notar que a noção de civilidade em Maquiavel, como mostra Tenenti²⁹⁶, não tem um sentido técnico, assemelhando-se ao que entenderíamos hoje “*pelas exigências dos direitos individuais ou coletivos de caráter universal*”²⁹⁷. Segundo Tenenti ainda, no interior da reflexão acerca da instauração da vida republicana, a civilidade apresenta-se como a expressão das conquistas jurídicas, econômicas e sociais que se tornaram permanentes nas comunidades e repúblicas italianas dos séculos XIII-XV, malgrado as diferenças entre uma comunidade e outra. Essa “consciência cívica” presente nas repúblicas italianas é o que as diferenciava dos territórios dominados pela Igreja, pelo Império e pelos senhores feudais²⁹⁸. Assim, é no bojo das lutas políticas dos Estados italianos desse período, em que emerge o *humanismo cívico* apontado por Baron, que se forja a noção de civilidade. Neste contexto, a religião se afirma como instrumento político, tornando-se também mais humana, visto que se coloca a serviço da instauração da vida política republicana. Enfim, ao apresentar essa relação da religião com a civilidade, Maquiavel reforça seu caráter político, na medida em que a põe voltada para os fins políticos da cidade. A religião torna-se civilizadora quando compreendida, segundo sugere Tenenti²⁹⁹, como o uso dos “*sistemas de cultos e de simbolismo*” para fins puramente humanos e políticos.

Portanto, a religião desempenha um papel fundamental no ordenamento político republicano, apresentando-se antes dele próprio existir, visto ser a primeira etapa de civilidade dos povos recém saídos da barbaridade. Por isso, torna-se mais fácil civilizar os homens rudes do campo por meio da religião do que aqueles que, embora acostumados à vida na cidade, já estão corrompidos:

²⁹⁶ Tenenti, Alberto. “‘Civilità’ e civiltà in Machiavelli” in *Credenze, ideologie, libertinismi tra Medioevo ed Età moderna*, 1978 [p. 155-173].

²⁹⁷ Tenenti, Alberto. “‘Civilità’ e civiltà in Machiavelli”, 1978 [p. 158].

²⁹⁸ Tenenti, Alberto. “‘Civilità’ e civiltà in Machiavelli”, 1978 [p. 159].

²⁹⁹ Tenenti, Alberto. “‘Civilità’ e civiltà in Machiavelli”, 1978 [p. 166-167].

*E, sem dúvida, quem desejasse nos tempos presentes fundar uma república encontraria mais facilidade nos montanhesees, entre os quais não há civilidade, do que naqueles que estão acostumados a viver nas cidades, onde a civilidade está corrompida*³⁰⁰.

A religião figura, pois, como o primeiro momento político, anterior à instalação da república, ou como mostra Cutinelle-Réndina, a religião antecede o ordenamento civil, Numa precede Rômulo³⁰¹. A motivação para incutir no povo um sentimento religioso de caráter não espiritual ou transcendental, mas eminentemente político, era propiciar uma melhor convivência na cidade. A religião que se instala, pois, entre os romanos tem como finalidade trazê-los a hábitos menos cruéis, mais conformes à vida numa *civitas*.

Maquiavel prossegue analisando esta capacidade da religião em conduzir os homens à obediência civil, em que se destaca um instrumento muito eficaz: o juramento: [...] *Verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que o dos homens*³⁰². Os juramentos trazem ao primeiro plano um sentimento presente nos povos de temor aos deuses, o *metus dei*. Conforme Maquiavel, o temor em violar uma lei divina ou um pacto feito com os deuses é muito maior do que o medo em descumprir uma lei humana. Tendo em vista a necessidade de cumprir leis ou a capacidade de obediência de um povo, a religião é muito mais eficaz no controle cívico do que a coerção natural das leis. A intenção maquiaveliana se revela: transpor para o plano político a força coercitiva da obrigação religiosa, de modo que a civilidade seja melhor alcançada. No limite, ele trabalha com a “*forte conexão entre o íntimo medo de um deus e um compromisso público de relevância política: esse é, pois, por excelência o instrumento de uso político da religião*”³⁰³. O juramento estabelece esse pacto dos homens com um deus ou os deuses, de um povo ou um grupo para com os deuses. O homem público que faz esse pacto, o faz em nome de uma coletividade, estendendo a obrigação a todos e aprofundando os laços de cumplicidade nesse grupo. A falta de um só membro pode

³⁰⁰ *Discursos*, I, XI, 16.

³⁰¹ Convém lembrar aqui a hierarquia dos fundadores, na qual os fundadores de religião precedem os chefes militares e os fundadores de reinos. Cf. Cutinelli-Réndina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p. 162-163].

³⁰² *Discursos*, I, XI, 4.

³⁰³ Cf. Cutinelli-Réndina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p. 168-169].

acarretar na desgraça de todos, o que leva a um maior controle interno dos próprios membros para a realização da promessa. O medo da ira divina faz com que os homens, que estão sob o alcance do juramento, se empenhem no cumprimento do prometido e fiscalizem os demais para que façam igualmente. Mesmo se não pensarmos num juramento de fato, mas no fingimento ou na simulação³⁰⁴ feitos para coagir o povo, ainda assim a dúvida acerca da existência do juramento leva os homens à obediência, fazendo desta um instrumento particularmente útil para a instauração da civilidade. O resultado produzido pelo juramento religioso, em termos de ordenação política, garante ao ordenador o estabelecimento de uma ordem social obediente, sem o uso da força do Estado.

Ademais, não se deve esquecer a gratidão dos deuses para com os fiéis, ou seja, a contrapartida divina, que implica em felicidade. Desse modo as religiões, também, são causadoras da felicidade, já que delas “*nascem as boas ordens, [e das] boas ordens nascem a boa fortuna, e da boa fortuna nascem as felicidades dos empreendimentos*”³⁰⁵. Manifesta-se, assim, o nexos causal entre religião e felicidade, passando pelas instituições políticas e pela boa fortuna, que comanda a metade das ações. Essa fortuna pode ser mais favorável tendo em vista a adesão à fé, à Deus ou aos deuses, que interferem, porque comandam, no domínio da natureza, donde a exortação à prática religiosa ser necessária também para essa garantia num domínio imponderável, presente de forma decisiva nos destinos políticos.

Um outro aspecto que deve ainda ser destacado é a vantagem do juramento religioso feito em público em relação ao juramento político, que não implica na mesma obrigação. O pacto feito entre os homens e os deuses, por estar alicerçado no temor, cria mais comprometimento do que os pactos feitos entre os homens. Ao perceber a fragilidade desses pactos humanos por oposição à força dos juramentos para com os deuses, Maquiavel vê nesses o grande instrumento político à disposição do ordenador para instaurar uma sólida república.

Apresentado o modo pelo qual a religião deve ser analisada, no capítulo XII, Maquiavel passa a tecer considerações sobre a Igreja Cristã. As críticas de Maquiavel

³⁰⁴ Como o citado no cap. XV, 4.

³⁰⁵ *Discursos*, I, XI, 17.

não devem ser interpretadas como demonstração do seu anticristianismo³⁰⁶. Tendo em vista o modo como a religião é inserida no capítulo XI e mesmo como todo esse argumento vem na esteira da análise do ordenador político, a referência à Igreja Romana deve se subordinar a esse escopo argumentativo. Com tal viés dado nos capítulos anteriores, a Igreja Romana deveria se constituir como o exemplo moderno de religião que tem por função a instauração da civilidade. Assim como em todos os capítulos, quando apresentava sempre um exemplo de Estado antigo, em geral Esparta, e um Estado moderno, Veneza, o mesmo paralelo se verifica aqui. Visto o exemplo antigo do uso da religião como *instrumentum regni*, verifica-se depois o que seria um mesmo exemplo moderno desse uso. Deste ponto de vista, não cabe atribuir uma postura anticristã ao texto maquiaveliano, pois sua preocupação não é com o cristianismo ou o catolicismo romano como forma adequada ou não de expressão religiosa. O problema religioso da Igreja se apresenta no modo como o seu uso político não produziu os mesmos efeitos cívicos que a religião dos romanos.

Deve ser ressaltando, ainda a ausência de referências às *querelas* sobre o poder temporal, marcantes no período medieval e que dominaram a reflexão política de então. Chama a atenção nesses cinco capítulos dedicados à religião o fato de Maquiavel ignorar as inúmeras controvérsias que agitaram o mundo medieval latino, particularmente as disputas entre os poderes eclesiásticos e imperiais, que redundaram em concepções teóricas e jurídicas decisivas para o pensamento político posterior³⁰⁷. Essa ausência pode ser compreendida se levarmos em conta que Maquiavel está preocupado com a Igreja como *instrumentum regni*, e, nesse caso, não haveria lugar para um dado de caráter histórico jurídico próprio de monarquias e não de repúblicas. Porém, ainda nesse caso, deve-se salientar que Maquiavel relata fatos das disputas que a Igreja Romana tinha se envolvido em períodos anteriores, mas o foco não eram os problemas teológico-jurídicos com eles implicados. Ao confrontar

³⁰⁶ Em certa medida, mas apoiado em outros elementos, a tese de um Maquiavel anticristão é uma das posições centrais de Collona D'Istria, com o qual não concordamos, principalmente no que tange aos *Discursos*. Uma posição contrária a essa é a de De Grazia, que mostra como a compreensão de um Maquiavel anti-cristão não se apóia nem na vida dele nem nos seus escritos. Convém lembrar que anticristianismo é distinto de anticlericalismo, este se manifestando em vários momentos das obras de Maquiavel. Cf., Colonna D'Istria, Gerárd. *L'art politique chez Machiavel: principes et méthode*, 1980; De Grazia, Sebastian. *Maquiavel no inferno*, 1993.

³⁰⁷ Sobre as disputas medievais e suas implicações para o pensamento jurídico moderno cf. Kantorowics, Ernest. *Os dois corpos dos reis*, 1998; Skinner, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*, 2000; Villey, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*, 2005.

os resultados da instauração da religião entre os romanos e a instauração da “república cristã”, Maquiavel ressalta que o *vivere libero* da primeira se converte em ruína com a Igreja Romana. Enquanto a religião romana trouxe o povo à obediência civil e era garantia de união entre os romanos, a Igreja produziu discórdias e impedia a unidade na Península. A “república cristã”, que nasce posteriormente à religião cristã e se constitui como herdeira da romanidade, é posta como a responsável pela decadência:

*E quem considerasse seus fundamentos [da Igreja] e visse a grande diferença que há entre os costumes presentes e aqueles [da religião romana], consideraria estar próxima, sem dúvida, ou a ruína ou o flagelo*³⁰⁸.

A crítica à Igreja dá-se por seu aspecto político, pela desordem política que provoca e não por problemas de ordem piedosa. Não está em questão a falta de escrúpulos dos padres ou a venda de indulgências, como questionará Lutero, algo que Maquiavel conhecia muito bem por ter testemunhado essas práticas nas suas estadas em Roma: esses não são os problemas da “república romana”, conforme apresenta o capítulo XII. Caso se levem em conta algumas passagens do *Príncipe*, pode-se perceber seus relatos sobre as equivocadas decisões dos papas, ora apoiando o rei francês, ora apoiando o rei espanhol, e sempre querendo expandir seus domínios por meio de uma política de desunião das repúblicas italianas, gerou discórdias e nenhum benefício para qualquer uma das partes. No limite, se a religião romana provocou unidade no povo por meio da civilidade que despertou nos corações, a Igreja, com sua falta de empenho para instalar um verdadeiro sentimento cívico, provocou desunião, enfraqueceu os Estados e transformar a península itálica num território vulnerável, tornando-se inútil como *instrumentum regni*.

É na condição de contraposição que o exemplo moderno da Igreja se apresenta, o que explica os demais problemas que poderiam e não foram abordados. Note-se, ainda, que nesses capítulos dedicados à religião, apenas o capítulo XII trata da Igreja Romana. Essa posição anticlerical que emerge do texto era uma concepção também presente em outros membros da Chancelaria e da vida intelectual florentina. Como mostra Cutinelli-Rèndina, desde Salutati, passando por Bruni, Bracciolini, Valla e Bernardo Rucellai, a crítica à ação política e usos da Igreja romana era um

³⁰⁸ *Discursos*, I, XII, 14.

dado comum, o que revela uma antiga tradição laicizante das análises políticas que fez escola e marcou a atuação de Florença perante o Estado Papal³⁰⁹. Essa atitude intelectual antecede a tradição da Chancelaria, pois uma de suas origens mais radicais está em um autor alheio a esse ambiente, embora tenha exercido grande influência: Marsílio de Pádua e o seu *Defensor Pacis*. Ora, num olhar mais detido, a posição de Maquiavel nesta valorização da religião romana por oposição à Igreja Cristã está mais calcada no fato de a primeira estar subordinada mais à vida política do que a uma existência autônoma em relação a esse mesmo mundo político, como se verifica na segunda. Com efeito, a religião romana retratada põe-se como uma esfera subordinada à vida republicana, que atende a esses interesses de modo satisfatório, ao contrário da Igreja cristã, que parece fazer justamente ao contrário: subordina os interesses políticos em nome da religião. Segundo Cutinelli-Rèndina:

*Através da idealização da história da Roma arcaica, Maquiavel teoriza uma comunidade política que garante amplo espaço a tudo isto que diz respeito à religião e ao culto, subordinado-lhe, porém, à administração, ao controle firme e total pela hierarquia política*³¹⁰.

Certamente, se há algo que a Igreja cristã não possibilitava era esse controle ou essa subordinação aos interesses da república, ao contrário, apresentava-se como um poder concorrente e diversionista.

Ao final dessas considerações sobre a religião, resta ainda pensar na relação desse tema com a corrupção, assunto dos três capítulos seguintes. Isso nos leva a retomar um problema que se punha no início dessa exposição sobre a religião: a articulação da temática com a economia geral do “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”.

A religião insere-se na ótica do ordenador e se apresenta como um *instrumentum* para a instauração dos costumes políticos no povo. Alguns comentadores, principalmente Mario Reale e Cutinelli-Rèndina³¹¹, entendem que nesses primeiros dezoito capítulos do livro I dos *Discursos*, assim como há uma parábola na vida política das repúblicas, do mesmo modo há uma parábola na exposição do argumento. Os capítulos iniciais apresentam a origem das cidades e

³⁰⁹ Cf. Cutinelli-Rèndina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p.187-201]

³¹⁰ Cf. Cutinelli-Rèndina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p. 203].

³¹¹ Cf. Reale, Mario, *Machiavelli, la politica e il problema del tempo*, p. 155 ss.; Cutinelli-Rèndina, *Chiesa e Religione in Machiavelli*, 1998 [p. 206-207].

como elas se constituem como repúblicas, para em seguida mostrar as causas do seu desenvolvimento político por meio dos conflitos e dos ordenamentos que foram sendo criados de modo a – nos capítulos IX e X, que tratam do reordenamento ou da reforma política –, descrevem o movimento que dá início à corrupção política. No interior desse movimento, a exposição sobre a religião está inserida no momento decadente, prenunciando a corrupção final, abordada nos capítulos posteriores. Aceitando-se esse raciocínio, cumpre entender em que medida essa reflexão sobre a religião se insere como um momento de decadência política e se articula com a temática da corrupção.

Primeiramente, talvez a questão não seja tanto aquilo que Reale e Cutinelli-Rèndina, defendem, como sendo os capítulos IX e X a exposição de um novo começo da vida da república, aquilo que Reale chama de “*duplo começo nos Discursos*”. O problema não se coloca tanto em falar de um novo começo, mas em interpretar a ordenação política em outra chave. Sob qualquer ângulo de interpretação, está claro que Maquiavel, ao tratar do reformador político, deixava sempre no horizonte a possibilidade da corrupção que, apesar de não figurar como tema central, tinha uma possibilidade real de efetivação para as repúblicas desatentas à dinâmica da vida política ou aos demais ordenamentos políticos enfocados. Então, a possível divergência de interpretação acerca do movimento argumentativo presentes nos capítulos IX e X diz respeito mais a se aceitar ou não que há essa parábola na exposição das repúblicas do que ao início efetivo de referências à corrupção nas repúblicas. O que leva, pois, a constatação inegável de que os preâmbulos da abordagem sobre a corrupção estão sendo dados nesses capítulos, o que não implica em se falar de uma parábola que descreve a vida republicana. Então, aceitando-se que a reflexão desenvolvida liga-se ao tema da corrupção dos ordenamentos políticos republicanos, o problema seguinte volta-se para como pensar a articulação da religião com este tema.

Um dos pontos que Sasso destaca dessa reflexão da religião feita por Maquiavel é a dimensão educacional que esta possui, constituindo a vida profunda de um povo, os seus bons costumes e a sua educação política e moral³¹², chegando a ser

³¹² Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [p. 549-558].

equiparada, no capítulo XI, a algo que deva ser introduzido no povo³¹³. A religião considerada na sua dimensão educacional se constituiria, pois, como ordenadora ou reordenadora dos costumes políticos de um povo, conferindo-lhe uma certa *virtù*, contra a corrupção dos costumes:

*No entanto, percebe-se que não lhes pareceu possível outra saída nem outro remédio para reavivarem a esperança de recuperar a virtù perdida. O que demonstra plenamente quanta confiança se pode ganhar usando bem a religião*³¹⁴.

A religião, portanto, como ordenadora ou reordenadora dos costumes é o instrumento do qual se deve valer quando se deseja evitar a corrupção do povo. Sob tal perspectiva, a religião é um *instrumentum regni* que impede que um povo perca os seus valores cívicos, ou mesmo sua *civilidade*, e se conserve saudável. Contudo, quando isso não ocorre, quando a religião não cumpre esse papel, como era o caso da Igreja Cristã, abre-se uma porta para que a corrupção dos costumes cívicos se instale no povo:

*E, assim como a observância do culto divino é a razão da grandeza das repúblicas, também o seu desprezo é a razão da sua ruína. Pois onde falta o temor a Deus, é preciso que o reino decaia ou que seja mantido pelo temor a um príncipe que supra a falta da religião*³¹⁵.

Portanto, pensar a religião como mais um fator que impede a corrupção política nas repúblicas, principalmente a corrupção dos costumes do povo, é legítimo. Assim, a reflexão sobre a religião prepara o tema dominante do capítulo seguinte: a corrupção do povo. Ora, quando a religião, *instrumentum regni*, não cumpre seu papel, percebe-se o início da corrupção política pelo povo, este entendido como matéria ou substrato da cidade, no mesmo sentido que está na *Política* de Aristóteles. Portanto, da incapacidade política da religião nascem os primeiros sinais de corrupção na falta de civilidade do povo, na corrupção da matéria da cidade.

³¹³ Cf. *Discorsi*, I, XI, 9. Não se deve esquecer, também, a metáfora do escultor imprimindo a forma no mármore, muito comum para retratar essa inserção da forma na matéria, do qual também Maquiavel se utiliza na seqüência, cf. *Discorsi*, I, XI, 16. Também Sasso vê a relação da religião (como educação) com o povo, como uma forma que se insere numa matéria. Cf. Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980 [p. 549-558].

³¹⁴ *Discursos*, I, XV, 10-11.

³¹⁵ *Discursos*, I, XI, 18-19.

4. A corrupção nos *Discursos*

Encerrada a exposição sobre a religião, encerra-se também a apresentação dos ordenamentos políticos que fundamentam a república. Ao longo desses quinze primeiros capítulos, Maquiavel expôs os elementos constitucionais mais relevantes para a sua constituição. Os capítulos que seguem dedicam-se ao fenômeno inverso, a saber: a corrupção ou a ruína dos governos republicanos. Tendo apresentado a origem das repúblicas, seus ordenamentos fundamentais e a dinâmica da sua ação política instauradora, passa-se ao modo como o corpo político engendra o movimento de corrupção de suas partes, que pode vir a comprometer o todo. Nesse sentido, convém notar que, ao final da exposição sobre a religião, a inserção do problema da corrupção apresenta-se de modo mais contundente, e por isso se pode dizer que “*Os capítulos dedicados à análise da questão da religião preparam os temas dominantes daqueles que constituirão o núcleo da doutrina maquiaveliana da corrupção*”³¹⁶. Ou ainda que “*implícito na análise conduzida em torno da religião, o problema da decadência torna-se explícito nos capítulos que vão do décimo sexto ao décimo oitavo*”³¹⁷.

Ao perceber o movimento da argumentação apresentado nesses dezoito primeiros capítulos, vem à mente a circularidade dos regimes indicada no capítulo II. À semelhança da circularidade política descrita de início, a análise das repúblicas nesse primeiro livro sugere uma circularidade que se apresenta como imagem descritiva do seu movimento natural. A corrupção das instituições republicanas, momento final da vida política republicana, embora fosse possível ser remediada em vários momentos do processo de decadência política, chega ao seu ápice quando a cidade se torna “corrompidíssima” [*città corrottissima*]³¹⁸, obrigando a busca de uma nova alternativa política ou a instauração de um novo regime político, pois, conforme é descrito no capítulo II, as repúblicas não suportam tantas variações se conservarem o mesmo regime muitas vezes.

³¹⁶ Bignotto, Newton. *Maquiavel republicano*, 1991, p. 197.

³¹⁷ Sasso, Gennaro. *Nicollò Machiavelli*, 1980, cap. VI, p. 560.

³¹⁸ *Discursos*, I, XVIII, 4.

As cidades, pois, ao percorrerem todas as etapas que vão do nascimento à instauração dos ordenamentos políticos que garantem seu *vivere libero*, caminham para um momento de decadência política que engendrará, ao seu término, ou a retomada do regime republicano (quando os remédios forem adequados) ou a instauração de um outro regime fundado no poder principesco com vistas à reequilibrar os humores políticos. Em qualquer uma das alternativas, o que se tem é uma retomada do ciclo político, donde a circularidade política ser a melhor imagem para representar esse movimento que as repúblicas vivenciam.

No texto maquiaveliano não se pode falar do declínio ou da dissolução política sem antes se levar em conta o que é esse objeto de decadência, o que reforça a posição de que esses capítulos dos *Discursos* dedicados à análise da corrupção são dependentes das exposições prévias sobre a fundação dos ordenamentos republicanos.

O capítulo XVI defronta-se, então, com o problema de um povo que perde sua liberdade, tendo-a conquistado de modo acidental.

*A grande dificuldade que um povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe enfrenta para conservar a liberdade que por algum acidente venha a conquistar – como a conquistou Roma depois da deposição dos Tarquínios – é demonstrada por infinitos exemplos que podem ser lidos nas memórias das histórias antigas*³¹⁹.

Antes de analisar as implicações de tal perda, convém frisar que a aquisição da liberdade, nesse caso específico, não se dá pelos meios apontados anteriormente, mas por um modo não usual. Essa perda contraria o curso natural de obtenção dos direitos e da fundação das instituições por meio dos conflitos políticos. O modo acidental se comprova na medida em que esse povo não sabe como proceder de posse da liberdade política, tal qual “*um animal bruto, ainda que de natureza feroz e selvagem, tenha sido criado no cárcere e na servidão*”³²⁰.

A conquista e a perda da liberdade são apresentas num contexto de transição do principado para uma república ou da república para o principado, mais propriamente, entre liberdade, termo pelo qual Maquiavel designa a república, e principado. Como foi o caso de Roma, quando da passagem do regime monárquico para a república, momento em que, como mostrou Maquiavel, se revelou a falta de

³¹⁹ *Discursos*, I, XVI, 2.

³²⁰ *Discursos*, I, XVI, 3.

ordenamentos que garantissem os direitos e defendessem a liberdade, sendo necessário a criação dos cônsules e de depois dos tribunos.

O uso do termo liberdade aqui coloca-se como contraponto ao principado, este entendido como o regime que concentra os poderes na mão de um só, não sendo, contudo, necessariamente tirânico. No *Príncipe* essa contraposição fica mais clara, quando diz Maquiavel:

*Porque em toda cidade se encontram estes dois humores diversos: e nasce, disto, que o povo deseja não ser nem comandado nem oprimido pelos grandes e os grandes desejam comandar e oprimir o povo; e destes dois apetites diversos nasce na cidade um destes três efeitos: ou o principado, ou a liberdade ou a licença*³²¹.

A liberdade, conforme sugerida nessa passagem, figura como uma das formas de governo, que muitas vezes é compreendida como uma outra forma de referir-se à república. Mas antes, ainda no *Príncipe*, a associação entre república e liberdade foi estabelecida num contexto muito semelhante ao início desse capítulo XVI:

*Mas, quando as cidades ou as províncias estão habituadas a viver sob um príncipe e extingue-se essa dinastia – estando de um lado habituados a obedecer, de outro não tendo o velho príncipe – não entram em acordo em si para ter um outro príncipe, nem sabem viver livremente, de modo que demoram mais para pegar em armas e com mais facilidade um príncipe pode conquistá-los e estar seguro com eles. Mas nas repúblicas há mais vida, maior ódio, mais desejo de vingança; nem as deixa, nem pode deixar-se aquietar a memória da antiga liberdade, de modo que o caminho mais seguro é extingui-la ou habitá-la*³²².

Vê-se que o início do parágrafo do capítulo V do *Príncipe* apresenta a mesma idéia do início do capítulo XVI dos *Discursos*. Assim, a liberdade, seja no *Príncipe*, seja nos *Discursos*, é sempre descrita como uma forma de organização política semelhante a uma república e oposta ao principado. Nesse sentido, *vivere libero*, liberdade e república são termos equivalentes para o mesmo regime político. Cadoni explica essa associação apresentando várias passagens dos textos políticos maquiavelianos nos quais essa equivalência dos termos pode ser constatada³²³. Esses termos não somente são equivalentes, como sempre se apresentam em oposição ao principado ou ao regime monárquico. Segundo ele: “*Devemos, portanto, constatar que a identidade entre república e “vivere libero” vem constantemente reafirmada*

³²¹ *Príncipe*, cap. IX, 2.

³²² *Príncipe*, V, 8-9.

³²³ Cadoni, Giorgio. *Machiavelli: regno di Francia e “principato civile”*, 1974. [p. 169-217].

por Maquiavel, assim como a irredutível antítese ao qual o “vivere libero” se encontra nos confrontos com Estado monárquico”³²⁴.

Deve-se salientar que não é nossa intenção fazer aqui uma exposição da noção de liberdade em Maquiavel³²⁵. Todavia, convém acrescentar que, além das conotações apresentadas, a noção de liberdade ou *vivere libero* também se identifica, nesse autor, ao *vivere civile*³²⁶: um povo livre ou acostumado à liberdade política é um povo habituado à ação política, à disputa civilizada pelo poder, ao “*vivere civile*”. *Vivere civile* ou civilidade³²⁷ não é uma peculiaridade das repúblicas, já que também está presente nos principados não submetidos a regimes tirânicos, sejam eles os principados hereditários ou eclesiásticos, conforme Maquiavel os descreve no *Príncipe*³²⁸. Ora, a corrupção, na medida em que é um impedimento à liberdade, não pode ser compreendida como restrição ou freio político, mas como a forma antagonica ao *vivere civile*, de modo que a efetivação da corrupção é a negação ou a destruição da possibilidade do agir político na cidade. Nesse sentido, a corrupção não se contrapõe a um regime em particular, mas à vida política de modo geral, como negação do processo natural de luta política caracterizado pelo *vivere civile* ou o *vivere libero*³²⁹. A instalação da corrupção num Estado implica, ainda, na ausência dos meios que permitem a realização da finalidade da cidade, donde decorre que numa cidade totalmente corrompida é muito difícil a restauração da vida civil, a não ser por meio de luta e sangue³³⁰.

Os passos iniciais do capítulo XVI trazem à baila, pois, um problema que já vinha sendo esboçado nos capítulos anteriores: o que fazer diante de um Estado que

³²⁴ Cadoni, Giorgio. *Machiavelli: regno di Francia e “principato civile”*, p. 175.

³²⁵ Um trabalho totalmente dedicado a esse tema é o de Newton Bignotto. *Maquiavel republicano*, 1991.

³²⁶ Cf. *Discursos*, I, XVI, 4 e *Discursos*, I, XVI, 7-8.

³²⁷ Pensamos no termo civilidade tal qual formulado por Tenenti, cf. Tenenti, Alberto. “‘Civiltà’ e civiltà in Machiavelli” in *Credenze, ideologie, libertinismi tra Medioevo ed Età moderna*, 1978. [p. 155-173].

³²⁸ Sobre a ação política nos principados eclesiásticos, cf. Aranovich, Patrícia. *Poder e Legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*, 1998.

³²⁹ As conseqüências dessa negação política que caracteriza a corrupção será melhor desenvolvida no fim desse trabalho, uma vez que se põe como um dos elementos centrais da reflexão maquiaveliana acerca da corrupção das instituições políticas.

³³⁰ *Discursos*, I, XVII, 15-16.

se corrompe a cada momento de modo claro e inequívoco? Curioso que Maquiavel não trate da corrupção na república, mas da corrupção nos principados, como diz:

*E ainda que este discurso não esteja em conformidade com o que se encontra acima, visto que falo aqui de um principado e ali de uma república, todavia, para não precisar retornar a este assunto quero dizer algumas palavras*³³¹.

A dificuldade se desloca, pois, para os casos de corrupção sugeridos no capítulo X, exemplos de corrupção republicana, para a possibilidade de corrupção nos principados. Acerca desses principados é necessário que se diga, como nos mostra Sasso e Cadoni, que eles se identificam aos principados civis do capítulo IX do *Príncipe*³³² e por terem como característica predominante o seu aspecto “civilizado”, ou seja, seu nascimento não foi fruto da violência de um usurpador e seu governo não se pauta pela negação das forças políticas, ao contrário, levam elas em consideração na ordenação de seu agir político. Esse paralelo entre os *Discursos* e o *Príncipe* torna-se elucidativo para a compreensão dos limites nos quais o raciocínio se desenvolve, já que não se trata de abandonar a reflexão republicana e pensar na corrupção restrita ao principado. Ao contrário, a intenção do autor é mostrar como esse processo de decadência política pode atingir todas as formas de governos nos quais se pressupõe a existência de uma dinâmica de luta política³³³.

O raciocínio maquiaveliano nesse capítulo nos remete ao papel do povo no processo de corrupção. Desde o início, a reflexão gravita em torno da postura do povo em relação ao poder. Num primeiro momento, pensando no povo que adquire o poder político de modo extraordinário – já que a aquisição da liberdade por acidente só pode ser entendida como um evento extraordinário –; depois, considerando as relações dos grupos políticos, dos humores em relação ao poder, e, por último, pensando no povo diante do problema da conservação do *vivere libero*. A dificuldade maior, conforme sugerido por Cadoni e Sasso, é que o conflito político entre os humores, um assunto já analisado nos capítulos III e IV, pode se tornar mais agudo quando o desejo da aristocracia, dos *ottimati*, se volta para a tomada do poder. Este grupo social

³³¹ *Discursos*, I, XVI, 15.

³³² Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, 1987, tomo II [cap. VII: *Principato civile e tirannide*, p. 351-390 e cap. IX: *Paralipomeni al “principato civile”*, p. 511-540.]; Cadoni, Giorgio. *Machiavelli: regno di Francia e “principato civile”*, 1974; Larivaille, Paul. “*Nifo, Machiavelli, Principato civile*”, *Interpress*, IX, Roma, 1989 [p. 150-195].

³³³ Como se verá ao final desta tese, as distinções entre o principado civil e as repúblicas são muito

diminuto, “*que não chega a quarenta ou a cinqüenta cidadãos*³³⁴”, pode ter seus desejos de poder saciados em parte, possibilitando durante algum tempo uma certa estabilidade ao governo. Contudo, na medida em que esse desejo dos grandes se aflora novamente, suscitando os conflitos políticos, ele passa a ser o principal problema para o governante, que agora deve se contrapor a uma parte relevante da república.

As preocupações voltam-se, então, para o povo, afim de que ele não se corrompa, possibilitando a retomada da normalidade política republicana. Enquanto a totalidade do povo romano não estava corrompida, Roma sempre conseguiu se reordenar a cada evento de corrupção que surgia. Mesmo com um povo “selvagem e bruto”, ou seja, sem a aquisição dos valores cívicos, ainda assim era possível restaurar os bons ordenamentos políticos e as boas leis. A corrupção de uma parcela da população, mesmo sendo ela relevante, como é o caso dos aristocratas em qualquer Estado, pode ainda ser contornada:

*Sendo, portanto, o povo romano ainda não corrompido, quando recuperou a liberdade, depois de mortos os filhos de Bruto e extintos os Tarquínios, pôde conservá-la com todos aqueles modos e ordenamentos sobre as quais de outra vez discorremos. Mas, quando o povo está corrompido, nem em Roma nem em outro lugar se encontram remédios válidos para mantê-la, como mostraremos no capítulo seguinte*³³⁵.

Porém, se até agora a corrupção figurou no horizonte como possibilidade e suas manifestações eram ainda passíveis de serem remediadas por não atingirem a totalidade do corpo político, ver-se-á agora como os dois pilares fundamentais do Estado, o povo e os ordenamentos políticos, podem ser atingidos pela corrupção. O que importa saber é o que ocorre quando esses dois fundamentos do Estado são atingidos por ela e qual é, nesse caso, o destino do corpo político.

mais sutis do que em geral se imagina.

³³⁴ *Discursos*, I, XVI, 24.

³³⁵ *Discursos*, I, XVI, 31-32.

II.

Maquiavel, depois de analisar a importância do *vivere libero* para uma cidade, finaliza o capítulo XVI indicando o tema do capítulo seguinte: a corrupção do povo³³⁶. O povo aqui não é somente mais um dos atores do jogo político, tal qual se viu na busca da conservação da república ou do *vivere libero*, mas adquire uma função primordial na cidade, pois passa a ser, também, o substrato da cidade que, quando corrompido em seus valores ou costumes cívicos, pode acarretar a dissolução do corpo político. Do povo sempre se deve ter em conta sua qualidade política básica, seu desejo de não ser dominado, por contraposição à aristocracia com o seu desejo de dominar. Neste sentido, pensar num povo corrompido é considerar que a corrupção afetou um dos pilares que sustenta o edifício político.

Tendo essa dificuldade em vista, o começo do capítulo XVII ilustra o lugar do povo no universo político maquiaveliano. Pelo exemplo romano, ele lembra os perigos de como, uma vez instalado um processo de corrupção numa parte do governo, ela pode se espalhar para todo o Estado. A corrupção é como uma doença contagiosa que se alastra por todos os membros do corpo quando não devidamente tratada. Sendo, pois, o Estado retratado como um corpo natural em diversos momentos do texto, a corrupção, pelos seus efeitos destrutivos, figura como uma moléstia ou doença que, uma vez instalada, necessita de todos os esforços para ser destruída. E assim como nas doenças, ao atingirem um estágio avançado, torna-se impossível sua cura³³⁷:

[...] *porque, considerando o grau de corrupção a que haviam chegado aqueles reis, a prosseguirem daquele modo por mais duas ou três sucessões, e se a corrupção que neles havia tivesse começado a se espalhar pelos*

³³⁶ Como já visto, por povo se entenda primeiramente todos aqueles que não faziam parte da aristocracia. Contudo, isso não implica que todos os demais moradores de uma cidade formassem o povo, pois um morador não é necessariamente um cidadão. Seja na Roma republicana, seja na Florença de início do século XVI, nem todos os habitantes possuíam cidadania e, por isso, não poderiam tomar parte na vida política da cidade. Cf. Zancarini, Jean-Claude. *Gli umori del corpo politico: "popolo" e "plebe" nelle opere di Machiavelli*. In 'La lingua e le lingue di Machiavelli', 2001, [p. 61-70]; Gilbert, Felix. *Machiavel et Guichardin, Politique et histoire à Florence au XVI siècle*, 1996.

³³⁷ Como nos mostra Zanzi e Schmitt, Maquiavel se utiliza de um vocabulário médico largamente influenciado pela da tradição naturalista aristotélica, que fez escola no renascimento italiano. Sobre o vocabulário médico de Maquiavel cf. Zanzi, Luigi. *Il metodo del Machiavelli*, 1981; sobre as relações entre a tradição aristotélica e os estudos médicos, cf. Schmitt, Charles. *Aristote et la Renaissance*, 1992; Schmitt, Charles. *Filosofia e scienza nel Rinascimento*, 2001.

*membros, estando os membros também corrompidos, teria sido impossível reformá-la. Mas, perdida a cabeça quando o busto ainda estava íntegro, os membros puderam facilmente voltar a viver livres e ordenados*³³⁸.

A sentença é lapidar e direta: quando um membro, mesmo que seja a cabeça, está corrompido, mas o todo está são, ainda resta alguma possibilidade de reordenação política. Note-se que o exemplo mobilizado por Maquiavel é uma “cabeça” que se perde por corrupção. Ele não fala de outros membros, como braços, pernas, dedos, mas da cabeça, que representa umas das partes mais importantes em qualquer organismo vivo. Por tal exemplo verifica-se que ele não está pensando esse processo numa república, mas num regime sobre o comando de um príncipe ou de um rei, ou seja, numa conformação política na qual a liderança do governante é determinante para o exercício do poder, cuja substituição é muito complicada. Em uma república, a solução é menos difícil e traumática, pois faz parte da lógica política nesse regime a substituição do comando. Portanto, ao tentar descobrir o estágio de corrupção de uma cidade, antes de fixar os olhares no governo, deve-se atentar para o povo, para a matéria do corpo político.

Então, considerando uma cidade em processo de corrupção, quando ela atinge apenas o governante (*il capo*), a primeira solução apontada por Maquiavel é extinguir o príncipe e colocar a cidade sob o governo de um outro, que, com sua *virtù*, consiga reordenar a cidade. Todavia, ainda que esse governante consiga recuperar a cidade da ruína, a duração dessa condição reformada terá o tempo da vida desse restaurador. Com a sua morte, a cidade recairá novamente num processo de decadência. Para comprovar isso Maquiavel se utiliza de vários exemplos antigos e de sua época³³⁹, mostrando como em várias cidades, por diversos momentos, foram recuperadas as liberdades civis e, em seguida, elas foram perdidas quando os líderes reformadores morreram. Portanto, a solução de trocar os governantes é uma resposta parcial e efêmera, visto que o problema retorna³⁴⁰. Isso nos leva a concluir que o problema da corrupção não está concentrado nos governantes, a quem historicamente se atribui a

³³⁸ *Discursos*, I, XVII, 2-3.

³³⁹ Os exemplos antigos são as cidades de Siracusa sob o domínio de Dion e de Timoleonte, e a Roma, tanto republicana quanto imperial, a Grécia de Epaminondas. Os exemplos modernos são Milão, dos Visconti, e Napoli. Cf. *Discursos*, I, XVII, 4-13.

³⁴⁰ Conforme foi apresentado na exposição sobre a religião, depositar todo poder na figura do governante não é garantia de durabilidade do regime.

responsabilidade pela decadência política. A extinção dos governantes não responde às dificuldades políticas, pois não são eles os únicos fundamentos do Estado. Ao proceder assim, Maquiavel desloca suas atenções da figura do governante e volta-se para o povo, elemento decisivo na consideração da corrupção.

A importância que adquire a corrupção do povo para Maquiavel é confirmada quando ele analisa o caso de Bruto, situação em que há um governante não corrompido, mas um povo extremamente corrompido. Nesta circunstância, mesmo o uso da força militar das tropas romanas, reforçada com as legiões que estavam no Oriente, não foi suficiente para extinguir a corrupção instalada no povo. Ou seja, quando a cabeça está sã e o restante do corpo corrompido, nem uma medida de força pode resolver o problema³⁴¹.

Importa notar o modo como se resolve o problema da corrupção do governante: ao perceber que seus atos são contra o *vivere libero*, instala-se na cidade novamente o conflito político – o motor de todas as mudanças políticas –, mas como o objetivo dessas lutas era bom, a restauração da liberdade, os resultados foram bons. O que se apresentava num primeiro momento como uma resposta até mesmo ingênua, ou seja, a recuperação da liberdade pelo povo são diante de um governo corrompido, passa a ser possível. Para Maquiavel, em conformidade com a lógica da ação política apresentada, o problema não está no chefe de governo, mas na capacidade do povo de se mobilizar e lutar pela instauração de ordenamentos e leis que garantam a liberdade. A corrupção da chefia de governo não é um problema, porque o motor da ação política não está centrado única e exclusivamente no governante. Enquanto existirem no interior da sociedade os conflitos políticos que visem a instauração de bons ordenamentos e boas leis, a saúde do regime estará garantida³⁴². A dificuldade de compreensão da sentença maquiaveliana reside no fato de ele jogar para o conflito político e não para o governo o motor e o centro da vida política. E se o conflito

³⁴¹ O comentário do final do parágrafo mostra o quanto Maquiavel desprezava a figura de Júlio César, pois atribui a corrupção do povo como uma obra iniciada por ele: “*O que nasce daquela corrupção que a parte mariana (ou seja, do partido de Mário, da qual César era herdeiro) havia inserido no povo*” [Discursos, I, XVII, 8]. Esse desprezo se explica por ser César o destruidor da república e instaurador do império, que, conforme Maquiavel poderia ser diferente, tivesse ele defendido a república e não corrompido o povo com a sua ânsia pelo poder.

³⁴² Como explica Lefort, é na dinâmica da ação política que a reflexão maquiaveliana tem uma de suas grandes inovações. Ao fundar o poder no conflito político dos humores, Maquiavel coloca em outras bases a reflexão sobre poder. Cf. Lefort, Claude. *Le travail d'ouvre: Machiavel*, 1972. [IV, 2-4]

político é o ponto nodal, o povo passa a figurar como ator principal, pois é de suas ações que nascem a luta pela liberdade. O povo constitui-se a cada movimento da argumentação como o substrato material sobre o qual se ergue o edifício político:

*E pode-se concluir que, onde a matéria não está corrompida, os tumultos e os outros escândalos não causam danos: onde está corrompida, de nada valem as leis bem ordenadas, se estas não forem criadas por alguém que, com extrema força, as faça observar, a tal ponto que a matéria se torne boa. O que não sei se alguma vez ocorreu ou se é possível que ocorra: porque se percebe, como há pouco disse, que uma cidade entrou em decadência por corrupção da matéria, se porventura for soerguida, só poderá sê-lo pela virtù de um homem que ainda esteja vivo e não pela virtù da universalidade a dar sustentação aos bons ordenamentos; e, assim que aquele morre, a cidade retorna a seu antigo hábito [...]*³⁴³.

Essa associação do povo com a matéria na acepção de substrato não é novidade nos textos maquiavelianos. Seja aqui nos *Discursos*, seja no *Príncipe*, Maquiavel se refere ao povo como matéria ou como *subietto*, que é uma tradução para o toscano de *subiectum*, que, por seu turno, é a tradução do grego *hypokeímenon*³⁴⁴. Tomar o povo como suporte material da cidade era uma noção que já se encontrava em Aristóteles³⁴⁵, e foi adotada por vários pensadores como Tomás de Aquino, Marsílio de Pádua e Leonardo Bruni. Para Maquiavel ocorre o mesmo: o povo é o substrato sob o qual o regime se instala e depende-se da condição dessa matéria a determinação das possibilidades de mudança numa cidade. Então, se o fundamento material da cidade já está corrompido, isso implica que tal população já perdeu seus hábitos civis livres, suas qualidades políticas republicanas. Hábitos políticos que é uma outra forma de pensar a civilidade ou a ação cívica presente nesse povo. Conforme exposto, os hábitos políticos de um povo são os modos como ele expressa a sua civilidade, e que englobam desde o respeito pelas práticas religiosas,

³⁴³ *Discursos*, I, XVII, 13.

³⁴⁴ Os termos “sujeito” ou “substrato” são a tradução do latim *subiectum*. O termo latino é a tradução, por sua vez, do termo grego *hypokeímenon*, que é empregado por Aristóteles como o substrato do ser. Tal substrato pode ser entendido de vários modos (por exemplo, *Metafísica*, Z, III), mas a interpretação mais adotada pelos leitores dos textos aristotélicos foi a de associar o *hypokeímenon* à matéria, tornado-se o substrato sobre o qual se agregam os acidentes. Assim, quando Maquiavel emprega o termo *subietto* está pensando nesse substrato material, mantendo a significação grega originária. Portanto, não se deve confundir o sujeito ou *subietto* maquiaveliano com a significação que ele recebeu após a modernidade. Por exemplo, o sujeito cartesiano é dotado de subjetividade e autonomia intelectual, não limitado pela matéria sensível para a realização do seu ato de conhecimento. Ao dizer que há um “sujeito político” em Maquiavel, deve-se ter em conta esta diferenciação, para não pensarmos no sujeito político conforme é definido pela modernidade filosófica, o que redundaria em graves equívocos de interpretação.

³⁴⁵ *Política*, L. III, cap. 1, 1275a 35ss.

passando pelo respeito aos ordenamentos e às leis, culminando nos conflitos políticos quando há alguma exacerbação por parte da aristocracia. Quando, pois, se pensa na perda das qualidades políticas, na corrupção dos hábitos cívicos, isto pressupõe, fundamentalmente, uma perda desses comportamentos civilizados, entendidos nessa chave política. Essa retomada da noção de civilidade e sua associação com a corrupção da matéria permitem pensar um povo que se corrompe, atingindo, com isso, o âmago da vida política.

Porém, a tradição de interpretação de um Maquiavel “maquiavélico” obriga-nos a insistir em que a corrupção do povo é bem menos moral e muito mais política. Mesmo quando considerada em sua moralidade, como quando ele fala da mudança nas leis, como a do adultério³⁴⁶ ou a questão da religião – esta pensada como mais um ordenamento político, como *instrumentum regni*, e não em sua dimensão transcendental ou ética –, ele não as pensa de modo autônomo da esfera política, o que redundaria, ainda que se considere a corrupção dos hábitos e costumes de um povo, em não compreendê-las como uma reflexão ética ou moral desligada ou superior à reflexão política. A corrupção das qualidades cívicas do povo só pode ser analisada no interior do universo político. Deslocar o problema, tratando-o como uma questão autônoma no pensamento maquiaveliano, poderia dar margens a uma série de afirmações moralistas contrárias àquilo que está nos seus escritos.

A corrupção da matéria, porém, não é pensada apenas em termos de perda das qualidades cívicas. Ao final do capítulo, Maquiavel informa que uma causa para tal corrupção da matéria é, também, a desigualdade política, “*porque tal corrupção e pouca disposição à vida livre nasce de uma desigualdade que há na cidade*”³⁴⁷.

Essa desigualdade sugere outra ordem de dificuldades, não evidentes até então. Quando se pensava no povo e, principalmente, nos conflitos políticos que nascem na cidade entre os dois principais humores, a principal causa estava no desejo dos grandes em dominar e no povo em não ser dominado. Contudo, independentemente dessa antítese de desejos, não se colocava, ainda, a questão da desigualdade social fundada em aspectos econômicos e ou políticos. Temos, então, duas novas questões: uma que diz respeito à existência e à importância da

³⁴⁶ *Discursos*, I, XVIII, 11 e X, 25.

³⁴⁷ *Discursos*, I, XVII, 16

desigualdade na fundamentação dos conflitos políticos e outra que diz respeito à natureza dessa desigualdade, se ela é de caráter econômico, de caráter político ou ambos.

A despeito dessas observações, pouco se pode dizer acerca daquilo que seria a desigualdade ou igualdade política para Maquiavel. A inserção da afirmação sobre a desigualdade ao final do capítulo acarreta uma outra associação: de um lado, desigualdade e corrupção, e de outro, igualdade e república. Segundo Sasso, esses dois pares permeiam a reflexão sobre a corrupção, particularmente no tocante à corrupção do povo³⁴⁸. Quando se pensa em sua corrupção, concomitantemente se constata a perda do equilíbrio e da proporção presente na república livre. O desenvolvimento de uma desigualdade ou a desproporção em termos de direitos políticos se apresentam como uma das causas para a decadência dos valores cívicos de um povo.

Maquiavel já havia denunciado antes o quão é reduzido o número de membros da aristocracia que desejam o poder. Caso se leve em conta o total de habitantes de uma cidade, a quantidade de cargos políticos existentes e o grupo social ao qual pertencem esses detentores dos cargos públicos, concluir-se-á como os aristocratas têm mais acesso aos postos de comando da cidade. O povo, quando tem algum acesso aos principais cargos públicos, sempre ocupa uma parcela reduzida desses. Situação que se revela numa desproporção política, pois os grupos políticos não estão representados de modo equânime nos cargos políticos da cidade, fazendo com que a vontade de poucos prevaleça sobre o desejo da maioria. Condição que poderia se agravar mais ainda, como era o caso de Florença e de Veneza³⁴⁹, onde alguns conselhos eram compostos exclusivamente de aristocratas. Então, esses poucos homens que exercem o poder de fato são os poderosos aos quais Maquiavel se refere durante todo o texto, visto que “*em todas as república, de qualquer modo ordenadas, ao posto de comandar não ajuntam nunca mais de quarenta ou cinqüenta cidadãos*”³⁵⁰.

³⁴⁸ Cf. Sasso, Gennaro. *Niccolò Machiavelli*, 1980 [p. 403ss].

³⁴⁹ Como foi visto, nestas duas cidades a aristocracia detinha os principais cargos, como era o caso do *Conselho dos Oito da Justiça*, instância última de deliberação jurídica em Florença. Cf. nesta tese, cap. 1; Gilbert, Felix. *Machiavel et Guichardin*, 1996. [p. 25, nota2].

³⁵⁰ Discursos, I, XVI, 24.

Ora, Maquiavel mostrou que esse pequeno número de cidadãos, quando livres para decidir os rumos da cidade sem a pressão do povo, tomam decisões nas quais são eles os maiores beneficiários. Decisões, em geral, que ampliam seu poder, seja político, restringindo o acesso à decisão dos demais membros do Estado, seja econômico, beneficiando-se dos negócios do Estado. Então, na medida em que a aristocracia se apossa do poder, a tendência é a ampliação da desigualdade política, o que pode implicar também numa concentração de poder econômico.

Acerca da desigualdade do poder econômico, não há nesses capítulos analisados do texto de Maquiavel qualquer passagem em que a igualdade econômica seja um dado histórico ou um objetivo a ser alcançado para a felicidade da cidade. Parece que Maquiavel trabalha com o fato concreto de que há uma desigualdade econômica, mas isso não deve ser um problema e nem interferir nas decisões políticas. Ou pensado por um outro ângulo, em vista da desigualdade política, o problema não tem a sua raiz na desigualdade econômica. A questão da desigualdade econômica não está acima do problema maior que é a desigualdade política.

Retornando ao problema da desigualdade política, sua inserção nasce como decorrência da análise sobre os humores políticos, mais especificamente em função da ambição dos poucos poderosos. A constatação dessa desproporção de poder político instaura, portanto, a necessidade de se reequilibrar o poder em função dos grupos, ou ao menos conter o excesso de ambição dos grandes, este sim um dos principais motivos que levam à corrupção. Ora, se compreendermos que tal extrapolação dos desejos políticos se configura como uma causa da corrupção da cidade, pode-se afirmar que a corrupção dos ordenamentos políticos nasce, dentre outros motivos, da corrupção da matéria, mais particularmente da ambição dos poderosos que se apossaram do poder político na cidade.

A corrupção do povo nos conduz, então, a uma reflexão sobre seu verdadeiro papel no interior do Estado. Muitos já disseram e não é difícil constatar nos textos a aversão de Maquiavel à aristocracia como força predominante no mundo político, talvez suscitada pela sua condição particular em Florença, que tinha nos aristocratas seus maiores adversários. Independentemente dessa condição histórica, quando ele pensa em qual dos grupos o governante deve se apoiar, ou qual dos humores é mais conforme à defesa da liberdade, sempre o povo figura como o anteparo por excelência

de resistência à opressão. Uma resposta para essa predileção pelo povo estaria menos nos gostos ou antipatias maquiavelianos e mais na própria lógica de como a dinâmica política se apresenta. Ora, não resta ao pensador, diante do fato concreto da existência desses humores, senão colocar sempre a plebe como a responsável pela conservação do *vivere libero*. Mais do que pensar num certo “populismo”, com tons revanchistas da parte de Maquiavel, cabe observar a própria arquitetônica do raciocínio e notar que ao povo é atribuído um papel de maior importância política, pois seus desejos são mais adequados aos fins da cidade. Portanto, se a importância do povo aumenta na análise da corrupção da matéria no capítulo XVII, isso se deve à força que a constatação dos humores exercem sobre o raciocínio.

Concluída a análise da corrupção sobre o povo, ainda persiste uma outra possibilidade de corrupção na cidade, a saber: a corrupção dos ordenamentos políticos, outro pilar do edifício republicano.

III.

Continuando a exposição sobre uma cidade corrompida, Maquiavel questiona acerca da possibilidade de se manter um Estado livre em tais circunstâncias, ou ainda, se é possível restaurar os ordenamentos políticos ou mesmo reordená-los quando a corrupção se alastra sobre a cidade. Mas, adverte ele que sobre tal assunto não há uma regra ou um único procedimento a se adotar, devendo cada caso ser tratado de modo diferente³⁵¹. Embora surja como mera constatação, a afirmação maquiaveliana indica que uma vez atingido certo estágio de corrupção, não há um receituário do que fazer para recuperar a boa ordem política. No limite, cada caso particular requer os seus meios adequados para sair de tal situação.

Como ele disse, no caso da corrupção política se pode constatar que há graus, níveis maiores ou menores de sua manifestação. Essa gradação da corrupção apresenta um problema no que tange ao critério para sua mensuração. Admitindo que esse critério só possa ser extraído daquilo que foi exposto, este seria, primeiramente, a corrupção do povo, da matéria. Neste caso ter-se-ia ao menos três graus. Um primeiro é aquele em que somente os governantes estariam corrompidos, podendo o povo, que

³⁵¹ *Discursos*, I, XVIII, 2-3.

ainda não perdeu suas qualidades políticas, restaurar o bom governo por meio das lutas e dos conflitos políticos³⁵². O segundo estágio é identificado quando a corrupção atinge a aristocracia, composta por poucos.. Neste caso, a deliberação do governante em favor do desejo do povo de não ser oprimido, restringindo e freando os desejos desses grandes, garantiria a volta à normalidade. Do contrário, quando o governante se associa ao desejo dos aristocratas, encaminha-se para o desenvolvimento de um processo de corrupção ainda mais ampliado. Esse estágio seria mais grave do que o primeiro já que atingiria duas parcelas poderosas, apesar de pouco numerosa, e tornaria mais difícil o retorno ao bom governo. Por fim, quando a corrupção se propaga para todo o corpo político e atinge o povo, pouco se pode fazer. Mesmo que surja um governante disposto a reformar os costumes políticos, a corrupção do povo é um grande mal que torna quase impossível o retorno à normalidade política. Estes seriam os três graus de corrupção que se depreende da análise da corrupção da matéria.

Ao apresentar todos esses níveis de corrupção que atingem a cidade, Maquiavel destaca os perigos aí envolvidos e revela sempre um tom cético ou desalentador para o retorno à condição sã da vida política. Todavia, mesmo quando diz que é praticamente impossível aquele retorno, ele não o faz de modo peremptório, deixando uma pequena possibilidade (talvez apenas teórica?) para a volta à civilidade do povo. Ainda que seja mínima, sempre há uma possibilidade de reforma política, de retomada da civilidade. Mesmo quando se pensa no extremo da cidade *corrompidíssima*, ainda assim não se pode declarar que é o fim, a morte, resta uma alternativa, embora ela não possa ter sua eficácia garantida neste momento.

Essa gradação de corrupção poderia obrigá-lo a analisar cada uma das possibilidades de corrupção, suas conseqüências e remédios possíveis. Mas Maquiavel se omite dessa análise e parte para o caso extremo de corrupção, quando toda a cidade está corrompida (a cidade “corrompidíssima”). Esse salto pode ser explicado, entre outras coisas, em função de analisando um caso extremo, conhecendo suas conseqüências e possíveis soluções, este se constituiria no horizonte para a corrupção republicana. Em outras palavras, ao focar o caso extremo de corrupção, Maquiavel já delimitaria o quadro em que se desenvolve a corrupção, uma

³⁵² Cf. *Discursos*, I, XVI, 10-14.

vez que as situações intermediárias não ultrapassariam esse limite, completando a análise.

No início do capítulo XVIII, diz Maquiavel:

[...] e, embora seja quase impossível estabelecer suas regras, por ser necessário agir segundo os graus da corrupção, mesmo assim, visto que me cabe falar de tudo, não quero deixar este assunto para trás. E pressuporei uma cidade corrompidíssima [corrottíssima], afim de aumentar ainda mais tal dificuldade; porque não se encontram nem leis nem ordenamentos o bastante para frear uma corrupção generalizada³⁵³.

Ora, se a matéria oferece um primeiro critério para diferenciar os níveis de corrupção de uma cidade, um outro critério que se apresenta são as leis e as ordens. A cidade corrompidíssima não seria aquela em que apenas o povo perdeu os costumes, os hábitos políticos, mas na qual as leis e as ordens também já não cumpririam mais o seu papel. Como se verá, leis e, principalmente, ordenamentos políticos são pensados como a forma do Estado, o aspecto formal que se une à matéria que é o povo. Então, além de um critério de corrupção associado à matéria (povo), há um segundo critério de corrupção que diz respeito à forma (os ordenamentos políticos). Sobre esse segundo critério, o capítulo não permite, ainda em suas primeiras linhas, definir se no caso dos ordenamentos políticos haveria ou não uma gradação de corrupção. Entretanto, com a adição desse segundo critério, já nos é possível deduzir que a gradação da corrupção maquiaveliana é muito mais complexa do que a tipificação tripartite dada pela análise da matéria. Em outras palavras, por esse novo critério, a cada momento da análise da corrupção de uma parte da matéria se faz necessário verificar o nível de corrupção das leis e, principalmente, dos ordenamentos políticos, pois pode ser possível pensar em uma combinação de corrupção parcial de matéria e forma, estabelecendo-se assim novos níveis ou modos de corrupção. Seja como for, a inserção da corrupção dos ordenamentos políticos e das leis como um critério para se pensar os níveis de corrupção amplia a complexidade do problema.

Tendo em vista essa complexidade, Maquiavel parte para o caso extremo de cidade corrompida. Ao tratar desse caso, ele se coloca diante da questão se haverá ou não solução para a corrupção no seu grau extremo em uma república.

Uma vez analisada como a corrupção pode atingir o povo, substrato material da cidade, no capítulo XVIII, Maquiavel volta-se para a corrupção dos ordenamentos

³⁵³ *Discursos*, I, XVIII, 3-4.

políticos ou instituições. Considerando primeiramente as terminologias, Maquiavel sempre designa *ordini* os órgãos responsáveis pela execução e fiscalização do poder num Estado. Como exemplo, ele explicita que em Roma:

*A ordenação do Estado era a autoridade do povo, do senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de candidatar-se e de eleger magistrados e o modo de fazer leis*³⁵⁴.

A despeito dessa identificação entre o termo *ordini* e os ordenamentos políticos, empreganda ao longo do nosso texto, esse uso apresenta problemas de caráter conceitual. Associados ao uso do termo *ordini*, Maquiavel também emprega outros termos correlatos como *desordine*, *ordenare*, ou seja, há, por assim dizer, uma família conceitual associada ao termo *ordini* que o termo *instituição* não consegue traduzir a contento. Num primeiro aspecto, optar-se pelo uso de ordenamentos políticos em vez de instituições, apesar de ser menos usual, permite conservar as outras associações, como *desordine* e desordenar, *ordenare* e ordenar. Contudo, para além desse primeiro aspecto de caráter terminológico, encontra-se um universo conceitual mais amplo e significativo para as reflexões que se pretendem desenvolver aqui. Os ordenamentos políticos são resultados de um processo de *ordenação* política que poderiam nascer, conforme o caso, tanto do legislador quanto dos conflitos políticos. No exemplo romano, esse ordenamento foi resultado de um processo de lutas e embates políticos que conformou suas instituições e que, a cada novo embate, conferiu outras formas ao Estado. A análise tanto das ordens políticas quanto da ordenação delas resultantes revela a disposição do Estado, a sua forma. Como diz Maquiavel: “[...] *nem pode ser a forma similar a uma matéria em tudo contrária*”³⁵⁵. Raciocínio semelhante que ele já havia feito no capítulo anterior ao dizer que: “*em Tebas, a qual, pela virtù de Epaminondas, quando ele viu, pôde dar forma de república e de império*”³⁵⁶. Logo, as *ordini*, os ordenamentos políticos são como uma forma que se inserem numa matéria, o povo, conformando a cidade. Essa aproximação, que não é somente de vocabulário, mas também do modo de compreender a relação matéria e forma, pode fornecer uma senda para entender não

³⁵⁴ *Discursos*, I, XVIII, 9.

³⁵⁵ *Discursos*, I, XVIII, 22.

³⁵⁶ *Discursos*, I, XVII, 13.

apenas a função dos ordenamentos no interior das cidades, mas a sua corrupção. Seguindo tal itinerário teórico, os ordenamentos políticos (a forma) dependem do povo (a matéria) para poder desempenhar bem suas funções e cumprir sua finalidade. Ora, a corrupção do povo acarreta, quase que imediatamente, a corrupção dos ordenamentos políticos, tendo em vista esta dependência. Logo, numa cidade “corrompidíssima”, não “*se encontram nem leis e nem ordens que bastem para frear uma corrupção da universalidade*”³⁵⁷. Portanto, é por essa chave que permite ver na relação ordenamentos políticos e povo a mesma relação forma-matéria, que também deve ser compreendido o processo de corrupção desses ordenamentos.

Como a primeira hipótese já está considerada, ou seja, quando há uma corrupção generalizada da matéria não há ordenamentos nem leis para impedir esse movimento geral de corrupção do corpo político, Maquiavel passa a considerar as possibilidades de corrupção relativa aos ordenamentos, quando a matéria não está totalmente corrompida.

Considerando o caso da corrupção em Roma, Maquiavel demonstra como a reforma das leis ou dos ordenamentos revela-se um processo problemático ou até impossível de se levar a cabo porque não é equivalente que a mudança das leis gere a reforma dos ordenamentos, assim como a reforma dos ordenamentos garanta a mudança das leis:

*E se as leis de uma cidade variam conforme os acidentes, os ordenamentos ou nunca ou raramente variam: isso faz que as novas leis não bastem, porque os ordenamentos, que estão saudáveis, as corrompem*³⁵⁸.

Ora, há uma relação de dependência das leis para com os ordenamentos, de tal modo que, se a corrupção atinge somente as primeiras e não as segundas, ainda é possível que haja algum tipo de reforma. Mas, se a corrupção alcança as instituições, as leis não conseguem cumprir sua função, visto que não há boas instituições que as façam vigorar.

Isso decorre porque as leis nascem dos propósitos e das lutas entre os partidos no interior das cidades, ou seja, onde já estão instalados bons costumes ou hábitos políticos que visem a defesa da liberdade. No capítulo IV, Maquiavel havia apresentado um encadeamento causal, segundo o qual “*os bons exemplos nascem da*

³⁵⁷ Discursos, I, XVIII, 4.

³⁵⁸ Discursos, I, XVIII, 6.

boa educação, a boa educação das boas leis, e as leis daqueles tumultos que muitos inconsideradamente condenam”³⁵⁹. Ademais, como é evidente, as leis nascem e existem para regular os costumes do povo, ou seja, elas se ligam de modo estreito a esses hábitos e costumes. Então, os hábitos e os costumes de um povo estão em um processo dinâmico, em que as mudanças estão presentes a todos os instantes. Em nenhum momento Maquiavel pensou ou sequer sugeriu uma estabilidade ou imutabilidade nesses hábitos do povo. Ao contrário, tendo em conta a importância do conflito político como motor para as mudanças políticas, não se pode admitir ou pressupor que haja uma conservação nos hábitos políticos de um povo. Onde as leis estarem atreladas a essas mudanças, às transformações nos modos do povo. Como diz: “*Variavam as leis que freavam os cidadãos, como foi a lei dos adultérios, a lei suntuária, aquela da ambição e muitas outras*”³⁶⁰. Portanto, as leis, para bem cumprirem o seu papel, variam conforme nasce a necessidade de mudança em função da corrupção dos costumes do povo. Elas estão, pois, atreladas às variações dos hábitos dele ou apenas de uma parcela, quando se manifestam os sinais de corrupção.

Entretanto, além de boas leis, são necessárias, ainda, instituições que defendam e garantam o exercício dos direitos conquistados. Tais instituições, anteparo que asseguram o exercício das leis, devem ser sólidas o bastante para cumprir tal função, ou seja, não devem ser suscetíveis às alterações que porventura ocorram na cidade, aquilo que Maquiavel nomeia como acidentes. Essa talvez seja uma qualidade essencial que as instituições devem possuir: não serem vulneráveis às mudanças do tempo, mas permanecerem em sua conformação inicial independente das vicissitudes:

*A ordenação do Estado era a autoridade do povo, do senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de candidatar-se e de eleger magistrados e o modo de fazer leis. Esses ordenamentos pouco ou nada variaram segundo os acidentes*³⁶¹. [...] *Mas, mantendo os ordenamentos do Estado, que nos tempos de corrupção já não eram boas, tais leis, que se renovavam, não bastavam para conservar os homens bons;*

³⁵⁹ *Discursos*, I, IV, 7.

³⁶⁰ *Discursos*, I, XVIII, 11. Como explica Bausi: “se trata de três ordens de leis entre as mais importantes que os Romanos recorreram para ‘frear’ a corrupção dos cidadãos: a *lex Iulia de adulteriis* (18 a.C.); as leis contra o luxo (como a *Lex Oppia*, de 215 a.C., e a *lex Fannia*, de 161 a.C.); e as leis contra as ambições eleitorais, [...] a primeira das quais foi a *lex Poetelia de ambitu* de 358 a.C.” (*Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*, Edizione Nazionale delle Opere, p. 113, nota 11).

³⁶¹ *Discursos*, I, XVIII, 8.

*no entanto, de muito valeriam se, com a sua inovação, também fossem reformadas os ordenamentos*³⁶².

Ao contrário das leis, cuja renovação é salutar para a vida política, as instituições devem se pautar por sua imutabilidade, por conservar a mesma forma de quando foram instauradas. Contudo, poder-se-ia perguntar o que seria esta conservação. Convém recordar que as instituições, assim como as leis, também nascem nos e por meio dos conflitos políticos. Sua função se pauta pela execução de funções essenciais ao Estado e pela defesa dos direitos que garantam a liberdade na cidade. A conservação exigida diz respeito à manutenção dessas características, à execução fiel desses encargos definidos no seu momento de fundação. Conservar a vitalidade e a força para fazer cumprir as incumbências dadas ao final do processo de luta política que as instaura. Do contrário, ao se pensar em ordenamentos que variassem, essas mudanças seriam um sinal de fraqueza e submissão aos interesses dominantes. As modificações se fariam no sentido de uma adaptação às novas condições políticas que se imporiam, ou seja, se realizaria uma mudança em vista dos interesses dominantes e não em função da finalidade da cidade, em defesa da liberdade de todos. Caso tenha-se em conta que Maquiavel raciocina tendo em vista uma cidade corrompida, é preciso considerar que, obviamente, ela chegou a este estado porque antes não estava corrompida, pois os ordenamentos eram saudáveis e defendiam a liberdade de todos. A mudança que pode se operar é uma adaptação às condições corrompidas em que a cidade se apresenta, ou seja, é uma transformação segundo critérios e interesses desviados, decaídos politicamente. Já em uma cidade não corrompida, se ela está nessa condição é porque os ordenamentos políticos funcionam corretamente. Portanto, as mudanças nos ordenamentos, quando realizadas em momentos em que a corrupção do povo ou de parcela dele está instalada, não visam a melhoria do Estado, ao contrário, contribuem para ampliar o estágio de decadência política.

Do que se pode depreender que boas leis sem boas instituições não são suficientes para frear a corrupção na cidade. Porém, na situação contrária, onde há boas instituições, as leis, mesmo que não sejam boas, ainda assim permitem possibilidades de correção. Então, é evidente como o raciocínio maquiaveliano

³⁶² *Discursos*, I, XVIII, 12.

deposita mais nos ordenamentos políticos que nas leis o papel principal na garantia das liberdades civis contra a corrupção. Do contrário, as leis não teriam como se efetivar, pois não haveria nem bons costumes, do qual pudessem nascer novas leis, nem a garantia de que elas seriam cumpridas.

Os ordenamentos políticos não são, contudo, entidades autônomas, que existem por si só e agem de modo independente. Eles são compostos de homens que, empossados nos cargos, devem fazer com que as leis sejam cumpridas e a defesa da liberdade, garantida. Esses ordenamentos se constituem nos cargos deliberativos da cidade, como o senado, o consulado e a autoridade do povo, que se expressa por meio das manifestações políticas, como foi o caso da rebelião de semanas em que a plebe se retirou da cidade e forçou a criação dos tribunos da plebe. O ponto comum desses ordenamentos está no fato de que todos têm uma função deliberativa, decidem os rumos da vida política na cidade. Em certos momentos Maquiavel se refere a esses cargos como uma honraria, que era uma expressão que data deste a Roma antiga para se referir a essas funções públicas na cidade³⁶³. Tomar parte nessas funções é ou deveria ser uma honra, um destaque, uma distinção para aquele que a exerce. Ora, sabemos pelo que está exposto no *Príncipe* que o exercício da função pública demanda uma certa *virtù*, sob pena de se ficar a mercê da fortuna. Aqui também nos *Discursos* Maquiavel lança mão da noção de *virtù* para lembrar que o detentor do cargo deve se pautar pelo interesse do Estado e não pelo seu próprio interesse:

O povo romano só concedia o consulado e os outros cargos superiores da cidade a quem os pleiteava. [...] Tornou-se este costume perniciosíssimo na cidade corrupta; porque as magistraturas não eram pleiteadas pelos que tinham mais virtù, e sim pelos que tinham mais poder; e os impotentes³⁶⁴, ainda que virtuosos, se abstinham de pleiteá-las, por medo³⁶⁵.

O texto é claro em mostrar que, quando da instalação dos ordenamentos, eram os homens de *virtù* que reivindicavam os postos, que se apresentavam para representar e decidir pelo povo. Não está de todo claro se estes homens eram em sua totalidade membros da plebe ou se havia alguns aristocratas que, ao exercerem essas

³⁶³ Essa terminologia esta presente em outros textos políticos como no *Príncipe*.

³⁶⁴ Maquiavel usa nessas linhas os termos *potenza* e *impotenti*, que seriam melhor traduzidos por fortes e fracos, respectivamente. Contudo, tal tradução, apesar de mais elegante estilisticamente, perderia a riqueza terminológica do termo *potere* presente no texto italiano, donde nossa opção em traduzir *impotenti* por impotentes e não por fracos, para conservar esse destaque do texto maquiaveliano.

³⁶⁵ *Discursos*, I, XVIII, 14 e 16.

funções, não decidiam em conformidade com os interesses de seu grupo, mas associados aos interesses do povo. Seja como for, o fato é que, aristocratas ou plebeus, esses homens públicos agiam conforme os interesses da cidade, com vistas à liberdade republicana. O sinal de corrupção se manifesta no momento em que as decisões não são mais pautadas por esses fins, mas pelo interesse privado. Neste momento, a *virtù* não mais rege as ações, configurando-se uma manifestação de corrupção política.

O aspecto notório dessa passagem é a mobilização do termo *virtù* e sua associação com o processo de corrupção. O uso do termo não é inédito até esse momento do texto, já que nos capítulos anteriores ele ocorrera por 27 vezes³⁶⁶, e, além dessa passagem neste capítulo, Maquiavel o utilizará adiante uma outra vez. Em todos esses empregos, a *virtù* sempre se apresenta como uma qualificação do governante ou uma antiga excelência que se perdeu ou que precisa ser conservada. Entretanto, apesar desse largo emprego, não há qualquer explicação do que caracteriza essa *virtù* do homem público, assunto que será dominante no *Príncipe*. Ao detentor da honraria de pertencer a um cargo público só se sabe que ele deve estar atento aos interesses do povo e não deliberar apenas em conformidade com os desejos dos poderosos, ainda que isso seja inevitável algumas vezes. Logo, mesmo não detalhando o que seria essa *virtù* do homem público, a não ser este aspecto de adequação aos interesses do povo e ao bem da cidade, conclui-se que sem ela desencadeia-se um processo de corrupção.

Esse pouco destaque à *virtù*, pois apenas a cita e não a desenvolve, pode nos indicar que ela, embora necessária, não é o aspecto mais importante na vida política das repúblicas. *Virtù* do homem público apresentada em linhas gerais como a capacidade em não ceder aos humores dos poderosos, em estar atento ao jogo de forças entre os dois grandes grupos políticos que compõem a cidade. Dado esse que explicaria por que tal noção, dominante noutra obra e fundamental para o pensamento político maquiaveliano, não figurar como elemento de destaque e de primeira importância. A resposta está na natureza dos textos. No *Príncipe*, *grosso modo*, a figura do governante centraliza toda a reflexão e exige uma análise detalhada das qualidades desse para bem conservar o governo. Nos *Discursos* não é o governante

³⁶⁶ Segundo nossa contagem os usos de *virtù* por Maquiavel ao longo desses capítulos são: 2 vezes no próêmio, 3 no cap. I, 2 no cap. IV, 1 no cap. V, 1 no cap. VIII, 1 no cap. IX, 5 no cap. X, 3 no cap. XI, 1 no cap. XII, 3 no cap. XV, 5 no cap. XVII e 2 no cap. XVIII.

que está na alça de mira, mas a vida política numa república, considerada de modo mais abrangente. Por isso, Maquiavel não se concentra apenas num ator ou num aspecto, e sim no processo político como um todo. Nesse sentido, ao tratar seja do detentor de cargo público, seja do fundador de cidade – circunstância da maioria das outras ocorrências do termo *virtù* –, Maquiavel não está preocupado com esse sujeito em particular, mas, de forma mais ampla, com o funcionamento da república. Ora, se o objetivo maior é a vida política na república, a *virtù* será adequada a essa idéia principal. Portanto, pela própria arquitetônica do texto compreende-se essa pouca atenção à noção de *virtù*, que se sabe, tão cara ao pensamento político maquiaveliano.

Retornando ao texto, perdido tal critério de escolha em função da *virtù*, e vigorando o poder (principalmente o poder econômico) nas escolhas, decorre que o critério principal passa a ser a capacidade dos postulantes de dispensar favores e benesses, tendo como resultado que apenas os ricos e os poderosos alcançassem os cargos da magistratura. Sendo a magistratura uma das instituições mais importantes do Estado e seus integrantes os principais propositores de leis, estas não visavam mais ao bem coletivo, mas os interesses particulares, restringindo ou impedindo a observância das leis que garantiam o direito de todos. Sob tais circunstâncias, a decadência política é inevitável e a corrupção apenas uma questão de tempo. Onde ser a corrupção das leis em Roma conseqüência direta da corrupção da instituição da magistratura, de tal modo que, mesmo que fossem propostas leis que visassem o bem comum, elas não vigorariam numa cidade dominada por ordenamentos políticos corrompidos. Agregue-se a isso que quando a matéria - no caso o povo - está de tal modo deformada, é necessário que se instalem novos ordenamentos políticos:

*Portanto, para que Roma se mantivesse naquele Estado de corrupção, era necessário que, assim como ao longo de sua vida criara novas leis, também tivesse criado novos ordenamentos: porque para um sujeito mau, os ordenamentos e os modos de vida ordenados são diferentes dos que se ordenam para um sujeito bom; e a forma não pode ser semelhante em uma matéria de todo contrária*³⁶⁷.

Maquiavel avança um pouco mais, pois não basta apenas conservar as ordens existentes e criarem-se novas leis nos momentos de corrupção. Algumas vezes é necessário também fundar novos ordenamentos políticos para fazerem valer as novas leis. Em conformidade com o exposto, a eficácia das leis, que regem os hábitos e

³⁶⁷ *Discursos*, I, XVIII, 22.

costumes do povo, é dependente dos ordenamentos políticos, que não devem ser apenas imutáveis, mas devem ser estabelecidos para o fundamento da cidade. Mais do que enfatizar sua característica própria de imutabilidade, de permanência, os ordenamentos políticos existem como o ponto fixo de referência do Estado. Devem ser eles também os pilares firmes sobre os quais o edifício político se estabelece, do que redonda sua característica maior de conservação, de resistência às mudanças diante das vicissitudes, dos acidentes.

Entretanto, é a frase que fecha o raciocínio que merece um olhar um pouco mais atento, quando diz que a forma não pode convir a uma matéria em tudo contrária. Esta é a segunda vez neste capítulo que o autor se utiliza de um conceito clássico do aristotelismo, a “*adaequatio in re*”³⁶⁸. Sua expressão, mais do que uma manifestação de uma noção típica da tradição aristotélica, revela um jargão corrente de seu tempo., Valendo-se dos usos dessa tradição aristotélica, com efeito, é necessária uma adequação da forma à matéria, sob o risco de não formar-se um composto, uma substância ou uma *ousia*, no caso a cidade. Em se considerando uma matéria deformada em suas qualidades, é preciso que se instale uma forma que reordene essa matéria e recupere suas qualidades. Logo, se quisermos eliminar a corrupção, devemos olhar tanto para a matéria quanto para a forma, ou seja, devemos ter em conta a condição em que se encontram os hábitos e costumes cívicos do povo, a eficácia dos ordenamentos e a pertinência das leis. Não se pode priorizar apenas um ou outro aspecto, mas o modo como se estabelece a conjunção povo/ordenamentos políticos, para a identificação dos problemas, da corrupção e para a sua solução.

Portanto, não é possível afirmar que a corrupção da matéria é mais danosa que a corrupção da forma, ou vice-versa, pois ambas se equiparam e devem ser consideradas com igual atenção no processo de corrupção política de uma cidade. Para além de destacar um ou outro elemento, a pertinência da adequação, ou seja, o modo como esses dois elementos se combinam, precede qualquer outra conclusão. O que não poderia ser diferente, pois nenhum dessas duas partes pode existir de modo autônomo e isolado; ambas coexistem simultaneamente na cidade sã e sofrem alguma

³⁶⁸ A primeira ocorrência foi no início do capítulo, quando da necessidade de verificar os graus de corrupção conforme o caso ou a matéria. (l. 3)

conseqüência, pelo menos, na cidade corrompida, quando não são afetados totalmente na cidade corrompidíssima.

IV.

Uma vez analisada a corrupção do povo e dos ordenamentos políticos, chegamos ao problema de pensar a situação extrema, quando a corrupção atinge totalmente a cidade. Quando essa corrupção torna-se ampla, as conseqüências, pela circularidade política exposta no capítulo II, são ou a mudança de regime ou a dissolução do Estado. Seja como for, qualquer uma das conseqüências é contrária à vida política republicana, ao *vivere libero*. Na verdade, chegamos ao grande problema enunciado pelo título do capítulo: “*De que modo nas cidades corrompidas se podem conservar um Estado livre, sendo-o; ou, não o sendo, ordená-lo*”³⁶⁹. A questão se põe ao tentar pensar uma solução para aqueles casos nos quais a corrupção não está apenas localizada numa parte do corpo político ou permanece restrita à matéria ou à forma, mas quando encontra-se disseminada por toda a cidade. Uma resposta já nos é possível constatar, pois não se pode conservar o *vivere libero* em condições de extrema corrupção, em que o povo já não mantém a civilidade, em que as leis são inadequadas e os ordenamentos não conseguem mais frear as ambições desmedidas. As condições de possibilidades para a retomada da liberdade republicana já não figuram mais no horizonte. Diante, então, dessa condição extrema, a possibilidade de retorno, de uma retomada à normalidade republicana é uma impossibilidade dentro da lógica de ação política da república, pois, com uma matéria corrompida, as leis são inadequadas e os ordenamentos políticos ineficazes e, conforme o grau de corrupção, corrompidos em suas deliberações. Maquiavel é categórico:

*De tudo o que dissemos acima provém a dificuldade, ou a impossibilidade de nas cidades corrompidas, para conservá-las como republicas ou para criá-las de novo*³⁷⁰.

Neste contexto pode-se até perguntar se ainda há ou não liberdade, ou melhor, se o *vivere libero*, característico da república, ainda persiste ou se alguma força autoritária teria tomado as rédeas das decisões políticas. Pelo exposto, uma das

³⁶⁹ *Discursos*, I, XVIII, 1.

³⁷⁰ *Discursos*, I, XVIII, 28.

características da corrupção, talvez a preponderante, está no poder que a aristocracia assume e passa a deliberar conforme os seus desejos. Pensando numa cidade em que a aristocracia se apossa do poder e toma as decisões conforme os seus interesses, mas não somente isso, impedindo que o povo possa lutar pelos seus direitos, tal quadro é uma descrição de um caso de corrupção republicana típico. Em tal situação, extingue-se a liberdade, extingue-se a luta política e um só grupo passa a ditar o caminho. No entanto, a corrupção também pode se dar ou no povo circunstância também evocada por Maquiavel, simbolizada, entre outros aspectos, pela perda dos valores cívicos, da civilidade, e também neste caso não há mais espaço para a luta política, para o *vivere libero*.

Logo, seja em que condição se manifesta a corrupção, ela figura sempre como uma oposição à liberdade, ou como diz Sasso, “*a recíproca repugnância entre liberdade e corrupção*”³⁷¹. Esta imagem ilustra os termos da dificuldade, pois a vida política republicana é avessa à corrupção, é o pólo contrário à condição política corrompida de uma cidade. De fato, se há uma manifestação de corrupção política, isso implica proporcionalmente na anulação da liberdade, ou conforme a corrupção se amplia em seu grau, por uma proporção inversa, diminui o grau de liberdade da cidade. O que não quer dizer que a corrupção seja o antônimo de liberdade, pois conforme o nível de corrupção tem-se uma gradação inversa de liberdade: quando o grau de corrupção da cidade é baixo, é possível que exista ainda o *vivere libero*. Porém, em qualquer condição em que haja um aumento de um, automaticamente ocorre o decréscimo do outro, pois a coexistência de ambos com mesma intensidade é impossível. Repugnância que não diz respeito apenas à liberdade, mas pode estender-se à civilidade, quando se considera a corrupção da matéria. Ou como dirá Maquiavel no capítulo LV, refletindo acerca da corrupção presente quando os *gentis-homens* dominam o poder: “*Do que nasce que naquelas províncias não surja nunca alguma república nem algum vivere político; porque tal geração de homens são em tudo inimigos de toda civilidade*”³⁷². A corrupção se opõe, pois, à república, mas mais ainda, à civilidade e até mesmo ao *vivere político*, de modo geral. Esta afirmação

³⁷¹ Sasso, Gennaro. *Principato civile e tirannide* in *Machivalli e gli antichi e altri saggi*, tomo II, 1987 [p. 407].

³⁷² *Discursos*, I, LV, 21.

amplia o problema, pois a corrupção não é somente contrária à liberdade, mas contrária à vida política, um adversário à normalidade política. Opondo-se à uma consideração que banaliza o papel que pode chegar a desempenhar a corrupção no corpo político, Maquiavel confere cores fortes e afirmações contundentes para descrever a importância das suas consequências para a vida política da cidade. A manifestação da corrupção não deve ser tratada como mais um evento possível em uma cidade, mas no grande problema, no grande perigo para o corpo político como um todo. A corrupção não é mais uma dificuldade presente no cotidiano político das repúblicas, mas se torna o problema, a questão a ser tratada.

Todavia, quando esse problema não é passível de solução pelos próprios mecanismos políticos da república, então, deve-se buscar meios mais fortes e eficazes para freá-la. Entre as soluções está a instalação de um *poder quase régio* ou do *poder régio*.

A cidade diante, pois, de um caso de extrema corrupção, deve mudar o seu regime, tendo, a princípio, duas possibilidades: o *Estado régio* e o *Estado popular*. Maquiavel reiteradamente identifica na ambição desmedida da aristocracia a principal causa de corrupção. A corrupção do povo, quanto nasce, é um aspecto secundário, sendo muito mais fruto da falta de freios à insolência dos grandes do que à perda de sua civilidade. Ora, essa parcela política da cidade estaria habilitada, pelas suas qualidades, para, em tese, assumir o comando da cidade nas condições de corrupção extrema, desde que não tivesse perdido também todos os seus valores cívicos. Contudo, o problema não é assumir o controle da cidade em função da sua capacidade ou por não estar tão corrompida, a questão que se põe é se esse governo popular seria capaz de colocar um fim à corrupção endêmica e reordenar a cidade.

Em função da grande insolência, que em geral assola a cidade corrompidíssima, a solução dada por Maquiavel não é nem sua conversão num governo popular e nem num monárquico, mas em algo intermediário: no poder quase régio. Diz ele:

*Mas, em se precisando criar ou conservar uma [república], seria necessário, antes, reduzi-la ao Estado régio do ao Estado popular; para que os homens insolentes, que não pudessem ser corrigidos pelas leis, fossem de algum modo freados pela autoridade quase régia*³⁷³.

³⁷³ *Discursos*, I, XVIII, 29.

A solução pelo governo *quase régio* é, na verdade, a justificação de um ordenamento republicano de Roma: a ditadura. Na república romana, a figura de um ditador, que concentrava poderes extraordinários durante um período limitado de tempo, era uma solução prevista para casos especiais, como guerras e revoltas civis. O ditador romano era um magistrado especial, escolhido pelo senado com função específica para realizar alguma missão extraordinária. Com a instalação do ditador pelo Senado romano, cessariam automaticamente os poderes dos cônsules e dos outros magistrados, que passavam a se subordinar ao ditador³⁷⁴. Este ditador romano difere em muito, contudo, da imagem dos ditadores contemporâneos, pois sua instalação e sua ação era regulada e submetida à fiscalização e ao controle do Senado romano.

Ora, quando Maquiavel pensa num governo *quase régio*, dotado de poderes extraordinários, ele tem em vista tanto a instalação da ditadura quanto de um principado nos moldes romanos. No capítulo XXXIV diz:

*Alguns escritores condenaram os romanos que encontraram um modo de instituir a ditadura, como algo que, com o tempo, deu ensejo à tirania em Roma. [...] E vê-se que o ditador, enquanto foi designado segundo os ordenamentos públicos, e não por autoridade própria, sempre fez bem à cidade. Pois o que prejudica as repúblicas é fazer magistrados e dar autoridade por vias extraordinárias, e não a autoridade que se dá por vias ordinárias: e vê-se que em Roma, durante tanto tempo, nunca ditador algum fez nada que não fosse o bem à república*³⁷⁵.

O problema que pode advir a esses governos com poderes extraordinários está no modo como nascem. Caso sua autoridade tenha sido delegada por via ordinária, ou seja, dentro das regras políticas da república, sem uma exacerbação de força por meio da violência, então não há nenhum problema maior e os efeitos serão bons. A preocupação de Maquiavel reside, fundamentalmente, no modo como ocorre a instalação desse governo, no caso por um meio não violento, respeitando a dinâmica política republicana. Por se originar em tal quadro, o ditador detinha um poder extraordinário, porém limitado, o que era uma garantia de, ao final de seu mandato, retorno à normalidade republicana.

³⁷⁴ Cf. Cizek, Eugen. *Mentalités et institutions politiques romaines*, 1990 [cap. 8, p. 223-226]; Homo, Leon, *Les institutions politiques romaines. De la cité à l'état*, 1927 [p. 213-227]. Nicolet, Claude. *Les idées politiques à Rome sous la République*, 1964.

³⁷⁵ *Discursos*, I, XXXIV, 2; 5-6.

De modo que, somando-se o breve tempo de sua ditadura, a autoridade limitada que ele tinha e o fato de o povo romano não ser corrompido, era impossível que ele saísse de seus limites e prejudicasse a cidade: e pela experiência se vê que sempre foi proveitoso³⁷⁶.

Uma primeira solução para a república corrompida é a utilização de um mecanismo republicano, o ditador, que concentra o poder, para que possa dar conta de um problema extraordinário, que pelas vias ordinárias republicanas não poderiam ser sanadas. Como sugere Bausi, além desse ditador ao estilo romano, Maquiavel também tinha em mente como exemplo desse poder quase régio os *gonfalonieri* florentinos, que foram governos com poderes centralizados, mas em repúblicas³⁷⁷. Esta solução é sugerida em outras passagens³⁷⁸, sinalizando um momento intermediário que, uma vez fracassado, não deixaria escolha senão a instalação de um regime principesco de fato. A vantagem dessa solução intermediária é que ela garante uma exigência fundamental para a república corrompida, já que instala um governo de força sob a égide do modelo republicano. Sem abolir totalmente os valores cívicos do republicanismo, o ditador ou o *gonfaloniere*, por seu caráter extraordinário e temporário, visto que tinha mandatos definidos que poderiam ou não ser renovados, seria um governo forte em regimes republicanos enfraquecidos pela corrupção com vistas exclusivamente à reordenação da cidade, o que por si só é um risco, haja vista que não se tem a certeza de que eles serão bem sucedidos. De qualquer modo, a condição extraordinária da corrupção – pois ela é no limite ruptura da vida política ordinária – exige uma solução também extraordinária, que ultrapasse alguns aspectos da normalidade republicana, afim de que se restaure a ordem. Os ditadores ou os *gonfalonieri* são medidas extraordinárias para circunstâncias políticas extraordinárias. Como diz:

Quanto a inovar tais ordenamentos de uma só vez, quando todos reconhecem que não são boas, digo que essa inutilidade, quando facilmente reconhecível, é difícil corrigi-la; porque, para tanto, não basta usar medidas ordinárias, visto que os modos ordinários são ruins; mas é necessário recorrer ao extraordinário, como a

³⁷⁶ *Discursos*, I, XXXIV, 10.

³⁷⁷ Bausi, F. *Discorsi*, Edizione Nazionale delle Opere, p. 117, nota 39. De fato, é possível fazer várias aproximações entre as funções e encargos dos ditadores romanos e as atribuições iniciais do *gonfaloniere* Solderini, em 1494. Contudo, depois da reforma política de 1502 que instituiu o *gonfaloniere a vita*, ou seja, perpétuo, convém associa-lo mais ao *princeps rei publicae* do que ao ditador romano.

³⁷⁸ Cf, Livro I, II, 33; XXXIV, 20; Livro III, XXVIII, 14

*violência e as armas, tornando-se, antes de mais nada, príncipe em tal cidade, para poder dispô-la a seu modo*³⁷⁹.

Ou ainda, como diz ao final do capítulo XVII:

*Porque tal corrupção e pouca aptidão à vida livre nascem de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extraordinários [grandissimi straordinari], o que poucos sabem ou desejam fazer*³⁸⁰;

Portanto, mesmo tendo à disposição esse meio extraordinário de reforma, legítimo e previsto dentro do regime republicano, tal solução, apesar de possível, não parece ser, contudo, a mais adequada para a cidade corrompidíssima. Como defende Sasso, ao fim e ao cabo, a melhor resposta é a mudança de regime e a instalação de um principado civil.

Gennaro Sasso³⁸¹, ao analisar a relação existente entre a república corrompida e o principado civil, apresenta uma extensa análise, que tem como alguns objetivos, entre os vários presentes no estudo, mostrar que o principado civil não é um governo de tipo tirânico, muito ao contrário, ele possui uma normalidade política impossível de ser encontrada em governos tirânicos. Outra idéia também central é mostrar que a origem desse principado civil está na república corrompida, ou seja, a instauração do principado civil é a melhor solução ou a mais indicada por Maquiavel para uma república que chega a seu grau máximo de corrupção³⁸².

Tal solução tem sua origem também na Roma republicana, uma vez que tanto o governo de Pompeu, quanto, e principalmente, o governo de Otavio Augusto são retratados como governos principescos. Esse *principado* romano, que não deve ser entendido como uma outra designação do regime monárquico, pois se coloca, também, como uma forma de governo utilizada para o reordenamento político da república. O próprio nome *príncipe* revela o estatuto político desse cargo. O *princeps* é o primeiro senador, é o magistrado superior escolhido pelo Senado romano para

³⁷⁹ *Discursos*, I, XVIII, 26.

³⁸⁰ *Discursos*, I, XVII, 16.

³⁸¹ Sasso, Gennaro. *Machivalli e gli antichi e altri saggi*, tomo II, 1987. [cap. VII - “Principato civile e tirannide”, p. 351- 490 e cap. IX – “Paralipomeni al ‘Principato civile’”, p. 511-540.]

³⁸² Esta idéia já se encontrava sugerida por Chabod, no seu ensaio de 1925 acerca da gênese do *Príncipe*. Cf. Chabod, Federico. *Scritti su Machiavelli*, 1993. [I- La genesi del *Principe*, p. 31-39]

reordenar a república³⁸³, ou ainda mais, como é designado em várias ocasiões por Cícero: *rector rerum publicarum, rector patriae, gubernator, moderator respublicae, tutor et procurator rei publicae*³⁸⁴. Como nos mostra Lepore, no *De Republica* de Cícero, não há “a presença de uma tendência monárquica, pois o singular princeps ciceroniano não designa somente um homem; quando ilustra o seu ideal busca a atividade do homem de estado, e este não se comportaria diferentemente de quando fala do orator e o seu princeps seria o equivalente do politikós dos filósofos gregos”³⁸⁵. Portanto, o *princeps* é uma figura que nasce num contexto republicano, tornando-se um personagem republicano que deve reordenar a cidade, ou como nos diz Cizek: “O Principado foi criado pela necessidade de renovar as estruturas de governo republicanas³⁸⁶”. Este primeiro cidadão recebe poderes ampliados e extraordinários para poder cumprir uma missão também extraordinária: restaurar a normalidade política republicana³⁸⁷. Ora, quando Maquiavel propõe o regime principesco como uma solução para a república corrompida ele recupera um remédio político do mundo político romano. Com efeito, o *princeps* romano é uma das fontes para que o Secretário florentino formule uma de suas resposta para a república corrompida.

Então, associar esses capítulos dos *Discursos* que tratam da corrupção com o *Príncipe*, particularmente os capítulos VIII e IX, é uma hipótese que pode apontar

³⁸³ Ettore Lepore desenvolve essa associação do modelo de *princeps* ciceroniano como modelo republicano e não necessariamente monárquico de governo, que surge para dar conta dos problemas da república romana tardia. Como ele mesmo diz no início de sua obra, mostrando o projeto que o move: “Esta exigência de entender na maior riqueza possível o momento histórico, o fastio da interpretação fornecida até agora, fundamentalmente ex eventu, da assim dita teoria republicana do principado, nos induzem a retomar o estudo. Para além do conceito particular nos tentaremos definir os aspectos políticos da humanitas ciceroniana e o ideal republicano da liberdade na crise decisiva do organismo estatal romano”. Lepore, Ettore. *Il Princeps ciceroniano e gli ideali politici della tarda repubblica*, 1954 [p. 19].

³⁸⁴ Cícero, Marco Túlio. *Pro Marcello*. VII, 22-IX, 27; X, 32. Este *Princeps Rei Publicae* será defendido como solução por Cícero de modo enfático também em: *De re publica*, I, 34; Cf. Homo, Leon, *Les institutions politiques romaines. De la cité à l'état*, 1927 [p. 207-210].

³⁸⁵ Lepore, Ettore. *Il Princeps ciceroniano e gli ideali politici della tarda repubblica*, 1954 [p. 12].

³⁸⁶ Cf. Cizek, Eugen. *Mentalités et institutions politiques romaines*, 1990 [cap. 9, p. 270];

³⁸⁷ Tal noção de *princeps* romano permite entender melhor porque o *Príncipe*, que na verdade se deveria chamar *De Principatibus*, conforme demonstra Inglese em sua edição crítica, é uma reflexão sobre uma forma de governo, que diverge em muito da noção clássica de regime monárquico. Conforme tentaremos demonstrar adiante, por tal viés de interpretação, o *De Principatibus* expõe uma reflexão sobre uma forma de governo que, apesar de se concentrar na figura de um só, tem um modo de ordenação da ação política muito semelhante ao regime republicano.

para a compreensão da solução maquiaveliana para a cidade corrompidíssima. Ao contrário da perspectiva de Sasso, que parte do principado civil e chega à república corrompida dos *Discursos*, constatando que nos capítulos de XVI a XVIII do livro I estariam a gênese desse principado, pretendemos partir desses capítulos dos *Discursos* e tentar pensar no principado civil como solução. Independentemente do viés que se aceite, o dado concreto é que: “*Entre o nono do Príncipe e os capítulos dezesseis, dezessete e dezoito do primeiro livro dos Discursos, existe uma relação sutil e complexa [...]*”³⁸⁸. Mas Sasso também desenvolve, em alguns momentos de sua análise, esse itinerário que vai dos *Discursos* ao *Príncipe*, revelando que essa hipótese interpretativa também é possível. Assim diz esse autor:

*Também no nono [capítulo] do Príncipe, a premissa do raciocínio e da análise teórica, é fornecida por uma forma republicana que, em vista do ‘excessivo’ conflito dos ‘humores’, o prevalecer dos ‘grandes’ e, paralelamente, o desencadear-se das paixões populares estão, depois de te-las restituídas numa ‘igual’ desigualdade, sempre ‘aprofundando’ mais na corrupção*³⁸⁹.

Como se vê, Sasso interpreta que a origem da reflexão maquiaveliana sobre os principados civis está nas condições dadas pelas repúblicas corrompidas, tal qual descritas nesses capítulos dos *Discursos*. O que permite, por uma outra clivagem, tendo em vista os *Discursos* e pensando nas soluções possíveis para a corrupção republicana, enxergar no principado civil do capítulo nono do *Príncipe* a solução mais adequada para a reordenação da cidade, para a recuperação dos valores cívicos, para o resgate do valor da lei e do papel dos ordenamentos políticos perdidos com a corrupção. Seja numa relação de gênese, seja numa relação de consequência, as imbricações entre essas obras necessitam de maiores considerações, afim de que se chegue aos limites reais dessa relação. Não desconsiderando as alternativas de interpretação anteriormente mencionadas, elemento importante em qualquer reflexão, neste primeiro momento isso não implicará numa limitação ou condicionamento dos resultados. Tanto na perspectiva de causa, quanto na perspectiva de consequência, o importante é entender, primeiramente, os termos da relação entre república corrompida e principado civil. Como também diz Sasso, mais importante que o

³⁸⁸ Sasso, Gennaro. *Machivalli e gli antichi e altri saggi*, tomo II, 1987. [cap. VII - “Principato civile e tirannide”, p. 396-7].

³⁸⁹ Sasso, Gennaro. *Machivalli e gli antichi e altri saggi*, tomo II, 1987. [cap. VII - “Principato civile e tirannide”, p. 397].

ângulo visual, deve-se destacar o contexto da cidade corrompidíssima dos *Discursos* que precede ou está num “*tempo anterior àquele considerado no Príncipe, no qual a passagem à forma monárquica ou principesca é já, por assim dizer, considerada atual e imanente ao consenso que os “populares” e os “grandes” concederam à iniciativa do ‘privado’*” na cidade corrompidíssima³⁹⁰. Com efeito, as condições que permitem a um cidadão particular³⁹¹ tornar-se príncipe num principado civil estão já presentes na cidade republicana dos *Discursos*. A presença dos dois humores, suas características peculiares, que serão retomadas no capítulo nono do *Príncipe*, o conflito político entre ambas, a necessidade do governante em não se apoiar nos grandes, mas saber controlar os seus desejos, enfim, todas essas condições que pautam as circunstâncias da existência do principado civil já estavam presentes na república.

Retornando ao capítulo dezoito dos *Discursos*, ao levarmos em conta o projeto que Maquiavel tem em vista -, reordenar a cidade corrompidíssima -, o sujeito que assume esse empreendimento, assume também para si uma autoridade que compete ao príncipe. Seja ele um ditador ou um *gonfaloniere*, seja ele um príncipe, o ponto central é que a esse sujeito deve-se atribuir um tal poder que é *extraordinário*, estranho ao ordenamento republicano e muito próximo ao príncipe que assume um principado civil. Ora, se a solução é extraordinária e as condições de instalação do principado civil estão presentes na república corrompida, a questão se desloca para a transição dos regimes, ou, em outras palavras, a dificuldade está em como pensar essa passagem de uma república corrompida para o principado civil.

Antes de tratar da passagem, convém destacar o tipo de principado que se tem em vista. Estamos já há alguns momentos tratando do principado civil, como o modelo monárquico proposto como solução, mas não seria essa a única opção, pois, por outro lado, nada impediria o estabelecimento de uma tirania ou de algum tipo de

³⁹⁰ Sasso, Gennaro. *Machivalli e gli antichi e altri saggi*, tomo II, 1987. [cap. VII - “Principato civile e tirannide”, p. 398].

³⁹¹ É de fato muito complicado traduzir adequadamente o termo *privato* que Maquiavel utiliza no *Príncipe* para o português. Tanto termos portugueses como *privado*, *particular* ou demais soluções possíveis, em todas não se encontra nenhuma que consiga reunir em uma só palavra toda a significação presente no vocábulo italiano. Todas as soluções exigem a aplicação de dois vocábulos portugueses para que se possa minimamente dar conta da significação que o termo italiano comporta, que era um cidadão, sem qualquer ligação com dinastias ou sendo detentor de cargo público ou magistratura.

governo despótico e autoritário. Os regimes tirânicos, ou nem tão tirânicos como o governo do Turco, que era um governo centralizado, mas não necessariamente tirânico ou absoluto, não são sugeridos em nenhum momento como a solução mais adequada ou a mais conseqüente para as condições republicanas³⁹². O problema parece ser que esses principados, que podem ser identificados como absolutos, negam ou anulam os conflitos políticos ocasionados pelos humores presentes na cidade. Ao concentrarem todo o fundamento da ação política no governante, impedem o “natural” funcionamento da vida política e, por conseqüência impedem que os grupos ou os humores manifestem seus desejos pelo meio natural de luta política dentro do corpo político. O principado civil, apesar de ser um governo de tipo monárquico é, conforme apresentado no *Príncipe*, aquele que mais assegura o *vivere libero*, que respeita e garante os conflitos, pois os assume como inerente à vida política no principado. Esse será o ponto central: ao contrário do principado de tipo absoluto, o principado civil conserva os aspectos básicos da vida política numa república, não anula por completo o *vivere libero*, a civilidade, o jogo político e os conflitos que lhe são inerentes, antes os reconhece e os assume como dados essenciais do principado. O maior problema em se considerar a transição de uma república corrompida para um principado de tipo absoluto é a possibilidade de subtração completa das características presentes na primeira, não mais reconhecidas e existentes nesse tipo de regime. Logo, o principado de tipo absoluto, apesar de ser uma solução possível, não pode ser compreendido como a mais adequada para uma cidade que necessita ou *conservar-se como república ou criá-la de novo*, que é o problema central do capítulo dezoito³⁹³.

Neste sentido convém retomar o que Maquiavel expõe no capítulo X desse livro I dos *Discursos*, quando trata dos reformadores de Roma. Paralelamente a sua crítica a César, visto como um dos principais destruidores da república romana, a análise que se segue dos imperadores romanos visa ressaltar, fundamentalmente, que: aqueles que alcançaram o império por herança foram maus, ao contrário daqueles que

³⁹² Sobre o modelo de principado centralizado no *Príncipe* cf.: cap. III, 12; IV, 6-12; XIX, 63-66. Nessas passagens Maquiavel assinala que a grande fragilidade do Império Turco estava naquilo que muitos consideravam sua grande força: a excessiva centralização do poder.

³⁹³ Além de Sasso, a compreensão de que para Maquiavel as repúblicas corrompidas redundam em principados civis é defendida também por Cadoni, mas por outros motivos. Sobre Cadoni cf. Cadoni, Giorgio. *Machiavelli. Regno di Francia e 'principato civile'*, 1974.

o assumiram com o apoio dos seus concidadãos³⁹⁴; que os *príncipes* (termo do próprio Maquiavel para se referir aos imperadores que se seguiram a César) que procuraram reordenar o reino e fazer com que as instituições funcionassem conforme a sua finalidade, foram mais bem sucedidos em relação àqueles que procuraram, por meio delas, conquistar glória para si. Donde conclui:

*E o príncipe que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida, não para destruí-la de todo, como César, mas para reordená-la, como Rômulo. E realmente, os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior. E, se, para bem ordenar uma cidade, houvesse necessidade de depor o principado, mereceria alguma desculpa quem não a ordenasse para não cair de tal posição, mas, em sendo possível manter o principado e ordena-lo, não merece desculpa algum quem não o faça*³⁹⁵.

O principado civil não é o único considerado por Maquiavel no *Príncipe*³⁹⁶ mas é, certamente, o principado no qual ele dedica suas maiores atenções. É consenso entre os comentadores que o *Príncipe* pode ser dividido, de modo geral, em duas partes: a primeira, na qual ocorre uma análise sobre os principados e a segunda, caracterizada pela análise da figura do príncipe. Apesar de Maquiavel fazer uma classificação já no capítulo primeiro dos tipos de principados³⁹⁷, é possível verificar um outro elenco deles ao longo dessa primeira parte, no qual teríamos: os principados hereditários, os civis, os eclesiásticos e os absolutos ou centralizados. No limite teríamos dois tipos de principados no que tange ao seu ordenamento e ao seu funcionamento: os principados civis e os absolutos.

Ao longo dos onze primeiros capítulos do *Príncipe*, Maquiavel mostra uma série de medidas que os príncipes devem tomar para conservar os Estados e garantir o

³⁹⁴ *Discursos*, I, X, 20.

³⁹⁵ *Discursos*, I, X, 30-32.

³⁹⁶ Para uma análise do *Príncipe* nos baseamos na edição *De Principatibus*. Texto crítico a cura di G. Inglese, Roma, Ist. Storico Italiano per il Medio Evo, 1994. Para tradução em língua portuguesa nos baseamos na edição: *O Príncipe*. Tradução, introdução de José Antônio Martins. São Paulo: Editora Hedra, 2007. Tendo em vista a grande quantidade de comentários e estudos sobre o *Príncipe*, destacamos aqui: Chabod, Federico. *Scritti su Machiavelli*, 1964, [cap. I-VI]; Lefort, Claude. *Le travail de l'œuvre Machiavel*, 1972, [parte IV]; Sasso. *Niccolo Machiavelli*, storia del suo pensiero politico, 1980, [cap. V].

³⁹⁷ Conforme o texto de Maquiavel os principados são divididos em: “*Os principados ou são hereditários, nos quais o poder ficou por longo tempo com a família do príncipe, ou são novos. Os novos ou são inteiramente novos, como foi Milão para Francesco Sforza*³⁹⁷, *ou são como membros acrescentados ao Estado hereditário do príncipe que os conquista, como é o reino de Nápoles para o rei de Espanha*”. [*Príncipe*, cap. I, 2-3].

poder. Nos vários exemplos citados que corroboram suas afirmações, destaca-se a mobilização de duas conformações políticas antagônicas: o reino da França e o Império Turco. Esses dois governos monárquicos figuram como exemplos opostos de conformação institucional que prevêm ou não a existência de um jogo político. O governo turco apresenta-se como um governo que, mesmo não podendo ser definido como tirânico ou despótico totalmente, tem como grande característica a excessiva centralização das decisões no imperador. Todavia, não é apenas a centralização das decisões que o enfraquece como governo, mas é, principalmente, o fato de que tais decisões são uma demonstração de que os subordinados ao imperador não possuem qualquer poder político, são meros executores das tarefas delegadas. A dificuldade reside na supressão da ação política nas esferas inferiores ao imperador: não há de fato uma luta política declarada e legítima entre os vários atores políticos, ainda que ela exista de modo velado e silencioso.

O contrário se nota no reino francês, onde a nobreza possui poder político de fato, obrigando o rei a sempre negociar com os diversos atores políticos para fazer as suas deliberações³⁹⁸. O que há nesse tipo de principado é mais que uma distribuição do poder, é o reconhecimento por parte do príncipe de que existem outros atores que detêm também poder político e que, por isso, ele deve levar esse dado em consideração para conseguir governar e conservar-se no poder. No limite, esse é o modelo de principado que preside à argumentação dessa primeira parte da obra, modelo em que se reconhece a existência de vários atores políticos, que se unem em grupos ou humores, e agem com vistas à defesa de seus interesses. Tais características convergem para o principado civil³⁹⁹.

O primeiro aspecto a ser destacado do principado civil é a origem do seu príncipe. Não descende ele de alguma dinastia, é antes, um sujeito privado, um cidadão que se alça ao poder⁴⁰⁰. Por isso, um tal governo não pode ser classificado na categoria tradicional das monarquias, pois seu governante não é um oriundo da família reinante. Fato que Maquiavel tratou com certa ironia no capítulo II do

³⁹⁸ Cf. *Príncipe*, IV, 13-21.

³⁹⁹ Mesmos os principados eclesiásticos, analisados no capítulo XI, apesar de figurarem inicialmente como um modelo de principado diferente dos demais, no decorrer da exposição eles podem ser incluídos nessa categoria de principado civil, uma vez que neles também há os mesmos dados de luta política dos principados civis.

Príncipe, ao dizer que para os herdeiros de tronos não há grande dificuldade em relação a esses príncipes novos, pois, “*basta não preterir os ordenamentos de seus antecessores e posteriormente contemporizar com as circunstâncias acidentais; de modo que, se tal príncipe tiver uma indústria ordinária, sempre conservará o seu Estado, a não ser que uma força extraordinária e excessiva o prive dele*”⁴⁰¹. Ou seja, basta se comportar de modo costumeiro, sem mudanças bruscas, de modo ordinário que o poder se conservará naturalmente. A falta de exigência de qualquer habilidade em especial, pode indicar, por outro lado, o caráter medíocre ou diminuto desse tipo de governante em relação às exigências que serão cobradas desse outro governante que ascende ao poder por sua *virtù* e não pela descendência nobre.

No principado civil, outro aspecto fundamental é o modo como esse cidadão ascende ao poder: *não por meio de crimes ou outra violência intolerável, mas com o favor dos outros cidadãos*⁴⁰². Dois elementos relevantes a serem destacados: o não uso da violência ou realização de crimes e o consenso. A indicação de que esse novo príncipe chega ao poder sem violência, revela o caráter pacífico do processo de fundação política, do que se deduz que essa fundação se deu por um movimento inserido numa certa lógica legal, sem sobressaltos, como golpes ou revoluções. Essa instalação pacífica de governo que se reforça com a afirmação de que esse novo governante chegou com o auxílio e o favor dos outros cidadãos, significa o mesmo que dizer que foi alçado ao poder pelo consenso geral. Com efeito, somente por um consenso entre os vários grupos é possível que se instale um novo governo principesco sem o uso da violência. Como mostra Sasso, tal ausência de violência revela o quanto há de civilidade nessa cidade, pois a fundação não-violenta, dentro de uma certa legalidade, pressupõe a existência de valores cívicos entre o povo e os grandes⁴⁰³. Caso se tenha em conta que nenhum novo governo se instala num ambiente de normalidade política, o que não implica necessariamente em pensar numa república corrompida, pois pode ser até um regime principesco que se extingue, seja em que caso for, a mudança política sempre se faz num ambiente de tensão e

⁴⁰⁰ *Príncipe*, IX, 1.

⁴⁰¹ *Príncipe*, II, 3.

⁴⁰² *Príncipe*, IX, 1.

⁴⁰³ Cf. Sasso, Gennaro. Sasso, Gennaro. *Machivalli e gli antichi e altri saggi*, tomo II, 1987. [cap. VII - “Principato civile e tirannide”, p. 354ss].

conflito, quando não redundam em revoluções ou convulsões sociais. A instalação pacífica desse novo governo principesco confirma a hipótese de que, apesar da derrocada do governo anterior, tal cidade na qual ocorre essa transição política conserva os aspectos essenciais de legalidade política, de civilidade, de um respeito, ainda que mínimo – poder-se-ia conjecturar –, aos ordenamentos políticos, aos valores cívicos.

A sentença seguinte confirma a existência de uma vida política próxima ou do modelo de regime do reino francês ou de uma república, pois, para se chegar ao poder, esse novo príncipe não precisa tanto da *virtù* ou da fortuna, “*mas, antes, uma astúcia afortunada –, digo que se ascende a este principado ou com o favor do povo ou com o favor dos grandes*⁴⁰⁴”. Associando-se isso com as afirmações que se seguem no capítulo IX do *Príncipe*, comprovam a existência de um ambiente político mais conforme a esses regimes “cívicos” e distante de um governo tirânico ou absoluto. Diz Maquiavel na seqüência:

*Porque em toda cidade se encontram estes dois humores diversos: e nasce, disto, que o povo deseja não ser nem comandado nem oprimido pelos grandes e os grandes desejam comandar e oprimir o povo; e destes dois apetites diversos nasce na cidade um destes três efeitos: ou o principado, ou a liberdade ou a licença. O principado origina-se do povo ou dos grandes, segundo que uma ou outra destas partes tenha a ocasião: porque, vendo os grandes que não podem resistir ao povo, começam a aumentar a reputação e o prestígio de um dos seus e fazem-no príncipe para poderem sob sua proteção, desafogar o seu apetite; o povo, também, vendo que não pode resistir aos grandes, aumenta a reputação e o prestígio de um dos seus e o faz príncipe, para serem defendidos com sua autoridade*⁴⁰⁵.

O quadro, pois, no qual Maquiavel descreve a origem do principado civil é muito semelhante a uma república. Caso se leve em conta a origem não dinástica do príncipe, o que nos leva a questionar até se o regime político anterior era uma monarquia ou não; a transição não violenta, mas por consenso; a presença dos humores, que tensionam o poder movidos pelos seus desejos e não-desejos (no caso do povo); enfim, todos esses aspectos remetem à dinâmica política retratada nos dezoito primeiros capítulos dos *Discursos*.

Por isso, se pretendemos pensar numa gênese do principado civil, devemos concordar que a hipótese mais provável é a da cidade republicana que atinge um certo

⁴⁰⁴ *Príncipe*, IX, 1.

⁴⁰⁵ *Príncipe*, IX, 2-3.

grau de corrupção e não consegue, por si só, retomar o seu ordenamento político inicial. O desenrolar do capítulo comprova ainda mais essa constatação inicial, pois Maquiavel mostra como o príncipe novo, que chega ao poder nessas condições, deve se comportar diante do jogo de interesses e de poder que permanece após a sua instalação no comando do principado. Pelo controle dos humores e dos desejos, deve-se tomar todo o cuidado para não ficar refém dos interesses dos grandes, mas manter um certo equilíbrio entre os dois grupos principais (grandes e povo) e, quando isso não for possível, apoiar-se totalmente no povo, ainda que isso implique em certos constrangimentos as suas decisões políticas.

Portanto, a descrição que emerge nesse capítulo IX do *Príncipe* sobre o principado civil o coloca muito próximo do ordenamento da cidade republicana e permite pensar que a transição de um regime a outro não é uma inferência inadequada. Ao contrário, entre os modelos de Estados que figuram no horizonte do possível nas descrições maquiavelianas, o principado civil é o mais adequado às necessidades de um governo forte exigidas ao final do capítulo dezoito do livro I dos *Discursos*. Por conservar os elementos fundamentais da república e, também, por manter a presença do essencial da vida política, com seus humores e os conflitos entre eles, esse regime vem totalmente ao encontro das exigências que a cidade corrompidíssima solicita para o seu reordenamento.

Seja ao tratar da corrupção nos capítulos XVI, XVII e XVIII do livro I dos *Discursos*, seja nesse capítulo IX do *Príncipe*, seja, ainda, no capítulo LV do mesmo livro I dos *Discursos*, entre as principais causas da corrupção está a ambição dos grandes em tomar o poder. Em todos esses capítulos, bem como em inúmeras outras partes, o desejo dos aristocratas em assumir o comando do poder para si ou instalar um governante que lhe seja favorável está sempre presente. Este fato reforça o que dissemos antes: mais do que pensar numa corrupção endêmica e generalizada pela cidade, ao considerar-se a corrupção da matéria, encontrar-se-á mais um desejo de usurpação dos grandes e menos uma desobediência às leis por parte do povo em geral. Quando, pois, numa república, dominada pelos grandes, não se encontram mais meios de impedir esse avanço da aristocracia sobre o poder, não há outro remédio senão instalar um governo monárquico sob a forma do principado civil:

Razão por que nessas províncias não surgiu nenhuma república nem nenhum tipo de vida política; porque tais tipos de homens são totalmente inimigos da civilidade.

E não seria possível introduzir uma república em províncias assim constituídas, mas, para reordena-las – caso a alguém coubesse tal arbítrio –, não haveria outro caminho senão constituir um reino. A razão é que, onde a matéria está tão corrompida, não bastam leis para contê-la, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que com poder absoluto e excessivo, ponha freio à excessiva ambição e corrupção dos poderosos⁴⁰⁶.

Nessa passagem, como em outras, repetem-se as mesmas exigências apresentadas para a instalação de um principado civil em substituição à república corrompida: excessivo poder da aristocracia, ineficácia das leis e das instituições, um governo forte, mas que se instale sem violência, a existência de uma parcela, ainda que mínima, de civilidade. Quanto a esse último aspecto, importa dizer que a exigência de um governo forte, que possua poder para frear a ambição dos grandes, não significa que ele se instale pela violência ou pelo crime. A necessidade de um governo forte não implica necessariamente na fundação deste com o uso da violência: força e violência não se seguem⁴⁰⁷.

Uma outra resposta pela instalação do governo régio numa condição corrompida aparece ao final do livro I dos *Discursos*, no capítulo LV. Todavia, apesar de aparentemente parecerem díspares daquilo que é formulado nos capítulos de XVI a XVIII, o ponto central da solução se mantém. Neste sentido, é necessário concordar com Sasso⁴⁰⁸ que o horizonte sobre o qual se desenvolve a argumentação do capítulo LV diverge desses outros capítulos, pois está mais ligado ao mundo real, particularmente aos dramas de Florença em voltas com a possível restauração do governo republicano depois da ascensão do Cardeal Giulio de Médici ao pontificado. Posição semelhante também presente no capítulo I do livro III da *História de Florença*⁴⁰⁹ e no *Discursus florentinarum rerum*⁴¹⁰, nos quais, diante de circunstâncias

⁴⁰⁶ *Discursos*, I, LV, 21-23.

⁴⁰⁷ Sasso sugere, contudo, que, em certos momentos do *Príncipe*, o uso de medidas violentas sejam necessárias para o controle do poder pelo príncipe. Contudo, esse caso é uma excepcionalidade, que deve ser usada com muita sabedoria para que não redunde o governo em tirania. Cf. Sasso, Gennaro. *Machivalli e gli antichi e altri saggi*, tomo II, 1987. [cap. VII - “Principato civile e tirannide”, p. 351- 490 e cap. IX – “Paralipomeni al ‘Principato civile’”, p. 511-540.]

⁴⁰⁸ Cf. Sasso, Gennaro. *Intorno a due capitoli dei Discorsi in Studi su Machiavelli*, 1977 [p. 111-159]

⁴⁰⁹ Cf. Maquiavel, *História de Florença*. Trad. e notas de Nelson Canabarro, 1994.

⁴¹⁰ Esse texto, escrito primeiramente sob a forma de esboço entre 6 de novembro de 1520 e 2 de fevereiro de 1521, no contexto da morte de Lorenzo de Médici Junior, ocorrida um ano antes (em 4 de maio de 1519), é reelaborado depois da morte do Papa Leão X, em 1º de dezembro de 1521. O escrito reflete o debate suscitado em Florença entre os partidários de um governo “estrito” ou de caráter principesco e os partidários de um governo “largo” ou de caráter republicano. Como diz

históricas reais de mudança de governo, as respostas maquiavelianas não são tão incisivas como nos capítulos finais do “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”. O texto do capítulo LV, até pelos exemplos que mobiliza, permeado dessas “angústias e incertezas”, como diz Sasso, de uma Florença agitada pela possível transição de regime, não reproduz a mesma disposição argumentativa dos capítulos XVI, XVII e XVIII, visto que, nestes, a reflexão se desenvolve num plano hipotético de uma república que se corrompe. Mesmo que se queira, pelos exemplos romanos citados, sustentar que Maquiavel está raciocinando com o exemplo histórico concreto de Roma, tal argumento não se comprovaria, primeiro, porque não há tantos exemplos da Roma republicana que caminham para a corrupção; segundo, e o que é mais relevante, conforme o estilo adotado nesse “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”, a apresentação dos exemplos históricos cumpre o papel de comprovar alguma idéia ou conceito da exposição, mas não são eles os objetivos maiores da reflexão de Maquiavel. É fato que toda a argumentação, ainda que baseada em referências históricas, se desenvolve dentro do plano teórico de análise de uma república. Enfim, a república corrompida apresentada no capítulo de XVI a XVIII perfaz um modelo teórico de governo que pode ser aplicado a qualquer governo e não está ligado única e exclusivamente a Florença do começo do século XVI. O mesmo não ocorre no capítulo LV, em que as “angústias e incertezas” da reflexão maquiaveliana se vinculam muito mais ao momento histórico vivido⁴¹¹. Portanto, apesar dessa dado divergente, nos seus delineamentos gerais, nos seus conceitos mais fundamentais, a solução do capítulo LV por um governo de força concorda com a exposição sobre a

Procracci, na introdução ao texto, “*o Discursus representava uma intervenção neste debate, tentando propor uma “república que tenha as suas partes”, uma solução de tipo popular, mas assegurada pelas instituições que lhe evitassem uma degeneração de tipo assembleísta e que não deixasse de ser submetida à crítica*”. Cf. Niccoló Machiavelli, *Discursus florentinarum rerum*. A cura di Mario Martelli, introduzione e note Giuliano Procacci. Roma: Istituto Poligrafico, 2001, p. 617-631. Para a edição crítica: *Discursus Florentinarum Rerum post mortem Iunioris Laurentii Medices*. Edizione Nazionale Delle Opere, I/III. A cura di Jean-Jacques Marchand, Denis Fachard e Giorgio Mais. Roma: Salerno Editrice. 2001. [p. 621-641]

⁴¹¹ Sasso avança nessa hipótese e vê que a estrutura do argumento dos capítulos XVI a XVIII revelam uma grande variação não somente ao capítulo 55 do livro I dos *Discursos*, mas também ao que é apresentado no capítulo I do livro III da *História de Florença* e dos *Discursus florentinarum rerum*. Tal variação – e não contradição – no argumento se deve muito mais, na interpretação de Sasso, a essa vinculação com o momento histórico nesses textos, algo que não se reproduz nos capítulos XVI, XVII e XVIII do livro I dos *Discursos*. Cf. Sasso, Gennaro. *Intorno a due capitoli dei Discorsi in Studi su Machiavelli*, 1967 [p. 111-159]

corrupção dos capítulos de XVI a XVIII, bem como está em consonância com aquilo que aparece como pressuposto no capítulo IX do *Príncipe*.

Finalmente, ressalta-se a coerência da reflexão política maquiaveliana, possível de ser percebida tanto quando tomamos seus diferentes textos como quando levamos em conta apenas um deles. A percepção de tal coerência permite compreender quais são os pontos fundamentais da sua reflexão política e as suas convicções teóricas mais caras. Unidade que supera as possíveis objeções advindas de problemas relacionados à cronologia das obras, e que passa a ser o dado mais relevante para a afirmação de que, independentemente de qual obra tenha sido escrita antes ou depois, a reflexão maquiaveliana acerca da corrupção republicana e de sua resolução sob a forma do principado civil era um dado meditado e maduro já nos primeiros escritos. Portanto, a melhor solução para a corrupção das repúblicas passa, para Maquiavel, pela instauração de um regime sob a forma do principado civil tal qual apresentado no capítulo nono do *Príncipe*.

Considerações finais: A corrupção necessária e a solução possível

Após esse percurso pelos dezoito primeiros capítulos do livro I dos *Discursos*, restam ainda alguns problemas a serem considerados, que não dizem respeito a um capítulo em especial ou a uma parte, mas à totalidade da reflexão maquiaveliana sobre a corrupção e suas conseqüências para a cidade. Uma primeira ordem de problemas refere-se à dificuldade em pensar como essa transição de regimes sugerida pelo próprio Maquiavel, está em consonância com a exposição do capítulo II, ou, em outras palavras, ao final desse itinerário da vida política na cidade republicana, que se conclui com a mudança do regime republicano para um principado civil, o problema persistiria em compreender se essa transição seria conforme à circularidade proposta no capítulo II desse livro I.

Recuperando a reflexão que se iniciava com a análise do capítulo II dos *Discursos*, a dificuldade permanece em compreender até que ponto Maquiavel assume e se apropria da teoria polibiana ou se afasta dela e oferece uma nova solução para o problema das mudanças dos regimes, tendo em vista agora todo o movimento de nascimento, desenvolvimento, ápice e corrupção do corpo político, ou como diz Sasso, a corrupção repõe o problema da circularidade e da transição dos regimes políticos⁴¹². Conhecendo, pois, toda a dinâmica da vida política na cidade, como entender a solução maquiaveliana e suas adequações ou inadequações à proposta polibiana de transformação dos regimes políticos? Reiterando nosso ponto de clivagem, a diferença da exposição que se inicia agora com a que já foi realizada no início de nosso trabalho está no fato de termos nesse momento a dimensão de todo o processo de mudança do regime republicano, e não somente o problema da teoria da circularidade dos regimes⁴¹³. Como vimos, o principal problema do capítulo II é a compreensão da transição dos regimes, fundados na concepção polibiana, e que sofre uma certa inflexão no texto maquiaveliano. Ao se considerar o todo da exposição, o problema da transição dos regimes adquire uma outra conformação, adequada, agora, à realidade republicana apresentada.

⁴¹² Cf. Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*, 1967. [cap. 6: *In tema di naturalismo machiavelliano*, p. 283ss]

⁴¹³ Cf. o capítulo 2 dessa tese.

Ao analisar as dificuldades sugeridas pela necessidade de compreensão da transição dos regimes políticos, importa considerar que Maquiavel não está pensando em contextos históricos específicos, não está analisando exemplos históricos localizados, como a Roma republicana, a república veneziana ou o governo de Florença. Sua reflexão ultrapassa esse condicionante histórico para analisar os problemas que envolvem a corrupção republicana e as transições de regime de um modo geral.

Como já nos apontava de início Gilbert⁴¹⁴, um dos dados que sugeririam que esses primeiros dezoito capítulos do livro I dos *Discursos* formavam um bloco à parte estava no fato de nesse trecho não se encontrar uma análise presa ou ao menos seguindo de perto o texto de Tito Lívio. Ora, o texto maquiaveliano muitas vezes parte de circunstâncias históricas ofertadas por Tito Lívio, mas não segue e não comenta seqüencialmente a *História de Roma*, como fará após o “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”. O que se tem da parte de Maquiavel é um afastamento do texto liviano e, por conseqüência, o desenvolvimento de uma reflexão autônoma sobre os fundamentos políticos das repúblicas, o que é corroborado pelo uso dos exemplos históricos de regimes políticos que se distanciam no tempo e no espaço. Com efeito, o regime espartano de Licurgo, a república romana, a monarquia romana, a república veneziana e a república florentina, apresentados como os principais modelos de regimes, não podem ter como índice de unidade e referência a mesma temporalidade ou territorialidade. Seus condicionantes históricos que não são nada desprezíveis, são pouco considerados por Maquiavel na análise dos fundamentos dos regimes. A título de comparação, é interessante verificar a divergência de análises sobre a corrupção presente na *História de Florença* e no *Discursus rerum florentinarum*, nos quais as considerações sobre a corrupção estão vinculadas aos problemas históricos da cidade de Florença. Nestas duas obras, a exposição maquiaveliana sobre a corrupção das repúblicas é dependente e está intimamente relacionada aos fatos históricos ocorridos em Florença, colocando-se mais como instrumento de explicação, do que como referência para uma teoria geral sobre a corrupção republicana⁴¹⁵. O ponto principal

⁴¹⁴ Felix Gilbert, *Machiavelli e il suo tempo*, 1977. [p. 223-245]

⁴¹⁵ Cf. *História de Florença*, livro I – proêmio, Livro III cap. 1, livro V cap. 1; *Discursus Florentinarum Rerum post mortem Iunioris Laurentii Medices*.

desses dezoito capítulos analisados dos *Discursos* é a referência a esses regimes como modelos teóricos que vêm comprovar, seja por suas qualidades, seja por seus defeitos, as idéias apresentadas. O que emerge desses capítulos é uma teoria sobre a república, cuja sustentação conceitual pode ser comprovada em exemplos tomados diferentemente no tempo e no espaço. É principalmente por essa diversidade temporal e espacial das referências históricas que se pode constatar o registro no qual a reflexão maquiaveliana opera. Enfim, nesses primeiros dezoito capítulos revela-se uma reflexão que transcende a esfera da determinação histórica e opera num plano teórico mais amplo. Portanto, a utilização de exemplos de regimes políticos de contextos históricos diversos, aliada à reflexão sobre os fundamentos das repúblicas, comprova o caráter puramente teórico da exposição maquiaveliana, lançando-a no debate filosófico sobre os regimes políticos, particularmente sobre a natureza das repúblicas.

Vista deste ângulo, a reflexão política maquiaveliana dialoga e se confronta, não com as idéias locais e restritas da aristocracia florentina do século XVI, mas com os problemas suscitados pela tradição do pensamento político⁴¹⁶. Ao partir para tal empreendimento, Maquiavel traz à baila as dificuldades que os pensadores políticos e filósofos se depararam ao pensar sobre a vida política nas cidades. É nesse patamar de discussão que a reflexão sobre a mudança dos regimes políticos deve ser encarada.

Feita essa delimitação da esfera no qual opera a análise maquiaveliana e voltando-se para a transição dos regimes políticos, o problema de compreensão desse movimento permanece. Essa dificuldade se agrava tendo em vista as considerações finais do capítulo II do livro I dos *Discursos*. Depois de retomar o mesmo itinerário teórico de Políbio no que tange ao modo como se transformam os regimes políticos

⁴¹⁶ Essa pretensão maquiaveliana pode ser comprovada por um hábito, a princípio excêntrico, mas carregado de simbolismo, presente na sua Carta a Vettori, de 10 dezembro de 1513. Na famosa passagem em que ele relata que toda noite, depois de uma jornada típica de homem do campo, diz que entra “no seu escritório: e na porta dispo as minhas roupas cotidianas, sujas de barro e de lama, e visto as roupas de corte ou de cerimônia, e, vestido decentemente, penetro na antiga convivência dos grandes homens do passado; por eles acolhido com bondade, nutro-me daquele alimento que é o único que me é apropriado e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e lhes pergunto da razão de suas ações e eles humanamente me respondem [...]”. Como se vê por esse exemplo, que figura como uma imagem da relação do humanismo italiano com o passado, as preocupações políticas de Maquiavel ultrapassam o plano conjectural de seu tempo e se colocam na esfera do debate teórico político. Cf. Nicolau Maquiavel, *O Príncipe e Escritos Políticos*. Trad. Lívio Xavier, 1973 [p. 117-120].

na cidade, quase parafraseando-o, Maquiavel o finaliza de modo aporético, sem determinar ao certo o devir de uma república, quando diz:

*E esse é o ciclo no qual girando todas as repúblicas são governadas e governam, mas raramente retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vitalidade que consiga passar muito vezes por tais mutações e continuar em pé*⁴¹⁷.

Como vimos, a dificuldade estava no fato de, depois de seguir tão próximo o texto polibiano, Maquiavel ter percebido as limitações deste e, ao final, ter se distanciado das suas conclusões. Ao ver a inadequação existente entre a defesa inicial da teoria da *anacyclosis* e da opção final pelo governo misto como o melhor regime, resultando num descompasso entre uma e outra, Maquiavel anuncia o problema existente – “*manter-se em pé*” por muito tempo – e aponta para uma resposta diferente. Como sugere Sasso, o problema da exposição polibiana estaria em “*submeter a constituição mista à lei da anacyclosis, fazendo dessa um dos momentos do ciclo, é de todo impossível: seria como pretender que a exceção fosse governada pela lógica da regra*”⁴¹⁸. Maquiavel optará pelo regime misto, como solução para o eterno ciclo dos regimes. Contudo, a solução maquiaveliana pelo regime misto, que também é uma solução polibiana, não é a mesma do historiador grego, pois o seu governo misto terá outra origem, outra conformação. Porém, apesar do regime misto figurar como a melhor forma de governo, não é possível detectar posições conclusivas no capítulo II⁴¹⁹. Ao contrário, o capítulo se encerra com uma certa aporia, convidando o leitor a verificar como, a partir do caso romano, é possível pensar o regime misto sob outra chave:

*[...] Mas, permanecendo mista, [Roma] constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre a plebe e o senado, como nos dois próximos capítulos largamente se demonstrará*⁴²⁰.

A tentação do interprete está em tomar isoladamente esse capítulo e suas dificuldades para traçar um quadro de como Maquiavel entende a mudança dos regimes políticos. Certamente esse capítulo II é denso e apresenta pontos cruciais para o pensamento político maquiaveliano na sua totalidade, não somente para os

⁴¹⁷ *Discursos*, I, II, 24.

⁴¹⁸ Sasso, Gennaro. *La teoria dell'anacyclosis* in *Scritti su Machiavelli*, 1967 [p. 200].

⁴¹⁹ Sasso, Gennaro. *La teoria dell'anacyclosis* in *Scritti su Machiavelli*, 1967 [p. 161-219].

⁴²⁰ *Discursos*, I, II, 34.

Discursos. Todavia, as incertezas presentes nele, ganham outra luz quando visadas a partir da consideração desse movimento geral da república que prossegue até o capítulo XVIII. Da análise do conjunto do texto pode nascer a solução definitiva, seja para pensar as aporias e incertezas do capítulo II, seja para pensar o determinismo da mudança da república em principado civil, ocasionada pela corrupção⁴²¹.

Diante da dificuldade em determinar precisamente qual a solução para a república corrompida, pois os exemplos históricos não o permitem e nem o poderiam, e o modelo teórico de Políbio não lhe resolve o problema, Maquiavel desloca o debate dos parâmetros do naturalismo e das determinações da lei biológica, própria dos filósofos que pensaram o problema em termos naturalistas, e apresenta algumas possibilidades de solução à questão. Se no interior de um modelo de caráter naturalista, conforme relembra Sasso⁴²², a corrupção se apresenta como um movimento necessário e certo, sendo o ponto derradeiro para a mudança de regime, tais implicações não se mostram de igual maneira na reflexão maquiaveliana. Num primeiro momento, tomando-se apenas o capítulo II, essa certeza de mudança, essa circularidade é, por assim dizer, mitigada e restrita. A transição de um regime a outro, que se apresentava de modo necessário já em Políbio, revela-se, no limite, contraditória. Em face disto, no capítulo II, Maquiavel justamente relativiza esse ritmo de transformação. Ainda mais, não somente a circularidade, mas a certeza da mudança, já estava sob suspeita após esse capítulo, pois o regime misto, característico da república em formação, instaurava no interior da reflexão sobre a transição dos regimes uma nova dinâmica das forças políticas que questionavam a lógica polibiana sugerida. Em face da contradição ou desarmonia existente entre o determinismo imposto pela *anacyclosis* e o novo ritmo suscitado pela instauração do regime misto, Maquiavel não toma partido, não oferece uma posição conclusiva a respeito, apenas sugere possibilidades de mudança para os regimes.

⁴²¹ Não é nosso objetivo aqui esmiuçar os fundamentos teóricos daquilo que Sasso nomeia como o determinismo naturalista. Acerca desse ponto, acreditamos que as análises dele dão conta do problema tanto em Políbio, quando em certa medida em Maquiavel. O nosso ponto de divergência, que apresentamos a seguir, diz respeito a pensar esse problema não tomando somente o capítulo II dos *Discursos* e alguns outros capítulos, como faz Sasso, mas tendo em vista os dezoito primeiros capítulos do livro I dos *Discursos*. Como se poderá constatar, a nossa reflexão, apesar de seguir por um outro itinerário, chega a conclusões muito semelhantes às de Sasso. Cf. Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*, 1967. [Cap. 3, 4 e 6].

⁴²² Sasso, Gennaro. Op. cit, cap. 4, p. 161-219.

Então, a exposição que se segue ao capítulo II busca apresentar um novo movimento regulando a vida na cidade, uma vez que o motor da república não está calcado em alguma lei da natureza ou da ordem da natureza, mas se funda no conflito político, próprio da esfera humana. Não bastava apenas a Maquiavel declarar que a descrição polibiana para a mudança política não era adequada para as repúblicas, fazia-se necessário mostrar qual era de fato esse movimento, quais eram os fatores que importavam para entender a natureza das mudanças nos regimes republicanos, algo que ele fez, passo a passo, ao analisar os fundamentos da república e sua dinâmica política. Portanto, a ausência, no capítulo II, de uma resposta definitiva para qual deveria ser a regra ou a lógica para a transição dos regimes políticos é coerente com a sua reflexão, pois tal explicação deve ser buscada no “*Pequeno tratado*”. Naquele momento do texto não era possível traçar definitivamente qual seria o movimento de mudança dos regimes, porque a natureza da transição era diferente daquela descrita por Políbio, a dinâmica política da cidade não estava mais regulada somente pelo naturalismo determinista da *anacyclosis*. Uma outra resposta que não fosse a ausência de uma resposta definitiva não seria possível: Maquiavel precisava mostrar como as repúblicas se fundam sobre outras bases, sobre uma outra lógica de funcionamento do que a ofertada pela antiguidade. Os conflitos políticos, os ordenamentos políticos, as leis, a religião, a civilidade do povo, a corrupção, tudo isso deveria ser pensado sob novos parâmetros, sob uma nova ótica, não mais sob a batuta do referencial naturalista herdado da tradição do pensamento político antigo e medieval⁴²³. Quando olhamos os capítulos na sua totalidade, a aporia, a ausência de uma resposta definitiva e a sugestão do regime misto como a melhor forma de governo do final do capítulo II é a única atitude teórica possível até aquele momento.

Ao final do capítulo XVIII conseguimos entender, pois, o porquê daquela atitude maquiaveliana. Entretanto, falta ainda tentar responder se há ou não um

⁴²³ Como mostra Sasso e Walker, na análise de muitas passagens tanto dos *Discursos* quanto do *Príncipe* é possível identificar com certa precisão os autores antigos aos quais Maquiavel está fazendo referência. A hipótese muito provável é que ele conhecia muito bem a maioria dos autores clássicos do pensamento grego e latino, tanto filósofos como Platão, Aristóteles, Cícero e Agostinho, quanto os historiadores. Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*, tomo I, 1987 [cap. IV e IV]; Walker, Leslie J. *The Discourses of Niccolò Machiavelli*, 1950 [vol. II, table XIII, p. 271-305]; Martelli, Mario. *Schede sulla cultura di Machiavelli*, in *Interpres*, VI, 1985-86 [p. 316-17].

movimento determinista ou naturalista regendo a transição dos regimes políticos⁴²⁴. Os indícios apontam que estamos mais no campo das incertezas do que na esfera das afirmações⁴²⁵. Uma das tônicas de todos esses capítulos é a variação de possibilidades no que diz respeito ao futuro. Quando nasce a necessidade de apontar para o futuro de algo, Maquiavel não é muito preciso, abre para várias possibilidades de respostas, para várias soluções. O final do capítulo dezoito é emblemático nesse sentido:

De tudo o que dissemos acima provém a dificuldade ou a impossibilidade, de nas cidades corrompidas manter ou criar uma república. Mas, em se precisando criar ou manter uma, seria necessário, antes, reduzi-la ao Estado régio do que ao Estado popular;[...] E para torná-los bons por outros meios, seria ou uma empresa crudelíssima ou de todo impossível⁴²⁶;

O tom de dúvida e incerteza é evidente: *dificuldade, impossibilidade, seria, para querer fazer, ou, ou*. A terminologia e a construção dessas frases finais revelam o quanto de sugestivo e pouco incisiva é a resposta de Maquiavel para a cidade totalmente corrompida. Não há determinação, não há regra certa e necessária, não há o oferecimento da resposta decisiva. Todavia, não é o contrário disso, não estamos também no campo da total aporia, da não-solução. Maquiavel oferece alternativas, possibilidades para a superação da corrupção republicana. O caráter possibilista⁴²⁷ do discurso maquiaveliano, presente ao longo de todos os capítulos quando se deveria dar uma solução, se mantém no final. Uma primeira possibilidade de resposta é saber ao certo se a república tem ou não condições de manter-se, de se conservar minimamente funcionando institucionalmente num quadro de corrupção generalizada.

⁴²⁴ Sasso entende que há, em certa medida uma posição naturalista em Maquiavel, mas diferente de Políbio. Não pretendemos repassar aqui os pontos centrais de sua extensa interpretação, mas entre as suas principais observações está o destaque para o papel que o acaso desempenha no pensamento político maquiaveliano. Entre outros fatores, e ao contrário de Políbio, Maquiavel atribui ao acaso uma grande importância nos destinos políticos e, por consequência, relativiza o determinismo naturalista tanto da teoria da *anacyclosis* quanto da lei biológica polibiana. Para Sasso, é na ênfase do acaso e na pouca importância do papel do determinismo que Maquiavel se distingue de Políbio na reflexão sobre a circularidade dos regimes políticos. Cf. Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*. Napoli: Morano, 1967. [cap. 4: *La teoria dell'anacyclosis*, p. 199-204 e cap. 6: *In tema di naturalismo machiavelliano*, p. 281-357].

⁴²⁵ Como diz Sasso, entre o capítulo XVIII dos *Discursos* e o *Príncipe* há uma diferença de tom, onde no primeiro terio um caráter mais hipotético e no segundo uma postura mais contundente e afirmativa. Mais adiante ele diz que o capítulo XVIII se caracteriza pela incerteza na proposição de soluções. Cf. Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*, 1967. [cap. 3: *Intorno a due capitoli dei "Discorsi"*, p. 121-147]

⁴²⁶ *Discursos*, I, XVIII, 28-30.

⁴²⁷ Apesar de não ser um termo corrente ou dicionarizado, esse neologismo nos auxilia na explicação para tipificar aquilo que entendemos ser a resposta maquiaveliana para a corrupção política.

Note-se que, mesmo quando fala da cidade corrompidíssima, seja no início do capítulo XVIII, seja no parágrafo final, Maquiavel não declara que a república acabou, diz tão somente que é muito difícil conservar-se⁴²⁸. Há sempre uma dose de incerteza, um espaço, ainda que estreito ou estreitíssimo, para a restauração da liberdade ou mesmo para a convivência com este estado de corrupção. Nesse mesmo diapasão, a solução nunca se revela em contornos definitivos, em soluções únicas. O devir gerado pela mudança resulta em possibilidades: ou isso, ou aquilo, nunca uma só solução. Maquiavel oferece alternativas, escolhas, opções para que os homens decidam qual o caminho a seguir. Logo, falar em determinação política no pensamento político maquiaveliano é uma impropriedade. Não há a determinação única da solução, não há um determinismo naturalista igual ao que foi identificado em Políbio⁴²⁹.

A reflexão maquiaveliana dirige-se para a sua conclusão oferecendo opções de mudanças, alternativas de solução para a corrupção da cidade. Diante da certeza da corrupção republicana não há uma determinação para o regime régio ou o regime popular, mas a escolha entre quatro possibilidades: a) tentar conservar o pouco que resta de liberdade num ambiente de corrupção; b) refundar a república; c) passar do regime republicano para o governo régio; d) instaurar um governo cujo poder esteja no povo. Enfim, não há solução única e inexorável, mas a apresentação de alternativas para que a cidade decida os seus rumos.

Visto que a transição dos regimes sugerida por Maquiavel não pode ser classificada em termos de determinismo naturalista, como o é em Políbio, chega-se à constatação de uma diminuição do papel da natureza como força reguladora dos destinos políticos, para uma maior valorização da dimensão humana nesse quadro. Mas isso não significa uma completa negação das forças da natureza agindo sobre os destinos políticos. Conforme é sugerido nos *Discursos* e demonstrado de modo mais completo ao final do *Príncipe*⁴³⁰, no campo da política, os Estados, na medida em que são corpos políticos, estão submetidos à ação da natureza. No caso das repúblicas, a corrupção ocorrerá em algum momento, pois não é possível que permaneçam em pé

⁴²⁸ Cf. *Discursos*, I, 18, 3.

⁴²⁹ Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*, 1967. [cap. 4: *La teoria dell'anacyclosis*]

⁴³⁰ Cf. *Príncipe*, cap. 25.

diante de tantas tribulações e sem o conflito elas não tem força e vigor. Maquiavel primeiramente destaca a impossibilidade do “girar-se infinitamente”, do transformar-se sem fim de uma república; ela não pode passar por tantas transformações em seus fundamentos e permanecer com vigor e força. Logo, não é possível à república modificar-se tanto, precisa conservar uma certa estabilidade. Por outro lado, os conflitos políticos, motor e força para a criação de novas leis e ordenamentos da cidade, não podem ser abolidos simplesmente, como bem mostra o caso de Esparta e Veneza. Então, seja como for, por qualquer uma das alternativas expostas, a corrupção nas repúblicas chegará em algum momento, obrigando a tomada de alguma decisão. No limite, sendo a corrupção um evento certo para todo corpo natural, tudo indica que ela certamente agirá sobre a república, implicando um novo movimento, uma mudança na sua constituição política.

Todavia, aqui termina a esfera necessária da força da natureza: a corrupção é o dado certo do movimento natural do corpo político. A partir desse ponto é que se abre a esfera humana do processo. Defronte à corrupção, cabe aos homens escolher qual o melhor remédio, construir sua alternativa. A natureza não rege todo o processo, os homens podem exercer seu poder sobre a metade dos destinos, como nos lembra o *Príncipe*⁴³¹.

Retomando as questões que motivaram essa análise, pode-se concluir que, diante das dificuldades em pensar a transição dos regimes políticos e o caráter e a força da corrupção sobre os destinos da república corrompida, Maquiavel se distancia de uma resposta de tipo naturalista, em termos de determinação, para colocar as coisas no campo das possibilidades, possibilidades que recaem sobre o regime misto.

Ao final do capítulo II, Maquiavel propunha a instalação de um regime misto como a melhor solução para evitar o transformar-se incessante das repúblicas. Porém, o regime misto que propõe não era exatamente o modelo espartano, mas a configuração que adquire a república romana⁴³². O governo misto de Roma difere do regime espartano em alguns aspectos, entre eles: o fato de não haver rei e das

⁴³¹ Cf. *Príncipe*, cap. 25. Sobre a relação de Maquiavel com o humanismo, cf. Garin, Eugenio. *Ciência e vida civil no renascimento Italiano*, 1996; Garin, Eugenio. *Umanisti, artisti, scienziati*, 1989. [parte 4, cap. 1 e 2]; Garin, Eugenio. *L'Umanesimo italiano*, 1993; Garin, Eugenio. *Medioevo e Rinascimento*, 2005; Garin, Eugenio. *L'uomo del Rinascimento*, 1988; Cassirer. E. *Indivíduo e Cosmos na Filosofia do renascimento*, 2004.

⁴³² Cf. *Discursos*, I, II, 36.

instituições nascerem dos conflitos entre a aristocracia e a plebe. Diversamente do modelo de Licurgo, a república romana se conformou num regime misto mais em função dos conflitos e lutas suscitadas entre os nobres e o povo, e muito menos pela harmonia racional do legislador que se expressava na disposição estatal espartana. Ao contrário de uma conformação política em que há um rei, uma aristocracia e o povo, cada um tomando parte no governo ao seu modo num sistema de mútua vigilância, em Roma foi da luta entre os patrícios e os plebeus que se instalavam as leis e os ordenamentos, donde uma presença do governo de um só, do governo de alguns e do governo de muitos realizando-se de outro modo. A origem e a disposição do governo de um, alguns e muitos em Roma tinha no conflito, não na harmonia, a sua razão de ser. De qualquer forma, o resultado era um regime misto, que conservava sua força e seu vigor, enquanto não fosse dominado pela vontade e pelo poder de algum grupo político. Esse novo modelo de regime misto se apresenta como a resposta de Maquiavel tanto para a fragilidade dos regimes tomados isoladamente, quanto para os governos mistos fundados pela racionalidade do legislador, mas que conservavam problemas inerentes a sua origem e ao seu perfeito funcionamento⁴³³.

A perda dessa dinâmica ou do jogo de forças que permite os ajustes dos desvios, a criação de novas leis e a instauração de novos ordenamentos políticos, se põe no coração deste regime de tipo misto maquiaveliano. Ora, ao perder suas qualidades básicas, seus costumes políticos, sua civilidade, o respeito às leis e às instituições, a república inicia seu movimento de decadência e corrupção. Em face de uma república que perdeu suas qualidades, que não é mais um regime misto, pois um dos partidos se apossou do poder, a melhor solução dentre as possíveis é a instalação do principado civil⁴³⁴, que difere de um modelo tirânico ou de um governo centralizado, pois prevê a permanência e o respeito à luta entre os dois grandes humores que compõem a cidade⁴³⁵. Analisando com um pouco mais de atenção,

⁴³³ Conforme apresentamos anteriormente, os governos de Esparta e Veneza, apesar de seu aparente poderio, na interpretação de Maquiavel, eram Estados frágeis e suscetíveis ao declínio quando confrontado com o problema da expansão territorial e populacional. Esse, entre outros fatores, é o que leva Maquiavel a rejeitar tal modelo de governo misto como o mais adequado para uma república.

⁴³⁴ Cf. Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*, 1967. [cap. 3: *Intorno a due capitoli dei "Discorsi"*, p. 157-9]; Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli altri antichi*, tomo II, 1987 [cap. VII, p. 423].

⁴³⁵ Cf. Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*, 1967. [cap. 3: *Intorno a due capitoli dei "Discorsi"*, p. 151]

notamos que esse principado civil, a despeito de sua nomenclatura, conserva em grande medida características do governo misto. Embora o poder esteja na mão do príncipe, do monarca, suas decisões devem levar em conta sempre a disposição dos humores políticos que compõem a cidade⁴³⁶. Mesmo não tendo o poder de execução em suas mãos, nobres e povo conservam nesse tipo de principado o poder de interferência nos rumos da cidade. O príncipe, particularmente o príncipe novo, que chega ao poder pelo apoio dos demais cidadãos, não detém todo o poder de decidir os rumos da cidade. Suas decisões são mediadas pelas tensões que o povo e os grandes exercem sobre ele, não dando espaço para arroubos autoritários e tirânicos, sem que isso não redunde em conseqüências para o seu governo⁴³⁷. Conforme dito, nesse principado civil maquiaveliano, a presença da dinâmica de forças políticas em confronto é um aspecto essencial, sem o qual não se compreendem as ações do governo principesco.

Visto que o conflito político é um dado que se conserva no principado civil, ocupando um lugar de destaque na conformação política do governo, não é de todo estranho encontrar paralelos com o governo misto republicano dos *Discursos*. Longe de pensar que são modelos de governo idênticos com nomenclaturas diferentes, o que se nota são semelhanças, que sugerem aproximações. Ora, o principado civil maquiaveliano, ao menos em alguns de seus aspectos, permite pensá-lo como um regime misto. Entre essas características, o fato de o poder não estar centrado na mão do príncipe, mas ser resultado da luta política entre a aristocracia e o povo, se põe como um fator decisivo. Caso não se possa falar nos três grandes grupos que tomam parte nas decisões políticas do principado, é inegável, por outro lado, a influência que tanto o povo quanto a aristocracia exercem sobre o poder. Quando pensamos num regime misto que tem como ponto basilar o fato das decisões sobre os rumos da cidade levarem em conta os interesses desses dois grupos políticos, notamos que o principado civil maquiaveliano é totalmente conforme a esse modelo. Como reitera Maquiavel, principalmente quando se refere ao modo de governar do Império Turco,

⁴³⁶ Sobre essa dinâmica política do principado civil as explicações de Lefort são elucidadoras. Cf. Lefort, Claude. *Le travail d'ouvre. Machiavel*, 1972 [p. 346-398].

⁴³⁷ Sasso mostra que o povo e os magistrados agem sempre como freios dentro do principado civil, impedindo que este se torne num governo de caráter absolutista. Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli altri antichi*, tomo II, 1987 [cap. VII, p. 375ss].

o príncipe que centraliza o poder e não está atento às demandas, tanto dos nobres quanto do povo, fragiliza o governo e abre caminho para ataques externos ou internos, que, quando vierem, serão fatais. Ora, é essa dinâmica das lutas políticas, fundamento tanto do principado civil quanto da república, que se constitui ao longo da reflexão maquiaveliana como um dos aspectos centrais do governo misto. Tanto o principado civil quanto a república são, nesse aspecto, modelos de regimes mistos, pois levam em conta nas suas decisões os interesses dos humores políticos que compõem a cidade.

Por tais critérios, a definição do regime misto proposto nos *Discursos*, que difere do modelo licurguiano, também pode ser pensada para o principado civil. Mesmo que falte um senado ou algo de semelhante que expresse o interesse dos nobres, mesmo que não exista um tribuno da plebe ou outro ordenamento que defenda os interesses do povo, isso não anula a obrigação do príncipe estar atento, respeitar e atender os desejos desses dois humores políticos em sua decisão.

Pensando, por outro lado, na objeção da afirmação que apenas cabe ao príncipe a decisão política, o texto maquiaveliano é claro em mostrar que isso diz respeito ao aspecto executivo da decisão e não aos interesses que motivam a decisão política. Mesmo outras objeções possíveis, como a ausência de ordenamentos representativos dos grupos que existem no governo misto, como os mecanismos de controle entre as partes, entre outras, não são suficientes para negar seja a existência desses elementos no principado civil, seja a falta delas e a invalidação do regime como um exemplo de governo misto. Os argumentos contrários à tipificação do principado civil maquiaveliano como um governo misto não resistem à apresentação da conformação política dada no *Príncipe*, acrescidos dos critérios elaborados nos *Discursos*.

Portanto, tanto o principado civil descrito no *Príncipe* quanto a república descrita nos *Discursos* podem ser pensados como modelos de governos mistos, cada um a seu modo. Constatação que convida a pensar não acerca dos paralelos entre ambos, que são evidentes, mas por que a solução à corrupção republicana se apresenta como um regime muito semelhante em seus delineamentos gerais ao regime que acaba de decair. É esclarecedor verificar que a solução para um regime

misto decadente esteja na fundação de um outro regime misto, mas ordenado diferentemente do primeiro.

Antes, porém, é importante insistir que não entendemos que o principado civil e a república sejam idênticos, ou maneiras diferentes de nomear a mesma coisa. A força e o poder que o governo régio assume para si, justamente para dar cabo da corrupção da cidade, confere a esse regime político uma característica política ausente da república. O governante dotado de poderes para melhor regular a vida na cidade, restaurar o respeito às leis e às instituições políticas, é um aspecto chave na proposição do governo régio como a melhor alternativa para a corrupção republicana. Contudo, a exceção dessa força maior que assumirá esse governante, seja ele um príncipe, um ditador, ou um *gonfaloniere*, nos demais aspectos ele deve pautar sua ação política pelos critérios dados pelo confronto das forças políticas. Ademais, esse poder maior não implica em um regime autocrático ou tirânico, pois do fato de dotar a cidade de um governante com força não se segue necessariamente que ele suprima as tensões políticas, as demandas dos humores que o levam a agir. A força está na ação, na execução da decisão e não no fato de decidir solitariamente, sem levar em conta o quadro das forças políticas da cidade. Esse governante, que assume o controle da república corrompida com poderes para restaurar a cidade, não é um todo-poderoso que decide isoladamente. A sugestão maquiaveliana é sutil, mas incisiva: o governante que assume o comando político da cidade, por mais poder que lhe seja necessário dotá-lo, não pode anular o movimento político conflituoso existente entre os interesses dos grandes e do povo para fazer valer a sua vontade. Seus poderes são ampliados justamente para controlar as exacerbações de alguma das partes e restaurar a dinâmica política da cidade. Nesse sentido, o papel do governante único que se instala como possibilidade de solução para a corrupção republicana tem como grande função moderar as extrapolações seja do povo seja dos grandes⁴³⁸, e reformar os ordenamentos políticos e as leis, para que a cidade retome o seu rumo inicial. A figura do governante único, que surge como diferenciador nesses regimes, tem seu dimensionamento político reduzido pela própria natureza de sua ascensão ao poder e

⁴³⁸ Sasso destaca que a corrupção da cidade é provocada em grande medida pela exacerbação do desejo de dominação dos grandes, e que dificilmente o povo seria o responsável pela corrupção da república. Cf. Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli altri antichi*, tomo II, 1987 [VII - *Principato civile e tirrania*, p. 388-423].

pela natureza da ação política que permanece na passagem da república para o principado civil. Não se pode esquecer que esse novo governante não descende de família nobre, mas é um cidadão que chega ao governo com o apoio dos demais cidadãos.

A solução sugerida por Maquiavel ao final do capítulo XVIII para a corrupção republicana consegue conservar, por detrás da transição de tipos de regimes diferentes, aspectos essenciais da vida política na cidade. A transição que se realiza de um governo a outro é muito menos traumática e profunda do que parece, pois mantém os delineamentos gerais da ordenação política do Estado. A passagem da república corrompida a um principado civil se faz em pontos restritos e determinados e, com isso, não implica em grandes modificações nas estruturas políticas da cidade. Esse aspecto que pode explicar a razão de Maquiavel ressaltar o caráter não violento, mas pacífico, da transição de regimes. Num quadro de mudanças pontuais e delimitadas, que visam restaurar aquilo que justamente era uma das grandes qualidades da vida política da cidade, é muito razoável que tal movimento seja feito sem violência, sem sangue ou conflagração interna das forças políticas – pois isso sim implicaria no fim da cidade. No limite, busca-se instalar um principado civil para recuperar os valores perdidos pela corrupção republicana, ou seja, aquilo que conferia a cidade a sua força, o seu poder: a presença do conflito político, do respeito aos desejos que os dois grandes humores manifestam a todo momento. Caso o governo principesco não fosse capaz de recuperar essa condição, certamente não seria ele uma restauração política, mas o aprofundamento da crise.

Portanto, ao contrário do aparente contra-senso de pensar na república e no principado civil maquiavelianos como regimes mistos, é justamente pelas suas semelhanças e pelo fato de ambos terem como índice prioritário o respeito aos interesses políticos conflitantes entre o povo e a aristocracia que é possível ver nessa transição uma solução coerente e adequada. Se em um primeiro olhar as divergências chamam a atenção, na análise detida do raciocínio que Maquiavel constrói, a unidade e a coerência da transição política são as principais resultantes. Com efeito, longe de expor contradições teóricas e, por isso, impor soluções mal colocadas, Maquiavel monta uma reflexão ordenada e harmônica, com a qual, quando se vê diante de problemas ou dificuldades, lança respostas em termos de possibilidade, mas com

grande vigor teórico. Se não há determinação de respostas por meio do discurso, com palavras incisivas, certamente a força do argumento impõe a direção a seguir. Ele poderia permanecer no campo da possibilidade ao pensar as suas dificuldades, mas por meio de um raciocínio poderoso e incisivo deixa que o leitor chegue à conclusão que ele deseja. Chamar de sutileza incisiva a reflexão que Maquiavel constrói em torno das questões presentes na transição da república corrompida para o principado civil seria uma imagem apropriada para esse filósofo político, que se vestia de diplomata quando se punha a debater com os grandes pensadores nas noites em San Casciano in Percussina.

Bibliografia

a) Obras de Maquiavel

- Machiavelli, Niccolò. *De principatibus*. Texto crítico a cura di G. Inglese. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1994;
- Machiavelli, Niccolò. *Il Principi*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/1, a cura de Mario Martelli. Roma: Salerno Editrice, 2006;
- Machiavelli, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*. Introduzione di Gennaro Sasso, premessa al testo e note di Giorgio Inglese. Milano: Rizzoli, 1984;
- Machiavelli, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/2, a cura de Francesco Bausi. Roma: Salerno Editrice, 2001;
- Machiavelli, Niccolò. *Opere Politiche*. Cura di Mario Puppo. Firenze: Le Monnier, 1969;
- Machiavelli, Niccolò. *Discursus Florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/3, a cura de Jean-Jacques Marchand, Denis Fachard e Giorgio Masi. Roma: Salerno Editrice, 2001;
- Machiavel. *Le Prince* [edition bilíngüe]. Introduction traduction, commentaires et notes de Jean-Louis Fournel et Jean-Claude Zancarini. Paris: Puf, 2000;
- Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução e introdução de José Antônio Martins. São Paulo: Editora Hedra, 2007;
- Maquiavel, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Antônio Piccarolo e Leonor de Aquiar in “Clássicos Jackson”, Pensadores Italianos, Vol. XXVI. São Paulo: W. M. Jackson editores, 1957;
- Maquiavel, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007;
- Maquiavel, Nicolau. *História de Florença*. Trad. e notas de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1994;
- Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe e Escritos Políticos*. Trad. Lívio Xavier, Col. Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

b) Fontes primárias

- Aristóteles. *Política*. [edição bilíngüe] Trad. Antônio C. Amaral e Carlos C. Gomes. Lisboa: Vega, 1998;
- Lucrécio. *De Rerum natura*. [edição bilingue] A cura di Armando Fellin. Torino: UTET, 2005;
- Políbio. *Storie*. Libri V-VI, [edição bilingue]. A cura di Domenico Musti, traduzione di Manuela Mari, note di John Thornton. Vol. III. Milano: Rizzoli, 2002.

c) Fontes secundárias

- Abreu, Willame G. *A corrupção e as formas de governo nas Políticas de Aristóteles*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1997;
- Ambrósio, Renato. *De rationibus exordiendi: os princípios da História em Roma*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005;
- Ames, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002;
- Anselmi, Gian Mario. *Ricerche sul Machiavelli storico*. Pisa: Pacini, 1979;
- Aranovich, Patrícia. *História e Política em Maquiavel*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2003;
- Aranovich, Patrícia. *Poder e Legitimidade em Maquiavel: como fazer um príncipe novo parecer antigo*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 1998;
- Baron, Hans. *Machiavelli: autore dei Principe e dei Discorsi*. Milano: Anabasi, 1994;
- Baron, Hans. *Machiavelli: the republican Citizen and the author of 'The Prince'*, in "English Historical Review", 76, (1961) [p. 217-253];
- Baron, Hans. *The 'Principe' and the puzzle of the dates of the Discorsi* in "Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance", XVIII (1956) [p. 405-428];
- Baron, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princenton: Princenton University Press, 1989;
- Bausi, Francesco. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli. Genesi e structure*. Firenze: Sansoni, 1985;
- Bausi, Francesco. "Il problema dei 'Discorsi'", *Interpress*, XIX, (2000) [p. 249-261];
- Bazán, Bernardo C., "La corporalité selon saint Thomas", Louvain, *Revue philosophique de Louvain*, 81 (1983), [p. 369-409];
- Bazán, Bernardo C., "Pluralisme de forms ou dualisme de substances? La pensée pré-thomiste touchant la nature de l'âme", *Revue philosophique de Louvain*, 67 (1969), [p. 30-73];
- Bertelli, Sergio & Innocenti, Piero. *Bibliografia Machiavelliana*. Verona: Edizioni Valdonega. 1979;
- Biason, Rita. *Decadência e Corrupção na História de Florença: a visão de Nicolau Maquiavel*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1998;
- Bignotto, Newton. *Maquiavel e o novo continente da política* in NOVAES, Adauto. *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998;
- Bignotto, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991;
- Bignotto, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2001;
- Brandão, Carlos Antônio Leite. *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000;

- Bruno, Federico. *Romanità e Modernità del Pensiero di Machiavelli*. Milano: Fratelli Bocca, 1952;
- Cadoni, Giorgio. “Machiavelli teórico dei confliti sociali” in *Machiavelli attuale – Machiavel actuel*. Ravenna: Longo Editore, 1982 [p. 17-22];
- Cadoni, Giorgio. *Machiavelli. Regno di Francia e ‘principato civile’*. Roma: Bulzoni Editore, 1974;
- Carlo, Agustín Millares. “Introducción” in Tito Lívio, *Desde la fundación de Roma*. Libros I-II. México: UNAM, 1998;
- Cassirer, Ernest. *Indivíduo e Cosmos na filosofia do renascimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2004;
- Cassirer, Ernest. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976;
- Cervelli, Innocenzo. *Machiavelli e la crisi dello stato veneziano*. Napoli: Guida Editori, 1974;
- Chabod, Federico. *Machiavelli e The Renaissance*. London: Bowes & Bowes, 1958;
- Chabod, Federico. *Scritti su Machiavelli*. Torino: Einaudi, 1993;
- Chenu, M.-D. *Introduction a l'etude de saint Thomas d'Aquin*. Paris: Vrin, 1974;
- Chiappelli, Fredi. *Nuovi studi sul Linguaggio del Machiavelli*. Firenze: Le Monnier, 1969;
- Chiappelli, Fredi. *Studi sul Linguaggio del Machiavelli*. Firenze: Le Monnier, 1952;
- Cizek, Eugen. *Mentalités et institutions politiques romaines*. Paris: Fayard, 1990;
- Colonna D'Istria, Gerárd. *L'art politique chez Machiavel: principes et méthode*. Paris: Vrin, 1980;
- Croce, Benedetto. *La questione del Machiavelli in Indagini su Hegel*, Bari 1967;
- Croce, Benedetto. *Machiavelli e Vico in Ética e Política*, Roma-Bari, 1986;
- Cutinelli-Rèndina, Emanuele. *Chiesa e Religione in Machiavelli*. Pisa-Roma: Istituto Editoriali e Poligrafici Internazionali, 1998;
- De Grazia, Sebastian. *Maquiavel no inferno*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1993;
- De Libera, Alain. *A filosofia na Idade Média*. Trad. D. D. Machado e N. Campanário. São Paulo: Loyola, 1998;
- De Libera, Alain. *Pensar na Idade Média*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1999;
- Garin, Eugênio. *Ciência e vida civil no renascimento Italiano*. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Ed. Unesp, 1996;
- Garin, Eugenio. *L'Umanesimo italiano*. Bari: Editori Laterza, 1994;
- Garin, Eugenio. *L'uomo del Rinascimento*. Bari: Editori Laterza, 1988;
- Garin, Eugenio. *Medioevo e Rinascimento*. Bari: Editori Laterza, 2005;

- Garin, Eugenio. *Umanisti, artisti, scienziati*. Studi sul Rinascimento italiano. Roma: Editori Riuniti, 1989;
- Gilbert, Felix. *Machiavel et Guichardin, Politique et histoire à Florence au XVI siècle*. Paris: Seuil, 1996;
- Gilbert, Felix. *Machiavelli il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977;
- Gilson, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998;
- Guillermain, Bernard. *Machiavel lecteur d'Aristotle* in “Platone et Aristotle à la renaissance”, XVI Colloque international di Tours, Paris, Vrin, 1976 [p. 163-73];
- Hale, John. *A Europa durante o Renascimento (1480-1520)*. Lisboa: Editorial Presença, 1971;
- Hexter, J. H. *Seysssel, Machiavelli and Polybius VI: the Mistery of the missing Translation*, “Studies in the Renaissance”, 3, 1956 [p. 75-96];
- Homo, Leon, *Les institutions politiques romaines. De la cité à l'état*. Paris: Reinassance du livre, 1927;
- Hörnqvist, Mikael. *Machiavelli and Empire*. Cambridge University Press, 2004;
- Inglese, Giorgio. *Ancora sulla data di composizione dei Discorsi in La Cultura*, Vol. XXIV, 1986 [p. 98-117];
- Inglese, Giorgio. *L'intelletto e l'amore. Studi sulla letteratura italiana del Due e Trecento*. Milano: La Nuova Italia, 2000;
- Inglese, Giorgio. *Per una discussione sulla cultura di Machiavelli*, in *La Cultura*, XXV, 1987 [p. 381-385];
- Kamp, Andréas. *La teoria política di Aristotele*. Ed. Valentino. 1990;
- Kantorowicz, Ernest. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política Medieval*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cia das Letras, 1998;
- Keyt, David. *Aristotle Politics*. Books V and VI. Oxford: Clarendon Press, 1999;
- Kristeller, P. O. *El pensamiento renacentista y sus fuentes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979;
- Kristeller, P. O. *Tradição clássica e o pensamento do renascimento*. Trad. Artur Morão. Lisboa: ed. 70, 1995;
- Laravaille, Paul. *La pensée politique de Machiavel, Les “Discours sur la Première Décade de Tite-Live*. Nancy: PUN, 1982;
- Larivaille, Paul. “Nifo, Machiavelli, Principato civile” in *Interpress*, IX, Roma, 1989 [p. 150-195];
- Lefort, Claude. ‘La veritá effetuale’ in *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999;
- Lefort, Claude. *Le travail de l'ouvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972;
- Lepore, Ettore. *Il princeps ciceroniano e gli ideali politici della tarda republica*.

- Napoli: Istituto Italiano per gli Studi Storici, 1954;
- Martelli, Mario. *L'edizione nazionale delle opere di N. Machiavelli* in *Cultura e Scrittura di Machiavelli*. Atti del Convegno di Firenze-Pisa, 27-30 ott, 1997 [p. 3-24];
- Martelli, Mario. "La struttura deformata. Studio sulla diacronia del capítulo III del Príncipe" in *Studi di filologia italiana*, XXXIX (34), 1981 [p. 77-120];
- Martelli, Mario. "Preistoria (medicea) di Machiavelli", in *Studi di Filologia*, 29, 1971;
- Martelli, Mario. "Schede sulla cultura di Machiavelli", in *Interpres*, VI, 1985-86 [p. 283-317];
- Merleau-Ponty, Maurice. "Nota sobre Maquiavel" in *Signos*. Trad. Maria G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991;
- Miller Jr., Fred. *Nature, Justice, and Rights in Aristotle's Politics*. Oxford: Clarendon Press, 1994;
- Mulgan, R. G. *Aristotle's Political Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1977;
- Newman, W. L. *The Politics of Aristotle*. Vol. 3. Oxford: Clarendon Press, 1973;
- Nicolet, Claude. *Les idées politiques à Rome sous la République*. Textes choisis et présentés par Claude Nicolet. Paris: A. Colin, 1964;
- Nicolet, Claude. *Polybe et les institutions romanes* in *Entretiens*, tomo XX. Geneve: Vandouvres, 1973. [p. 222-231];
- Peixoto, Paulo Matos. "Introdução" in Tito Lívio, *História de Roma*. São Paulo: Paumape, 1989;
- Pieri, Piero. *Guerra e política negli scrittori italiani*. Milano: Mondatori, 1975;
- Pocock, J. G. A. *Il momento machiavelliano*. Bologna: Società ed. Il Mulino, 1980;
- Polin, Raymond. *Les regimes politiques et l'imitation des anciens chez Machiavel* in "Platone et Aristotle à la renaissance", XVI Colloque international di Tours, Paris, Vrin, 1976, [p. 155-162];
- Procacci, Giuliano. *Machiavelli nella cultura europea dell'eta Moderna*. Bari: Laterza, 1995;
- Procacci, Guiliano. *Studi sulla fortuna del Machiavelli*. Roma: Istituto Storico Italiano. 1965;
- Reale, Mario. *Machiavelli, la poltica e il problema del tempo. Un doppio cominciamento della storia romana? A proposito di Romolo* in *Discorsi I*, 9. in *La Cultura*, XXIII, n° 1, 1985 [p. 45-123];
- Reboul, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho. São Paulo: Martins Fontes, 2000;
- Ridolfi, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquaivel*. Trad. Nelson Canabarro, São Paulo: Musa, 2005;

- Rubinstein, Nicolau. *Il governo di Firenze sotto i Médici*. Firenze: Nuova Itália, 1999;
- Russo, Luigi. *Prolegomeni a Machiavelli in Machiavelli*, Roma, 1975;
- Sanquineti, Federico. *Gramsci e Machiaveli*. Roma: Laeterza & Figli, 1981;
- Sasso, Gennaro. *Biagio Buonaccorsi e Niccolò Machiavelli*, in *La Cultura*, Vol. XVIII, 1980 [p. 195-222];
- Sasso, Gennaro. *Note machiavelliane*. in *La Cultura*, Vol. XVI, 1978 [p. 459-470];
- Sasso, Gennaro. *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, 20, 1951;
- Sasso, Gennaro. *In margine al quinto centenário di Machiavelli*, Napoli, 1972;
- Sasso, Gennaro. “Intorno allá composizione dei Discorsi di Niccolò Machiavelli”, *Giornale Storico della Letteratura Italiana*, CXXXIV (1957), [p. 482ss] e CXXXV (1958), [p. 215ss];
- Sasso, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Tomo I e II Milano: Riccardo Ricciardi editore, 1987;
- Sasso, Gennaro. “Note machiavelliane, I (Príncipe, IX)”, in *La Cultura*, Vol. XII, 1972 [p. 123-142];
- Sasso, Gennaro. “Note machiavelliane, II, su un passo del ‘Discorso o dialogo intorno alla nostra língua’”. in *La Cultura*, Vol. XII, 1972 . [p. 259-279];
- Sasso, Gennaro. *Studi su Machiavelli*. Napoli: Morano, 1967;
- Sasso, Gennaro. “Note machiavelliane. Sogliono questi principati pericilitare”, in *La Cultura*, XII, 1974, [p. 481-484];
- Sasso, Gennaro. *Niccolo Machiavelli, storia del suo pensiero politico*. Bologna: Il Mulino, 1980;
- Schmitt, Charles. *Aristote et la Renaissance*. Trad. Luce Giard. Paris: Puf, 1992;
- Schmitt, Charles. *Filosofia e scienza nel Rinascimento*. Trad. di Antonio Clericuzio. Milano: La nuova Italia, 2001;
- Schmitt, Charles. *Problemi dell’aristotelismo rinascimentale*. Trad. di Antonio Gargano Napole: Bibliopolis / Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1985;
- Sfez, Gerárd. *Machiavel, La politique du moindre mal*. Paris: PUF, 1999;
- Sfez, Gerárd. *Machiavel, Le prince sans qualités*. Paris: Editions Kimé, 1998;
- Silvano, Giovanni. *Vivere Civile e Governo misto a Firenze nel Primo Cinquecento*. Bologna: Patron Editore, 1990;
- Skinner, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 2000;
- Strauss, Leo. *Penseé sur Maquiavel*. Paris: Payot, 1982;
- Tafuro, Antonio. *Il reggimento di Firenze secondo Francesco Guicciardini*. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2005;

- Tafuro, Antonio. *La formazione di Niccolò Machiavelli. Ambiente fiorentino, esperienza politica, vicenda umana*. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2004;
- Tenenti, Alberto. “‘Civiltà’ e civiltà in Machiavelli” in *Credenze, ideologie, libertinismi tra Medioevo ed Età moderna*. Bologna: Il Mulino, 1978 [p. 155-173];
- Tenenti, Alberto. *Florença na época dos Médici: da cidade ao Estado*. São Paulo: Perspectiva, 1973;
- Tommazini, Oreste. *La vita e gli scritti di Niccolò Machiavelli nella loro relazione col Machiavellismo*. Bologna: Il Mulino, 1999;
- Ullmann, Walter. *A history of the political thought: the Middle Ages*, Harmandsworth, 1965;
- Ullmann, Walter. *Principi di governo e politica nel Medioevo*. Bologna, 1972;
- Vazoli, Cesare. *Machiavelli e la filosofia degli antichi* in *Cultura e Scrittura di Machiavelli*. Atti del Convegno di Firenze-Pisa, 27-30 ott, 1997. [p. 37-62];
- Vernant, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;
- Viano, C. A. *La selva delle somiglianze. Il filosofo e il medico*. Torino: Einaudi, 1985;
- Villari, Pasquale. *Niccolò Machiavelli ed i suoi tempi*. Vol. II, Milano: Ulrico Hoepli, 1927;
- Villey, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005;
- Viroli, Maurizio. *O sorriso de Nicolau*. Trad. Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002;
- Walbank F. W. *A historical commentary on Polybius*. Oxford: Oxford University Press, 1970;
- Walker, Leslie J. *The Discourses of Niccolò Machiavelli*. London: Routledge & Kegan Paul, 1950;
- Whitfield, J. H. *Discourses on Machiavelli* in “Italian Studies”, vol. XIII, 1958, Cambridge [p. 21-46];
- Zancarini, Jean-Claude. *Gli umori del corpo politico: “popolo” e “plebe” nelle opere di Machiavelli*. In ‘La lingua e le lingue di Machiavelli’, Atti del Convegno internazionale del studi, Torino, 2-4 dicembre de 1999. Firenze: Leo Olschki Editore, 2001, p. 61-70;
- Zanzi, Luigi. *Il metodo del Machiavelli*. Lacaita Editore, 1981.